



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA HUMANAS - ICH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL - PPGPS

ISABELLA RIBEIRO GARCIA

DO PÚLPITO AO PODER:
EVANGÉLICOS, TEOLOGIA DO DOMÍNIO E A OFENSIVA ANTIGÊNERO NO
CONTEXTO BRASILEIRO

Brasília
2025

Garcia, Isabella Ribeiro

Do Púlpito ao Poder: Evangélicos, Teologia do Domínio e a Ofensiva
Antigênero no Contexto Brasileiro / Isabella Ribeiro Garcia –
Universidade de Brasília – 2025.

183f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília – Programa de Pós-
Graduação em Política Social, 2025.

Orientadora: Dra. Marlene Teixeira Rodrigues

1. Teologia do Domínio. 2. Política Brasileira. 3. Plano de Poder. 4.
Fundamentalismo Religioso. 5. Bancada Evangélica. 6. Ofensiva
Antigênero.

ISABELLA RIBEIRO GARCIA

DO PÚLPITO AO PODER:
EVANGÉLICOS, TEOLOGIA DO DOMÍNIO E A OFENSIVA ANTIGÊNERO NO
CONTEXTO BRASILEIRO

Dissertação apresentada para banca de defesa como requisito para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) do Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Profa. Dra. Marlene Teixeira Rodrigues.

Brasília

2025

ISABELLA RIBEIRO GARCIA

DO PÚLPITO AO PODER:
EVANGÉLICOS, TEOLOGIA DO DOMÍNIO E A OFENSIVA ANTIGÊNERO NO
CONTEXTO BRASILEIRO

Dissertação apresentada para banca de defesa como requisito para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) do Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB).

Aprovada em: ____/____/____

Profª Drª Marlene Teixeira Rodrigues
(Orientadora)

Profª Drª Camila Potyara Pereira
(Membro Interno)

Profª Drª Ivna de Oliveira Nunes
(Membro Externo)

Profª Drª Anabelle Carrilho da Costa
(Suplente)

*Jesus não morreu por você na cruz
Ele foi assassinado
Pelo governo que colocou
Um milico disfarçado*

*Jogaram seu corpo aos porcos
Pra ser desfigurado
No outro dia Maria e José
Já desesperados
Ooh meu pai onde foi parar o nosso filho amado?*

*Portanto irmãos quero que vocês
Estejam avisados
Que ir na igreja não livra vocês
De todos os pecados*

*Não te salvará
Nem te levará
Para o caminho do céu
Se você sozinho não rasgar
Todos esses véus*

*Da ignorância, da intolerância
Do que você finge não ver
Um falso messias quer te enganar
E fazer você perecer*

*Jesus não morreu por você na cruz
Ele foi assassinado
Jesus não morreu por você na cruz
Ele foi assassinado
Amém!*

(Quem mandou matar Jesus – demonia)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que nenhum caminho é percorrido sozinho. É honrar as vozes que ecoam em nós, as mãos que nos amparam e os olhares que nos incentivam a seguir, mesmo quando a estrada parece incerta. Este trabalho é fruto de encontros e aprendizados que me transformaram.

À minha família, minha base, agradeço pelo amor incondicional e pela força que nunca me faltou. Nos dias de dúvida, vocês foram meu porto seguro; nos momentos de conquista, minha maior torcida.

Aos/as amigos/as, companheiros/as de jornada, sou imensamente grata pelo acolhimento, pelos sorrisos que aliviaram o peso do caminho e pelas palavras que renovaram minha fé em mim mesma.

Às professoras e orientadoras, em especial à professora Dr^a Marlene Teixeira, deixo minha eterna gratidão por compartilharem não apenas o conhecimento, mas também a paciência, a confiança e o entusiasmo.

À banca de avaliação, por aceitarem participar desse momento, pela leitura crítica e disposição de seu tempo, conhecimento e escuta.

À universidade pública, gratuita e de qualidade, ao Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS e ao GENPOSS, por se tornarem minha casa e me abrirem um caminho de possibilidades.

À pesquisa, devo mais do que a construção de uma trajetória acadêmica; devo a inquietação que me move e as perguntas que, teimosas, se recusaram a desaparecer. Como disse Rosa Luxemburgo (2003): “Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um mundo novo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade?”. Foi nesse lugar íntimo, onde nascem as dúvidas e os sonhos, que iniciei a caminhada que me trouxe até aqui. Fazer pesquisa é um ato de resistência, um compromisso com a valorização do saber como um direito coletivo capaz de transformar realidades e dar visibilidade a histórias que precisam ser contadas. Esta jornada não foi linear, nem previsível, mas foi minha.

RESUMO

Esta dissertação investigou a influência da Teologia do Domínio (TD) na ascensão dos evangélicos na política brasileira e seus desdobramentos na consolidação de uma agenda antigênero. O estudo partiu da seguinte questão: de que modo essa teologia contribui para a formação de um projeto político-religioso conservador que reforça estruturas patriarcais e naturaliza a desigualdade de gênero no contexto sociopolítico brasileiro? A análise mostra como a TD, promovida por líderes como Edir Macedo, sustenta um projeto teológico e político de caráter autoritário, que busca submeter a organização social aos valores tradicionais baseados na moral cristã e na preservação do patriarcado. Essa perspectiva, enraizada nas tradições judaico-cristãs, reforça a ideia de superioridade masculina e legitima discursos que naturalizam violências simbólicas e coercitivas contra as mulheres. Em contrapartida, a pesquisa também identifica movimentos de resistência no interior do campo religioso, especialmente a partir da Teologia da Libertação, que propõe leituras críticas das Escrituras orientadas pela justiça social e pela igualdade de gênero. A investigação adota uma abordagem qualitativa, articulando o método materialista histórico-dialético e a epistemologia feminista. Os resultados evidenciam que a TD tem funcionado como base ideológica para agendas neoconservadoras que dificultam avanços nas pautas de gênero, ao passo que as disputas hermenêuticas internas à esfera religiosa revelam potenciais caminhos de enfrentamento e transformação social.

Palavras-chave: Teologia do Domínio. Política Brasileira. Plano de Poder. Fundamentalismo Religioso. Bancada Evangélica. Ofensiva Antigênero.

ABSTRACT

This dissertation investigated the influence of Dominion Theology (DT) on the rise of evangelicals in Brazilian politics and its role in consolidating an anti-gender agenda. The study was guided by the following question: how does this theology contribute to the formation of a conservative political-religious project that reinforces patriarchal structures and naturalizes gender inequality in the Brazilian sociopolitical context? The analysis demonstrates how DT, promoted by leaders such as Edir Macedo, underpins an authoritarian theological and political project that seeks to subject social organization to traditional values grounded in Christian morality and the preservation of patriarchy. This perspective, rooted in Judeo-Christian traditions, reinforces the idea of male superiority and legitimizes discourses that naturalize symbolic and coercive violence against women. In contrast, the research also identifies resistance movements within the religious field itself, particularly through Liberation Theology, which advocates for critical readings of the Scriptures oriented toward social justice and gender equality. The study adopts a qualitative approach, combining the historical-dialectical materialist method with feminist epistemology. The findings reveal that DT has functioned as an ideological foundation for neoconservative agendas that hinder progress on gender issues, while hermeneutical disputes within the religious sphere point to potential paths of resistance and social transformation.

Keywords: Dominion Theology. Brazilian Politics. Power Project. Religious Fundamentalism. Evangelical Caucus. Anti-gender offensive.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Distribuição de Fiéis entre Igrejas Evangélicas no Brasil.....	57
--	----

LISTA DE SIGLAS

A.C – antes de Cristo

D.C – depois de Cristo

AEC – antes da Era Comum

AE – Era Comum

ACLJ – American Center for Law and Justice

ADPF – Ação Direta de Parecer de Constitucionalidade

ALEC – American Legislative Exchange Council

CBN – Christian Broadcasting Network

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CEM – Centro de Estudos da Metrópole

CIPD – Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento

ECO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

GENPOSS – Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero, Política Social e Serviços Sociais

GOP – Grand Old Party

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICH – Instituto de Ciências Humanas

ISER – Instituto de Estudos da Religião

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e outras identidades de gênero

MEC – Ministério da Educação

MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAM – Plataforma de Ação de Pequim

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PG – Partido da Gente
PL – Projeto de Lei
PL – Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNA – Pesquisa Nacional de Aborto
PNE – Plano Nacional da Educação
PP – Partido Progressistas
PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Política Social
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSC – Partido Social Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
SER – Departamento de Serviço Social
SISU – Sistema de Seleção Unificada
STF – Supremo Tribunal Federal
TD – Teologia do domínio
UNB – Universidade de Brasília
USP – Universidade de São Paulo
WASP – White Anglo-Saxon Protestant

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - CAMINHOS HISTÓRICOS DAS RELIGIÕES OCIDENTAIS: COMO CHEGAMOS AOS EVANGÉLICOS?	19
1.1 DO JUDAÍSMO AO CRISTIANISMO	19
1.1.1 <i>Do politeísmo ao monoteísmo: o nascimento do judaísmo</i>	<i>19</i>
1.1.2 <i>A ruptura entre judaísmo e cristianismo: a vinda de Jesus.....</i>	<i>23</i>
1.1.3 <i>O impulsionamento do cristianismo e a consolidação da Igreja</i>	<i>29</i>
1.2 DO CRISTIANISMO AO PROTESTANTISMO	33
1.2.1 <i>Martinho Lutero e a gênese da Reforma Protestante.....</i>	<i>33</i>
1.2.2 <i>A expansão da Reforma Protestante.....</i>	<i>39</i>
1.3 DO PROTESTANTISMO AOS EVANGÉLICOS.....	44
1.3.1 <i>Novas doutrinas dividem o protestantismo.....</i>	<i>44</i>
1.3.2 <i>O pentecostalismo e a chegada dos evangélicos ao Brasil.....</i>	<i>49</i>
CAPÍTULO 2 - TEOLOGIA DO DOMÍNIO E A INSERÇÃO DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA	60
2.1 O QUE É TEOLOGIA DO DOMÍNIO?	60
2.2 A TEOLOGIA DO DOMÍNIO NOS EUA	66
2.3 A TEOLOGIA DO DOMÍNIO NO BRASIL	71
2.4 EDIR MACEDO E O PLANO DE PODER DA IGREJA UNIVERSAL.....	80
2.5 A MULHER NO CRISTIANISMO.....	92
CAPÍTULO 3 - FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO BRASIL.....	103
3.1 NOVA DIREITA, BANCADA EVANGÉLICA E A AGENDA MORAL	103
3.2 A OFENSIVA ANTIGÊNERO NO BRASIL	119
3.3 É POSSÍVEL CONCILIAR FÉ E IDEAIS PROGRESSISTAS?	139
CONCLUSÃO.....	158
REFERÊNCIAS	162

INTRODUÇÃO

A obra *The Handmaid's Tale*, traduzida para o português como *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood (2017), apresenta uma distopia marcada por uma sociedade teocrática, chamada República de Gilead, que submete suas cidadãs a um regime de repressão total. Com seu governo estruturado por princípios religiosos autoritários, Gilead subordina as mulheres, especialmente as Aias, à reprodução de um modelo de moralidade imposto pelo regime. Nesse universo, as liberdades individuais, especialmente aquelas relacionadas ao corpo e à sexualidade feminina, são sistematicamente negadas em nome de um “bem maior” defendido por uma elite religiosa. A protagonista, June, narra a transição gradual de uma sociedade democrática para um regime autoritário, onde a normalização da violência contra as mulheres se dá com a conivência da população, que se vê atrelada a uma moral religiosa fundamentada em distorções de passagens bíblicas.

Considerando que a história da humanidade nem sempre anda para frente, mas pode ser cíclica, em Gilead, a implementação de um governo totalitário se apoia na ideia de um retorno a valores ancestrais, quando a moral cristã era inquestionável e os papéis de gênero rigidamente definidos. Essa visão distorcida da moral religiosa serve como base para justificar o controle sobre as mulheres e a institucionalização da violência contra elas, tudo em nome da “preservação da sociedade”. Essa estrutura é, de certa forma, refletida na realidade atual de vários países, incluindo o Brasil, onde a ascensão de uma agenda conservadora se manifesta de forma cada vez mais explícita, sendo a religião o pano de fundo para justificar a restrição dos direitos das mulheres.

Nos últimos anos, a teologia do domínio, que preconiza a submissão das esferas públicas às normas religiosas, tem ganhado força no Brasil, especialmente entre setores evangélicos mais conservadores¹. Magali do Nascimento Cunha (2016), jornalista e pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (ISER), descreve o termo “evangélico” como uma categoria que abrange os cristãos brasileiros que não pertencem à Igreja Católica ou às igrejas ortodoxas. Ela identifica esse grupo por quatro características centrais: uma interpretação fundamentalista e literal da Bíblia; a valorização da devoção individual como meio de alcançar a salvação da alma; a rejeição recorrente a manifestações culturais não cristãs no contexto brasileiro; e uma tendência histórica ao distanciamento das questões sociais e políticas.

¹ Será utilizado o termo conservador ou conservadorismo para se referir àquele que é contrário a mudanças ou adaptações de caráter moral, social, político, religioso etc.

Contudo, especialmente a partir dos anos 2000, observa-se uma inflexão significativa nesse padrão, marcada por uma crescente inserção de lideranças e discursos evangélicos no cenário política nacional. A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou o auge dessa ascensão política, com o apoio de uma parcela significativa de igrejas evangélicas, que viam nele um defensor dos “valores tradicionais”. Esse movimento conservador, sustentado por um discurso moralista, se reflete em políticas que atacam diretamente os direitos sexuais e reprodutivos. A ofensiva antigênero, que visa desconstruir conquistas históricas de direitos civis e sociais, é um exemplo claro desse retrocesso, sendo impulsionada por uma retórica fundamentalista que se baseia na leitura literal e enviesada da Bíblia, justificando, entre outras coisas, a negação da educação sexual nas escolas, a criminalização dos movimentos sociais e a construção dos feminismos² enquanto ameaça.

O fortalecimento de um movimento político conservador, aliado à crescente presença da religião nos espaços de poder, tem gerado um ambiente de tensão em torno das questões concernentes ao gênero e aos direitos humanos no país. Assim como em Gilead, onde a subordinação das mulheres é justificada por interpretações distorcidas de textos bíblicos, no Brasil, o uso da religião como ferramenta política tem servido para consolidar um modelo de sociedade excludente, na qual o controle sobre o corpo feminino e a reprodução de uma moral conservadora são defendidos por setores políticos e sociais mais aliados à uma nova direita. Camila Potyara Pereira (2013), socióloga e doutora em política social, entende que o projeto estratégico neodireitista busca conservar a ordem patriarcal e o sistema capitalista, através da fusão entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Esse projeto, em forma de ideologia, se alimenta do ódio contra aqueles que julgam diferentes e não comungam do mesmo pensamento, colocando em risco a luta pela igualdade e direitos já conquistados historicamente por meio da luta dos movimentos sociais. Um reflexo disso é a bancada evangélica que, com grande influência no Congresso Nacional, tem pressionado por legislações que refletem esses valores, muitas vezes à custa dos direitos fundamentais e do reconhecimento da pluralidade cultural e religiosa da população.

Setores com uma leitura fundamentalista da Bíblia vêm se fortalecendo no Brasil, ganhando espaço em esferas políticas e sociais. Nesse contexto, a religião não apenas se torna uma ferramenta de controle das práticas dos indivíduos, mas também da estrutura social em seu

² O feminismo é refletido como um posicionamento, um modo de agir político, e nesse sentido deve ser pensado no plural, para garantir a incorporação das diferenças nas relações de poder, vivenciadas entre mulheres que guardam interesses diversos e até contraditórios (Garcia, 2023).

conjunto. A dinâmica política brasileira recente, constituída pelo fortalecimento da bancada evangélica no Congresso, a eleição de Jair Bolsonaro e o crescimento de uma ofensiva antigênero, reflete um esforço deliberado para reverter as conquistas sociais de direitos das mulheres, da população LGBTQIA+ e de outros grupos à margem da sociedade. Essas ofensivas se concretizam por meio de projetos de lei e iniciativas do Estado, que abordam áreas como família, educação e saúde, com o objetivo de desviar o foco e as orientações relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos (Teixeira; Nunes; Oliveira, 2021). Essa articulação conservadora, semelhante ao regime autoritário e patriarcal da República de Gilead, busca impor uma moral rígida que desconsidera as liberdades individuais e submete mulheres e outros grupos a um status de subordinação. Em um país já marcado por desigualdades profundas, essa ofensiva tenta reverter conquistas já estabelecidas, reforçando uma hierarquia social que limita a liberdade e o pleno exercício da democracia.

Diante de uma realidade contraditória, surgem movimentos progressistas que buscam reinterpretar a Bíblia à luz do evangelho de Jesus, retomando princípios como o amor, a justiça social e a dignidade humana. Esses grupos, muitas vezes liderados por teólogos e ativistas religiosos, argumentam que a mensagem cristã original não se baseia em um dogma de opressão, mas na promoção da igualdade, da compaixão e do cuidado com os marginalizados. Ao contrário da interpretação fundamentalista que reforça normas rígidas de gênero e a dominação patriarcal, essas vertentes progressistas tentam subverter as leituras excludentes e literais da Bíblia, resistindo à ofensiva conservadora e propondo uma visão mais inclusiva e solidária do cristianismo. Mas, conforme pontuado por bell hooks (2021, p. 186), “o aumento do fundamentalismo religioso ameaça a espiritualidade progressiva”.

À vista disso, a escolha do tema desta pesquisa está profundamente vinculada às experiências pessoais da pesquisadora, que passou boa parte de sua infância e adolescência frequentando a igreja evangélica, transitando entre diferentes denominações. Durante esse período, passou por um processo de questionamento em relação a atitudes sutis observadas nos discursos religiosos, que, inicialmente, pareciam inofensivas, mas que gradualmente se transformaram em regras impositivas para os fiéis. O foco inicial dessas indagações se deu nas normas relacionadas ao comportamento e à postura das mulheres, especialmente em contextos que envolviam a sua subordinação à casamentos problemáticos e violentos, justificados em nome do amor e da união pregados na Bíblia. Com o tempo, essas observações evoluíram para um desconforto mais amplo com discursos que buscavam impor, por meio de uma retórica alarmista sobre a condenação ao inferno, uma visão de mundo limitada e controladora. A

pressão sobre os jovens para que espalhassem a palavra de Deus entre amigos e conhecidos, assim como a rejeição a qualquer material cultural que não se alinhasse ao que era considerado "sagrado" e "bom" aos olhos de Deus, tornaram-se elementos de constante vigilância e intimidação.

O interesse em investigar o papel crescente de determinados setores religiosos, especialmente os de base cristã protestante, no cenário político nacional após o golpe de 2016, surgiu dessa vivência pessoal mediada pela culpa cristã. Esses grupos, com uma moral tradicional e limitadora, têm cada vez mais influenciado a formulação de políticas públicas e ocupado posições de destaque, impondo suas interpretações enviesadas da Bíblia como verdades absolutas e inquestionáveis. À luz do que foi exposto, é possível observar a conexão intrínseca entre religião, gênero e política no contexto brasileiro, especialmente no que diz respeito às dinâmicas de gênero e como elas configuram as relações de poder, tanto no nível individual quanto cultural e material. As visões religiosas de matriz judaico-cristã, frequentemente responsáveis por legitimar hierarquias de gênero, sustentam práticas discriminatórias e violentas, naturalizando a subordinação feminina. Essa violência, seja coercitiva ou simbólica, encontra respaldo em crenças, costumes e valores que perpetuam a ideia de superioridade masculina. A análise do fundamentalismo religioso, nesse contexto, revela os mecanismos culturais que reforçam e consolidam essas desigualdades, tendo um impacto profundo e prejudicial na vida das mulheres.

Sob essa perspectiva, a presente pesquisa propôs-se a investigar a influência da teologia do domínio (TD) na ascensão dos evangélicos na política brasileira e seus desdobramentos na ofensiva antigênero. O estudo buscou examinar, utilizando como lente a TD, o fenômeno político-religioso no contexto brasileiro, compreendendo como determinadas interpretações dos escritos bíblicos podem ocasionar na expansão de cenários de intolerância e violência. Nesse contexto, delineia-se o problema central que orienta a investigação: de que modo essa teologia tem contribuído para a formação de um projeto político-religioso conservador que reforça estruturas patriarcais e naturaliza a desigualdade de gênero no contexto sociopolítico contemporâneo?

A partir da problematização realizada, esta dissertação se propôs a responder as seguintes questões: Como a teologia do domínio tem influenciado a ascensão dos evangélicos na política brasileira, impulsionando o fortalecimento da bancada evangélica e consolidando os valores da nova direita? De que maneira as interpretações fundamentalistas da Bíblia reverberam nas políticas públicas e contribuem para a ascensão de uma ofensiva antigênero no

Brasil? Como os grupos cristãos progressistas, que interpretam a Bíblia à luz do evangelho de Jesus, têm se posicionado contra as leituras fundamentalistas e quais são suas contribuições para a luta pela igualdade de gênero no Brasil?

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com foco na análise bibliográfica, e se fundamentou na perspectiva teórico-metodológica do feminismo marxista³. Essa abordagem foi escolhida por permitir compreender as relações de gênero como construções sociais, imbricadas nas estruturas econômicas e ideológicas da sociedade capitalista. Essa escolha teórica foi fundamental para entender como a TD e as interpretações fundamentalistas da Bíblia reverberam no cenário político brasileiro, especialmente no que diz respeito às políticas antigênero.

O materialismo histórico-dialético conjugado à epistemologia feminista⁴, método central do feminismo marxista, foi utilizado como alicerce para a análise dos fenômenos sociais e políticos. De acordo com esse método, as condições materiais de existência – como a organização do trabalho e as relações de poder – moldam as ideologias e, por sua vez, a consciência social. Entende-se que o método materialista histórico-dialético não se trata de uma ação subjetiva, resultante de elementos fixos construídos de maneira abstrata e especulativa, mas sim um método que nasce de uma determinação ontológica da realidade social sobre a consciência. Para Federici (2018), o método materialista histórico-dialético é fundamental (apesar de não ser suficiente) para o entendimento da categoria mulher enquanto uma construção social calcada nas relações materiais, visto que os conflitos de classe, gênero, raça e sexualidade foram recorrentemente interpretados e enfrentados de forma isolada.

Para o feminismo calcado em uma perspectiva materialista, a relação social é essencialmente conflituosa e localizada historicamente, sendo que as relações sociais de sexo, raça e classe se constituem enquanto relações de produção onde estão presentes exploração, dominação e opressão (Kergoat, 2010). Parte-se do uso da consubstancialidade para se “pensar em conjunto diferentes relações sociais, respeitando, simultaneamente, o fato de que elas se coconstroem e de que são diferentes” (Kergoat, 2016, p. 26), adotando-a como forma de leitura da realidade social, a fim de reconhecer a inseparabilidade das relações sociais, pois não se

³ O feminismo marxista compreende a opressão de gênero a partir da interseção entre patriarcado e capitalismo, analisando como a exploração das mulheres está inserida nas relações de produção e reprodução social. Autoras como Silvia Federici, Angela Davis e Heleieth Saffioti destacam a centralidade do trabalho reprodutivo e da divisão sexual do trabalho na manutenção da exploração capitalista, evidenciando a necessidade de uma crítica estrutural que vincule gênero e classe.

⁴ A epistemologia feminista questiona a produção tradicional do conhecimento, evidenciando como a ciência e a teoria foram historicamente construídas a partir de uma perspectiva masculina e excludente.

tratam de categorias distintas que se cruzam, mas sim do “entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (Kergoat, 2010, p. 100).

A partir do entendimento de consubstancialidade e partindo da epistemologia feminista atrelada ao materialismo histórico-dialético, compreende-se que as relações sociais de sexo, raça e classe se cruzam dialeticamente e dão materialidade ao sistema patriarcal-racista-capitalista, sendo assim, este método permite desvelar as bases concretas das determinações das explorações e opressões no desenvolvimento do modo de produção capitalista e possibilita a análise da atual configuração de opressão-exploração, tendo em vista o crescente desmonte de direitos e de políticas públicas em tempos de desdemocratização (Biroli, 2020). No contexto da pesquisa, isso significou que as interpretações religiosas, especialmente as que se baseiam no fundamentalismo cristão, devem ser entendidas não apenas como construções culturais, mas como parte de um sistema de relações materiais que perpetuam desigualdades sociais, políticas e de gênero. A TD, ao vincular a religião ao poder político e social, reflete e reforça essas desigualdades, justificando práticas discriminatórias e políticas conservadoras que afetam diretamente as mulheres.

A pesquisa teve como foco uma revisão bibliográfica abrangente, que incluiu tanto a análise de literatura existente quanto o levantamento de documentos relevantes. Foram investigadas a trajetória histórica das religiões de matriz judaico-cristã, desde o judaísmo até os neopentecostais, a gênese da teologia do domínio e sua relação com o crescimento do poder político dos setores evangélicos. O estudo buscou entender como determinadas interpretações da Bíblia moldam as percepções sobre as mulheres e, conseqüentemente, afetam as políticas sociais, destacando o impacto dessas visões no avanço de políticas antigênero no Brasil. A metodologia adotada envolveu a análise de documentos, discursos e textos relevantes, incluindo pronunciamentos de figuras políticas e religiosas, além de materiais doutrinários das igrejas evangélicas, como o livro *Plano de Poder*, de Edir Macedo.

A pesquisa também investigou projetos de lei, legislações e políticas públicas recentes que impactaram os direitos das mulheres, focando nas modificações e ações governamentais influenciadas pela visão religiosa e neodireitista de setores evangélicos. A partir dessa análise, foi possível compreender como práticas e discursos religiosos fundamentalistas têm contribuído para a construção de uma agenda política que reforça a desigualdade de gênero e impacta negativamente os direitos das mulheres e de outros grupos historicamente marginalizados. A pesquisa também abordou iniciativas de grupos progressistas que, ao reinterpretar as Escrituras

sob a ótica do Evangelho de amor e justiça social, oferecem uma resistência teórica e política às agendas conservadoras.

Partiu-se das seguintes hipóteses: primeiramente, pôde-se perceber que as interpretações fundamentalistas das Escrituras bíblicas, alicerçadas na teologia do domínio, desempenham um papel central na ascensão de uma nova direita no Brasil, especialmente no fortalecimento da bancada evangélica e na propagação de uma agenda moral conservadora. Observou-se também que, ao adotar uma visão de moral religiosa rígida, essa teologia contribui diretamente para a expansão da ofensiva antigênero, gerando impactos negativos nas questões de igualdade de gênero e nos direitos das mulheres. Diante disso, os líderes religiosos, liturgias e doutrinas possuem grande influência nas diversas esferas sociais do país, inserindo suas concepções morais e reforçando, por meio de interpretações tradicionais, normas de gênero desiguais que perpetuam a subordinação das mulheres.

A análise foi estruturada em três capítulos: o primeiro capítulo recuperou a trajetória histórica das religiões de matriz judaico-cristã, desde suas origens no judaísmo até a formação de diferentes segmentos, como os evangélicos neopentecostais. Esse capítulo permitiu compreender o processo de transformação das doutrinas religiosas ao longo do tempo e sua relação com os fundamentos políticos e sociais que influenciam a atual configuração ideológica no Brasil. O segundo capítulo concentrou-se na teologia do domínio, abordando suas origens nos Estados Unidos, sua disseminação no Brasil e as implicações de sua crescente influência no cenário religioso, social e político atual. A partir da análise do livro *Plano de Poder*, de Edir Macedo, foi possível identificar como essa teologia se articula com um projeto de poder que busca reforçar o domínio de certos grupos religiosos sobre o Estado e a sociedade, utilizando a Bíblia como justificativa para práticas e políticas conservadoras, incluindo aquelas que justificam a subordinação das mulheres.

No terceiro capítulo, a investigação concentrou-se na ascensão da nova direita no Brasil, especialmente na atuação da bancada evangélica e na promoção de sua agenda moral. Através de uma reflexão crítica, recuperou-se como determinadas narrativas e interpretações de papéis sociais ajudaram a fortalecer a ofensiva antigênero, incluindo a propagação da falácia da “ideologia de gênero”, cujo objetivo é deslegitimar movimentos sociais e pautas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos. Em contraposição, foi investigado o papel dos evangélicos progressistas, destacando alternativas teológicas, como a teologia da libertação e a teologia feminista, que desafiam as leituras fundamentalistas e excludentes da Bíblia, propondo uma abordagem mais inclusiva, solidária e atenta às questões de gênero e diversidade.

CAPÍTULO 1 - CAMINHOS HISTÓRICOS DAS RELIGIÕES OCIDENTAIS: COMO CHEGAMOS AOS EVANGÉLICOS?

1.1 DO JUDAÍSMO AO CRISTIANISMO

1.1.1 Do politeísmo ao monoteísmo: o nascimento do judaísmo

A palavra religião, no sentido etimológico, tem origem no termo latim *religio*, que significa respeito ao sagrado ou reverência aos deuses (Politize, 2022). Nesse contexto, a religião é entendida como um fenômeno coletivo que envolve a organização de dogmas, crenças e rituais compartilhados por um grupo. Já a fé é uma experiência pessoal e subjetiva, ligada à crença individual de cada ser humano. A religiosidade, por sua vez, diz respeito ao exercício pessoal de aspectos religiosos, podendo ser vivida de maneira única por cada indivíduo. Desde a antiguidade, a religiosidade tem sido um componente fundamental da experiência humana, com registros que mostram a presença de ideias sobre divindades em diferentes culturas. Enquanto a religião estrutura as práticas coletivas e os sistemas de crença, a religiosidade reflete a vivência individual da fé.

Inicialmente, os elementos da natureza simbolizavam essa noção divina, assim, praticamente toda a sociedade era adepta ao politeísmo, ou seja, acreditava em mais de uma divindade. Entretanto, isso se alterou em determinado momento da história e, conseqüentemente, o mundo também se modificou. Diversas leis, códigos morais e políticas passaram a ser adotadas seguindo essa lógica de um único deus. O primeiro vestígio de uma religião monoteísta se deu no Egito, através do faraó Aquenáton e sua esposa Nefertiti, que estavam dispostos a desafiar o sistema religioso vigente há 1,5 mil anos. Aquenáton chegou ao trono por volta de 1353 a.C., sob o desejo de substituir o panteão de deuses egípcios por uma única divindade: o deus Sol, ou Áton, o criador de todos, ordenando que todas as imagens dos deuses antigos fossem destruídas. A mudança foi vista como catastrófica para os sacerdotes e súditos, que só puderam retornar a seus antigos deuses após a morte de Aquenáton (BBC, 2017).

A gloriosa XVIII Dinastia estava no fim e, simultaneamente, suas conquistas na Núbia e na Ásia foram perdidas. Durante esse sombrio interregno, as antigas religiões do Egito foram restabelecidas. A religião de Aten foi abolida. A cidade real de Akhenaten foi destruída e saqueada, e a memória dele proscrita como a de um criminoso (Freud, 1975, p. 37).

Freud argumenta que o monoteísmo egípcio tem como fator principal a expansão imperialista do Egito, mas como se explicaria, posteriormente, o monoteísmo judaico? Segundo Freud (1975, p. 82-83):

No Egito, até onde podemos compreender, o monoteísmo cresceu como um subproduto do imperialismo. Deus era reflexo do faraó, que era o soberano absoluto de um grande império mundial. Com os judeus, as condições políticas eram altamente desfavoráveis ao desenvolvimento de um deus nacional exclusivo para a de um deus

soberano universal do mundo. E onde foi que essa minúscula e impotente nação achou a arrogância de declarar-se a si própria filha favorita do grande Senhor?

O judaísmo é uma das religiões monoteístas mais antigas do mundo, com origem na região do Levante e da Mesopotâmia há mais de 3 mil anos, sendo uma das três principais religiões abraâmicas⁵, juntamente com o cristianismo e o islamismo. Consolidada entre o povo hebreu, como era conhecido na antiguidade, possui cerca de 12 a 15 milhões de seguidores desde o século XVIII a.C., baseando-se na crença em Javé (ou Jeová) como único Deus⁶.

A história do judaísmo se inicia na Mesopotâmia, mais especificamente na cidade de Ur. Um dos moradores dessa cidade era um homem chamado Abrão que, segundo alguns estudiosos como Goldberg e Rayner (1989), viveu entre o século XX e XVI antes da Era Comum⁷ (2000-1550 a.C.). Abrão era um patriarca hebreu de uma tribo nômade e, de acordo com a tradição cristã, Deus se revelou a ele durante uma noite e o instruiu a sair de sua terra, na Mesopotâmia, e se mudar para um local chamado Canaã, conhecido também como a “terra prometida” e atual território da Palestina. Durante esse encontro, além de receber instruções divinas para direcionar-se à outra cidade, seu nome foi alterado e, a contar desse dia, ele passou a chamar-se Abraão, recebendo a promessa divina de construir uma nova nação que, a partir de seus descendentes, seria tão numerosa quanto as estrelas do céu, o que está relatado no livro de Gênesis 12:1-3 (Bíblia, 1980):

Saia de sua terra, do meio de seus parentes e da casa de seu pai, e vá para a terra que lhe mostrarei. Eu farei de você um grande povo, e o abençoarei; tornarei famoso o seu nome, de modo que se torne uma bênção. Abençoarei os que abençoarem você e amaldiçoarei os que o amaldiçoarem. Em você, todas as famílias da terra serão abençoadas.

Até esse momento, as sociedades eram organizadas em torno de várias divindades, incluindo os mesopotâmios, ou seja, antes de ter esse encontro com Deus, Abraão vivia em uma sociedade que acreditava em vários deuses. Dessa forma, o momento em que tem um encontro direto com Deus, que se apresentava como o único e verdadeiro e, conseqüentemente, obedece às ordens dessa divindade, pode ser entendido como o início daquilo que vai se tornar o judaísmo.

⁵ As religiões abraâmicas são monoteístas e tiveram origem em Abraão (personagem bíblico referido no Livro do Gênesis) ou foram conceituadas em tradições identificadas a ele. No campo de estudo da Religião Comparada, formam uma das três divisões principais junto às religiões da Ásia Oriental e das religiões da Índia (Dharma). Cronologicamente, as três religiões abraâmicas são: judaísmo, cristianismo e islamismo (Araújo, 2023).

⁶ Se fará uso da palavra Deus, com inicial maiúscula, para se referir ao Deus das religiões monoteístas.

⁷ Usa-se o termo antes e depois da Era Comum, visto que o judaísmo é uma religião que trabalha com a ideia de um Messias, ou seja, um homem que virá libertar o povo de Israel. Entretanto, diferentemente do cristianismo, os judeus não acreditam que Jesus seja esse Messias, por isso, o calendário dos judeus é diferente do calendário ocidental cristão utilizado por nós.

Deus havia dito que Abraão seria pai de uma grande nação, porém, sua idade era avançada nessa época e ele não possuía filhos, somado ao fato de que sua esposa, Sara, era estéril. No entanto, de acordo com a Torá⁸, mesmo diante dessas dificuldades eles conseguem ter um filho, o qual foi chamado de Isaque (Melamed, 2000). A questão familiar de Abraão é de suma importância, visto que o judaísmo se desenvolve a partir da ideia de patriarcas, ou seja, pais dessa nova nação e, consequentemente, pais dessa nova religião que estava se formando. Assim, os patriarcas do judaísmo são Abraão, Isaque e Jacó, seu filho e neto respectivamente; a partir da história desses três homens se forma a cultura judaica. Jacó, por exemplo, foi pai de 12 filhos, sendo um deles Judá, e é a partir de uma variação do nome Judá que, posteriormente, foi criado o termo judeu (Veschi, 2019). A revelação de Deus a Abraão e a sua aliança com o povo escolhido estabelece a origem do monoteísmo judaico.

Sabe-se que, atualmente, grande parte das religiões aderem a um determinado código de moral e conduta, onde as regras precisam estar claras para todos. Mesmo Abraão sendo uma das figuras centrais para a fé judaica, não foi ele o autor dessas regras. A descendência de Abraão se expandiu e a nova nação que estava se formando passou a ser conhecida como os hebreus e, nesse contexto, surge outra figura central para o judaísmo: Moisés. De acordo com o livro de Êxodo, Moisés teria nascido no Egito, filho de um casal da tribo judaica de Levi, em um período onde ordenou-se que todos os bebês do sexo masculino fossem mortos; diante desse cenário, ele foi mantido escondido por três meses, até ser colocado em um cesto às margens do rio Nilo, sendo então encontrado pela filha do faraó, que o adotou (Bíblia, 1980).

De acordo com a tradição judaica, alguns anos após os hebreus saírem em busca da terra prometida, a fome assolou o território de Canaã, levando-os a migrarem para o Egito em busca de terras mais férteis, onde foram escravizados. Cerca de 400 anos depois, no século XII a.C., o profeta Moisés recebeu um chamado de Deus para libertar o povo hebreu da escravidão e levá-los de volta à terra prometida, em um movimento que ficou conhecido como Êxodo. Depois que Moisés aceita os comandos de Deus e conduz seu povo de volta à Canaã, eles se encaminham ao deserto, período em que Moisés tem um encontro com Deus e recebe algumas regras que o povo deveria cumprir, as chamadas tábuas da lei (ou os dez mandamentos), que seriam as principais regras que o povo que havia sido libertado da escravidão deveria cumprir em obediência ao Deus que os libertou (Couto; Alberti, 2013).

⁸ A Torá compõe os 5 primeiros livros do livro sagrado da religião judaica: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Tem origem no termo hebraico Yará, que significa ensinamento, instrução ou lei (Enciclopédia Significados, 2020).

Essa nova religião monoteísta se distinguia de todas as outras e, para eles, o próprio Deus era quem havia escrito essas leis, logo, quem ousaria desobedecer a algo que foi escrito pelo próprio Deus? Assim, o judaísmo representa uma ruptura em relação as outras religiões existentes na época. Moisés vai ser considerado o homem da lei, aquele que estabelece todas as regras que um judeu religioso segue hoje, inclusive a ele destina-se a autoria da Torá (Giglio, 2003).

Os judeus possuem uma ideia enraizada de que são o povo escolhido por Deus, diferentemente de outras religiões, onde as pessoas possuíam o hábito de criar novos deuses e adorá-los; para o judaísmo, foi o próprio Deus que escolheu esse determinado grupo de pessoas como os escolhidos e separados dos outros povos. Essa ideia começa em Abraão e se estende até os dias atuais e, por esse motivo, o judaísmo não é considerado uma religião missionária, ou seja, os membros do judaísmo não possuem como objetivo a conversão de outras pessoas às suas crenças, se trata de uma crença de pertencimento, onde ou você faz parte do povo judeu ou não. Devido a isso, mesmo sendo a religião monoteísta mais antiga, é a que possui menos adeptos, com aproximadamente 15 milhões de praticantes ao redor do mundo, enquanto o cristianismo e islamismo, outras religiões monoteístas, possuem fiéis na casa dos bilhões (Vilaverde, 2023).

Após serem libertos do período de escravidão no Egito, os hebreus retornaram à Canaã, que encontrava-se ocupada por outros povos, os cananeus e filisteus, o que dá início a um período da história de integração com outros povos, ao mesmo tempo em que procuram se fixar e conquistar seu território; assim, a presença hebraica em Canaã resultou na criação de Israel (Armstrong, 2000). Posteriormente, por volta do ano 1046 antes da Era Comum, o povo hebreu decide ter um rei, sendo escolhido Saul, o primeiro monarca do reino de Israel. A partir dessa nova monarquia surgem figuras como Davi e Salomão, os próximos a assumir o reinado. De acordo com a tradição judaica, é o rei Salomão quem recebe a ordem divina de construir um grandioso templo⁹ em Jerusalém, o local definitivo de culto dos judeus.

Entretanto, em 586 antes da Era Comum, outras forças no Oriente, como os assírios e os babilônios, ganharam mais poder e acabaram ocupando o território e destruindo o templo construído por Salomão. O povo hebreu passa por um novo período de escravidão, dessa vez na Babilônia, período conhecido como “cativo babilônico”, onde Nabucodonosor II,

⁹ Os templos são de extrema importância para o judaísmo, pois são nesses locais de culto que pedem perdão aos pecados, prestam culto ao seu Deus e podem ouvir a palavra da Torá (Silva, 2018).

imperador da Babilônia, retira os judeus¹⁰ da terra prometida (Campos, 2016). Nos séculos seguintes, eles foram alvo de novos conflitos e dominações estrangeiras, até que, em 538 AEC¹¹, os persas, sob o comando do imperador Ciro I, conquistaram a Babilônia e permitiram que os judeus retornassem para a sua terra. Ao retornarem, os judeus reconstruíram o templo, menor e menos imponente que o primeiro e com uma arquitetura mais simples, mas esse templo também foi destruído, agora pelos romanos, sob o comando do general Tito, no ano de 70 EC¹², restando apenas um muro, conhecido como o Muro das Lamentações¹³. Este conflito será analisado em maior profundidade nos próximos tópicos, que explorarão os fatores que impulsionaram o cristianismo.

Todo esse histórico fez com que Israel deixasse de existir, o que dá início à Diáspora, que foi a dispersão do povo judeu para diversas outras nações, existindo registros deles em vários países da Europa, como Espanha, Alemanha e, mais tarde, até no Brasil (Póvoa; Paula, 2017). Para os judeus, apenas a vinda do Messias, aquele que seria enviado por Deus, teria o poder de restaurar e refazer a glória de Israel. Dessa forma, entende-se que o judaísmo não é considerado missionário, mas sim messiânico, pois espera um Messias que vai reestruturar Israel, no entanto, não acreditam que Jesus seja esse Messias.

1.1.2 A ruptura entre judaísmo e cristianismo: a vinda de Jesus

Séculos depois, especificamente em 392 d.C.¹⁴, o cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano. O cristianismo se dá a partir do contexto da religião judaica e da cultura helenista. A figura de Jesus, para os primeiros cristãos, foi vista como a pessoa através de quem se realizou a promessa de Deus, permitindo ao povo de Israel cumprir sua missão: a de ser o povo por intermédio do qual todas as nações poderiam conhecer Deus.

No século IV a.C., Alexandre, o Grande, começou a conquistar boa parte do mundo já conhecido, mas seu objetivo era apenas de expansão territorial e não de dominação cultural, ou

¹⁰ É importante destacar e diferenciar as nomenclaturas: judeu se refere a religião; israelita e hebreu se referem à descendência; israelense ao cidadão do país de Israel (Soto, 2023).

¹¹ Sigla para antes da Era Comum.

¹² Sigla para Era Comum.

¹³ Mais de dois mil anos depois, o Muro permanece como um importante local de devoção para os judeus, que o visitam de todas as partes do mundo para rezar, clamar pela chegada do Messias, o retorno dos exilados, a restauração do templo, entre outras súplicas.

¹⁴ Os historiadores passaram a utilizar o calendário cristão para estabelecer a cronologia geral da história, tomando como ponto de referência o nascimento de Jesus de Nazaré. Esse evento marca o ano 1 da chamada "Era Cristã". Dessa forma, os acontecimentos anteriores ao nascimento de Jesus são indicados pela sigla a.C., que significa "antes de Cristo". Já as datas que sucedem o nascimento de Jesus podem ser acompanhadas da sigla d.C., que representa "depois de Cristo".

seja, ele não impôs que os povos se tornassem gregos por meio da força, pelo contrário, existia um grande movimento de integração cultural que misturava os elementos, um processo conhecido como helenismo (Biazotto, 2013). Essa forma de governar fez com que a língua grega passasse a ser a mais utilizada em várias regiões da Europa e da Ásia. Alexandre, o Grande, faleceu em 323 a.C., e, pouco depois, emergiu o Império Romano, estabelecendo uma unidade política sem precedentes. Os romanos o tomaram como inspiração, a fim de dominar politicamente determinadas localidades, levando sua infraestrutura, como sistemas de estradas e comunicação que interligavam todo o Império, para as regiões conquistadas; além disso, o imperador buscava garantir a segurança de seus súditos contra os seus inimigos em troca do pagamento de impostos.

Uma das áreas que estava sob o domínio dos romanos desde o século I a.C. era a região da Palestina, local onde havia uma grande concentração de judeus (Escola do Discípulo, 2020). Devido ao helenismo, o judaísmo começou a se dividir, pois haviam aqueles que concordavam com a unificação da cultura e eram favoráveis ao Império, mas também haviam aqueles que discordavam e se opunham, o que ocasionou na sua fragmentação. É nesse contexto social e político que nasce Jesus, a figura central do cristianismo. Filho de um carpinteiro chamado José e de uma jovem chamada Maria, a tradição cristã acredita que Jesus nasceu por volta do ano III a.C., na cidade de Belém, através da visita de um anjo que enviou à Maria a mensagem de que ela ficaria grávida do filho de Deus, salvador do mundo; portanto, os cristãos acreditam que Maria engravidou de Jesus ainda virgem, conforme está escrito em Mateus 1:18-23 (Bíblia, 1980):

Ora, o nascimento de Jesus Cristo foi assim: Que estando Maria, sua mãe, desposada com José, antes de se ajuntarem, achou-se ter concebido do Espírito Santo. Então José, seu marido, como era justo, e a não queria infamar, intentou deixá-la secretamente. E, projetando ele isto, eis que em sonho lhe apareceu um anjo do Senhor, dizendo: José, filho de Davi, não temas receber a Maria, tua mulher, porque o que nela está gerado é do Espírito Santo; e dará à luz um filho e chamarás o seu nome JESUS; porque ele salvará o seu povo dos seus pecados. Tudo isto aconteceu para que se cumprisse o que foi dito da parte do Senhor, pelo profeta, que diz; eis que a virgem conceberá, e dará à luz um filho, E chamá-lo-ão pelo nome de EMANUEL, que traduzido é: Deus conosco.

Jesus nasceu como um judeu, em uma época marcada pela divisão dos judeus em diferentes vertentes políticas: os essênios, os fariseus, os saduceus e os zelotes, que compartilhavam o poder na Província da Judeia (Nunes, 2023). Eles encontravam-se dominados por outros povos, sendo que toda a terra de Israel nesse momento fazia parte do Império Romano, local onde Jesus nasceu, cresceu, fez sua missão, transmitiu seus conhecimentos, realizou seus milagres, foi preso, crucificado e ressuscitou, segundo a tradição cristã (Gonzalez, 2010). Como uma religião messiânica, os judeus já aguardavam a chegada do Messias,

conforme previsto nos escritos do Antigo Testamento. Esperava-se que ele fosse um líder que restabeleceria o reino de Israel e libertaria o povo da dominação romana. Quando Jesus veio à Terra e se apresentou como o Messias, o filho de Deus, muitos judeus acreditaram nele, contudo, a maioria recusou-se a aceitar essa ideia.

Não se tem muitas informações a respeito da infância de Jesus, sendo que os poucos textos da Bíblia que mencionam sua infância só falam a respeito da simplicidade do seu local de nascimento e da fuga de seus pais para o Egito, devido a ordem do rei Herodes de matar todas as crianças recém-nascidas do sexo masculino, após ouvir um boato de que o novo rei dos judeus havia nascido, conforme escrito em Mateus 2:13 (Bíblia, 1980): “E, tendo eles se retirado, eis que o anjo do Senhor apareceu a José num sonho, dizendo: levanta-te, e toma o menino e sua mãe, e fuge para o Egito, e demora-te lá até que eu te diga; porque Herodes há de procurar o menino para o matar”. Os textos também fazem referência a alguns episódios da infância de Jesus, mas rapidamente se concentram em sua vida adulta, quando ele, por volta dos 30 anos, começa seu ministério e sua jornada de pregação.

A primeira vez que Jesus se apresentou em público foi ao lado de um homem chamado João Batista, que o batizou no rio Jordão. Jesus então escolhe um pequeno grupo de pessoas para acompanhá-lo, sendo todos os escolhidos, no geral, pessoas de origem simples que trabalhavam com a pesca, os quais foram nomeados de discípulos. A trajetória de Jesus concentrou-se em três coisas: anunciar que era o filho de Deus e que o reino desse Deus havia chegado na Terra, andar e comungar com todas as pessoas e fazer milagres. Dentre esses vários milagres, a Bíblia (1980) narra a cura de cegos (Mateus 9:27-31), leprosos (Mateus 8:1-4; Marcos 1:40-45; Lucas 5:12-14), paráliticos (Mateus 9:1-8; Marcos 2:1-12; Lucas 5:17-26), a ressurreição de algumas pessoas (Mateus 9:18, 23-26; Marcos 5:21-24, 35-43; Lucas 8:40-42, 49-56) e até a multiplicação de pães e peixes (Mateus 14:13-21; Marcos 6:30-44; Lucas 9:10-17; João 6:1-15).

Assim, quando um homem começou a realizar feitos desse tipo em um lugar pequeno como a Galileia, muitas pessoas começaram a segui-lo. O historiador Bruce Shelley (2018, p. 23) pontua sobre isso em seu livro sobre a história do cristianismo, dizendo:

É claro que a notícia se espalhou, e, em pouco tempo, pessoas de todas as cidades e vilarejos da Galileia comentavam, animadas, a respeito do novo operador de milagres capaz de curar cegos, coxos e enfermos com o poder da voz e o mero toque de suas fortes mãos de carpinteiro. Logo, grandes multidões começaram a reunir-se onde quer que ele estivesse falando. A popularidade crescente de Jesus gerou controvérsia, especialmente em meio aos fariseus, os quais odiavam ver o povo seguindo um homem que nunca estudara sob a orientação de seus eruditos escribas. Eles não hesitaram em questionar abertamente as credenciais de Jesus.

Assim, a popularidade de Jesus cresceu em meio as pessoas mais simples, mas, por outro lado, ele começou a ter problemas com os grupos religiosos judeus que eram ligados aos políticos romanos. Para a elite judaica ele era considerado um problema, visto que, em suas pregações, falava abertamente sobre pontos que iam ao contrário daquilo que muitos anos de tradição religiosa afirmava e tomava como verdade. Um exemplo disso é o sábado, que para os judeus era tido como um dia sagrado de descanso, inspirado na ideia de Deus ter criado o mundo em seis dias e descansado no último; entretanto, quando Jesus veio à Terra, começou a realizar uma série de feitos no sábado, infringindo um dos costumes mais antigos dos judeus. Além da questão religiosa, ele também começou a se tornar uma possível ameaça para os líderes locais e para o Império Romano, que tinham medo que Jesus se tornasse algum tipo de justiceiro social ou agitador da população contra as lideranças.

Em algumas passagens bíblicas, Jesus menciona que não veio para derrubar o governo, como destacado em Mateus 5:17 (Bíblia, 1980): “Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim abrogar, mas cumprir”. No entanto, isso não tranquilizou a elite, que buscou encontrar uma forma de silenciá-lo antes que causasse uma revolta; assim, o medo comum que tinham de Jesus provocou o surgimento de uma aliança inesperada entre os saduceus e seus rivais, os fariseus, conforme menciona Shelley (2018, p. 25):

Jesus, que abertamente violava as leis do sábado e questionava a validade das outras leis, parecia estar questionando a autoridade da religião judaica. Por diferentes razões, ambos os grupos consideraram esse autoproclamado profeta galileu um inimigo perigoso e, juntos, concluíram que ele deveria ser julgado e condenado à morte.

As autoridades encontraram uma oportunidade em um dos discípulos que andava com Jesus, chamado Judas Iscariotes¹⁵, que foi convencido a entregá-lo em troca de 30 moedas de prata, que seria cerca de quatro meses de salário de um trabalhador qualificado. Jesus então foi levado para o julgamento, sendo julgado tanto pelas autoridades judaicas quanto pelas autoridades romanas da região, sob o comando de Pôncio Pilatos. Jesus foi preso e condenado a morte pela cruz, uma forma utilizada pelos romanos para punir os criminosos. Sua morte é datada entre os anos 30 e 37 d.C.

A morte de Jesus foi um marco importante para os seus seguidores, pois acreditam que Jesus, de fato, morreu, mas por possuir um caráter divino, ressuscitou e voltou à vida três dias depois, história narrada em Mateus 28 (Bíblia, 1980). Os apóstolos¹⁶ de Jesus pregavam que a

¹⁵ Acredita-se que após trair Jesus, Judas ficou tão assolado pela culpa que se suicidou pouco depois de sua morte (Hora, 2020).

¹⁶ Em que momento eles deixaram de ser discípulos para se tornarem apóstolos? Jesus tinha muitos discípulos, não apenas os 12 que eram mais próximos dele. No começo de seu ministério todos eram discípulos, pois estavam aprendendo; mas perto do final da vida de Jesus na Terra, ele precisava instruir aqueles que considerava mais

sua ressurreição era o cumprimento do propósito divino anunciado no Antigo Testamento e “o Messias, uma vez crucificado, foi exaltado acima do universo, e fora desse milagre, disseram os apóstolos, não há evangelho, nem salvação, nem Igreja. No entanto, ele é verdadeiro” (Shelley, 2018, p. 34).

Após a morte de seu líder, alguns discípulos e seguidores de Jesus ficaram em Jerusalém, pois acreditavam que a mensagem que Jesus tinha era apenas destinada ao mundo judaico, começando, assim, a dar continuidade a missão de Jesus de levar conhecimento para outras pessoas. Esses judeus, que agora eram cristãos, mantiveram a sua tradição, seguindo as leis judaicas, as leis de Moisés, a tradição do Velho Testamento, mantendo a circuncisão como a aliança do povo judeu com Deus etc., ou seja, vivendo uma vida como judeus, porém, diferenciando-se pela crença em Jesus.

Dessa forma, o cristianismo foi crescendo e os apóstolos de Jesus foram saindo de Jerusalém, berço da primeira comunidade cristã chefiada por Tiago, com o objetivo de formar comunidades cristãs em outras localidades, a exemplo de Antioquia, local onde os seguidores de Jesus foram chamados de “cristãos” pela primeira vez (Shelley, 2018). A partir dessa expansão, aqueles que não eram judeus começaram a converter-se e fazer parte do cristianismo, sendo denominados pelos apóstolos de gentios, que são pessoas de várias regiões além da terra da Judeia (Silva, 2008).

Nesse ponto da história, Paulo se destaca como um judeu que liderava a perseguição aos seguidores de Jesus e seus ensinamentos, chegando a autorizar, por exemplo, o apedrejamento de Estevão, um desses seguidores. Mas, de acordo com a tradição cristã, Paulo – antes chamado de Saulo – converteu-se ao cristianismo após ter um encontro direto com Deus, que é narrado no livro de Atos, na Bíblia, se tornando um importante líder dentro daquela pequena comunidade em formação, que, gradualmente, foi se expandindo e passou a ser chamada de igreja. Paulo começou a desempenhar o papel de alguém que escrevia cartas para essas comunidades espalhadas pela Ásia e Europa, expondo como as coisas deveriam funcionar e os ensinamentos que deveriam prevalecer dentro de cada uma dessas igrejas. Por isso, muitos acreditam que quem fundou o cristianismo foi Paulo, não Jesus (Veiga, 2022).

Após a passagem de Jesus na Terra e do estabelecimento dessas pequenas comunidades, vários documentos escritos por Paulo e outros líderes começaram a circular por todo o Império em uma mesma língua, o grego. A crescente conversão dos gentios ao cristianismo, ou seja,

sábios, mudando seu status para apóstolos. São eles: Simão Pedro, André, Tiago, João, Filipe, Bartolomeu, Mateus, Tomé, Tiago, Simão, Judas Tadeu e Judas Iscariotes (Hora, 2020, p. 71).

pessoas não judias que se tornaram cristãs, representou um dos maiores impactos na separação dessas duas religiões, visto que, os novos cristãos não seguiam as leis judaicas e não queriam aderir aos costumes, assim, se estabeleceu um conflito entre os apóstolos, onde Tiago, por exemplo, demonstrou-se favorável a ideia de que os cristãos gentios deveriam aderir primeiro ao judaísmo e depois ao cristianismo, ao contrário de Paulo, que dizia que os gentios poderiam se tornar cristãos sem precisar fazer parte do judaísmo. Na Epístola aos Gálatas 2:14 (Bíblia, 1980), Paulo explicita seu desentendimento com Pedro sobre a conduta cristã a ser seguida, onde diz: “Se tu, sendo judeu, vives à maneira dos gentios e não dos judeus, por que forças os gentios a viverem como judeus?”.

Destarte, foi realizada uma reunião entre Paulo, Barnabé e os “pilares” da comunidade em Jerusalém – Pedro, Tiago e João –, em 40 d.C., o chamado Concílio de Jerusalém, narrado em Atos 15 e Gálatas 2: 1-10 (Bíblia, 1980), onde buscou-se discutir questões referentes a possibilidade de conversão direta ao cristianismo ou a necessidade de converter-se ao judaísmo primeiro; entretanto, não entraram em acordo e a questão não foi resolvida. O cristianismo, em sua gênese, não era unificado em uma tradição única, principalmente nos seus 300 primeiros anos, sendo que as diferentes vertentes e crenças cristãs que direcionavam Jesus a um patamar de divindade foram colaborando para a separação entre cristianismo e judaísmo.

Segundo o *Oxford English Dictionary* (1990), o primeiro uso conhecido da palavra judaico-cristão se deu na década de 1820 e sua primeira evidência documental está contida em uma carta do missionário irlandês Alexander McCaul de 1821, cujo propósito de vida foi dedicado à conversão dos judeus ao cristianismo e que utiliza o termo para se referir aos judeus convertidos ao cristianismo. Entretanto, muitos questionam o uso desse termo ao entendê-lo como uma espécie de teologia da substituição dos cristãos – ou supersessionismo -, que postula que o cristianismo substituiu o pacto dos judeus com Deus e tornou o judaísmo obsoleto (Willitts, 2016).

A perseguição dos judeus aumentava conforme o cristianismo crescia, no entanto, essa religião foi se tornando, aos poucos, maior que o próprio judaísmo. Enquanto o conflito se concentrava apenas entre judeus e cristãos, o Império Romano interferia apenas quando era necessário reestabelecer a ordem em algum ponto específico; entretanto, à medida que o cristianismo se tornava uma religião com mais seguidores, os romanos passaram a dedicar mais atenção a esse grupo, o que se fortaleceu com a ascensão de Nero ao poder, em 54 d.C.

Inicialmente, Nero criou muitas leis favoráveis ao povo e aos mais pobres, no entanto, sua mania por grandeza e poder subiram a cabeça, fazendo com que se tornasse detestado por

muitos, incluindo seus próprios súditos. Esse cenário se agravou em 64 d.C., quando um grande incêndio devastou a cidade de Roma. Curiosamente, o único bairro que não foi atingido pelas chamas foi o habitado pelos cristãos e, aproveitando-se dessa circunstância, Nero decidiu atribuir a culpa pelo incêndio a esse grupo religioso. A partir desse momento, os cristãos passaram a ser perseguidos e mortos pelo Império Romano, o que causou o espalhamento desses grupos religiosos pela Europa e Ásia e, conseqüentemente, a fé cristã também se espalhou (Escola do Discípulo, 2020).

1.1.3 O impulsionamento do cristianismo e a consolidação da Igreja

A destruição do Templo de Jerusalém, em 70 d.C. acelerou esse processo de rompimento, onde os judeus rebelaram-se contra o Império Romano, na Judeia, que respondeu enviando um grande exército que destruiu parte da cidade de Jerusalém e seu templo, considerado o centro do judaísmo. Nesse momento, as vertentes judaicas dos saduceus, essênios e zelotes foram destruídas, restando apenas os fariseus. Diversas guerras continuaram acontecendo entre judeus e romanos, ao longo do século II, por volta de 115 a 117 d.C., gerando dentro do Império Romano um sentimento antijudaico (Shelley, 2018).

Com isso, os cristãos gentios sentiram uma necessidade de se diferenciar ainda mais do judaísmo, visto que eram romanos e sentiam uma espécie de repulsa pelo judaísmo, apesar de acreditarem no mesmo Deus dos judeus. Nesse período, depois de 70 d.C., alguns textos surgiram, onde os cristãos atacavam os judeus, como, por exemplo, um texto escrito por Barnabé, amigo de Paulo, o qual dizia que os cristãos são os verdadeiros representantes da nova aliança do povo com Deus e que os judeus não faziam mais parte dessa aliança. Já na Epístola de João, que está contida no Novo Testamento, existem várias referências aos anticristos, como em João 2:22, uma referência clara aos judeus que não acreditavam que Jesus era o Messias. Sobre esse ponto, Cláudio Moreschini e Enrico Norell (1996, p. 185) concluem:

É preciso recordar que ataques semelhantes contra o judaísmo tinham o objetivo de consolidar a identidade cristã, tomando distância da religião mãe e desvalorizando-a para fazer ressaltar o valor da própria. Neste sentido, Barnabé é uma etapa representativa do processo de destaque e de contraposição do cristianismo em relação ao judaísmo; um destaque que se configura aqui não só como fato, mas como elaboração consciente de uma ideologia antiética mediante uma sistemática de destruição dos pressupostos da ideologia combatida.

Em 81 d.C., Domiciano assume o poder de Roma, inicialmente com um governo pacífico, mas que, ao final, retomou as perseguições aos cristãos. Domiciano era adepto das tradições romanas e almejava retomar a velha glória de Roma, determinando que fossem prestados sacrifícios a ele; os cristãos, ao se negarem, entraram em uma lista de pessoas mal

vistas e se tornaram alvo de perseguições em alguns lugares do Império, até a morte de Domiciano em 96 d.C. Em 98 d.C., já no final do século I, Trajano assume o Império sob uma política diferente, instaurando um decreto que continuava autorizando a perseguição ao cristianismo, mas sem intervenção do Estado.

Começam a surgir vários mitos a respeito dos cristãos entre os pagãos, além de heresias que cresceram dentro da própria Igreja, a exemplo do gnosticismo. A Igreja¹⁷ se organizou a fim de responder a esse cenário, instaurando o Cânon, o Credo e a Apostolicidade. Houve-se a necessidade de organizar o Novo Testamento, com livros já reconhecidos como autoridade, como os evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas, João, o livro de Atos e as Cartas de Paulo. A reação da Igreja diante das heresias foi reafirmar a mensagem dos apóstolos e torná-los figuras centrais e importantes, instaurando a Apostolicidade da Igreja e dando início à Igreja Católica Antiga, que simbolizava uma Igreja unida que crê em uma só coisa e se organiza sob uma liderança (Escola do Discípulo, 2020).

Após um período de relativa paz, é no século III que a Igreja é alvo de suas piores perseguições desde então, sob a liderança dos imperadores Décio (249 d.C. – 251 d.C.) e Diocleciano (284 d.C. – 305 d.C.). Décio criou um decreto que obrigava todos os habitantes do Império Romano a adorar aos deuses romanos, a fim de que a glória voltasse, perseguindo todos aqueles que não aderissem. Já Diocleciano, após um conflito que teve como ponto de partida o exército, determinou que todos os cristãos deveriam ser perseguidos e mortos, que as igrejas deveriam ser destruídas e os livros queimados.

Vários conflitos políticos começaram a ocorrer, o que ocasionou na ascensão de Constantino, filho do antigo imperador Constâncio Cloro, ao poder de uma região do Império Romano que estava prestes a invadir a cidade de Roma. Pouco antes da batalha, Constantino teria vivido uma experiência com o Deus cristão, recebendo uma visão que prometia a ele a vitória. Já com certa simpatia pelos cristãos devido à fé de sua mãe, Constantino tornou-se ainda mais benevolente aos cristãos após essa experiência e, em 312 d.C., converteu-se à fé cristã. Em 313 d.C., Constantino assume o poder de Roma e assina o Edito de Milão, o que faz com que o cristianismo deixe de ser uma religião proibida, sendo firmada uma associação entre Igreja e Estado de maneira irreversível, o que “conduz à interferência direta do poder imperial nas disputas entre as comunidades cristãs, fossem tais disputas oriundas de um desacordo doutrinário ou disciplinar” (Silva, 2006, p. 257).

¹⁷ Se fará uso do termo Igreja, com inicial maiúscula, para se referir a instituição; em contrapartida, se fará uso do termo igreja, com inicial minúscula, para se referir ao templo.

Após se tornar líder de todo o Império, Constantino decidiu alterar a capital do Império Romano, pois desejava retomar a sua velha glória e acreditava que a localização de Roma já não era mais estratégica; assim, escolhe a cidade de Bizâncio como sede, posteriormente alterando seu nome para Constantinopla. A partir do estreitamento de relações entre o Império e a Igreja, o cristianismo, que antes era protagonizado pelos mais pobres que buscavam conforto e esperança, agora passou a ser incorporado pelas elites, o que causou um estranhamento de uma parcela da população, surgindo vários movimentos como o monasticismo e o donatismo. Posterior a isso, estabeleceu-se a grande controvérsia dos arianos, sob a liderança de Ário, que dividiu a Igreja em dois lados: os arianos e os católicos. Ário acreditava existir somente um Deus e não uma trindade, sendo Jesus apenas uma criatura criada por Deus, mas sem caráter divino.

Os pontos em debate eram vários e sutis, mas podemos resumir toda a controvérsia à questão de se o Verbo era coeterno com o Pai ou não. A frase principal em debate era se, como dizia Ário, “houve quando o Verbo não existia”. Alexandre dizia que o Verbo sempre tinha existido com o Pai. Ário dizia o contrário. Isto pode parecer uma infantilidade, mas no fundo estava em jogo a divindade do Verbo [Jesus] (Gonzales, 1980, p. 90).

Essa controvérsia tomou tamanha proporção que necessitou da intervenção de Constantino, que convocou, em 325 d.C., o chamado Concílio¹⁸ de Niceia, que representou um momento novo na história da Igreja, um tempo em que as perseguições contra os cristãos cessam e é possível observar a cristianização do Império, além da tratativa de questões dogmáticas que estruturaram a fé cristã. Assim, a partir do concílio estabeleceu-se o *Credo Niceno*¹⁹ como o correto e o arianismo passou a ser considerado heresia. Entretanto, na prática isso não se concretizou, visto que o imperador era adepto do arianismo, o que fez com que as disputas continuassem existindo e dividindo muitas igrejas.

Somente em 381 d.C., após o imperador Teodósio I assumir o poder, é convocado o Concílio de Constantinopla, a fim de intervir na discussão entre os católicos e os arianos, onde os católicos saíram vencedores e, através da publicação do *Edito de Tessalônica*, o cristianismo torna-se a religião oficial de Roma (Guerras, 1992). Observa-se uma drástica mudança do que

¹⁸ Concílios são assembleias de dignitários eclesiásticos e especialistas em teologia legalmente convocadas com o propósito de discutir e regular matéria de doutrina da Igreja e disciplina. Os termos concílios e sínodos são sinônimos, ainda que na literatura cristã mais antiga as reuniões ordinárias de culto também sejam chamadas de sínodos, os sínodos diocesanos não são propriamente concílios, pois são convocados apenas para debate (Catholic Encyclopedia, 1908).

¹⁹ No ano 325, cerca de 300 bispos formularam um credo no Concílio de Nicéia, na Ásia Menor, que tratou das controvérsias cristológicas relacionadas à trindade e condenou as heresias de Ário. Depois houve o Credo de Constantinopla (381), elaborado por 150 bispos, que é popularmente conhecido como o “Credo Niceno” simplesmente por refletir o ensino de Nicéia. Todavia, ele vai além dos ensinamentos de Nicéia, pois afirma a plena divindade do Espírito Santo (Campos, 2018).

habitualmente acontecia, onde o cristianismo passou a ser institucionalizado e de perseguido passou a perseguir. Em 395 d.C., Teodósio I optou por dividir o Império Romano em duas partes: o Império Romano Ocidental (Roma) e o Império Romano Oriental (Constantinopla). A partir desse momento, o Império do Ocidente começou a se enfraquecer e já não conseguia mais manter sua proteção, o que abriu caminho para as invasões bárbaras. Em 410 d.C., os bárbaros invadiram e saquearam Roma, marcando o início do colapso do Império Romano (Garrote, 2002).

Destarte, com o fim do Império Romano, a única força que consegue se manter unida e permeando todos os espaços é a Igreja Cristã Ocidental, que passou a ter uma atuação religiosa e proibiu todo e qualquer culto que fosse considerado pagão, ou seja, passou a considerar heresia tudo aquilo que fosse diferente do cristianismo; com isso, os judeus foram alvo de perseguição em diversos países, sendo compelidos a se converter ao cristianismo e excluídos do mundo do trabalho formal. A partir da consolidação desse braço estatal, o cristianismo cresceu de uma forma nunca antes vista. No ano de 455 d.C., o imperador romano decretou que o líder da Igreja de Roma passaria a ser a liderança máxima de todas as igrejas e se chamaria Papa. Através do Estado, a Igreja passou a se chamar Igreja Católica Apostólica Romana²⁰.

Portanto, o cristianismo se diferencia do judaísmo por se tratar de uma religião missionária, ou seja, pautada no convencimento do próximo, o que foi um dos fatores determinantes para o seu crescimento (Agnolin, 2008). Centrado no monoteísmo, acredita que Deus se manifestou ativamente na história através de três “pessoas”, que são: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Trata-se de uma religião moral, ou seja, carrega consigo uma forma específica de se viver e utiliza-se da ideia de certo e errado para basear as decisões de seus fiéis. A Bíblia é vista como o livro sagrado que define suas regras morais, contando com a parte judaica, nomeada de Antigo Testamento, mas também com os evangelhos e cartas que foram espalhadas pelas igrejas ao longo dos anos, que recebeu o nome de Novo Testamento. Mesmo que Jesus não tenha escrito nada diretamente, as religiões cristãs procuram seguir o seu exemplo, através de práticas como o batismo e a ceia. Para eles, o mundo possui uma data de validade, ou seja, conforme previsto no livro de Apocalipse, Jesus irá voltar e as pessoas terão apenas dois destinos: o céu, ao lado dele, ou o inferno.

²⁰ Igreja porque era uma comunidade organizada de acordo com o que Jesus havia falado; Católica porque significava universal, ou seja, estava em todos os lugares e representava a todos; Apostólica porque seguia os ensinamentos dos discípulos de Jesus; e, por fim, Romana porque era sediada no coração do império (História em Meia Hora, 2021).

1.2 DO CRISTIANISMO AO PROTESTANTISMO

1.2.1 Martinho Lutero e a gênese da Reforma Protestante

Após o fim do Império Romano do Ocidente, a Igreja assumiu uma força política grandiosa e, através da figura do papado, tornou-se a única instituição do Ocidente capaz de trazer um pouco de coesão em uma época tão atribulada. Entretanto, esse cenário de aparente paz foi interrompido pelo surgimento de um novo grupo de pessoas oriundas da Pérsia, as quais começaram a levar a mensagem do Alcorão. Em 610 d.C., surge um homem chamado Maomé, que nasceu em 570 d.C., na cidade de Meca, na Arábia Saudita. Proveniente de uma família de comerciantes, Maomé tornou-se mercador em um contexto marcado por uma crise sociorreligiosa e pela diversidade de crenças e discursos religiosos. Nesse período, a Arábia sofria diversas influências externas, tanto do cristianismo bizantino, como dos judeus, dos persas e dos abissínios.

De acordo com a história, em uma de suas idas à montanha, Maomé teria sido surpreendido pelo anjo Gabriel, que lhe disse para anunciar a verdadeira mensagem de Deus. Tal como os profetas do Antigo Testamento, a atuação de Maomé se dava a partir de sua relação com Deus, atribuindo a si a responsabilidade diante do chamamento divino e proclamando incansavelmente o Deus único que exigia obediência e submissão (Beato, 2023). Entretanto, a mensagem de Maomé não foi bem recebida em sua região, especialmente entre os ricos que viam o monoteísmo como uma ameaça à hegemonia política e econômica, o que levou Maomé e seus seguidores a migrarem para a cidade de Yathrib, que passou a ser a sede de seu apostolado e, em 622 d.C, passou-se a chamar Medina, a cidade do Profeta. Nesse ano, o islã afirmou-se não só como religião, mas como comunidade organizada.

Maomé assumiu a posição de líder e comandante militar, liderando a primeira comunidade muçulmana com o objetivo de conquistar Meca. Essa fase bélica foi marcada por uma série de confrontos armados, sob a justificativa do ordenamento divino de que todos os homens deveriam se submeter a sua religião. Em pouco tempo, conquistaram diversas cidades, como Damasco (635 d.C.), Antioquia (637 d.C.), Jerusalém (638 d.C.), Alexandria (642 d.C.), Cartago (642 d.C.) e toda a região da Espanha (711 d.C.). Isso provocou consequências significativas, particularmente para o cristianismo na Europa, que se sentia cada vez mais ameaçado. Como resultado, os cristãos se viram isolados, com a interrupção das relações comerciais e o agravamento dos problemas sociais.

Após aproximadamente cem anos de expansão do islamismo, a Batalha de Tours, em 732 d.C., retém um pouco esse avanço, fazendo com que o cristianismo volte a ganhar força

(Pinto, 2020). No ano 800 d.C., o papa Leão III coroou o novo imperador franco, Carlos Magno, um patrono das artes que buscou trazer de volta um pouco do interesse que havia se perdido na cultura clássica. Carlos Magno procurou restaurar a grandiosidade do Império Romano Ocidental com o objetivo de proporcionar estabilidade à Europa, promovendo o avanço dos estudos literários e teológicos. Esse período ficou conhecido como a real transição entre a Antiguidade e a Idade Média e, segundo Christopher Dawson (2003), Carlos teria fundado os princípios feudais que norteariam a Europa, sendo o feudalismo fruto de elementos estruturais e conjunturais, como a ruralização da sociedade e da economia no século III, a expansão do Islã, a derrocada do Império e as invasões (Somma, 2020).

Após a morte de Carlos Magno, o papado entrou em um período de declínio, transformando-se em um campo de disputas políticas entre as elites da época. Em 1054 d.C., as relações entre a Igreja do Ocidente e a Igreja do Oriente estavam deterioradas, o que criou um ambiente propício para a eclosão de conflitos. Esses conflitos culminaram no Grande Cisma, um evento decisivo que resultou na separação formal das duas tradições cristãs. A partir desse cisma, estabeleceram-se a Igreja Ortodoxa do Oriente e a Igreja Apostólica Católica Romana, cada uma desenvolvendo suas próprias doutrinas e práticas distintas (Somma, 2020).

Desde o início da Idade Média, era comum que cristãos realizassem peregrinações a Jerusalém, buscando expiação de pecados ou recompensas divinas. No entanto, essa prática tornou-se perigosa após a conquista de Jerusalém pelos muçulmanos. Em 1095 d.C., o papa Urbano II convocou uma mudança significativa ao expor os problemas enfrentados no Oriente e considerar inaceitável que Jerusalém estivesse sob controle muçulmano. Ele apelou ao povo para que lutasse pela recuperação da cidade, incitando uma fervorosa resposta popular que mobilizou uma multidão, a qual se organizou para uma jornada de reconquista, dando início ao movimento histórico conhecido como as Cruzadas (Júnior, 1981). A Igreja e os imperadores ligados a ela passaram a investir contra aqueles que estavam se revelando uma ameaça para a fé cristã, dando início a uma série de investidas militares.

As Cruzadas foram vistas pelos mais pobres como uma possibilidade de fixação de importância, pois julgavam estar dentro de uma guerra santa, combatendo em nome de Deus; além disso, o próprio papa estabeleceu que os que lutassem por essa causa teriam indulgência plena, prometendo que “aqueles que se empenhassem nessa causa com um espírito de penitência teriam seus pecados pregressos perdoados e obteriam total remissão das penitências terrenas impostas pela Igreja” (Read, 2001, p. 82). A primeira Cruzada foi bem sucedida e proporcionou a retomada de Jerusalém sob o comando dos cristãos. Contudo, o Reino de

Jerusalém não durou muito tempo, pois os muçulmanos tomaram o poder novamente, o que fez com que os cristãos dessem início a novas Cruzadas, inclusive enviando crianças, pois acreditavam que a pureza das crianças lhe traria a vitória, mas isso culminou em uma grande tragédia (Cartwright, 2018).

A corrupção dentro da Igreja tornou-se um problema significativo, com papas cada vez mais focados na acumulação de poder e riquezas. A prática do nepotismo, que visava garantir cargos e privilégios para familiares, tornou-se comum como meio de ampliar o poder pessoal. Em um contexto de decadência da Igreja devido a práticas corruptas e interesses políticos, a sede da instituição foi transferida de Roma para Avignon, na França, em 1309 d.C. Esse período foi marcado por guerras, disputas pelo poder, pestes e questões políticas graves no norte da Europa, o que teve um impacto profundo na Igreja e gerou uma crise significativa na Europa, especialmente para aqueles adversários da França durante a Guerra dos Cem Anos. Em resposta, a Igreja procurou estabelecer um sistema de arrecadação de impostos para recuperar e preservar suas riquezas.

Em 1377 d.C., após a morte do papa Gregório XI, Urbano VI foi eleito para sucedê-lo em Roma. No entanto, essa eleição foi contestada por um grupo de cardeais que, em resposta, escolheram o francês Clemente VII, que se estabeleceu em Avignon. Posteriormente, uma reunião convocada em Pisa para resolver a questão papal não alcançou uma solução definitiva, resultando na eleição de um terceiro papa, João XXIII. A existência simultânea de três papas oficialmente eleitos deu início ao Cisma do Ocidente, que perdurou por quarenta anos. Entre 1414 e 1418 d.C., a Igreja convocou o Concílio de Constança com o objetivo de resolver a crise do cisma papal. O concílio forçou a renúncia dos papas rivais e, em 1417 d.C., elegeu um novo papa, Martinho V, que restaurou a unidade papal (Arnaldi, 2002).

Apesar do término do cisma, o papado encontrava-se profundamente enfraquecido em decorrência da vaidade humana, o que comprometeu a credibilidade da Igreja. Nesse contexto, no final do século XIV, no norte da Itália, sobretudo em Florença e Roma, inicia-se um movimento chamado Renascimento, que trata-se de um movimento cultural, artístico e científico que retornava aos clássicos e exaltava a cultura da antiguidade greco-romana e a filosofia de Platão. Através da defesa do humanismo, ou seja, a ideia do homem como o centro do universo, lançavam as bases para uma abertura a um cristianismo atualizado e evidenciavam a necessidade de uma revisão do estudo da Bíblia.

A própria Igreja se lançou completamente dentro da Renascença, entretanto, preocupava-se mais com o embelezamento de Roma do que com as tarefas eclesásticas e o

cuidado com os fiéis. Com esse redescobrimento da estética, da filosofia clássica e da arquitetura, têm-se a reconstrução da Basílica de São Pedro, em 1450 d.C., que trouxe os ideais da natureza e do homem como belo nas artes e nas ciências. A Igreja necessitava de dinheiro para que conseguisse embelezar e remodelar a arquitetura de Roma e, para isso, elaborou uma complexa doutrina, baseada em teólogos como Santo Agostinho, São Jerônimo e São Tomás de Aquino, que ficaram conhecidos como os “Pais da Igreja”, estabelecendo que o destino da alma seria determinado pelas ações (Ramos Neto, 2023).

A fim de solucionar o dilema: “como saber se fiz bem suficiente para a minha salvação?”, desenvolveu-se as doutrinas do “Purgatório” e das “indulgências”. O purgatório seria a terceira via entre o céu e o inferno, onde se poderia pagar pelos seus pecados; já a doutrina das indulgências, ancorada na ideia capitalista que estava nascendo naquela época, estabelecia a ideia da absolvição da culpa do pecado (Ribeiro, 2024). Diante de fatores como a corrupção, a busca por poder e riquezas, as Cruzadas, as Inquisições e a prática de venda de indulgências, a Igreja começou a perder a confiança e a aceitação pública. Esse cenário de insatisfação gerou uma série de movimentos destinados à reforma e transformação da instituição, no entanto, todos esses esforços foram suprimidos pela Igreja.

Dentro da própria instituição, surgiram figuras dissidentes conhecidas como pré-reformadores, que começaram a contestar essas práticas. Entre eles destacam-se John Wycliffe, professor da Universidade de Oxford, e Jan Huss, teólogo e professor da Universidade de Praga. Ambos argumentaram que a Igreja estava se desviando dos preceitos estabelecidos nas Escrituras Sagradas (Carneiro, 2024). Wycliffe defendia que a Bíblia deveria ter autoridade sobre os cristãos, não o papa, e que deveria ser disponibilizada para todos; Jan Huss tinha ideias semelhantes, mas também denunciava a corrupção dos padres. Posteriormente, o Concílio de Constança condenou Jan Huss e Girolamo Savonarola à fogueira pelo crime de heresia, devido a suas ideias reformadoras (Curtis; Lang; Petersen, 2003).

Eis que surge na história a figura de Martinho Lutero, nascido em 1483, em uma família de camponeses na Alemanha. Inserido em um contexto medieval, Lutero enfrentou crises pessoais severas, episódios de depressão e profunda angústia, marcados pelo medo da morte e do julgamento divino. Em 1505, ao quase ser atingido por um raio durante uma tempestade, fez uma promessa a Santa Ana, comprometendo-se a se tornar monge caso sobrevivesse. Cumprindo essa promessa, ingressou em um dos mosteiros mais rigorosos da época, de tradição agostiniana (Marshall, 2018).

Desde cedo, Lutero demonstrou uma preocupação profunda com a ira de Deus, a ponto de seus exercícios espirituais, por vezes, quase causarem-lhe a morte devido ao extremo rigor com que se dedicava a expurgar seus próprios pecados. Durante seus estudos da Bíblia, Lutero encontrou a frase em Romanos 1:17: “O justo viverá pela fé” (Bíblia, 1980). Essa descoberta levou-o a compreender que a justiça de Deus é conferida pela graça, através do sacrifício de Jesus, e não pelas obras pessoais, como afirmavam os Pais da Igreja, não se tratando, portanto, de uma relação quantitativa, mas qualitativa. Lutero disse:

Senti que havia nascido de novo e que as portas do paraíso me haviam sido abertas. As Escrituras todas tiveram um novo sentido. E a partir de então a frase “a justiça de Deus” não me encheu mais de ódio, mas se tornou indizivelmente doce em virtude de um grande amor (Gonzalez, 1983, p. 50).

A resolução desta crise interna fez com que Lutero passasse a observar as coisas que estavam acontecendo no meio da Igreja Católica, com destaque para a venda abusiva de indulgências, que não tinham base bíblica. Surgiu em sua região um emissário papal chamado Johannes Tetzel, que através de um discurso escandaloso e apelativo compelia os fiéis a comprarem sua “salvação”, proferindo que “no momento em que o dinheiro na caixa tinir, do purgatório ao céu salta a alma a seguir” (Lindberg, 2001, p. 90). Lutero escandalizou-se com esse cenário e reagiu contra esse tipo de ensinamento, publicando no dia 31 de outubro de 1517 as 95 *Teses*, as quais fixou na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, buscando criticar o comércio de graças e promover o debate para que acontecessem reformas dentro da Igreja. Na tese 82, por exemplo, Lutero questionava:

Se era verdade que o papa tinha poderes para tirar uma alma do purgatório, tinha que utilizar esse poder não por razões tão triviais como a necessidade de fundos para construir uma igreja, mas simplesmente por amor, e assim fazê-lo gratuitamente (Bettenson, 2001, p. 289).

Dessa argumentação posta por Lutero surgiu o lema da Reforma: *Solla Gratia, Solla Fide, Solla Scriptura*, isto é, “Somente a graça, somente a fé, somente as Escrituras” (Ramos Neto, 2023). No entanto, isso foi considerado uma afronta à liderança, ao papado e a toda estrutura da Igreja Católica daquele tempo, tendo o papa publicado como resposta a bula²¹ *Exsurge Domine*, em 15 de junho de 1520, onde reconheceu 54 teses como válidas, mas pediu que Lutero se retratasse por 41 delas, se referindo ao reformador como uma figura animalesca:

Levanta-te, Senhor, e julga tua causa. Um javali feroz invadiu a tua vinha. Levanta-te, Pedro, e considera o caso da Sagrada Igreja Romana, a mãe de todas as igrejas, consagrada pelo teu sangue. Levanta-te Paulo, que por teus ensinamentos e morte tem iluminado a Igreja. Levantem-se, todos os santos, e toda a igreja universal, cuja interpretação das Escrituras tem sido assaltada” (Bainton, 1950, p.147).

²¹ Uma bula era um documento papal que tinha validade de lei em todo o território europeu.

Ao receber a bula, Lutero a queimou em praça pública juntamente com todos os livros de direito canônico de Roma, o que representa o seu rompimento definitivo com a Igreja Romana. Em 1521 foi convocada a Dieta de Worms, onde o monge excomungado foi apresentado ao imperador Carlos V, que exigiu que Lutero retratasse suas críticas. Lutero respondeu:

Caso não for convencido por testemunhos da Escritura e por motivos racionais evidentes – pois não creio nem no papa tampouco nos concílios, pois é evidente que erraram muitas vezes e se contradisseram –, estou convencido, pelas passagens da Sagrada Escritura que mencionei, e minha consciência está presa à palavra de Deus [capta conscientia in verbis dei] e não posso nem quero revogar qualquer coisa, pois não é sem perigo nem salutar agir contra a consciência (Dreher, 2014, p. 165).

Diante de sua recusa, o imperador preparou-se para acrescentar a condenação oficial de Lutero e, em 21 de maio de 1521, Carlos V assinou o Editto de Worms, que proscree Lutero e ordena que ele e seus adeptos sejam presos, além de proibir a divulgação de suas obras e declará-lo inimigo do Estado. Por esse motivo, o príncipe da Saxônia, Frederico III, raptou Lutero enquanto ele retornava para Wittenberg e o escondeu no castelo de Wartburgo, de maio de 1521 a março de 1522, local onde Lutero produziu diversos escritos, dentre eles a tradução do Novo Testamento para o alemão (Ramos Neto, 2023).

Em 1526, Carlos V se viu obrigado a enfrentar o papa e o rei da França, na chamada Dieta de Speyer, que revogou o Editto de Worms e decretou que cada principado tinha liberdade para seguir o curso religioso de sua preferência (Santos, 2023). No entanto, em 1529, para conter a crescente disseminação das ideias luteranas, o Editto de Worms foi restabelecido. Essa decisão gerou descontentamento entre alguns príncipes que apoiavam Lutero, levando-os a protestar contra a proibição do luteranismo. Esses príncipes passaram a ser conhecidos como “protestantes”.

Em 1530 é convocada uma nova dieta para a cidade de Augsburgo, com a finalidade de apaziguar os ânimos entre católicos e protestantes. Os protestantes apresentaram uma *Confissão de Fé*, formulada por Filipe Melâncton, contendo os artigos religiosos da Reforma, o que foi boicotado pelo papado e respondido com um texto de 280 páginas repleto de insultos, consolidando uma disputa ferrenha em que ambas as partes não abriam mão de seus ideais. Após uma série de conflitos, em 1555 foi convocada a segunda Dieta de Augsburgo, que promulgou um interim elaborado sob a ordem do imperador. Este acordo, conhecido como a Paz de Augsburgo, estabeleceu a tolerância para com os luteranos e garantiu a liberdade religiosa para os estados (Banzoli, 2018).

1.2.2 A expansão da Reforma Protestante

Diversos fatores contribuíram para o fortalecimento do movimento da Reforma Protestante, incluindo a invenção da imprensa, o enfraquecimento das relações entre o sistema político e o papado e a crescente insatisfação da população com a Igreja, elementos que ajudaram a propagar as ideias de Martinho Lutero na Alemanha. No entanto, Lutero não foi o único reformador de sua época. Outro exemplo é Ulrico Zuínglio, nascido em 1484 na Suíça, que estudou na Universidade da Basileia e se destacou como um profundo estudioso do grego. Enquanto Lutero se destacava como monge e acadêmico com formação escolástica medieval, Zuínglio era um padre com formação humanista. Ao se tornar pároco da Grande Igreja Monástica em Zurique, Zuínglio chegou a conclusões semelhantes às de Lutero ao estudar a Bíblia, o que o levou a iniciar um movimento reformador na cidade e a criticar as doutrinas da Igreja Católica (Escola do Discípulo, 2020).

A Reforma promovida por Zuínglio apresentava algumas diferenças em relação à de Lutero. Enquanto Lutero rejeitava as práticas que iam contra a Bíblia, Zuínglio abolia todas as práticas que não estavam explicitamente presentes nas Escrituras, chegando a eliminar elementos como órgãos, música, imagens e desenhos em suas comunidades. Ambos também divergiam quanto à Eucaristia: Zuínglio acreditava que Cristo não estava presente na cerimônia, ao passo que Lutero sustentava a ideia de que Cristo se fazia presente por meio da consubstanciação na Eucaristia (Marshall, 2018).

Apesar de algumas discordâncias, eles chegaram a conclusões parecidas sem nunca terem se visto antes, tanto que em 1519, Zuínglio deu início a uma série de sermões que desafiavam as práticas da Igreja Católica, dando ênfase na Bíblia como única autoridade espiritual, retirando a autoridade do papa, criticando o sistema de penitências, a venda de indulgências, o celibato clerical e toda a estrutura de poder do papado romano, instaurando um movimento de reforma na cidade de Zurique. Foi com Zuínglio e a Reforma na Suíça que, pela primeira vez na história, se estabeleceu um Estado Protestante, tornando o protestantismo a religião oficial de toda a Suíça (McGrath, 2021).

Entretanto, essa reforma começou a tomar proporções muito grandes, dada a natureza da Suíça como uma confederação de estados independentes. Essa expansão gerou uma série de conflitos entre os estados que desejavam manter a fé católica e aqueles que optaram pelo protestantismo, culminando nas Guerras de Kappel, iniciadas em 1529. O conflito se intensificou em 1531 com a invasão de Zurique pelos católicos, resultando na morte de Ulrico

Zuínglio. Ao final, foi alcançado um acordo por meio do Tratado de Kappel, que pôs fim aos embates e garantiu a liberdade religiosa para cada estado.

A Reforma na Suíça entrou em uma nova fase com a ascensão de uma das figuras mais influentes do movimento no país: João Calvino. Nascido em Noyon, França, em 1509, Calvino estudou humanidades na Universidade de Paris e, posteriormente, transferiu-se para a Universidade de Orleans para estudar direito. Durante esse período, teve contato com a teologia de Lutero, mas foi apenas em 1536 que decidiu se aliar à Reforma Protestante, rompendo com a Igreja Católica e renunciando aos benefícios eclesiásticos. No mesmo ano, em razão da perseguição religiosa na França, Calvino exilou-se em Basiléia, na Suíça. Ele via seu chamado cristão voltado para a esfera acadêmica, não almejando liderar movimentos reformadores, mas buscando um espaço tranquilo para estudar as Escrituras e produzir seus textos (Matos, 2011).

No segundo momento da Reforma Protestante, Calvino percebeu a necessidade de sistematizar a teologia reformada, é quando ele elabora um resumo da fé cristã que intitulou *As Institutas da Religião Cristã*, publicado no ano de 1536 e que rapidamente se espalhou por toda a Europa. A primeira versão se tratava de um livro de bolso com seis capítulos, mas com o tempo elas se tornaram quatro livros com 80 capítulos, se tornando a primeira teologia sistemática protestante. Calvino foi considerado o mais intelectual dos reformadores, dotado de capacidade de raciocínio e sistematização da fé reformada (Mendes, 2009).

Sob o desejo de encontrar um lugar tranquilo para produzir, Calvino decide mudar-se para a cidade de Estrasburgo, contudo, devido à guerra entre Francisco I, da França, e o imperador do Sacro Império Romano Germânico, Carlos V, a estrada para Estrasburgo estava bloqueada, o que fez com que Calvino precisasse passar por Genebra. Nesse período, a cidade enfrentava intensas mudanças políticas e teológicas, necessitando de um líder capaz de conduzir um genuíno movimento de reforma. Dessa maneira, ao ouvirem sobre a chegada de João Calvino, Farel e Viret, reformadores da época, exigiram sua permanência na cidade, a fim de conduzir a Reforma Protestante na cidade; inicialmente, Calvino se opôs, pois não desejava liderar, mas Farel, inconformado com sua recusa, afirmou: “que Deus amaldiçoe teu descanso e a tranquilidade que buscas para estudar se diante de uma necessidade tão grande te retirar e te negas a prestar socorro e ajuda” (Gonzalez, 1983, p. 113). Calvino se sentiu impactado com essas palavras e aceitou, com relutância, permanecer em Genebra e auxiliar na reforma, se tornando um dos maiores reformadores da história.

Calvino e Lutero concordavam teologicamente em muitos aspectos, mas assim como Zuínglio, discordavam na questão da Eucaristia. Para Calvino, não havia a consubstanciação²² no ato da ceia, mas se tratava de um ato simbólico em memória do sacrifício de Jesus. A ceia se tornou um tópico tão importante que foi o ponto de maior discordância entre os três principais reformadores da Europa, fazendo com que os seguidores de Lutero ficassem conhecidos como luteranos e os seguidores de Calvino como calvinistas (Nóbrega, 2023).

Durante o período da Suíça reformada, surgiu um movimento interno que considerava as propostas de Lutero e Zuínglio excessivamente brandas e em desacordo com as Escrituras na prática. Esse grupo buscava implementar uma "reforma dentro da reforma", defendendo que a Igreja deveria retornar estritamente aos preceitos do Novo Testamento e romper completamente com o Estado, uma postura revolucionária diante da integração entre Igreja e Estado prevalente na época. Conhecidos como anabatistas, esses reformadores emergiram na década de 1520, próximos a Zurique, e ganharam notoriedade em 1525, quando Georg Blaurock solicitou a um de seus irmãos que o batizasse novamente em uma fonte da cidade. O termo "anabatista", que significa "rebatizadores", surgiu como uma espécie de zombaria, refletindo a ênfase desse grupo na concepção de que apenas aqueles que professassem sua fé publicamente, como uma decisão pessoal, deveriam ser batizados (Nóbrega, 2023).

Os anabatistas eram um grupo extremamente igualitário, ou seja, acreditavam que não deveria existir qualquer tipo de diferença ou hierarquia entre gêneros, classes sociais e autoridades civis e eclesiásticas; além disso, pregavam a propriedade coletiva de bens e eram adeptos do pacifismo, acreditando que nenhum cristão deveria pegar em armas, mesmo que fosse para defender a sua própria vida ou a sua nação. No entanto, conforme o movimento foi crescendo, eles começaram a ser alvo de uma enorme resistência, tanto dos católicos quanto dos protestantes, que acreditavam que os anabatistas trariam instabilidade e afastariam a Igreja reformada de suas raízes históricas (Ramos Neto, 2016). Com isso, em 1527 o governo de Zurique decretou pena de morte para todos os rebatizadores, acusando-os de heresia por rejeitarem o batismo infantil, e de anarquia por pregarem a separação entre Igreja e Estado, o que causou uma verdadeira chacina em toda a cidade, com os anabatistas sendo perseguidos, torturados e mortos cruelmente. Estima-se que o número de mortos nessa época foi maior do que todos os cristãos que morreram durante os três primeiros séculos de perseguição da era cristã (Wachholz, 2020).

²² Coexistência na Eucaristia do sangue e do corpo de Cristo, na consagração do pão e do vinho.

A Reforma Protestante chegou na Holanda por volta de 1540, através de teólogos reformados como Guido de Bres, que era entusiasta das doutrinas de Calvino e teve como publicação mais importante a *Confissão Belga*, que estabeleceu as bases da teologia reformada na região. Outro destaque da época foi Jacó Armínio, figura influente na reforma posterior, que questionou algumas doutrinas calvinistas e propôs uma visão mais condicional da eleição. Após uma série de disputas teológicas que resultaram no Sínodo de Dort, o calvinismo foi oficialmente estabelecido como a vertente teológica dominante. Entretanto, a perseguição só diminuiu após a Guerra dos Oitenta Anos, que culminou na independência do país do domínio espanhol e permitiu aos protestantes praticarem a sua fé livremente (Nóbrega, 2023).

Na Inglaterra, a Reforma Protestante foi bem peculiar e diferente das reformas na Alemanha, Suíça e Holanda, não partindo de figuras religiosas que desejavam mudanças dentro da Igreja, mas da insatisfação de um rei por não ter filhos. O rei Henrique VIII, insatisfeito por não ter um filho que pudesse se tornar herdeiro legítimo para o trono, solicitou a anulação de seu casamento com Catarina de Aragão, a fim de que pudesse se casar novamente. Contudo, a Igreja Católica era irredutível e não permitia a anulação do casamento, o que fez com que o rei rompesse com a autoridade papal em 1534, dando início a um movimento mais político do que religioso. Somado a isso, os ingleses encontravam-se insatisfeitos em prestar contas ao papa em Roma (Ramos Neto, 2023).

Mas é somente a partir do reinado de Eduardo VI, filho de Henrique VIII, que se institui, de fato, uma reforma na Inglaterra. Ele proporcionou um novo momento para a reforma na Inglaterra, onde foi possível que se propagassem as ideias reformistas e se estabelecesse o protestantismo em solo inglês, transformando-o na religião oficial da Inglaterra e propiciando o surgimento de reformadores influentes no país, como Thomas Cranmer. A reforma na Inglaterra se solidifica com a rainha Elizabeth I, em um período conhecido como Era Elisabetana, onde buscou-se a restauração da ordem e o estabelecimento de uma religião que fosse aceitável tanto para católicos como protestantes. Em 1559, foi promulgado o Ato de Supremacia, que reconhecia Elizabeth como governadora suprema da Inglaterra, restaurava a independência da Igreja inglesa em relação ao papado romano e consolidava o anglicanismo como a religião oficial de toda a Inglaterra, ao mesmo tempo em que permitia a liberdade religiosa em seu território (Nóbrega, 2023).

Assim, todo esse movimento se dividiu em duas correntes principais: a Reforma Magisterial e a Reforma Radical, que se subdividiram em três subgrupos. O lado Magisterial concentrava os luteranos, seguidores de Martinho Lutero; os reformados, seguidores de

Zuínglio (1484-1531), Calvino (1509-1564) e Knox (1514-1572), de Zurique, Genebra e Escócia, respectivamente; e os anglicanos, que surgiram quando o rei Henrique VIII (1491-1547) instituiu a Igreja Nacional na Inglaterra. Já o lado Radical era composto pelos racionalistas, seguidores de Karlstadt (1486-1541); os espiritualistas, seguidores de Thomas Muntzer (1489-1526); e os anabatistas, seguidores de Conrad Grebel (1498-1526) e Félix Manz (1498-1527). Cada um defendia seu ponto de vista teológico sobre diferentes assuntos que eram colocados em pauta naquele momento e discordava entre si por diversos motivos²³ (Ramos Neto, 2023).

Diante de um contexto de reformas na Europa, a Igreja Católica não ficou parada, entrando em um movimento de mudanças dentro da própria instituição, muitas delas em resposta às reformas protestantes, o que ficou conhecido como Contrarreforma. O ponto alto dentro desse período foi o Concílio de Trento, convocado entre os anos de 1545 e 1563, que teve por objetivo definir a doutrina católica de forma precisa e reafirmar a autoridade do papa, além de declarar todos os protestantes como hereges. A Ordem dos Jesuítas foi fundada em meio ao Concílio de Trento, sob o pontificado do papa Paulo IV, além de ser implementada a Lista dos Livros Proibidos, o que selou, por fim, a divisão entre católicos e evangélicos (Ramos Neto, 2016).

Os jesuítas tiveram papel central na Contrarreforma, dedicando-se à educação, à evangelização e, principalmente, à promoção da fé católica em todo o mundo, o que fez com que o catolicismo se firmasse em novos lugares (Santos, 2014). Portugal e Espanha, por exemplo, continuaram prestando fidelidade ao papa, e foi nesse período que colonizaram²⁴ a América. Colombo localizou o novo continente em 1492, e Cabral desembarcou em terras que ficaram conhecidas como o Brasil em 1500. Dessa forma, a Reforma Protestante ocorria enquanto a Península Ibérica coordenava expedições e organizava suas novas colônias. Por esse motivo, os jesuítas foram prontamente enviados, a fim de catequizar os nativos antes que os protestantes os fizessem, motivo pelo qual o Brasil é predominantemente católico até os dias atuais. Ramos Neto (2023, p. 54) pontua que:

Enquanto o Brasil, colonizado por Portugal, recebia o Catolicismo de Trento, os Estados Unidos, colonizado pelos ingleses, recebiam os puritanos. Dois séculos mais tarde, os missionários protestantes estadunidenses (e não europeus) desembarcariam

²³ É importante que não se crie uma romantização dessas figuras, tornando-as infalíveis e afastando-as de seu caráter humano. Lutero era antissemita, sendo considerado um herói nacional para Adolf Hitler, que encontrou em seus escritos nacionalistas uma razão teológica para justificar seus atos. Calvino consentiu a pena de morte de pessoas. Zuínglio consentiu a perseguição e morte de anabatistas (Barea, 2017).

²⁴ Não se fará uso da expressão “descobrimento”, pois ela ignora o fato de que os povos indígenas já habitavam essas terras há muito tempo. Entende-se o projeto de colonização enquanto movimento de invasão e dominação do território latino-americano.

em solo brasileiro para combater o Catolicismo tridentino (e não medieval). Houve, no século XIX, um verdadeiro choque entre um Protestantismo puritano revisto e ampliado nos Estados Unidos com um Catolicismo herdeiro direto da denominada Contrarreforma Católica.

Quando o Brasil proclamou sua independência de Portugal em 1822, deu início ao período monárquico e, em 1824, promulgou sua primeira Constituição, que instituiu o catolicismo como religião oficial, estabelecendo-o como a fé predominante no país. A liberdade religiosa só veio com a Proclamação da República, em 1889, entretanto, o contexto era de ínfima tolerância com o protestantismo, que só foi aceito devido à pressão da Inglaterra, que abrigava muitos imigrantes anglicanos no Brasil. A condição posta para isso é a de que não deveriam pregar ou possuir prédios públicos, o que deu início a cultura estética dos templos protestantes no Brasil, que não possuíam torres, sinos ou cruzeiros, pois não poderiam ser identificados (Ramos Neto, 2023). Com o tempo, esse cenário daria lugar à transformação do protestantismo, especialmente nas suas vertentes mais recentes, como o movimento evangélico, que tomaria proporções significativas no país.

1.3 DO PROTESTANTISMO AOS EVANGÉLICOS

1.3.1 Novas doutrinas dividem o protestantismo

O termo evangélico, em seu sentido etimológico, significa aquele que segue o Evangelho, o que pode ser aplicado a todos os cristãos (Gonçalves, 2022). Segundo Guadalupe (2017), os protestantes históricos adotaram o termo evangélico como uma forma de entender a evolução de sua tradição. Além de rejeitarem autoridades arbitrárias, defendiam as liberdades religiosas e de consciência, alinhando-se ao projeto ideológico liberal e seu anticlericalismo. Essa postura se revela como uma estratégia de sobrevivência diante da predominância cultural e religiosa do catolicismo.

Da ótica histórica e social, trata-se do movimento cristão que teve sua gênese na Reforma Protestante, em 31 de outubro de 1517. O termo foi gradualmente adotado pelos próprios luteranos para se distinguir dos católicos e, três séculos após o início da Reforma Protestante, em 31 de outubro de 1817, o imperador alemão Frederico III (1770-1840) buscou unificar o movimento em uma única igreja, levando os seguidores dessa teologia a adotar o termo "evangélico" para se designarem. A partir desse grupo, imigrantes alemães chegaram ao Brasil e, a partir de 1851, o termo "evangélico" ganhou reconhecimento, marcando uma divisão no país entre católicos e evangélicos (Ramos Neto, 2023).

Para compreender os cenários subsequentes, é necessário partir da premissa de que nenhuma religião é fechada em um grupo coeso e monolítico, logo, abrigará subgrupos e

divisões internas. Ao observar de forma minuciosa o cristianismo, percebe-se que ele comporta dentro de si católicos, protestantes, ortodoxos e espíritas; já o protestantismo, por exemplo, comporta dentro de si a existência de presbiterianos, batistas, assembleianos, adventistas e outras múltiplas denominações. Portanto, faz-se necessário compreender a multiplicidade dos movimentos religiosos que influenciaram os evangélicos e deram origem a diferentes igrejas e denominações. Os principais movimentos existentes no curso da história dos evangélicos são: os puritanos, os pietistas, os liberais, os fundamentalistas, os pentecostais e os neopentecostais (Barbosa, 2005).

Conforme já exposto, em 1534, na Inglaterra, o rei Henrique VIII promulgou um documento intitulado *Ato de Supremacia*, o que fez com que os ingleses rompessem definitivamente com a Igreja Católica, dando origem a Igreja Anglicana; mas, é somente no reinado de Elizabeth I, sua filha, que a nova doutrina passou a ser definitivamente incorporada. Durante esse período, a Inglaterra encontrava-se dividida, pois uma parte da população desejava continuar sob a égide católica, enquanto outra parte buscava adotar as novas ideias postas pela reforma. Visando agradar ambos os lados, Elizabeth I buscou agir de uma maneira que deixasse a Igreja Anglicana “em cima do muro”, mantendo a liturgia católica, a fim de agradar o povo, mas adotando uma teologia protestante, para satisfazer a burguesia. Com isso, Elizabeth obteve êxito em agradar boa parte da população e estabilizar seu reinado (Elton, 1982).

Todavia, uma minoria demonstrou-se insatisfeita com essa posição de neutralidade, o que deu início a um movimento que almejava purificar a Igreja Anglicana, com a finalidade de que ela deixasse todas as práticas do catolicismo e se tornasse totalmente “pura”; por esse motivo, foram chamados de puritanos. Esse momento foi perpassado por um grande conflito de interesses entre os puritanos e os sucessores de Elizabeth I, o que fez com que muitos puritanos se deslocassem para a colônia da América, que posteriormente viria a se constituir como Estados Unidos (Elton, 1982).

Os puritanos formavam um grupo diversificado, com diferentes opiniões sobre temas variados. Alguns acreditavam que a Igreja deveria adotar o calvinismo como teologia e ser administrada por anciãos, o que levou à formação da Igreja Presbiteriana. Outros defendiam que a administração da Igreja deveria ser realizada por toda a congregação e apoiavam o batismo de crianças, resultando na fundação da Igreja Congregacional. Um terceiro grupo, que também promovia uma Igreja administrada pela congregação, mas rejeitava o batismo infantil a partir da concepção de que apenas os adultos deveriam ser batizados, deu origem aos batistas (Nichols, 1978).

Durante o século XVIII, após a Revolução Industrial, o mundo anglo-saxão testemunhou uma série de manifestações espirituais significativas entre os grupos evangélicos, conhecidas como grandes avivamentos. Esses eventos substituíram a indiferença religiosa anterior por um desejo crescente de pertencimento a uma igreja específica. A fé protestante foi profundamente impactada por dois grandes avivamentos, ocorridos entre 1730 e 1755 e entre 1790 e 1840, que influenciaram não apenas a vida cotidiana dos evangélicos, mas também promoveram mudanças sociais substanciais, como o movimento abolicionista.

O primeiro grande avivamento religioso surgiu nos Estados Unidos, impulsionado pelo pregador puritano Jonathan Edwards. Enquanto isso, na Inglaterra, George Whitefield, ex-aluno da Universidade de Oxford, formava um grupo de anglicanos para o estudo da Bíblia, no qual se destacavam figuras como John Wesley e seu irmão Charles. Esse movimento de estudo e reflexão bíblica foi fundamental para a fundação da Igreja Metodista, que, por sua vez, inspirou a criação de várias outras denominações. John Wesley, em particular, foi um crítico do calvinismo e adepto do arminianismo, rejeitando a ideia de predestinação em favor do livre-arbítrio. Essa mudança de perspectiva teve grande impacto na experiência subjetiva da conversão, centralizando a escolha pessoal e a vivência individual da fé (Ramos Neto, 2024). Sobre esse fenômeno, Mark Noll (2003, p. 50) aponta:

A irrupção da piedade que se tornou conhecida como Reavivamento Evangélico na Inglaterra e como o Grande Avivamento na América, não surgiu do nada. Quando o avivamento chegou, ele tomou forma sob a influência direta de três movimentos cristãos anteriores: uma rede calvinista internacional na qual o puritanismo inglês ocupava a posição central, o avivamento pietista do continente europeu e a tradição anglicana da Alta Igreja de rigorosa espiritualidade e organização inovadora. Por sua vez, esses movimentos eram eles mesmos indicações das grandes mudanças religiosas que começaram com a Reforma.

Enquanto os avivamentos estremeciam as bases puritanas, algo similar ocorria com os luteranos, em um movimento que ficou conhecido como Pietismo. Com isso, houve uma acentuação da individualização, interiorização e subjetividade da experiência religiosa do fiel, o que levou ao desenvolvimento de novos formatos de devoção cristã e provocou transformações tanto nas denominações quanto na sociedade. Durante esse período, houve uma ênfase na primazia da experiência pessoal sobre a intelectualidade, com destaque especial para a experiência de conversão.

Um ponto a se destacar é que o período dos grandes avivamentos coincidiu com o imperialismo europeu, no qual países europeus, especialmente a Inglaterra, colonizaram territórios na África e na Ásia. Uma das estratégias para justificar a dominação sobre as populações locais foi a alegação de que essas nações seriam agraciadas com a civilização e o cristianismo, resultando no envio de missionários para diversas partes do mundo. No entanto,

a invasão desses territórios, muitas vezes motivada pela busca de matérias-primas e mercados consumidores para sustentar a segunda fase da Revolução Industrial, não trouxe benefícios reais para as nações dominadas. Embora a Igreja tenha aproveitado essa oportunidade para expandir a fé, falhou em defender adequadamente as causas sociais daqueles que foram severamente oprimidos (Ramos Neto, 2023).

Enquanto a Europa se dedicava à colonização da África e da Ásia, os Estados Unidos proclamavam a Doutrina Monroe²⁵, cujo objetivo central era proteger o continente americano da colonização europeia; assim, os países latino-americanos deixariam de ser colonizados pelos europeus para se tornarem alvos da influência estadunidense. Além disso, desde a sua fundação, os Estados Unidos aderem à doutrina do Destino Manifesto, que, devido à sua colonização protestante, alimenta o imaginário coletivo de que o povo estadunidense foi escolhido por Deus como eleito para pregar o Evangelho ao mundo. O Destino Manifesto, portanto, serviu como um discurso que legitimou a ação missionária no contexto da Doutrina Monroe, permitindo que a evangelização da América do Sul fosse percebida não apenas como um projeto espiritual, mas também como parte integrante de um projeto político (Kuhn; Arévalo, 2016).

Paralelamente, os primeiros missionários chegaram ao Brasil com a missão de cristianizar o país e outros territórios do continente sob a influência dos Estados Unidos. Enquanto em muitas regiões colonizadas pelos europeus o cristianismo ainda era desconhecido, no Brasil a população já era majoritariamente cristã/católica devido à influência dos jesuítas. Portanto, a estratégia mais eficaz para os missionários na América Latina foi confrontar o catolicismo dominante através de suas pregações. Por essa razão, os evangélicos brasileiros, que surgiram como resultado das missões provenientes dos Estados Unidos, se estabeleceram como uma espécie de antítese ao catolicismo.

A partir do século XVIII, a Europa foi marcada pela ascensão do Iluminismo, um movimento intelectual que promovia a crença de que a razão poderia iluminar a humanidade e substituir a influência das religiões e da espiritualidade. Os filósofos iluministas questionaram e criticaram severamente as religiões cristãs e a Bíblia, argumentando que a razão deveria substituir a fé como a principal fonte de conhecimento. David Hume (1711-1776), por exemplo, sustentava que o conhecimento derivava da experiência empírica, e não de revelações sobrenaturais, defendendo que o entendimento deveria ser baseado na experimentação e não meramente na crença (Barbosa; Costa, 2022).

²⁵ A Doutrina Monroe foi uma declaração de soberania americana sobre o Hemisfério Ocidental. Ela foi concebida para afastar a interferência europeia nas Américas e estabelecer uma esfera clara de influência para os Estados Unidos (Sexton, 2010).

O movimento liberal na Europa ocorreu em paralelo ao que o sociólogo Max Weber denominou de “processo de secularização” (Weber, 2015). Este processo descreve a gradual separação entre a dimensão religiosa e a dimensão mundana, ocasionada pelo advento da ciência moderna. A razão iluminista sustentava que a religião obstruía o progresso humano, portanto, no curso da emancipação e libertação histórica, a religião tenderia a desaparecer, dando lugar a uma sociedade orientada exclusivamente pela ciência. Assim, havia uma visão otimista de que, assim como a vacina poderia prevenir doenças no mundo natural, a diplomacia poderia evitar conflitos no mundo social. Este período foi denominado *Belle Époque*²⁶, traduzido do francês como “bela época” (Pierucci, 1998).

Diante desse contexto, teólogos europeus, especialmente da Alemanha, reconheceram a necessidade de engajar-se com os pensadores críticos e desenvolveram uma abordagem teológica conhecida como teologia liberal. Para esse corrente de pensamento, o objetivo era defender a essência do cristianismo, demonstrando que, apesar das críticas históricas serem válidas, o cristianismo, em sua essência, não se opunha ao mundo moderno. Os principais expoentes dessa abordagem, Daniel Ernst Schleiermacher (1768-1834) e Rudolf Karl Bultmann (1884-1976), sustentavam que era possível realizar uma interpretação racional da Bíblia (Soares, 2023).

O mundo anglo-saxão, por outro lado, que vivenciava movimentos de avivamento religioso, rejeitou esse postulado e, em vez de buscar um diálogo com a modernidade, optou por enfrentá-la e desconstruí-la. Entre 1909 e 1915, um grupo de protestantes nos Estados Unidos publicou uma série de textos intitulados *The Fundamentals – A Testimonium to the Truth*²⁷ e, devido a essa publicação, seus seguidores passaram a ser conhecidos como fundamentalistas. Para esses adeptos, a tentativa de negociação entre a igreja evangélica e a ciência moderna era considerada um pecado inaceitável. Portanto, eles buscavam – e ainda buscam – a recristianização do mundo ocidental. Os fundamentalistas cristãos estavam convencidos de que a política deveria ser orientada pelos princípios cristãos, acreditando que a sociedade ideal não seria alcançada por meio da ciência, mas pela submissão universal à verdade religiosa descrita na Bíblia. Deste modo,

Os fundamentalistas entendiam-se como uma contraofensiva a um modernismo que, assim diziam, havia se apossado do mundo protestante. Particularmente, esse fundamentalismo entendia-se primeiro como uma contraofensiva a uma Teologia orientada em um método que interpretava os conteúdos da fé, especialmente os textos

²⁶ A Belle Époque pode ser entendida como um estado de espírito do povo francês, quando a Europa passou por um período de paz e conseguiu se desenvolver tecnologicamente. Seu início se deu em meados do século XIX e terminou com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. (Lima, 2017).

²⁷ Tradução: Os Fundamentos – Um Testemunho da Verdade.

bíblicos, a partir de uma perspectiva histórico-crítica. O protestantismo estava se aliando à ciência moderna – e esse era o seu pecado (Dreher, 2006, p. 82).

Entretanto, a ciência iluminista não conseguiu responder a todas as questões que surgiram, uma vez que a diplomacia não conseguiu prevenir os conflitos armados, e o avanço do conhecimento científico resultou no aprimoramento de armas que causaram destruição em escala sem precedentes, como evidenciado pelas guerras mundiais e pelo uso da bomba atômica. A frustração com o progresso inevitável da humanidade, tão otimisticamente proclamado durante a *Belle Époque*, abriu espaço para um renascimento da religião mais vigoroso do que nunca. Assim, enquanto o mundo continua em constante transformação, a fé evangélica, junto com outras religiões, surge como uma estrutura orientadora para definir o caminho a seguir.

1.3.2 O pentecostalismo e a chegada dos evangélicos ao Brasil

No Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, onde o termo “protestante” é frequentemente associado a um grupo mais homogêneo, “evangélico” é um termo mais abrangente, se referindo tanto às denominações protestantes históricas, como as Igrejas Luterana, Metodista, Batista, Presbiteriana, Episcopal e Congregacional, quanto as igrejas pentecostais, que abarcam a Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Deus é Amor. O termo também se refere às igrejas neopentecostais, uma subcategoria dos pentecostais, que incluem denominações como a Igreja Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra, Igreja Internacional da Graça de Deus e Igreja Mundial do Poder de Deus (Pierucci; Mariano, 1992). Pesquisadores que estudam o tema da religião frequentemente classificam os evangélicos em duas categorias principais: protestantes históricos e pentecostais, sendo que esta última categoria é subdividida em neopentecostais.

Como visto anteriormente, os protestantes históricos emergiram na Europa, especificamente durante o período da Reforma Protestante, que se desenrolou do século XVI até o final do século XX. Em contraste, o movimento pentecostal surgiu nos Estados Unidos no início do século XX, influenciado pelo metodismo wesleyano e pelo movimento Holiness²⁸, que destacam, entre outros aspectos, a importância da santificação pelo Espírito Santo, a prática do falar em línguas e experiências de êxtase (Gonçalves; Pedra, 2017).

²⁸ O Movimento de Santidade (ou também chamado Movimento Holiness) no Cristianismo é um movimento que ensina que a natureza carnal da humanidade pode ser purificada através da fé e pelo poder do Espírito Santo possibilita que seus pecados sejam perdoados através da fé em Jesus Cristo (Matos, 2006).

Os protestantes se estabeleceram no Brasil de duas formas: através da imigração e através da via missionária, no início do século XIX. A imigração desempenhou um papel significativo na introdução do protestantismo, com a chegada de imigrantes alemães na primeira metade do século XIX, especialmente na região sul do país, que fundaram a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Simultaneamente, a atividade missionária também contribuiu para a presença protestante no Brasil, com a chegada de missionários provenientes da América do Norte e da Europa na segunda metade do século XIX, que estabeleceram suas igrejas e promoveram a expansão do protestantismo. Em 1855, foi fundada a Igreja Congregacional do Brasil, no Rio de Janeiro, seguida pela fundação da Igreja Presbiteriana do Brasil, em 1863. Além dessas, outras denominações protestantes, como os batistas e os anglicanos, também se estabeleceram no país. Essas denominações são classificadas como protestantes históricas ou tradicionais devido a sua origem na Reforma Protestante (Mendonça; Velasques Filho, 1990).

Com o passar do tempo surgiu uma nova onda de expansão religiosa: o pentecostalismo, que emergiu no início do século XX como um movimento cristão distinto, marcado por um contexto de renovação espiritual e avivamentos religiosos. O termo faz referência ao episódio narrado na Bíblia, no livro de Atos, capítulo 2, denominado Pentecostes. Alguns acreditam que Charles Fox Parham (1873-1929) foi o precursor do pentecostalismo, visto que ele foi o primeiro a considerar o “falar em línguas” como a evidência inicial do batismo no Espírito Santo, marca distintiva do movimento. Esse fenômeno recebeu diferentes denominações, como fé apostólica, movimento pentecostal e chuva tardia, todos refletindo aspectos distintivos da nova cosmovisão. Matos (2006, p. 30-31) pontua que uma das ideias centrais era a do restauracionismo, isto é,

o desejo de voltar aos dias iniciais do cristianismo, aos primeiros tempos da igreja primitiva, idealizados como uma época de maior fervor e plenitude cristã. Associada a isso estava a nova linguagem que dava ênfase ao poder do Espírito, conforme manifesto entre os apóstolos através de sinais e maravilhas. Essa linguagem passou a ser uma distinção importante entre os dois movimentos: enquanto a tradição holiness dava maior destaque à santidade ou santificação, o movimento pentecostal passou a privilegiar o conceito de poder.

Entretanto, o marco mais significativo de todos foi o Avivamento de Azusa Street, que aconteceu em Los Angeles, Estados Unidos, em 1906. Este avivamento, liderado por William J. Seymour (1870-1922), um pregador afro-americano e filho de ex-escravos, foi marcado por experiências intensas de adoração e manifestações dos dons espirituais descritos no Novo Testamento, como a glossolalia (falar em línguas). Matos (2006, p. 32) destaca que:

As reuniões eram eletrizantes e barulhentas. Começavam às 10 horas da manhã e prosseguiam por pelo menos doze horas, muitas vezes terminando às 2 ou 3 da madrugada seguinte. Não havia hinários, liturgia ou ordem de culto. Os homens gritavam e saltavam através do salão; as mulheres dançavam e cantavam. Algumas

peças entravam em transe e caíam prostradas. Até setembro, 13.000 pessoas passaram pelo local e ouviram a nova mensagem pentecostal. Um bom número de pastores respeitáveis foi investigar o que estava ocorrendo e muitos deles acabaram se rendendo ao que presenciaram. Uma característica marcante dessas primeiras reuniões foi o seu caráter multi-racial, com a participação de negros, brancos, hispanos, asiáticos e imigrantes europeus.

A filosofia teológica que emergiu do Avivamento de Azusa Street enfatizava a crença na continuidade dos dons espirituais e, para os pentecostais, o batismo no Espírito Santo não era apenas um evento de conversão, mas uma experiência adicional que capacita o crente a manifestar esses dons, como a glossolalia, a profecia e a cura. Essa perspectiva representou uma ruptura significativa com as tradições teológicas predominantes da época, que frequentemente viam esses dons como restritos aos tempos bíblicos (Campos, 2005). Após cerca de três anos de intensas reuniões diárias, o avivamento começou a declinar. Com o falecimento de Seymour, em 1922, e de sua esposa Jennie, em 1936, a missão encerrou suas atividades e o edifício foi demolido. No entanto, um novo capítulo na história da igreja havia se iniciado. Há alguns anos, uma placa foi colocada na praça adjacente ao local histórico, com a seguinte inscrição:

Missão da Rua Azusa – Esta placa comemora o local da Missão da Rua Azusa, que estava localizada na Rua Azusa 312. Formalmente conhecida como Missão da Fé Apostólica, ela serviu como berço do Movimento Pentecostal internacional de 1906 a 1931. O pastor William J. Seymour superintendeu o “Avivamento da Rua Azusa”. Ele pregou uma mensagem de salvação, santidade e poder, recebeu visitantes de todo o mundo, transformou a congregação em um centro multicultural de adoração e comissionou pastores, evangelistas e missionários para levarem ao mundo a mensagem do Pentecoste (Atos 2.1-41). Hoje os membros da Movimento Pentecostal/Carismático totalizam meio bilhão ao redor do mundo. Fevereiro de 1999 – Comissão Memorial da Rua Azusa (Matos, 2006, p. 33).

Destarte, o movimento pentecostal possui dois fundadores principais: Charles Parham e William Seymour. Parham foi o pioneiro ao afirmar que o falar em línguas deveria ser considerado a evidência visível e bíblica do batismo no Espírito Santo. A relevância de Seymour, que foi discípulo de Parham, reside no fato de que, sob sua liderança, o pentecostalismo se consolidou como um fenômeno internacional a partir de 1906. Nos Estados Unidos, as primeiras denominações pentecostais incluíram a Igreja de Deus de Camp Creek (Carolina do Norte), a Igreja de Deus de Cleveland (Tennessee), a Igreja da Fé Apostólica (Portland, Oregon) e as Assembleias de Deus (Hot Spring, Arkansas) (Campos, 2005).

Os pentecostais, tradicionalmente, mantiveram uma postura crítica em relação ao materialismo e ao hedonismo, bem como ao comportamento que consideravam permissivo entre os não evangélicos. Essa visão resultava em um forte antagonismo com o mundo exterior, incentivando seus fiéis a se protegerem das influências externas e evitarem a "contaminação" moral. No entanto, o movimento neopentecostal trouxe uma abordagem bem mais flexível e adaptável. Em vez de condenar o consumismo ou as tendências modernas, busca integrar-se a

elas, evitando impor regras rigorosas ou visões de mundo que poderiam alienar os setores que desejavam atrair (Guadalupe, 2020).

No Brasil, o campo religioso tem sido palco de intensas rivalidades desde o início da República até o século XXI. Os principais protagonistas dessa arena incluem a Igreja Católica e os protestantes tradicionais, além dos novos atores que emergem, como os pentecostais. A secularização do Estado, iniciada no século XX, junto ao princípio da liberdade religiosa, criou condições favoráveis para a diversificação da paisagem religiosa no país. Esse contexto permitiu o surgimento de novas denominações e seitas que buscam se estabelecer como religiões legítimas, lutando por reconhecimento e espaço no campo religioso. Essa evolução reflete uma dinâmica de competição e adaptação, onde diferentes grupos buscam validar suas crenças e ampliar sua influência.

No Brasil, em se tratando de laicidade, nos deparamos com a aurora republicana como marco. É quando se adota de modo assumido o princípio da separação entre Estado e igrejas. Em termos mais concretos: rompe-se com o arranjo que oficializava e mantinha a Igreja Católica; o ensino é declarado leigo, os registros civis deixam de ser eclesiásticos, o casamento torna-se civil, os cemitérios são secularizados; ao mesmo tempo, incorporam-se os princípios da liberdade religiosa e da igualdade dos grupos confessionais, o que daria legitimidade ao pluralismo espiritual. (Giumbelli, 2008, p.81)

No início do século XX, o país vivenciou uma nova onda de expansão religiosa com a chegada do movimento pentecostal. Esse movimento pode ser dividido em três fases distintas: o pentecostalismo clássico, que apareceu na década de 1910; o deuterpentecostalismo ou pentecostalismo neoclássico, que começou a se desenvolver entre as décadas de 1950 e 1960; e o neopentecostalismo, que surgiu no final dos anos 1970. O crescimento desses movimentos foi impulsionado pela insatisfação de fiéis com os estilos de culto e práticas das igrejas protestantes históricas, bem como pelo desajuste social decorrente da transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana (Cardoso; Miranda, 2020).

A primeira onda do pentecostalismo no Brasil teve início com a chegada de dois missionários suecos, Gunnar Vingren e Daniel Berg, que, após serem excluídos da Igreja Batista, fundaram a Assembleia de Deus, em Belém do Pará, no ano de 1911. Paralelamente, a Igreja Congregação Cristã no Brasil foi estabelecida em São Paulo, em 1910, por Louis Francescon, um italiano e ex-presbiteriano. Apesar de serem originários da Europa, a conversão desses missionários ocorreu nos Estados Unidos, de onde vieram com o propósito de evangelizar os brasileiros (Mariano, 2012). Acerca do perfil das igrejas, é importante destacar:

As duas igrejas demonstravam um perfil anticatólico e sectário, associado ao comportamento ascético de rejeição do mundo e na ênfase no dom de falar em línguas estranhas, a glossolalia. A Congregação Cristã, além de evidenciar um perfil de isolamento das demais igrejas e organizações pentecostais, procurou manter-se mais

fiel à conduta sectária, adotando também uma postura apolítica através da defesa intransigente da separação entre Estado e religião. A Assembleia de Deus apresentava uma postura diferente, visto que evidenciava uma maior disposição para adaptar-se às transformações que estavam em processo no pentecostalismo e na sociedade (Gonçalves; Pedra, 2017, p. 73).

A segunda categoria de igrejas pentecostais a emergir no Brasil foram as deuteropentecostais, na década de 1950. Nesse período, dois missionários dos Estados Unidos estabeleceram, em São Paulo, a Cruzada Nacional de Evangelização, que introduziu um novo método de pregação por meio de tendas móveis, expandindo-se rapidamente pelo país e promovendo o crescimento do pentecostalismo.

Em 1951, a Igreja do Evangelho Quadrangular foi estabelecida em São João da Boa Vista, São Paulo, por Harold Edwin Williams. Após tentativas infrutíferas, Williams fez um jejum e afirmou ter tido uma visão de seu colega Raymond Boatright pregando para várias multidões no Brasil (Mafra, 2001). Essa abordagem esteve em evidência pela pregação da cura divina, atraindo muitos seguidores e promovendo os princípios fundamentais da Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular: Jesus Salva, Jesus Batiza, Jesus Cura e Jesus Voltará, baseados nas declarações de fé de Aimée McPherson, fundadora da Igreja em Los Angeles, em 1923.

A distinção entre o pentecostalismo clássico e o deuteropentecostalismo é explicada pelo intervalo histórico de mais de quarenta anos entre essas ondas, refletindo diferenças significativas em suas características e práticas. Dentre as igrejas que se estabeleceram nesse período, duas se destacam: a Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo, fundada em 1955 e considerada a primeira igreja com um fundador brasileiro, e a Igreja Pentecostal Deus é Amor, estabelecida em 1962 e voltada para as camadas mais pobres da população. Uma característica comum entre elas é o uso de práticas modernas, como a benção por imposição de mãos, a unção com óleo e o dom de profecias e revelações. Os deuteropentecostais foram pioneiros na utilização de rádio, evangelismo itinerante com tendas de lona e eventos em locais públicos para alcançar um grande número de pessoas (Mariano, 2012).

A terceira onda do pentecostalismo, conhecida como neopentecostalismo, emergiu na segunda metade dos anos 1970 e ganhou visibilidade significativa nas décadas seguintes. Entre as principais igrejas neopentecostais no Brasil estão a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada em 1977, no Rio de Janeiro; a Igreja Internacional da Graça de Deus, estabelecida em 1980, também no Rio de Janeiro; a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, criada em 1976, em Goiás; a Igreja Renascer em Cristo, fundada em 1986, em São Paulo; e a

Igreja Mundial do Poder de Deus, criada em 1988, em São Paulo. Estas igrejas, fundadas por pastores brasileiros, são representativas desse movimento (Gonçalves; Pedra, 2017).

As igrejas neopentecostais, além de incorporarem elementos da primeira e segunda onda do pentecostalismo, incluindo o batismo no Espírito Santo e os dons espirituais como línguas estrangeiras, curas e profecias, também incorporam as seguintes características: inserção midiática massiva; aproximação com a política, utilizando a estrutura denominacional como comitê partidário durante as eleições; teologia da prosperidade; células; ênfase no ministério jovem; totalitarismo, exercendo um controle rígido sobre a vida particular de seus membros; são personalistas, ou seja, o líder tem a palavra final; e, em algumas denominações, adotam o sincretismo²⁹(Ramos Neto, 2023).

O neopentecostalismo é caracterizado pelo destaque na guerra espiritual contra o Diabo e pela ênfase na prosperidade espiritual e material. A "teologia da guerra espiritual" ensina que o mundo é palco de uma constante batalha entre as forças do bem e do mal. De acordo com essa visão, os problemas e adversidades enfrentados pelos fiéis são atribuídos à influência de entidades malignas, o que torna necessário realizar rituais de exorcismo e cultos de libertação para expulsar esses espíritos. Nesse sentido, ao vincular o paradoxo neopentecostal à realidade brasileira, observa-se que os elementos apropriados, ressignificados e combatidos são essencialmente signos da religiosidade afro-brasileira, como aponta Almeida (2001, p. 14):

Ela ficou mais parecida com a religiosidade inimiga ao elaborar um sincretismo às avessas que associou as entidades da umbanda e orixás do candomblé ao polo negativo do cristianismo: o diabo. Se originalmente os universos foram formados em contextos diferentes, a interação (produto do trânsito de pessoas e ideias) gerou uma religiosidade que mistura exus com glossolalia, exorcismo com transe; de tal maneira que se estabeleceu uma continuidade pela qual as entidades puderam transitar e esses universos puderam, pelo transe, se comunicar.

Segundo Almeida (1996), ao apresentar “a verdade da Bíblia” e deslegitimar a fé considerada contrária, observa-se uma postura beligerante que estabelece fronteiras. A lógica proselitista neopentecostal visa à libertação de almas por meio da expulsão de demônios, e seus representantes se posicionam como salvadores, o que justifica a busca por novos territórios em uma dinâmica de competição. Observa-se uma tendência simplificadora, que é ao mesmo tempo reducionista e altamente eficaz, ao sugerir que todos os males da humanidade têm sua raiz no diabo, indicando que, acima de tudo, é necessário combatê-lo. Ademais, acredita-se que os demônios são os responsáveis por impedir a prosperidade dos devotos, assim, livrar-se dessas

²⁹ O sincretismo religioso é um processo cultural que envolve a fusão de diferentes doutrinas e tradições dentro de uma mesma corrente religiosa (Ribeiro, 2023).

influências malignas é considerado essencial para alcançar a cura e o sucesso financeiro, pois as bênçãos dependem da superação dessas forças espirituais adversas (Oro; Tadvall, 2019).

Por sua vez, essas igrejas frequentemente adotam uma estrutura empresarial e promovem a teologia da prosperidade, que preconiza que os cristãos devem ser bem-sucedidos e felizes como resultado de suas práticas religiosas. Essa teologia, também conhecida como *Health and Wealth Gospel*, *Faith Movement*, *Positive Confession*, surgiu na década de 1940, mas só se consolidou como um movimento religioso efetivo na década de 1970, período em que encontrou aceitação entre os grupos evangélicos carismáticos nos Estados Unidos, ganhando visibilidade e receptividade também entre outras vertentes cristãs (Mariano, 2012). Promove-se a crença de que a prosperidade, saúde e sucesso são alcançados através do pagamento de dízimos e do envolvimento em práticas que substituem símbolos tradicionais de conversão e pertencimento ao pentecostalismo.

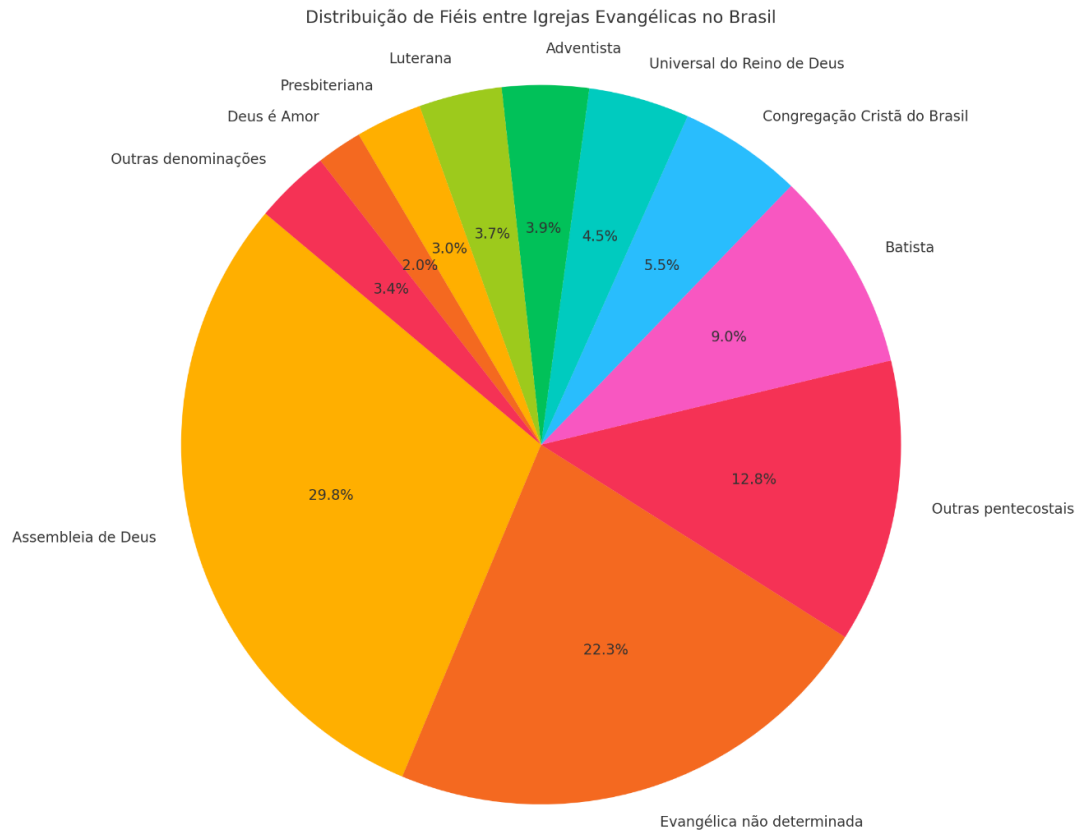
Max Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2004), argumenta que a ética protestante, especialmente no calvinismo, estabeleceu uma conexão entre a prática religiosa e o sucesso material, onde a prosperidade era vista como um sinal da benção divina. Essa visão incentivava a disciplina, o trabalho árduo e a racionalidade econômica, elementos que ajudaram a moldar o desenvolvimento do capitalismo moderno. No Brasil, igrejas como a Universal do Reino de Deus e a Internacional da Graça de Deus, fundadas por Edir Macedo e Romildo Ribeiro Soares, respectivamente, aplicam e aprimoram essas doutrinas de maneiras distintas. Os pregadores neopentecostais associados a essas instituições sustentam que a prosperidade financeira serve como um sinal de que o fiel está alinhado com os planos de Deus e demonstra obediência através de sua fé. O propósito dessas igrejas é atrair indivíduos não convertidos, e a organização de seus cultos reflete essa intenção, dedicando-se a tocar e despertar o sentimento religioso nas pessoas e abordando-as a partir de suas realidades atuais, muitas vezes marcadas pelo peso dos pecados e pela situação de vulnerabilidade econômica.

A nota técnica “Surgimento, trajetória e expansão das igrejas evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019)” (Araújo, 2023, p. 9), publicada pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM), da Universidade de São Paulo (USP), realiza uma sistematização das denominações evangélicas, que podem ser classificadas em diferentes grupos com base em suas tradições e doutrinas. As Igrejas Evangélicas Missionárias incluem denominações históricas e tradicionais, como a Batista, Presbiteriana, Metodista, Luterana e Anglicana, que têm raízes na Reforma Protestante e enfatizam a pregação da Bíblia e a organização institucional consolidada.

As Igrejas Evangélicas Pentecostais surgiram no início do século XX, enfatizando a experiência do batismo no Espírito Santo e os dons espirituais, como a cura divina e o falar em línguas. Algumas das principais denominações desse grupo incluem a Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Deus é Amor e a Congregação Cristã no Brasil. Já as Igrejas Neopentecostais, um movimento mais recente, se destacam pelo uso intenso da mídia e por uma teologia voltada à prosperidade, com igrejas como a Universal do Reino de Deus, Mundial do Poder de Deus e Renascer em Cristo. Além dessas categorias, há uma grande diversidade de denominações evangélicas que não se encaixam em classificações rígidas, sendo identificadas como "não determinadas". Essas igrejas variam amplamente em nome, práticas e doutrinas, incluindo comunidades como Igreja Apostólica Fonte de Vida, Igreja Bíblica e Comunidade Cristã Paz e Vida, entre muitas outras. Essa ampla variedade reflete a expansão e fragmentação do movimento evangélico no Brasil.

A nota também revela aspectos da expansão evangélica no país, que mantém um ritmo acelerado de crescimento desde a década de 1960. Nos últimos 20 anos, o catolicismo tem experimentado uma perda anual média de 1% de seus fiéis brasileiros para outras religiões, com a maior parte dessas conversões ocorrendo em direção ao evangelicalismo. No livro *Povo de Deus*, Juliano Spyer (2020, p. 83) compila dados do censo do IBGE de 2010, que demonstram as denominações com o maior número de fiéis, conforme exposto na Tabela 1.

Gráfico 1: Distribuição de Fiéis entre Igrejas Evangélicas no Brasil



Fonte: Gráfico próprio, com base nos dados de Spyer (2020, p. 83).

Os dados mostram que o pentecostalismo domina o cenário evangélico no Brasil, com a Assembleia de Deus liderando com mais de 12 milhões de fiéis, seguida por um grande contingente de evangélicos sem denominação específica, que somam mais de 9 milhões. A forte presença das igrejas pentecostais e neopentecostais, como a Universal do Reino de Deus, reflete a popularidade de cultos dinâmicos e midiáticos. Enquanto isso, igrejas históricas, como as Batista, Presbiteriana e Luterana, mantêm presença significativa, mas com menor crescimento em comparação ao pentecostalismo. Além disso, a fragmentação religiosa é evidente, com diversas denominações menores reunindo um número expressivo de fiéis. O aumento da categoria "evangélicos não determinados" pode indicar uma tendência de desinstitucionalização da fé, com pessoas que transitam entre igrejas ou adotam uma vivência religiosa mais flexível e individual.

O funcionalismo se destacou como a principal abordagem para investigar o crescimento dos evangélicos no Brasil, argumentando que essa transformação no campo religioso está ligada a significativas mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas nos anos 30. Durante esse período, a industrialização e urbanização impulsionaram migrações do campo para a cidade, levando muitos a enfrentarem dificuldades de adaptação às novas realidades urbanas. Para os

grupos mais pobres, as igrejas pentecostais se tornaram espaços de acolhimento e sociabilização, fundamentais para reconstruir suas redes de apoio e se ajustarem à vida nas cidades (Mariano, 2011).

Complementando essa análise, o cientista político Victor Araújo (2023) identifica três fatores principais que impulsionam a transição de católicos para evangélicos: a urbanização, a insuficiência do Estado em atender às necessidades regionais e a rápida capacidade de adaptação das igrejas evangélicas. Serra (2005, p. 63) reforça essa ideia, afirmando que “as igrejas pentecostais crescem porque têm alta capacidade de adequação às necessidades das crescentes massas de migrantes pobres em busca de refúgio fraternal, segurança e ajuda para reorganizar a vida e lidar com a pobreza”.

Nesse contexto, a falta de padres se apresenta como um obstáculo adicional à presença da Igreja Católica em áreas mais afastadas e menos urbanizadas do Brasil. Atualmente, há apenas um padre para cada 7.800 habitantes no país, o que reflete os longos anos dedicados à sua formação; por outro lado, pastores de igrejas pentecostais ou neopentecostais se formam rapidamente, em questão de semanas ou meses. Somado a isso, enquanto a fundação de uma igreja católica exige um processo burocrático, as igrejas evangélicas podem ser abertas com apenas um registro em cartório (Spyer, 2020).

Mariano (2011) e Giumbelli (2008) destacam, em suas análises sobre a oferta religiosa, que o crescimento do número de adeptos está diretamente relacionado à não intervenção do Estado no campo religioso e, especialmente, à mobilização interna de cada igreja. Nesse contexto de disputa pela hegemonia do sagrado, as igrejas enfrentam uma oferta ampliada de fé, o que resulta em novas relações de poder. Essa dinâmica gera arranjos que determinam o que é negociável dentro das propostas teológicas e como os novos serviços são oferecidos aos fiéis. Além de criar novas hierarquias dentro do campo religioso, essas mudanças também influenciam o campo político, uma vez que esses novos atores combinam a oferta de fé mercantilizada com os benefícios e interesses que a ocupação de cargos legislativos pode trazer para suas instituições religiosas. Mariano (2011, p. 31) identifica algumas características principais que elucidam o sucesso dos neopentecostais:

- 1) a funcionalidade da concentração de poder eclesiástico e de governos eclesiásticos verticais para a centralização dos recursos financeiros da denominação e para a realização de grandes investimentos em meios de comunicação de massa, construção de templos, envio de missionários e abertura de novos campos de missão, sustento de amplo número de pastores trabalhando em tempo integral; 2) a racionalização empresarial da gestão e da organização institucional; 3) a formação rápida e em larga escala de pastores; 4) a opção estratégica pelo evangelismo eletrônico para amplificar a atração das massas aos cultos; 5) a hipertrofia da oferta sistemática e organizada de serviços mágicos (curas, exorcismos, libertações espirituais, ritos e promessas 29 de

prosperidade material e financeira, resolução de problemas familiares, afetivos, emocionais, psicológicos etc.) para ajustar-se a visões de mundo, interesses e demandas de largas parcelas da população e, assim, ampliara demanda por seus bens e serviços religiosos.

A história dos evangélicos no Brasil é marcada por um processo de crescimento e diversificação que reflete tanto as dinâmicas internas da sociedade brasileira quanto as influências externas. Desde a chegada dos primeiros imigrantes luteranos no início do século XIX até a expansão das diversas denominações protestantes e pentecostais, o panorama evangélico no país evoluiu significativamente. Inicialmente restritos a grupos específicos e concentrados principalmente no sul do Brasil, os evangélicos começaram a se espalhar por todo o território nacional com a chegada de missionários e a fundação de novas igrejas. A partir da segunda metade do século XX, o advento das igrejas neopentecostais introduziu novas práticas e abordagens, transformando o cenário religioso brasileiro e ampliando a presença evangélica. Este crescimento contínuo e diversificado não apenas refletiu as mudanças sociais e culturais do país, mas também contribuiu para o desenvolvimento de uma identidade religiosa única que continua a influenciar a vida política, social e cultural do Brasil.

A teologia da prosperidade, a teologia da guerra espiritual e a teologia do domínio formam a espinha dorsal do movimento neopentecostal, que será analisado em profundidade no próximo capítulo. Esses conceitos sinalizam uma ruptura clara com o pentecostalismo clássico e introduzem uma nova abordagem teológica. Em essência, a teologia da prosperidade e a teologia da guerra espiritual são elementos centrais nas transformações da cosmovisão neopentecostal. Juntas, elas promovem uma perspectiva reconstrucionista que não só redefine a relação dos fiéis com o mundo, mas também influencia suas posturas em questões sociais e políticas. Essa nova visão leva os crentes a um engajamento mais ativo em contextos que antes eram considerados distantes ou opostos aos seus princípios.

CAPÍTULO 2 - TEOLOGIA DO DOMÍNIO E A INSERÇÃO DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA

2.1 O QUE É TEOLOGIA DO DOMÍNIO?

Marx e Engels (2007), em *A Ideologia Alemã*, descrevem a ideologia como uma falsa concepção da realidade baseada em um ponto de vista advindo da classe dominante, que possui o monopólio dos meios de produção e os utiliza em benefício próprio, objetivando ocultar a realidade e alienar as outras classes. Konder (2002) destaca que a ideologia teria dois significados, um fraco e um forte: o fraco designaria um conjunto de ideias e valores que visam orientar comportamentos coletivos relacionados à ordem pública; já o forte, pautado em Marx, se refere a uma distorção do conhecimento.

A partir da concepção marxiana, a ideologia não aparece em um sentido unilateral, mas composta de conotações opostas; por um lado negativo, é apresentada como uma força mistificadora que impede o desenvolvimento social; por outro, ela é vista de forma positiva, cujo o propósito é superar certas restrições sociais (Mészáros, 2011). Assim, a base histórica da sociedade, marcada pelo antagonismo de classe, é o que distingue a ideologia emancipatória positiva da falsa consciência da ideologia de ordem burguesa.

Para Marilena Chaui (1981, p. 21), a ideologia dominante se apresenta por meio de “ideias ou representações que tendem a esconder dos indivíduos o modo real de suas relações e como elas foram produzidas, e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política”. Dessa maneira, a ideologia é inserida de forma sutil, criando a ilusão de que é oriunda do povo, mas na verdade é determinada pelos interesses da classe dominante. Partindo dessa lógica, a teologia do domínio (TD) surge como um dispositivo religioso fundamentado na ideia de que os cristãos possuem o dever de exercer uma autoridade que lhes é divinamente conferida sobre todas as esferas da sociedade.

Para compreender a origem e caracterização do que viria a ser essa teologia, é necessário examinar alguns conceitos que a precedem. A relação entre os termos reconstrucionismo, dominionismo e teologia do domínio não é totalmente clara, mas pode-se afirmar que o reconstrucionismo antecede os outros conceitos em termos históricos. Trata-se de um movimento fundamentalista, calvinista e reformista, que surgiu nas décadas de 1960 e 1970, fundamentado nas ideias de Rousas John Rushdoony. Outros nomes importantes dessa corrente são Greg Bahnsen, Gary North e Peter Wagner. Esse movimento defende a reconstrução da sociedade e a reformulação de todos os aspectos culturais a partir de valores cristãos, propondo que as leis civis devem refletir as leis de Deus (Williams, 2010). Essa abordagem implica não

apenas na influência, mas na reestruturação das instituições sociais segundo uma perspectiva teológica específica. Para Marsdsen (2006, p. 248):

[...] O reconstrucionismo cristão em sua forma pura é um movimento radical que nunca foi amplamente aceito. Fundado por Rousas J. Rushdoony, um presbiteriano ultraconservador, reconstrucionismo, teonomia ou teologia do domínio, como é chamado indiscriminadamente, defende uma teoria econômica ultraconservadora e busca uma teocracia que inclua o restabelecimento das leis civis do Antigo Testamento [...] Não obstante, os Reconstrucionistas ajudaram a formular as precoces críticas ao humanismo secular, e sua busca por uma alternativa bíblica teve influência considerável na retórica da Direita Religiosa.

Em contraste, o dominionismo é um conceito que se destaca por seu enfoque político. Essa perspectiva sustenta que os cristãos têm um direito divino de governar todas as instituições terrenas e é defendida por fundamentalistas e conservadores que acreditam na necessidade de os cristãos ocuparem áreas estratégicas da sociedade, a fim de estabelecer uma nação cristã. Johnny Enlow, autor do livro *A Profecia das Sete Montanhas* (2008), sistematiza a visão referente às sete montanhas, que simbolizam sete esferas essenciais que devem ser controladas pelos cristãos: família, religião, educação, mídia, lazer, negócios e governo. Essa ideia estabeleceu-se através de uma interpretação própria do autor do que está escrito em Apocalipse 5:1-12 (Bíblia, 1980), o qual diz:

Digno é o Cordeiro que foi morto de receber o poder, e riqueza, e sabedoria, e força, honra, glória e louvor. Estes sete atributos de majestade que ele era digno de receber, cada um deles coincidem com os sete pilares culturais, da sociedade de cada nação. Quando falamos em discipular as nações, nos referimos a estes sete pilares da sociedade ao qual o Cordeiro é digno de receber! Após pesquisar o significado no grego original destas palavras, tornou-se evidente a mim que o poder fala ao Governo, as riquezas falam à Economia, a sabedoria fala à Educação, a força fala à Família, a honra fala à Religião, e a glória fala à Celebração, e a benção fala à Mídia. O Cordeiro foi imolado, perfazendo o último sacrifício, nos capacitando a discipular, instruir as nações nestes sete fundamentos da cultura, para que os entregássemos um a um a Ele (Enlow, 2008, p. 11-12).

Outra leitura distorcida aparece na passagem do Antigo Testamento em que Deus promete a Israel que o faria "cabeça e não cauda" (Bíblia, 1980), o que originalmente refere-se à libertação do povo, garantindo sua autonomia e liberdade, em contraposição à condição de escravidão. Contudo, na exegese contemporânea, essa promessa tem sido reinterpretada como uma exigência para que Israel não se submeta a nenhuma outra nação ou poder, devendo sempre ocupar uma posição de liderança e domínio.

Para nos tornarmos "cabeça ao invés de cauda" (Deuteronômio 28:13), precisamos conquistar as principais áreas de influência de nossa sociedade, muitas vezes nossa pobre visão espiritual escatológica é o que nos manteve "como cauda" e fora da nossa Terra Prometida (Enlow, 2008, p. 15).

Já a teologia do domínio, que emergiu no final da década de 1980, articula diversas doutrinas para sustentar o dominionismo. Essa abordagem teológica interpreta o versículo de

Gênesis 1:28 (Bíblia, 1980) – “dominai a terra” – não como uma delegação ao ser humano em geral, mas como um mandato divino específico para que os cristãos dominem todas as esferas da sociedade. A ideia central é que a fé cristã deve guiar não apenas a vida individual dos crentes, mas também as estruturas sociais e políticas que moldam a sociedade. É importante ressaltar que essas correntes não devem ser vistas como um grupo coeso, mas sim como um conjunto de aspirações políticas e teológicas que apresentam diversas contradições internas (Pereira, 2023). Em suma, defende-se que:

[...] o domínio e a autoridade sobre a terra foram dados por Deus aos homens desde Adão, mas foram perdidos pelo pecado original. Recuperados por Jesus através do sacrifício vicário, devem ser retomados pelos crentes. Isso se daria por meio de luta espiritual contra o diabo, que estaria bloqueando a atmosfera da terra e impedindo o fluxo do céu e a emanção de bênçãos advindas do alto (Rosas, 2015. p. 246).

Para compreender o desenvolvimento dessa teologia, é essencial retroceder às décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos, um período profundamente marcado pelas tensões geopolíticas da Guerra Fria, pelas grandes revoluções que ameaçavam os governos ocidentais e pelo crescente avanço da influência comunista na Europa. É nesse cenário que o movimento é fundado, em 1955, por Donald Anderson McGavran, um missionário conhecido por seu trabalho relacionado à expansão da igreja através da conversão religiosa. A TD emerge como uma resposta reacionária à percepção de que os Estados Unidos, concebidos como uma "nação cristã", estavam se distanciando de seus princípios fundacionais.

Esse contexto histórico gerou inquietação entre os cristãos estadunidenses, que passaram a enxergar o comunismo, o secularismo e as transformações sociais como ameaças diretas à moralidade e aos valores cristãos tradicionais. Entre as mudanças postas nesse período, destacam-se a legalização do aborto em 1973, a retirada das orações nas escolas e a intensificação do debate sobre o ensino do evolucionismo e do criacionismo, que, para esses grupos, simbolizavam o afastamento dos Estados Unidos de suas raízes cristãs (Cunha, 2023). Eliseu Pereira (2023), doutor em teologia, destaca que entre os principais teóricos responsáveis pela articulação e desenvolvimento dessa corrente teológica estão Rousas J. Rushdoony, Greg Bahnsen, Gary North, Francis Schaeffer e C. Peter Wagner, cujas contribuições foram decisivas para o seu desenvolvimento teórico e prático,

Rushdoony, considerado o precursor do reconstrucionismo cristão, propôs a restauração da sociedade com base nas leis bíblicas, o que pode ser visto em sua obra *Institutas da Lei Bíblica* (1973), onde defendeu uma reestruturação radical da sociedade. Ele enfatizava a educação domiciliar (homeschooling) como um meio de impedir a deterioração moral e defendia que as leis civis deveriam refletir os preceitos bíblicos. Seu pensamento inspirou uma

visão de longo prazo voltada para a transformação da sociedade cristã, a partir da valorização da família e da diminuição do papel do Estado, promovendo um patriarcado rígido e um controle moral inflexível.

Greg Bahnsen, seguidor de Rushdoony, contribuiu para o debate acadêmico e a articulação filosófica e apologética do dominionismo, desenvolvendo a Apologética Pressuposicionalista, que acreditava na superioridade da racionalidade cristã na fundamentação da ordem social e argumentava que sistemas filosóficos alternativos carecem de uma base sólida e, por isso, são ou desprovidos de significado ou acabam por depender, de forma implícita, de premissas cristãs. Ele aprofundou o conceito de teonomia, defendendo que a lei de Deus deveria ser aplicada diretamente na administração civil. Já Gary North, genro de Bahnsen, foi responsável por integrar a TD com a economia liberal, argumentando que a prosperidade econômica derivaria da observância das leis de Deus. Ele propôs uma estratégia multigeracional que visava consolidar o domínio cristão por meio da ocupação de cargos públicos e da reformulação das estruturas sociais com base na Bíblia (Novais; Campos, 2021).

Francis Schaeffer, embora mais moderado, teve um papel essencial na popularização das ideias dominionistas. Seu livro *Manifesto Cristão* (1985), uma resposta ao *Manifesto Comunista* (1848), influenciou profundamente a direita cristã, onde teceu críticas ao humanismo e defendeu o envolvimento político dos evangélicos para restaurar os valores cristãos na sociedade ocidental e extinguir a separação entre Igreja e Estado. Por fim, Charles Peter Wagner, associado ao movimento neopentecostal, foi um dos principais disseminadores da TD na América Latina. Ele articulou o conceito de “domínio” com a ideia de que os cristãos deveriam assumir o controle de sete esferas estratégicas da sociedade, impulsionando a Nova Reforma Apostólica e ampliando a influência da TD em âmbito global.

De acordo com Frederick Clarkson (2005), existem três características que são comuns a todas as formas de dominionismo. A primeira delas é o nacionalismo cristão, que se fundamenta na ideia de que os Estados Unidos devem voltar a ser uma nação cristã, rejeitando, assim, as influências iluministas que moldaram a democracia estadunidense; nesse sentido, os dominionistas afirmam que o Estado não pode manter uma posição neutra em relação à religião. A segunda característica é a supremacia religiosa, que admite apenas uma única ideia de divindade, a cristã, e se manifesta na falta de respeito à igualdade religiosa ao desconsiderar outras religiões ou até mesmo diferentes correntes do cristianismo. Por fim, a terceira característica é a defesa de uma teocracia, que advoga pela implementação da “lei bíblica” como

base para as leis civis. Nesse modelo, a Constituição dos Estados Unidos é vista como um meio para a aplicação direta dos princípios bíblicos na governança civil e jurídica.

A cosmovisão bíblica fornece à direita cristã uma base teológica que orienta suas ações políticas e fundamenta a formulação de políticas públicas. Nesse cenário, o conceito dos "Sete Montes" — que defende a aplicação de princípios bíblicos nas sete esferas estratégicas da sociedade — é considerado compatível com a visão expressa em Isaías 2:2 (Bíblia, 1980). Essa perspectiva, por sua vez, justifica a exclusão de certos grupos sociais, com base na interpretação de Gênesis 3 sobre a maldição da terra. Assim, argumenta-se que a cidadania plena e os direitos civis seriam direitos exclusivos dos cristãos, o que, em alguns casos, inclui até a defesa de práticas como a pena de morte.

Além disso, acredita-se que os cristãos têm a responsabilidade de promover a cristianização global e exercer controle sobre a sociedade antes da segunda vinda de Cristo. A Igreja, enquanto corpo de Cristo, é chamada a manifestar o reino de Deus na Terra e garantir que todos os opositores estejam sob sua autoridade. Nesse cenário, há uma transição do pré-milenismo para o pós-milenismo; enquanto o pré-milenismo enfatiza a intervenção direta de Cristo para restaurar o reino de Deus e a permanência de uma batalha espiritual entre o bem e o mal até que esse momento chegue, o pós-milenismo sugere que os crentes têm a responsabilidade de "dominar" o mundo espiritual e físico, evangelizando e transformando a sociedade para que, eventualmente, o Reino de Deus seja plenamente realizado antes da volta de Cristo (Roldán, 2002). Essa corrente evangélica entende a teologia do domínio como a manifestação do Reino de Deus no presente. Para Xavier (2024, p. 3):

Quando analisamos a mentalidade escatológica milenarista, encontramos três vertentes principais, derivadas de diferentes escolas escatológicas: pré-milenismo, milenismo (ou amilenismo) e pós-milenismo. O milenismo, ou amilenismo, com uma raiz profundamente espiritual, vê a Igreja como o verdadeiro Israel de Deus e reconhece Israel como o único povo eleito por Ele. Por outro lado, os pré-milenistas acreditam que o mundo está destinado a uma decadência total, e que nada de bom pode surgir dele. Esse pessimismo social é uma característica central do pré-milenismo, mas a esperança repousa na promessa de que Jesus trará a paz. Para os pré-milenistas, a Igreja é o Israel espiritual e Deus cumprirá Suas promessas durante o milênio. A visão escatológica do pré-milenismo foca na ideia de que Jesus restaurará o Reino, algo que nenhum sistema humano pode realizar (Kehl, 2001). Já o pós-milenismo, por sua vez, é caracterizado pelo "domínio da Igreja na Terra".

Essa transformação teológica provocou uma mudança significativa nas normas de envolvimento político dos evangélicos, alterando também sua postura diante do mundo. Esse novo entendimento foi essencial para moldar a forma como os evangélicos passaram a atuar politicamente no cenário público, especialmente a partir dos anos 90, dentro do contexto emergente do neopentecostalismo. De acordo com o professor e teólogo Edjar Dias de

Vasconcelos (2019), a teologia do domínio pode ser vista como uma interpretação política da Bíblia, profundamente conectada à teologia da prosperidade e alinhada com os princípios do neoliberalismo, especialmente no que diz respeito à proposta de reconstrução social que preconiza. Essa visão teológica não só redefine o papel da Igreja na sociedade, mas também articula um modelo de transformação social que busca, por meio da fé, promover um tipo de ordenamento econômico e político conforme os preceitos bíblicos.

Os novos protagonistas políticos no contexto religioso evangélico surgem principalmente nas igrejas independentes vinculadas ao movimento carismático e neopentecostal. Vale destacar que, historicamente, os evangélicos tradicionais se posicionaram eticamente contra a participação política dos cristãos. Da mesma forma, os pentecostais, com sua teologia centrada na "negação do mundo", também se opuseram à atuação de pastores e líderes religiosos na política. Contudo, um novo movimento religioso emergiu, que, embora preserve parte da herança evangélica tradicional, introduziu inovações significativas no campo da ética pública e redefiniu as relações entre igreja e sociedade. Essa mudança possibilitou a superação das visões isolacionistas e negacionistas que anteriormente caracterizavam as posturas evangélicas em relação ao engajamento com as estruturas políticas (León; Guadalupe, 2020).

Nessa perspectiva, o movimento neopentecostal serve como a base de apoio para a TD, que busca consolidar seu projeto político por meio da ocupação do Estado e da conquista do poder por vias eleitorais. Com o respaldo dos neopentecostais, a direita política tem se fortalecido ao adotar e amplificar esse discurso. A TD, portanto, representa a tentativa de transformar sua ideologia religiosa ultraconservadora em uma visão hegemônica na sociedade (Vasconcelos, 2019). A partir disso, um conceito fundamental é a teonomia, que propõe a aplicação das leis do Antigo Testamento como modelo para a legislação de um país. A teonomia defende que a separação entre política e teologia deve ser superada, propondo um projeto de poder que inclui medidas como a pena de morte, a criminalização de comportamentos considerados pecaminosos, a escravidão por dívidas e a limitação do poder do Estado. Para viabilizar essa visão, a eleição de representantes cristãos e a formação de juízes comprometidos com esses princípios são considerados passos essenciais para influenciar todas as esferas governamentais.

Trata-se, portanto, de um projeto que não pode ser considerado homogêneo ou conduzido por um único grupo evangélico, mas sim um conjunto diverso de crenças, que variam entre posições moderadas e radicais, frequentemente com contradições internas. Pereira (2023)

destaca que, embora todo reconstrucionista seja dominionista, nem todo dominionista se alinha necessariamente ao reconstrucionismo. Nesse sentido, o reconstrucionismo pode ser visto como uma abordagem mais radical e minoritária, com maior expressão nos Estados Unidos, enquanto a teologia do domínio adota uma postura mais moderada no espectro de influência evangélica.

Destarte, a TD sugere que a responsabilidade dos crentes não é apenas de viver sua fé, mas de moldar a sociedade de acordo com os princípios que acreditam ser divinos. Essa visão não é apenas uma chamada à ação, mas também um desafio ético e moral, pois coloca os crentes na posição de defensores de uma visão de mundo que eles consideram universalmente válida. Os dominionistas moderados, em geral, buscam garantir que cristãos ocupem cargos de liderança em áreas estratégicas da sociedade, com o objetivo de proteger a civilização judaico-cristã da decadência humanista. Contudo, é evidente que a vertente moderada muitas vezes serve de apoio à ala mais radical, uma vez que ambas compartilham os mesmos fundamentos ideológicos (Pereira, 2023).

2.2 A TEOLOGIA DO DOMÍNIO NOS EUA

Este tópico tem como objetivo evidenciar a influência da teologia do domínio na esfera política dos Estados Unidos. Para isso, é importante entender o funcionamento da política estadunidense. Os Estados Unidos possuem um sistema federativo e são organizados como uma república federal composta por 50 estados, que se uniram para formar a União, diferentemente do Brasil, onde os estados são parte de uma federação desde o início. Essa união resulta em uma autonomia maior para os estados americanos em comparação com os brasileiros. Vale lembrar que o primeiro nome do Brasil foi Estados Unidos do Brasil, de 1889 a 1968, sendo alterado para República Federativa do Brasil na Constituição de 1967 (Previdelli, 2020).

Em relação ao sistema político, os EUA são caracterizados por um bipartidarismo, dominado pelos partidos Republicano e Democrata. Embora existam outros partidos, o sistema acaba criando uma “cláusula de barreira” que limita a influência de alternativas. O Partido Democrata e o Partido Republicano (GOP) têm origens distintas, com o Democrata fundado em 1828 e o Republicano em 1854. O símbolo do Democrata é um burro, enquanto o Republicano é representado por um elefante (Pereira, 2023).

Politicamente, o Partido Democrata se posiciona no centro e centro-esquerda, defendendo ideais do liberalismo social e uma plataforma que inclui a participação do Estado na economia, justiça social e igualdade econômica. Seus eleitores costumam ser liberais, progressistas e centristas. Em contrapartida, o Partido Republicano é associado à direita, com

uma ideologia que abrange conservadorismo e liberalismo econômico, defendendo um livre mercado e um Estado mínimo. Sua base eleitoral é composta principalmente por conservadores, incluindo os chamados WASP (brancos, anglo-saxões e protestantes).

Geograficamente, os democratas possuem maior presença nos estados do leste, nos Grandes Lagos e no oeste, enquanto os republicanos possuem mais força nos estados do sul, centro e sudeste, especialmente na região conhecida como Bible Belt. Historicamente, o Partido Democrata predominou entre 1930 e 1980, com presidentes como Kennedy, Carter, Clinton, Obama e Biden. Por outro lado, o Partido Republicano dominou de 1860, durante a Guerra Civil, até a crise de 1929, contando com presidentes como Nixon, Reagan, Bush pai, Bush filho e Trump (Teologia Pé no Chão, 2021).

Para entender o ponto de conexão com a TD, é preciso revisitar o contexto dos anos 1960, especialmente após a morte de John F. Kennedy. Em 1964, o GOP³⁰ enfrentou uma grave derrota eleitoral na eleição presidencial, onde o democrata Lyndon Johnson, que assumira o mandato de Kennedy, venceu Barry Goldwater, um republicano de extrema direita, por 486 a 52, ou seja, 44 estados contra 6, todos do sul. Essa foi a sexta eleição mais desigual da história americana. Diante dessa situação, os republicanos perceberam a urgência de aumentar sua base de apoio, buscando votos entre cristãos fundamentalistas, pentecostais e carismáticos (Rocha, 2020).

A insatisfação dos conservadores americanos com a política dos democratas nos anos 60, juntamente com a eleição de Reagan em 1980, se torna um ponto de conexão com a teologia do domínio. Em um período marcado por intensas mudanças sociais e políticas, como o movimento de direitos civis, a contracultura e a crescente secularização da sociedade estadunidense, gerou-se um sentimento de urgência entre muitos evangélicos, que viam esse desenvolvimento como uma ameaça aos valores cristãos tradicionais. Esse contexto propiciou um encontro de interesses entre cristãos que se interessavam por essa teologia e o Partido Republicano, que buscava ampliar sua base eleitoral, buscando-se unir contra dois grandes inimigos: o comunismo e o humanismo.

A teologia do domínio nos anos 70 foi marcada pela "década da preparação", onde a base intelectual e institucional do movimento começou a ser consolidada. Durante esse período, publicações como as *Institutas*, de R. Rushdoony, e as obras de G. Bahnsen, estabeleceram os fundamentos teóricos. Além disso, organizações importantes foram criadas, como a *Heritage Foundation*, fundada por Paul Weyrich em 1973, com o objetivo de promover políticas públicas

³⁰ Sigla de “Grand Old Party”, como o Partido Republicano também é chamado (Cruz; Bojikian, 2021)

conservadoras, e o *American Legislative Exchange Council (ALEC)*, que ajudava parlamentares a implementar agendas políticas de direita. Em 1976, Jimmy Carter, um democrata e evangélico, foi eleito presidente, mas sua política humanista decepcionou os cristãos conservadores, levando figuras como Jerry Falwell a iniciar campanhas de conscientização, como a *"I Love America"*, que já delineavam a futura mobilização política dos evangélicos. Apesar de seu compromisso com os valores cristãos, Carter não foi apoiado pelos evangélicos em sua candidatura, pois não procurou implementar políticas que avançassem em direção ao ideal evangélico de uma sociedade teonômica, o que o afastou do apoio deste grupo (Instituto Humanitas, 2012).

Nos anos 80, a "década da Maioria Moral", houve um crescimento significativo da influência política do movimento. Jerry Falwell fundou a Maioria Moral em 1979, com o apoio de Weyrich, mobilizando igrejas e conservadores a se envolverem nas eleições. Em 1980, a organização já contava com milhões de membros e ajudou a eleger Ronald Reagan, que obteve apoio decisivo dos cristãos conservadores. Reagan, por sua vez, retribuiu nomeando pastores e líderes desse movimento para cargos em sua administração. Durante essa década, a direita cristã se organizou em diversas frentes, incluindo a criação de grupos como o Conselho de Política Nacional e o *Family Research Council*, fortalecendo sua influência política e legislativa.

Nos anos 90, a "década de Pat Robertson", o foco passou para o televangelista e empresário Robertson, que ganhou destaque tanto na mídia quanto na política. Fundador da *Christian Broadcasting Network (CBN)* e apresentador do Club 700, Robertson construiu um império midiático e educacional, fundando também a Universidade Regent, para formar líderes cristãos. Ele concorreu à presidência dos EUA em 1988, mas, após a derrota, fundou a Coalizão Cristã, que foi central em promover o envolvimento dos cristãos na política, distribuindo milhões de guias eleitorais e controlando diretórios republicanos em vários estados, sendo determinante nas eleições de 1994, quando o Partido Republicano retomou o controle do Congresso.

Nos anos 2000, a TD colheu os frutos das décadas anteriores. A Coalizão Cristã continuou a distribuir guias eleitorais e, em 2000, foram distribuídos 75 milhões desses guias. O Partido Republicano, no Texas, declarou que os EUA eram uma "nação cristã", uma afirmação que ganhou força em âmbito nacional em 2004. Pat Robertson renunciou à presidência da organização em 2001, simbolizando a passagem de poder para George W. Bush, que foi visto como o novo representante da "nação cristã". O movimento continuou influente, elegendo vários congressistas e governadores e desempenhando papel importante na reeleição

de Bush em 2004. No entanto, a partir de 2006, começou a enfrentar problemas internos e reduziu suas atividades.

A teologia do domínio teve um grande impacto na política dos Estados Unidos, especialmente no poder executivo. Presidentes republicanos, desde Ronald Reagan até George H. W. Bush, George W. Bush e Donald Trump, alinharam-se com as ideias dominionistas e contaram com o forte apoio desse grupo. Ao adotar a expressão "*Make America Great Again*", Trump despertou a nostalgia entre os evangélicos brancos, que tendem a idealizar um passado em que a América era considerada grandiosa por sua identidade como nação cristã; no entanto, essa visão repousa sobre bases históricas e teológicas instáveis (Fea, 2018). Esse cenário também foi moldado por organizações influentes, como *The Family* (ou *The Fellowship*), fundada por Abraham Vereide, um pastor e empresário, na década de 1930. Inicialmente, a organização buscava unir líderes de diferentes esferas da vida pública sob uma ótica cristã comum, promovendo a ideia de que a verdadeira influência seria alcançada por meio de relacionamentos pessoais e da construção de uma rede sólida de apoio mútuo entre os líderes (Sharlet, 2008).

Essa estratégia foi ampliada sob a direção de Doug Coe, que assumiu a liderança da organização nas décadas seguintes. Coe acreditava firmemente na importância de cultivar relacionamentos pessoais entre os líderes, enfatizando que a transformação da sociedade poderia se concretizar através de uma espiritualidade profundamente enraizada na política. Sua filosofia alinhava-se com os princípios da TD, que propõe que os cristãos não devem apenas participar da vida pública, mas dominá-la e moldá-la de acordo com suas crenças. Sob sua liderança, a *The Family* se tornou uma rede poderosa que conectava líderes políticos e empresariais com uma agenda cristã conservadora.

Jeff Sharlet (2008), jornalista e escritor que se dedicou a estudar esse grupo, pontua que essa organização religiosa é caracterizada por sua postura discreta e pela manutenção de uma rede informal de líderes influentes. Embora sua existência e atuação não sejam secretas, a maneira como opera frequentemente confunde observadores, que a associam a uma aura de mistério. No contexto de sua atuação, há uma diferença significativa entre privacidade e sigilo. Enquanto a privacidade envolve uma limitação na acessibilidade das informações, o sigilo frequentemente implica ocultação intencional e conota uma hierarquia de poder. A *Fellowship* prefere a privacidade, mantendo um perfil discreto e evitando rótulos institucionais ou teológicos que poderiam restringir seu alcance.

Essa estratégia de operar "abaixo do radar" é central para o funcionamento da organização. Evita-se realizar associações públicas explícitas com o evangelicalismo ou qualquer denominação cristã específica. Seus membros preferem termos como “seguidores de Jesus” em vez de “cristãos”, o que reflete uma tentativa de expandir seu apelo para além dos limites do cristianismo ocidental. Esse distanciamento formal de identidades religiosas convencionais permite sua livre inserção nos círculos políticos, evitando polarizações que poderiam prejudicar sua atuação (Lindsay, 2006).

A organização promove encontros e retiros para que líderes discutam estratégias para integrar a fé cristã nas decisões políticas. Eventos como o *National Prayer Breakfast*, realizado anualmente em Washington, D.C., reúnem cerca de 3.000 participantes, incluindo políticos de alto escalão, líderes religiosos e figuras influentes de várias partes do mundo. Embora amplamente divulgado pela mídia e frequentado por figuras proeminentes, o evento é organizado com o objetivo de promover a interação entre líderes políticos e religiosos em um ambiente de oração e comunhão. Os grupos de oração, compostos por líderes políticos e empresariais, são encontros mais restritos e íntimos, nos quais as questões pessoais e de fé são discutidas de maneira confidencial, a fim de criar uma rede de confiança entre seus membros e líderes influentes (Sharlet, 2008).

Ao longo dos anos, a *Fellowship* se consolidou como uma organização influente não apenas na política dos Estados Unidos, mas também em diversos outros países. A combinação de uma presença pública estratégica, com o *National Prayer Breakfast*, aliada a uma atuação privada e confidencial nos bastidores, permite estabelecer conexões profundas com líderes globais. Essa capacidade de manter um perfil discreto, mas poderoso, garante que a organização continue a influenciar decisões políticas e sociais por meio de uma rede extensa e leal de apoiadores (Lindsay, 2006).

Atualmente, a maioria dos estados é governada por republicanos, o que reflete a continuidade da influência desse movimento. No campo legislativo, o movimento desempenhou um papel importante na formulação de leis, frequentemente com o apoio de organizações como a ALEC e a ACLJ, que defendem agendas conservadoras. Entre os principais objetivos dos dominionistas está a modificação da Primeira Emenda, que assegura a separação entre Igreja e Estado, com o intuito de diminuir o poder dos tribunais federais e fortalecer a autonomia dos estados em questões jurídicas (Pereira, 2023). No poder judiciário, os dominionistas também ocuparam cargos importantes e mantêm uma postura crítica em relação à Suprema Corte e aos tribunais federais, defendendo que as leis bíblicas devem

prevalecer sobre a Constituição dos EUA. Essa posição reflete a crença de que o cristianismo deve transcender a política, moldando as leis e a sociedade americana.

A teologia do domínio interpreta Gênesis 1:28 como um projeto político, acreditando que, à medida que os cristãos se multiplicam, devem dominar a sociedade, com o objetivo de se tornarem majoritários ou, no mínimo, decisivos em pleitos eleitorais. A ideia de "dominar" é frequentemente vista como a imposição de uma ordem teocrática, como ilustrado no livro *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood, que retrata a criação de uma sociedade teocrática, onde as leis e normas religiosas são predominantes. Dessa forma, o movimento tem se consolidado como um agente de mudança duradouro na política estadunidense e expandido sua influência mundialmente, influenciando a formulação de leis e políticas públicas, sempre com a intenção de estabelecer uma ordem social fundamentada em princípios bíblicos.

2.3 A TEOLOGIA DO DOMÍNIO NO BRASIL

Ao longo da história, a participação política dos evangélicos na América Latina passou por uma transformação significativa e gradativa. Nos primeiros anos da presença protestante no continente, os missionários acreditavam que sua missão de propagar o Evangelho não resultaria na formação de uma população majoritariamente evangélica. A ênfase estava em iluminar a sociedade com os valores cristãos, sem grandes expectativas de transformação política ou social. No entanto, ao longo das últimas décadas, houve uma mudança notável. As comunidades evangélicas, antes mais distantes do debate político, passaram a adotar uma postura mais ativa, tanto em termos de engajamento político quanto de participação partidária. Isso se deve, em parte, ao crescimento exponencial do número de evangélicos na região, que hoje constitui uma parcela considerável da população. Esse crescimento levou as igrejas evangélicas a perceberem a importância de ter uma representação política mais forte, a fim de defender seus interesses e valores, como a preservação da moral cristã em questões sociais e culturais. Assim, o papel dos evangélicos na política latino-americana evoluiu de um movimento majoritariamente religioso para uma força política organizada e influente.

Dantas (2011), Oro (2003) e Giumbelli (2008) apontam que, até a Constituinte, as denominações pentecostais promoviam o isolamento entre seus fiéis, desencorajando a participação em espaços públicos e incentivando uma vida ascética. Nas décadas de 1960 e 1970, a sociologia atribuía um papel conservador e reacionário a essas denominações, e sua não participação na política as posicionou como colaboradoras do regime militar, visto que “negociavam em silêncio” com o governo da época (Freston, 1999). No entanto, generalizar

todas as igrejas pentecostais como aliadas do regime ignora a diversidade de ideias e interesses dentro desse movimento. Algumas denominações se alinharam mais aos regimes do que outras, enquanto algumas resistiram completamente. Foi apenas em 1985 que a política protestante começou a se tornar “mais visível e controvertida” (Freston, 1999).

Esse sectarismo na participação política partidária se intensificou com a ascensão dos neopentecostais, que impulsionaram a inserção dos evangélicos em espaços políticos. Essa postura inovadora valorizou a participação ativa dos cristãos durante as eleições, destacando a estreita conexão entre política e religião (Dantas, 2011). Os bens religiosos negociados pelos evangélicos adquiriram novas dimensões, apoiados por uma estrutura eclesiástica que uniu o discurso religioso e político, justificando sua atuação nas esferas eleitorais. Essa abordagem ressaltou a responsabilidade dos evangélicos em trazer princípios morais para a política, defendendo suas necessidades e interesses, com o intuito de "alcançar instâncias de poder para promover um reordenamento do espaço público" (Oro, 2003, p.21). O objetivo final não era a secularização, mas sim a ressacralização da esfera política, com a comunidade evangélica assumindo um papel de protagonismo, muitas vezes em competição direta com a Igreja Católica.

Nos últimos trinta anos, os evangélicos latino-americanos passaram de grupos marginalizados a atores políticos centrais. A mudança teológica foi clara: o pensamento de "fuga do mundo" foi substituído pela ideia de "conquista do mundo". Essa transição não só alterou a relação com a política, como também transformou a estrutura de liderança e organização da comunidade evangélica. Hoje, o fenômeno religioso se entrelaça profundamente com a dinâmica política do continente, e o Brasil, em particular, desempenha um papel central nesse cenário. Embora o fenômeno evangélico na América Latina seja diverso, o modelo brasileiro, impulsionado pelo crescimento neopentecostal e pela eleição de Jair Bolsonaro, tem inspirado movimentos semelhantes em outros países.

Em função disso, surge um fenômeno recente e marcante na política brasileira: a crescente inserção e expansão de movimentos fundamentalistas cristãos, fortemente influenciados por organizações estadunidenses. A noção de fundamentalismo aqui discutida diz respeito a movimentos religiosos que defendem uma interpretação literal da Bíblia, afirmando sua inerrância e utilizando essa visão como fundamento para intervenções políticas. Historicamente, esse tipo de postura ganhou força nos Estados Unidos ao longo do século XX, sendo impulsionada por figuras políticas como Ronald Reagan e, mais recentemente, Donald Trump, especialmente dentro do Partido Republicano (Cunha, 2021).

Como já mencionado, em resposta ao fortalecimento dos movimentos por direitos civis e por igualdade racial e de gênero — que culminaram na legalização do aborto³¹ —, emergiu a Maioria Moral, uma nova direita cristã que, aliada ao Partido Republicano, se mobilizou para promover o "combate ao comunismo" e para defender pautas "pró-vida" e "pró-família", em oposição aos movimentos feministas e LGBTQIA+. Essa aliança se consolidou sob governos republicanos ao longo das décadas de 1980 e 1990, alcançando uma nova força com a administração de extrema-direita de Donald Trump. Durante esse período, novas estratégias de avanço do fundamentalismo cristão foram articuladas na América Latina, influenciando governos conservadores como o de Jair Bolsonaro, cujas pautas convergiram com os interesses de grupos cristãos conservadores, fortalecendo ainda mais a aliança entre religião e política (Cunha, 2021).

Dois movimentos exemplificam essa dinâmica: *Ethnos 360°* e *Capitol Ministries*, ambos com raízes nos Estados Unidos e forte atuação no Brasil entre 2017 e 2020. A *Ethnos 360°*, anteriormente conhecida como *New Tribes Mission*, é uma organização missionária com uma longa história de evangelização de comunidades indígenas na América Latina. Baseada na crença de que a segunda vinda de Cristo só ocorrerá quando todas as tribos do mundo forem evangelizadas (Brasher, 2001), a organização tem se destacado por seu trabalho em regiões isoladas. No Brasil, essa organização foi banida de terras indígenas na década de 1990, após acusações de etnocídio, transmissão de doenças e interferência cultural (Ministério Público Federal-DF, 2020). No entanto, com a eleição de Jair Bolsonaro e seu governo favorável a essas agendas, a organização retornou com força, lançando uma campanha para financiar helicópteros destinados ao contato com tribos isoladas na Amazônia. Essa retomada das atividades gerou preocupações sobre o impacto dessas ações nas políticas indigenistas brasileiras e nas comunidades envolvidas (Stroop, 2020).

Paralelamente, o *Capitol Ministries*, fundado em 1997 por Ralph Drollinger, surgiu nos Estados Unidos com o objetivo de evangelizar líderes políticos, promovendo uma visão cristã ultraconservadora na elaboração de políticas públicas (Drollinger, 2020). A partir de 2017, durante o governo de Michel Temer, o movimento começou a estabelecer sua presença no Brasil, criando laços com líderes evangélicos brasileiros. Essas conexões se fortaleceram com a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência em 2018, quando figuras religiosas ligadas ao

³¹ O aborto foi legalizado nos Estados Unidos em 1973, com a decisão da Suprema Corte no caso *Roe v. Wade*. No entanto, essa decisão foi revertida em 2022 com o caso *Dobbs v. Jackson Women's Health Organization*, permitindo que os estados regulamentassem ou proibissem o aborto. Como resultado, a legalidade do aborto agora varia de estado para estado, com alguns estados mantendo o acesso ao aborto, enquanto outros impuseram restrições ou proibições (Vogue, 2022).

dominionismo, como o Pastor Giovaldo Freitas, passaram a desempenhar papéis centrais na promoção dessa agenda no país. Freitas, ex-diretor da *Willow Creek Brasil*, foi um dos responsáveis por implementar a estratégia dominionista no Brasil, com o objetivo de converter políticos e integrá-los à bancada evangélica, alinhando as políticas nacionais com os valores defendidos por esses movimentos.

Um ponto relevante foi a visita de Drollinger ao Brasil em 2019, quando ele ministrou um estudo bíblico para políticos, com a participação de Onyx Lorenzoni, então chefe da Casa Civil, e o apoio de Flávio Bolsonaro. Esse evento ilustra como a influência estadunidense foi diretamente importada para o contexto político brasileiro, sendo fortalecida por lideranças evangélicas locais. A partir de 2019, o movimento começou a ganhar força no país, com o respaldo da bancada evangélica no Congresso Nacional. Seu principal objetivo é oferecer estudos bíblicos a políticos e influenciar a formulação de leis baseadas em princípios cristãos. O *Capitol Ministries* reflete o desejo de moldar a política nacional conforme preceitos religiosos, o que inclui a defesa de uma agenda contrária aos direitos sexuais e reprodutivos, os direitos LGBTQIA+, além da promoção de uma política de segurança nacional fundamentada em valores conservadores.

Outra organização influente é a *Latino Coalition for Israel*, fundada por Mario Bramnick. Ligada ao movimento sionista, essa organização busca mobilizar cristãos latinos em apoio a Israel, e sua atuação também se estendeu ao Brasil. Um exemplo disso foi a aproximação com o governo de Jair Bolsonaro, que, em 2019, anunciou a abertura de um escritório em Jerusalém como um sinal de apoio a Israel. Essa iniciativa foi vista como um alinhamento com a agenda pró-Israel, apoiada por setores evangélicos conservadores, especialmente aqueles conectados à teologia do domínio (Machado; Mariz; Carranza, 2021).

A influência da TD no Brasil também pode ser observada através da atuação de igrejas evangélicas proeminentes, como a Igreja Batista da Lagoinha, que se consolidou como um centro de disseminação das doutrinas dominionistas. A igreja destaca-se por seus cursos e seminários voltados para temas como intercessão, adoração e batalha espiritual. Uma das líderes mais proeminentes desse movimento é a pastora Damares Alves, que, antes de se tornar ministra do governo Bolsonaro, já defendia pautas como o homeschooling e a "Escola Sem Partido", ambas relacionadas à visão de que a igreja deve exercer um controle significativo sobre a educação.

A atuação política de André Valadão, líder da Igreja Batista da Lagoinha, exemplifica a forte aliança entre setores religiosos conservadores e o bolsonarismo, especialmente durante as

campanhas eleitorais de 2018 e 2022. Valadão se posicionou contra o socialismo e o comunismo, utilizando redes sociais e eventos religiosos para apoiar Bolsonaro e criticar adversários, como o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2022, essa aproximação com o bolsonarismo se intensificou, com a realização de eventos como o *Governe Conference*, que contou com a presença de figuras da direita, como Fábio Faria, Nikolas Ferreira e Eduardo Bolsonaro. Durante esses eventos e por meio de seus discursos no púlpito e nas redes sociais, Valadão reforçou narrativas conservadoras, centradas em temas como a defesa da família, a oposição ao aborto e à ideologia de gênero, e a promoção de valores cristãos como alicerces para a política.

Após a derrota de Bolsonaro, André Valadão adotou uma postura de maior distanciamento público, mas não sem antes explorar uma retórica de perseguição e censura, especialmente quando foi questionado judicialmente pela divulgação de desinformação. Sua irmã, Ana Paula Valadão, embora com uma abordagem mais comedida em seus discursos, também reforçou valores ligados à agenda moral cristã como justificativa para o apoio ao presidente Jair Bolsonaro (Mariano; Gerardi, 2020). Apesar da mudança de tom após as eleições de 2022, o comportamento político de líderes como os irmãos Valadão continua a levantar questionamentos sobre o papel da religião na legitimação de narrativas políticas conservadoras e no fortalecimento de discursos moralizantes na esfera pública brasileira.

Por outro lado, o pastor Josué Valandro, líder da Igreja Batista Atitude, frequentada por Michelle Bolsonaro, foi mais direto em suas críticas à plataforma política do PT, à atuação de sua bancada e ao candidato à presidência pelo partido em 2018. Valandro questionou abertamente o voto de cristãos em Fernando Haddad, levantando preocupações sobre questões morais, como a defesa do aborto e da ideologia de gênero, elementos que se tornaram centrais no debate político entre grupos evangélicos conservadores:

Como pode um cristão votar em gente que apoia ideologia de gênero, ignorando a descrição bíblica do Gênesis de que homem e mulher os criou? (...) Como pode um cristão votar em gente que apoia o aborto em qualquer situação? (...) Como pode um cristão apoiar gente que apoia a legalização das drogas? (...) Como pode um cristão apoiar gente que apoia a legalização da prostituição? (...) Como pode um cristão apoiar gente que apoia manifestações onde símbolos de outros credos religiosos, como a cruz de Cristo, são alvos de escárnio? (...) Como apoiar quem luta para tirar da cadeia gente que foi condenada por roubalheira? (Valandro Junior, 2018, n.p.).

Além da Igreja Batista da Lagoinha, outras grandes denominações evangélicas, como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Assembleia de Deus, também têm adotado práticas e discursos alinhados à teologia do domínio. Quando aplicada ao campo ideológico, essa teologia se torna uma ferramenta eficaz para a imposição de uma determinada ideologia, especialmente por meio da escatologia, que serve como base para impulsionar projetos de

expansão de poder. No contexto neopentecostal, a mudança nas posturas e discursos de líderes como Edir Macedo, Silas Malafaia e Marco Feliciano não é mera coincidência, refletindo uma adaptação estratégica de suas abordagens ao contexto ideológico mais amplo. Vital e Lopes (2013), ao analisarem a crescente presença de líderes religiosos no espaço público, destacam a figura de Malafaia que, em seu site, apresentou cinco argumentos para justificar a conexão entre religião e política no mundo atual, defendendo a ideia de que a atuação dos cristãos na política é necessária para a promoção de valores morais e a preservação da ordem social.

O primeiro argumento faz referência à passagem bíblica presente em Mateus 22:21, em que Jesus diz: “Dai a César o que é de César e dai a Deus o que é de Deus” (Bíblia, 1980). Segundo Malafaia, essa passagem ressalta o compromisso dos cristãos com a cidadania, enfatizando a importância de respeitar tanto as leis humanas quanto as divinas. No segundo ponto, ele cita Romanos 13:7: “Portanto, dai a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra” (Bíblia, 1980), para reforçar a necessidade de os cristãos cumprirem as normas estabelecidas pelos homens e por Deus.

No terceiro argumento, Malafaia observa que, embora a igreja, como o corpo de Cristo, não dependa de políticos para se estabelecer, os cristãos não devem se afastar da política. Ele argumenta que essa abstenção poderia permitir que “filhos das trevas” ganhem espaço na sociedade. Na visão de Malafaia, não são os evangélicos que necessitam da política para obter favores, como concessões públicas de rádio e TV ou para promover eventos como a Marcha para Jesus; ao contrário, seria a sociedade que precisaria dos evangélicos para combater o que ele considera as “forças do mal”. Assim, os evangélicos se veem como guardiões da ética e dos valores positivos na sociedade.

No quarto argumento, Malafaia afirma que há um “jogo pesado” em que, segundo ele, Satanás estaria por trás, destacando que diversos grupos, como metalúrgicos e filósofos, podem influenciar a política, mas o estilo de vida cristão não teria espaço. Ele considera essa situação um absurdo e enfatiza que o povo de Deus não deve participar desse jogo, ressaltando que as nações mais poderosas e democráticas foram moldadas pelo cristianismo. Por fim, esclarece seu papel nesse contexto: não como político, mas como influenciador, definindo-se como uma “autoridade bíblica” que orienta os fiéis em diversas áreas da vida, inclusive na política (Vital; Lopes, 2013).

A visão de Silas Malafaia reflete a crescente relação entre política e mídia, que, segundo Freston (1993), se fortalece mutuamente na formação do campo evangélico. Nesse contexto,

programas de televisão, rádio e canais no YouTube são utilizados como ferramentas para propagar a mensagem de que o Brasil deve ser governado por líderes que sigam os preceitos bíblicos. Essa estratégia midiática não apenas amplia o alcance desse discurso, mas também contribui para consolidar a influência dos líderes evangélicos na formação da opinião pública. A Igreja Universal do Reino de Deus, em particular, com seu vasto império midiático, tem sido um veículo poderoso na disseminação dessa ideologia. A Record TV, de propriedade da IURD, frequentemente veicula conteúdos que reforçam os valores cristãos conservadores e a necessidade de uma governança alinhada com esses princípios.

Tendo em vista o papel da mídia na disseminação de ideias evangélicas e sua capacidade de facilitar o alcance de mensagens e a mobilização de fiéis em larga escala, é possível identificar outros eventos e organizações que têm promovido essa teologia no país, além do Capitol Ministries, citado anteriormente. Um exemplo notável foi o evento *The Send*, realizado em fevereiro de 2020, que reuniu milhares de jovens em três estádios lotados e foi marcado pela presença do então presidente Jair Bolsonaro e de líderes evangélicos de renome. O *The Send* teve como objetivo mobilizar a juventude cristã para influenciar diversas esferas da sociedade, incluindo a política, a educação e a mídia, alinhando-se ao princípio dominionista de "fazer discípulos de todas as nações" (De Abreu; Campos, 2023).

Esse tipo de evento retrata a maneira como fé e ação política se unem na construção de uma única agenda, como parte de uma estratégia mais ampla que busca transformar a cultura brasileira de dentro para fora. A narrativa apresentada é de que o Brasil está sob ataque de forças seculares que buscam destruir os valores cristãos. Em resposta, os evangélicos são convocados a defender a nação, assumindo papéis de liderança em suas comunidades e na sociedade em geral. Essa retórica de batalha cultural é poderosa e tem sido utilizada para galvanizar o apoio entre os fiéis, criando um senso de urgência e missão.

Andrea Dip e Natália Viana (2019), em reportagem publicada pelo *El País*, destacam como pastores ligados ao *Capitol Ministries* e outros movimentos dominionistas nos Estados Unidos têm trabalhado para exportar sua agenda para a América Latina, com um foco especial no Brasil. As autoras sublinham que esses grupos consideram o Brasil um campo estratégico para a implementação de sua visão de um governo cristão, e têm buscado influenciar políticos e líderes religiosos locais para que adotem suas diretrizes. Esse esforço tem se mostrado bem-sucedido, refletido na crescente presença de lideranças evangélicas na política brasileira, muitas das quais têm defendido publicamente a necessidade de um governo orientado por princípios bíblicos, promovendo a ideia de que o país deveria ser governado à luz dos valores cristãos.

Cabe destacar que os “valores cristãos” frequentemente evocados por esses grupos operam como uma espécie de máscara – não no sentido de expressão da fé em sua essência, mas como uma performance que visa legitimar discursos e práticas políticas. Trata-se de um uso instrumental da moral cristã, em que o que se proclama publicamente não são os ensinamentos centrais do Evangelho – como o amor ao próximo, a compaixão e a justiça –, mas uma moral seletiva, voltada ao controle social, à defesa da autoridade e à manutenção de hierarquias. Nessa lógica, os valores assumem a função de papel encenado, útil para mobilizar afetos e consolidar projetos de poder. /

O cenário político atual na América Latina, marcado por uma crescente desconfiança nas instituições e pelo esgotamento das ideologias tradicionais, tem criado um terreno fértil para a ascensão de líderes políticos que operam fora do sistema convencional, muitos dos quais possuem fortes vínculos com o meio religioso. A crescente participação dos evangélicos na política, especialmente em torno de pautas morais como a defesa da vida, da família tradicional e a oposição à ideologia de gênero, reflete uma nova dinâmica em que religião e política se entrelaçam de maneira cada vez mais profunda. Embora existam especificidades em cada país, o modelo brasileiro de engajamento político evangélico, exemplificado pela eleição de Jair Bolsonaro, tornou-se uma referência para movimentos em outros países.

No dia 25 de fevereiro de 2024, durante um ato convocado por Bolsonaro na Avenida Paulista, em São Paulo, os discursos de figuras como Silas Malafaia, Nikolas Ferreira e Michelle Bolsonaro esbanjaram a estética neopentecostal que invadiu a política nos últimos anos, evidenciando claramente um chamamento público para a implementação de um projeto: a teologia do domínio. A estética, o conteúdo e as referências bíblicas presentes nesses discursos fazem alusão a passagens do Antigo Testamento, caracterizando uma ideia de distopia teonomista que pretende subordinar toda a vida à religião (Pública, 2024). Durante seu discurso, ao lado do pastor Silas Malafaia, Michelle Bolsonaro³² disse:

Por um bom tempo fomos negligentes ao ponto de dizer que não poderiam misturar política com religião. E o mal tomou e o mal ocupou o espaço. Chegou o momento, agora, da libertação. “Conheceis a verdade e a verdade vos libertará” foi o versículo que ele [Bolsonaro] usou em toda campanha e eu creio que isso foi gerado no mundo espiritual, porque eu acredito em um Deus vivo. Um Deus todo poderoso que é capaz de restaurar e curar a nossa nação. Não desistam, mulheres, homens, jovens, crianças. Não desistam do nosso país. Continue orando, continue clamando porque eu sei que o nosso Deus, do alto dos céus, irá nos conceder um socorro (BBC, 2024).

³² Michelle Bolsonaro, esposa do ex-presidente Jair Bolsonaro, se alinhou ao conservadorismo religioso, defendendo valores tradicionais da família e da moral cristã. Seu engajamento em causas sociais refletiu seus princípios religiosos, conectando-se com o eleitorado evangélico. Reforçar sua imagem como mulher evangélica foi uma estratégia importante na campanha de Bolsonaro, visando atrair o apoio desse segmento (Mori, 2022).

A declaração de Michelle Bolsonaro, embora flagrantemente inconstitucional, representa, sobretudo, uma ameaça significativa. Ela demonstra que é possível articular as posições de direita dominionistas de forma mais sutil, sem recorrer à truculência ou à agressividade frequentemente associadas ao estilo de seu marido e a outros defensores do bolsonarismo. Sua abordagem, muitas vezes mais estratégica e eficaz, tem se mostrado capaz de mobilizar pessoas que antes estavam distantes da política. Um exemplo claro disso é a forma como ela tem conseguido envolver mulheres evangélicas, realizando viagens pelo país, organizando reuniões e incentivando a participação política feminina, especialmente por meio da iniciativa PL Mulher.

A teologia do domínio não adota uma visão integral do Antigo Testamento, mas foca em passagens específicas que reforçam sua agenda. Não são mencionadas figuras como Moisés, que recebe as Tábuas da Lei, ou José, que, após ser traído por seus irmãos, os perdoa, representando um exemplo de reconciliação e perdão. A teologia do domínio prefere outras narrativas, como a de Davi, para dar forma à sua interpretação política. Em 25 de fevereiro, antes de a palavra ser passada a Bolsonaro, chamado de "mito", afirmou-se: "Deus não impediu que Golias enfrentasse Davi". Esse momento serviu para estabelecer um paralelo entre o rei Davi e Bolsonaro, representado como o "pecador ungido", uma ideia central nessa teologia. Para essa vertente, Davi não é o jovem pastor que derrota Golias com astúcia e coragem, mas sim o rei guerreiro, o soberano que, apesar de seus pecados, é visto como escolhido por Deus para governar (Dip; Levy; Terto, 2024).

Outra figura que esteve presente no ato foi Nikolas Ferreira, deputado federal pelo Partido Liberal (PL) e defensor fervoroso de uma lógica dominionista, que considera os cristãos como responsáveis por guiar a sociedade para o que ele vê como o "caminho estreito" – uma interpretação restritiva e particular da fé cristã. Em seu livro *O Cristão e a Política: Descubra Como Vencer a Guerra Cultural* (2022), Ferreira expõe sua visão de mundo, alertando para os "perigos" que, segundo ele, são promovidos pela esquerda e defendendo o papel ativo dos cristãos no combate aos movimentos feministas LGBTQIA+ e suas respectivas pautas. O autor critica de forma incisiva pensadores como Karl Marx, Antonio Gramsci e Paulo Freire, associando suas ideias a ameaças que, em sua perspectiva, confrontam os valores cristãos tradicionais. Segundo ele, o objetivo de seu livro é:

Fazer com que você compreenda que nós, cristãos, estamos em maioria no Brasil; por isso, precisamos estar preparados para responder àqueles que questionam a razão da nossa fé (1 Pedro 3.15). Se tivéssemos convicções sólidas sobre o fundamento da nossa esperança, não haveria tantas pessoas capazes de influenciar uma geração inteira para o mal. O Brasil não precisa de mais cristãos, mas sim de mais pessoas que vivam o cristianismo (Ferreira, 2022, p. 153).

Nikolas Ferreira defende que, se os cristãos não ocuparem os espaços políticos, outros grupos o farão. Nesse contexto, a teologia do domínio surge como um movimento transnacional que se adapta às realidades locais do Brasil, encontrando eco em um cenário de crescente conservadorismo e descontentamento com a política tradicional. A ascensão desse movimento no país impõe desafios substanciais à laicidade do Estado e ao pluralismo democrático, ao mesmo tempo em que reconfigura o papel da religião na esfera pública, transformando-a em uma ferramenta estratégica para a mobilização política e a conquista do poder.

2.4 EDIR MACEDO E O PLANO DE PODER DA IGREJA UNIVERSAL

A Igreja Universal do Reino de Deus se apresenta como uma igreja-empresa, constituindo um complexo que envolve um vasto império midiático. Sua atuação vai além da mera disseminação de preceitos religiosos e morais ou do proselitismo, refletindo o significativo crescimento do evangelicalismo no Brasil, especialmente do neopentecostalismo, cuja essência está nas teologias da prosperidade e do domínio. Fundada em 1977, no subúrbio do Rio de Janeiro, tem como principal líder Edir Macedo que, junto ao cofundador Romildo Ribeiro Soares (R.R. Soares), integrou a Igreja Nova Vida. Esta última, sob a orientação do missionário canadense Robert McAllister, operava no centro da cidade e se direcionava às camadas médias urbanas. Em 1975, Macedo e R.R. Soares deixaram a Igreja Nova Vida para se juntar a Roberto Augusto Lopes e aos irmãos Samuel e Fidélis Coutinho na fundação do ministério Cruzada do Caminho Eterno, que funcionava em galpões e cinemas antigos da zona norte carioca. Dois anos depois, ambos saíram da Cruzada para fundar a IURD (Leite, 2019).

Inicialmente, Romildo Soares era o principal líder, mas sua influência foi rapidamente ofuscada pelo estilo autoritário de Macedo. Em 1980, após um impasse na direção da igreja, Soares deixou a IURD após uma votação interna e fundou a Igreja Internacional da Graça de Deus. Esse processo de fragmentação se tornou comum no pentecostalismo, possivelmente devido à sua tradição leiga, que não favorece a formação de pastores em seminários ou faculdades de teologia, já que isso poderia "diminuir seu fervor e distanciá-los das demandas imediatas dos fiéis" (Mariano, 2012, p. 63).

Edir Macedo, na página oficial da Igreja Universal, é designado como seu fundador. Nascido em Rio das Flores, no estado do Rio de Janeiro, ele se mudou para a cidade do Rio de Janeiro na adolescência, onde trabalhou em uma lotérica até decidir deixar o emprego para se dedicar integralmente à "obra de Deus". Sua formação acadêmica, conforme indicado no site da Universal, inclui graduação em Teologia, mestrado em Ciências Teológicas e doutorado em Teologia e Filosofia Cristã, além de um título *Honoris Causa* em divindade. Como escritor,

destaca-se pela publicação de mais de 30 obras, totalizando cerca de 10 milhões de cópias vendidas (Universal, 2024).

A estrutura organizacional da IURD é caracterizada por uma liderança centralizada sob o governo episcopal. À frente da Universal, Macedo implementou nos anos 80 uma ampla reforma na igreja, estabelecendo esse modelo eclesiástico episcopal, no qual assumiu o cargo de bispo primaz e o posto vitalício de secretário-geral do presbitério. Ele renunciou a este último em 1990 para evitar que eventuais sanções penais contra si impactassem a igreja. No entanto, em 1992, foi preso sob acusações de charlatanismo, curandeirismo e estelionato, que surgiram em meio a controvérsias sobre os métodos de arrecadação da Universal, além de agressões a praticantes de religiões afro-brasileiras. Na época, destacavam-se também “investimentos empresariais milionários, incluindo a surpreendente compra da Rede Record por 45 milhões de dólares” (Mariano, 2004, p. 125).

Edir Macedo foi consagrado bispo em 1980, em um culto conduzido por Roberto Lopes. As instâncias de poder na Igreja, em ordem decrescente, são: Conselho Mundial de Bispos, Conselho de Bispos do Brasil, Conselho de Pastores, Pastores titulares, Pastores auxiliares e Obreiros (Leite, 2019). Destaca-se a liderança indiscutível de Macedo, que, como bispo primaz da denominação, exerce "poder vitalício", sustentado pela crença de que foi escolhido por Deus para essa função (Mariano, 2012), posição esta que o coloca acima das demais instâncias organizativas da igreja. De acordo com Silva (2004, p. 34):

A estruturação organizacional dessas igrejas, fundida à imagem do seu líder, começa a refletir um estilo de liderança personalista e carismática que predomina nas igrejas neopentecostais. O líder máximo da igreja, geralmente seu fundador, perpetua-se a partir de uma dominação carismática (Weber, 2000). Seu domínio baseia-se numa veneração extracotidiana que atribui ao líder santidade, poder e um caráter exemplar, facilitando assim a aceitação de suas ordens por ele criadas ou reveladas.

Os pastores da Igreja Universal são contratados em tempo integral, enquanto os obreiros³³ são homens e mulheres que frequentam a igreja há pelo menos três meses e já foram batizados. Em relação à participação feminina, Campos (2008) destaca que, entre as igrejas neopentecostais, a IURD tem o maior número de mulheres, mas quase não oferece espaço para elas em ministérios ou funções de liderança. Bandini (2008) acrescenta que o pré-requisito para que uma mulher se torne pastora na IURD é ser esposa de um bispo da denominação.

Freston (1993) destaca que a eleição de 1986 marcou o início de uma nova fase na presença dos evangélicos na política. A politização dos pentecostais buscava “fortalecer lideranças internas, proteger-se de mudanças sociais que poderiam ameaçar a família, captar

³³ Obreiros desempenham um papel auxiliar, ajudando os fiéis durante os cultos e em outras atividades da Igreja (Sá, 2015).

recursos para a expansão religiosa e disputar espaços na religião civil” (Freston, 1993, p.181). Nesse contexto, a Igreja Universal começou a atuar entre as novas denominações que buscavam representação e disputavam esses espaços em negociação. Considerada a denominação neopentecostal com o maior número de fiéis e templos, destaca-se pela sua ampla presença no Brasil e no mundo, além de uma robusta estrutura institucional. Reconhecida como um marco na terceira fase do pentecostalismo, a Universal deu origem a várias outras denominações que reproduzem suas características ou as incorporam. O crescimento acelerado da IURD nas décadas de 1980 e 1990 trouxe uma nova visibilidade para a igreja, evidenciada pela cobertura midiática que denunciava suas práticas mercantilistas.

Nesse contexto, as investigações sobre o neopentecostalismo se intensificaram, abordando a ideia de um “mercado da fé”, onde a relação entre fiéis e pastores era entendida como uma troca entre “consumidores” em busca de soluções mágicas oferecidas pelos “mercadores da fé” (Gutierrez, 2017). Outro ponto de análise foram as questões relacionadas às práticas religiosas, a guerra espiritual, a influência das religiões afro-brasileiras, a transnacionalização da igreja e o engajamento político dos evangélicos. A transnacionalização refere-se à capacidade de uma organização de ultrapassar fronteiras nacionais e culturais. No caso da Universal, suas ambições expansionistas são evidentes em seu próprio nome e em outras denominações que surgiram dela, como a Igreja Mundial do Poder de Deus e a Igreja Internacional da Graça de Deus. Atualmente, está presente em 113 países e, para Macedo (2014, p. 23):

Não há limites de etnias, cultura ou idioma. No mais distante vilarejo, com o dialeto mais incompreensível, a palavra de Deus produz frutos. A formação de discípulos, homens e mulheres dedicados cem por cento ao trabalho evangelístico não parou sequer um dia desde a fundação da Igreja.

Pesquisadores como Mariano (2012) e Mafra (2001) apontam que o primeiro templo da Universal fora do Brasil foi inaugurado no Paraguai, em 1984. No entanto, as fontes oficiais da IURD, incluindo o site e a autobiografia de Edir Macedo, não mencionam o Paraguai como o primeiro local, mas sim afirmam que a expansão começou nos Estados Unidos, em 1986 (Leite, 2019). A autobiografia de Macedo sugere as motivações por trás da escolha dos Estados Unidos como ponto de partida para a expansão:

A trajetória da expansão da Universal por dezenas e dezenas de nações começou pelos Estados Unidos, o país mais poderoso do planeta. Eram meados de 1986, a Igreja tinha apenas nove anos de vida, quando decidi partir para Nova York com o objetivo de ampliar nosso trabalho de evangelização. Sabia que ali era o centro do mundo, o caminho certo para o avanço internacional da pregação do evangelho (Macedo, 2014, p. 25).

A partir dos Estados Unidos, a IURD começou sua expansão para países de língua portuguesa, incluindo Portugal em 1989 e Angola em 1991, além de países vizinhos da América do Sul, como Paraguai, Argentina e Colômbia. Essa fase foi seguida por uma intensa expansão transnacional na década de 1990.

Para compreender o crescimento e a expansão das igrejas pentecostais e neopentecostais no Brasil, especialmente da IURD, é fundamental analisar os fatores que impulsionaram esse fenômeno. Isso inclui investigar as causas por trás do aumento no número de fiéis e as estratégias utilizadas para atrair seguidores e consumidores, além de considerar as direções futuras que essa expansão pode tomar. Um aspecto central desta análise é o livro *Plano de poder – Deus, os cristãos e a política*, escrito por Edir Macedo em parceria com Carlos Oliveira e publicado em 2008 pela editora Thomas Nelson. A obra detalha o que se entende por "plano de poder", segundo a liderança da IURD, oferecendo um contexto essencial para compreender o crescimento e a expansão dessas igrejas no Brasil, assim como as estratégias utilizadas para atrair e mobilizar os fiéis.

No livro, Carlos de Oliveira é descrito como administrador de empresas, bacharel em Teologia, pós-graduado em Comunicação e diretor do jornal Hoje em Dia, de Belo Horizonte. Já Edir Macedo é apresentado como um "respeitado orador e conferencista", além de escritor, destacando-se entre os ministros evangélicos do Brasil e do mundo. Ele também é mencionado como doutor em Divindade, Teologia e Filosofia Cristã (Macedo; Oliveira, 2008). A contracapa do livro resume a intenção da obra ao afirmar que:

Plano de poder demonstra que Deus tem um grande projeto de nação elaborado por ele mesmo e que é nossa responsabilidade apresentá-lo e colocá-lo em prática. Na Bíblia, em Gênesis, Deus dá uma aula de planejamento, organização e execução de sua ideia. Ele esclarece sua intenção estadista e a formação de uma grande nação (Macedo; Oliveira, 2008, p. 12).

Segundo o líder da Igreja Universal, o plano de poder é um projeto divino para a nação, originalmente destinado aos hebreus no Egito, mas que agora se realiza em uma nova terra prometida: os cristãos do Brasil. Assim, cabe a eles assumir essa missão e trabalhar para sua concretização. O livro é voltado ao público cristão, que o autor designa como “Seu povo”, incluindo-se nesse grupo; no entanto, ele reconhece apenas os evangélicos como cristãos.

O objetivo da obra é, segundo os autores, “revelar, conscientizar e despertar os cristãos para uma causa biblicamente anunciada” (Macedo; Oliveira, 2008, p. 47), que se traduz em um "plano de poder" divino voltado para a construção de uma nação cristã. Nesse contexto, a representação política no Estado é vista como um passo importante, complementado por práticas e estratégias que incentivem a conscientização dos cristãos sobre essa causa. O livro

também busca “colaborar para o amadurecimento político e democrático por meio do envolvimento de todo o povo cristão, que é o elemento decisivo desse processo” (idem, p. 121). Para isso, os autores se propõem a “analisar a política nos textos sagrados, com o intuito de identificar, para os cristãos, um desejo divino de nação que, neste caso, é político e, portanto, terreno” (idem, p. 75).

Ao longo dos nove capítulos do livro, três conceitos fundamentais permeiam o discurso político de Macedo: Estado, cidadania e democracia. Esses elementos formam a base do universo discursivo que busca legitimar a visão de um Estado cristão, dependente da participação ativa dos evangélicos para sua realização. Deus é apresentado como o idealizador desse “projeto de nação”, enquanto Macedo se posiciona como a voz autorizada a revelar seus desígnios. Ele traduz e extrai da Bíblia exemplos que sustentam essa vontade divina, assumindo o papel de líder responsável por conscientizar e unir os fiéis em torno de uma única causa.

No primeiro capítulo, os autores apresentam a visão estadista de Deus, sugerindo que Ele oferece lições sobre planejamento e organização de um Estado, ensinando estratégias para garantir a vitória política dos Seus. Diversas figuras bíblicas, como Adão, Noé, José e Moisés, são citadas como exemplos de ações de Deus consideradas projetos políticos; no entanto, os autores argumentam que todos falharam em cumprir os planos divinos. A partir dessas narrativas, eles atribuem a falha dos projetos políticos de Deus ao desinteresse dos crentes por essa temática. Quando um crente se declara apolítico, isso é visto como um erro significativo, pois impede a realização dos propósitos divinos.

O livro se baseia em uma interpretação fundamentalista, literal e seletiva da Bíblia, desconsiderando a separação entre Igreja e Estado e cometendo um erro: o anacronismo. Esse equívoco é grave para qualquer análise histórica, pois a Bíblia não apresenta a ideia de Estado como a conhecemos hoje, nem conceitos de empreendedorismo, gestão ou política moderna; trata-se, na verdade, de uma projeção de Edir Macedo. A obra serve como uma forma de propaganda para a busca de poder, onde a conversão se torna o único objetivo relevante. Dentro disso, destaca-se o “fator Melquisedeque³⁴”, que simboliza uma estratégia de evangelização que os missionários cristãos utilizam, fundamentada na noção de uma consciência universal que admite apenas um Deus único, preparando todos os povos para acolher o Evangelho. Essa

³⁴ O “fator Melquisedeque” refere-se à figura bíblica que simboliza um sacerdócio que transcende instituições religiosas. Na teologia neopentecostal, é usado para enfatizar uma conexão direta entre Deus e a humanidade, legitimando a evangelização e a ideia de um Deus único preparando todos os povos para o Evangelho. Essa abordagem destaca a importância dos líderes cristãos na mediação dessa relação.

abordagem tem sido uma constante na atuação da Igreja Universal desde sua fundação (Normose, 2021).

Considerando que, além dos templos e espaços sagrados, o discurso religioso e evangelizador se expressa em diferentes contextos sociais, esse projeto de poder se caracteriza como uma disputa por hegemonia, não se limitando ao campo religioso, mas, como afirma Gramsci (2002, p. 62-63):

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente”.

A disputa pela liderança intelectual e moral entre grupos aliados, conforme aponta Gramsci, se fortalece por meio das variadas práticas sociais neopentecostais, que se expandem à medida que o número de fiéis cresce. Edir Macedo (2008, p. 54) questiona: “Quanto tempo levará para que Deus realize o Seu grande sonho de nação?”, destacando a importância da conscientização entre os cristãos, alcançada por meio de ações bem coordenadas. Essa formação de consciência e o fortalecimento da ideologia neopentecostal na sociedade civil são essenciais para concretizar o sonho de uma nação evangélica, transformando esse grupo em um detentor de poder governamental dominante. A capacidade de se afirmar na sociedade civil legítima e viabiliza sua dominância na esfera política (Leite, 2019). Nesse contexto, Macedo atribui aos agentes cristãos a responsabilidade de disseminar a mensagem na sociedade civil:

Não há projeto auto-executável, pelo menos no campo de que estamos tratando, pois ele sempre dependerá de executores disponíveis para sua conclusão. Estamos falando de uma intenção antiquíssima, na verdade milenar, e que ainda não se concluiu. A não-conclusão do projeto em questão nunca se deveu a uma indisposição de Deus para efetua-la, mas a falhas dos agentes que foram designados a estabelecê-la (Macedo; Oliveira, 2008, p. 53).

A lógica do plano é evidenciada pela afirmação de que o poder político exige habilidades tanto estratégicas quanto ideológicas, refletindo-se na forma de conduzir campanhas eleitorais, frequentemente abordadas na obra. A escolha da bandeira é importante, mas o verdadeiro segredo reside na capacidade de se comunicar eficazmente durante uma campanha política. Nesse sentido, dinheiro e comunicação possibilitam atingir um determinado ponto na escala de poder, que só pode ser superado por meio da política (Leite, 2019). Estabelece-se a compreensão de que a luta por domínio e poder é uma constante histórica, exigindo nos dias de hoje estratégias políticas, ideológicas, habilidades e capacidade de mobilização e convencimento. Ele observa que, para que ocorram disputas, sempre haverá uma parte

interessada em se afirmar, e menciona que existem "agentes do mal", que se opõem de forma intensa, especialmente no campo político, aos representantes do bem, algo similar ao que foi dito por Silas Malafaia (Macedo; Oliveira, 2008).

A dicotomia maniqueísta entre bem e mal, associada à teologia do domínio e frequentemente presente nos discursos religiosos e políticos da IURD, é enfatizada pelos autores. Assim, os que creem são considerados cidadãos de bem e receberão bênçãos, enquanto os que não creem enfrentarão maldições. As disputas, impregnadas por estratégias racionais, também envolvem a luta por espaços: "Lembre-se: estamos tratando de uma disputa por espaços e pela consolidação desses espaços. Ignorar as consequências das ações pode comprometer todo o processo ou retrocedê-lo ao estágio inicial" (Macedo; Oliveira, 2008, p. 45). Explora-se o conceito de uma nação vinculada a um território e ao Estado, reforçando a importância da coesão territorial como suporte para a soberania política. Embora a ideia de Estado como núcleo de poder seja amplamente aceita, o texto sugere que a organização da ordem internacional também depende de estratégias políticas, econômicas e sociais. Para que o "plano de poder" se concretize, é necessário o engajamento e a participação ativa dos cristãos, incorporando múltiplas camadas de ação, seja em níveis municipal, estadual ou federal.

No livro, os conceitos de Estado, democracia e cidadania estão profundamente interligados, sugerindo que o Estado age como uma instituição neutra, encarregada de regular a vida civil. Nesse cenário, a democracia e a cidadania se reduzem a uma participação que perde seu conteúdo político, limitando-se à mera instrumentalização do processo democrático, centrado apenas no ato de votar. O eleitor evangélico, movido pela crença de cumprir o plano de Deus, escolhe votar em candidatos evangélicos, e ao exercer sua "cidadania", firma um contrato com o Estado, renunciando à sua individualidade em nome do bem coletivo.

O Estado ideal que Macedo descreve se fundamenta no contratualismo de Thomas Hobbes, apresentando diretrizes que não se alinham com os princípios "democráticos e participativos" que ele defende ao longo do livro. Na narrativa, o Estado é retratado como uma entidade racional e neutra, cuja finalidade é organizar as dinâmicas sociais de maneira a pacificá-las e ordená-las (Melo, 2018). Sob essa perspectiva, Dantas (2011) argumenta que é desconsiderada a visão do Estado como um campo de interesses antagônicos, que privilegia as aspirações das classes dominantes, servindo como um mecanismo de racionalização e organização do sistema social.

Se em Hobbes, como aponta Mondaini (2003), o "estado absoluto" é visto como resultado de um "contrato social" estabelecido entre indivíduos que deixaram o "estado de

natureza” para formar um corpo social e político, em Macedo esse contrato social de submissão é definido por meio do voto e da eleição de mandatários. Para ele, “no que tange à política, em especial a um sistema democrático como o nosso, é o voto popular que define os mandatários” (Macedo; Oliveira, 2008, p.28). Assim, o coletivo renuncia à individualidade em busca de paz e ordem, enquanto o Estado ganha legitimidade para punir aqueles que infringem as regras.

Sob a aparência de um Estado imparcial, Macedo desconsidera as questões ideológicas e os interesses antagônicos entre diferentes classes e grupos sociais. Ele promove a submissão e a obediência, apresentando a eleição como a única forma de interação entre o Estado e os indivíduos, criando a ilusão de um Estado que media as relações. Nesse contexto, a democracia se torna uma ferramenta meramente instrumental, desprovida de significado político real, e a participação cidadã se limita a um rito mecânico, desconectado das dinâmicas sociais. Dessa forma, o modelo democrático proposto por Macedo falha em abordar as desigualdades sociais e questões estruturais (Dantas, 2011).

Um aspecto marcante no discurso político de Edir Macedo é a intersecção entre fatores religiosos e morais. Para ele, a obediência e a conscientização política dos verdadeiros cristãos estão intimamente relacionadas aos valores morais e identitários da fé. Macedo sustenta que não basta apenas votar, é fundamental que esse voto seja direcionado a líderes que representem a causa evangélica. Dessa forma, ele entrelaça duas justificativas: a política, que vê o voto como uma contribuição para a consolidação da democracia, e a moral, que posiciona os cristãos como guardiões da honra e da ética (Melo, 2018). Macedo utiliza um vocabulário familiar, introduzindo conceitos como democracia e cidadania, mas também reformulando-os para atender aos seus objetivos. Ele ressignifica a democracia, esvaziando seu sentido político, e propõe uma noção restrita de cidadania, defendendo um Estado mais punitivo para preservar a ordem social. Dessa forma, ele também enriquece sua narrativa religiosa com camadas políticas e filosóficas, contribuindo para o sucesso eleitoral dos evangélicos.

Essa abordagem, contudo, vai além da simples conquista de espaço no cenário político-institucional. Ela expande a compreensão sobre o poder, transcendendo o âmbito estatal e englobando tanto a dominação concreta quanto a apropriação simbólica. O poder, assim, é visto como uma rede complexa de relações que se estende por esferas econômico-políticas e dimensões culturais (Haesbaert, 2004). Ao considerar diferentes escalas espaciais e temporais, além do Estado-nação, é possível identificar formas de poder que operam entre diferentes agentes, ressaltando o conflito como um elemento essencial na formação do território. A estratégia territorial é definida como um conjunto de diretrizes que orientam as ações de um

agente, constituindo uma série de passos coordenados em direção a um objetivo (Lacoste, 2008). Nesse sentido, Leite (2019) identifica quatro eixos centrais que delinham as estratégias da Igreja Universal: o templo, a mídia, a rua e a política.

Os templos da IURD são fundamentais para essa dinâmica. Eles representam não apenas locais para a realização de cultos religiosos, mas também símbolos de poder e permanência. Desde os primeiros encontros de Edir Macedo em espaços improvisados até a construção de templos monumentais, como a Catedral Mundial da Fé e o Templo de Salomão, em São Paulo, a igreja tem demonstrado sua intenção de se consolidar no espaço urbano e na memória social. A localização estratégica desses edifícios, geralmente em áreas de grande visibilidade e fácil acesso, fortalece a presença da IURD nas cidades e demonstra sua capacidade de mobilizar e manter uma base fiel.

Paralelamente aos templos, a rua emerge como um espaço de evangelização que ultrapassa os limites físicos do sagrado. A IURD utiliza espaços públicos para promover eventos de grande visibilidade, como megashows, caminhadas e cultos ao ar livre. Essas atividades têm o objetivo de expandir a sua influência e atrair pessoas que não necessariamente frequentam os templos. A ocupação temporária do espaço público transforma a rua em um território de evangelização, criando uma extensão de sua presença religiosa. A rua, portanto, se torna um espaço de mobilização e engajamento, onde a Igreja não apenas amplia seu alcance, mas também reforça sua identidade como uma instituição dinâmica, capaz de interagir diretamente com a sociedade civil.

Já a mídia desempenha um papel essencial na estratégia territorial da IURD. Através de diversos veículos de comunicação, como rádio, televisão, internet e jornais, consegue-se ampliar sua presença para além dos espaços físicos, alcançando milhões de pessoas. A aquisição de grandes meios de comunicação, como a Rede Record e o jornal Folha Universal, fortalece a sua posição no cenário midiático e permite que ela controle a narrativa sobre si mesma, influenciando as discussões públicas sobre religião, política e sociedade. A mídia se torna, assim, uma projeção simbólica do território da igreja, conectando seus templos e fiéis em uma rede que ultrapassa fronteiras físicas e culturais. Além de evangelizar, a mídia serve para consolidar a imagem da igreja como uma instituição poderosa e presente em todas as esferas da vida social.

Segundo Leite (2019), os três eixos — templo, rua e mídia — configuram a base da estratégia de expansão territorial da IURD no Brasil, permitindo que ela amplie sua influência e controle sobre o espaço público e religioso. Essas esferas articulam uma dinâmica de poder

que vai além da ocupação física, abrangendo também a apropriação simbólica dos espaços públicos e a construção de uma rede midiática que reforça sua presença. Através da combinação entre a presença institucional, eventos públicos de grande visibilidade e o uso intensivo de veículos de comunicação, a IURD consolida sua hegemonia, expandindo suas fronteiras e fortalecendo seu papel nas esferas religiosa, política e social.

O quarto eixo que orienta a expansão da Igreja Universal e sustenta a execução de seu "plano de poder" é a política. A crescente inserção de evangélicos no cenário político e a disputa por esse espaço são estratégias objetivas no fortalecimento do neopentecostalismo no Brasil, assim como para a construção de uma rede política que potencializa esse processo. Embora a participação de evangélicos na política não seja novidade, o aumento significativo de políticos evangélicos simboliza o reflexo do crescimento dessa religião no país. A ocupação desses espaços no Estado cria um ciclo dinâmico e dialético: a presença religiosa impulsiona a influência política, e a maior representação política, por sua vez, fortalece a expansão do neopentecostalismo.

A ideia de integrar Estado, nação e Deus é uma proposta que Macedo tem promovido há anos. Em 1995, ele fundou o Partido da Gente (PG) em Portugal, um partido vinculado à IURD. Apesar de sua breve existência e da percepção negativa que gerou localmente, a iniciativa já revelava sua ambição por influência política. Seu livro aborda a Bíblia não apenas como um guia de fé religiosa, mas como um verdadeiro manual para a conquista e o exercício do poder político e da governança.

Em 2005, a Igreja Universal fundou o Partido Republicano Brasileiro (PRB). Embora a igreja negue ser sua proprietária, observa-se que, a cada eleição, mais bispos da IURD se filiam ao partido. Em 2008, o PRB elegeu 54 prefeitos, enquanto em 2016 esse número subiu para 106. Na Câmara, o total de vereadores, senadores e deputados triplicou, resultando na formação de bancadas evangélicas (Carvalho, 2016). Isso evidencia a importância atribuída à hegemonia do poder político entre os evangélicos, conforme destacado por Macedo e Oliveira (2008, p. 25):

Insistimos em que a potencialidade numérica dos evangélicos eleitores pode decidir qualquer pleito eletivo, tanto no Legislativo, quanto no Executivo, em qualquer que seja o escalão, municipal, estadual ou federal. Mas essa potencialidade depende de cultura cívica, conscientização, engajamento e mobilização. Essa é a fórmula da participação determinante. Os cristãos não devem apenas discutir, mas principalmente procurar participar de modo a colaborar para a desenvoltura de uma boa política nacional e, sobretudo, com o projeto de nação idealizado por Deus para o seu povo.

O "plano de poder" diz respeito ao projeto de construção de uma nação cristã, cuja materialização é estrategicamente planejada através das eleições e da política institucional no

Brasil. Ao observar a expansão global da IURD, surge a reflexão sobre a proliferação de projetos nacionais em países onde os cristãos estão "conscientizados". O livro apresenta um conjunto de diretrizes voltadas para a articulação de interesses entre diferentes partidos, com o objetivo de impulsionar a ascensão de líderes que conduzam suas comunidades. O objetivo final é garantir a conquista de posições de poder, assegurando a implementação desse projeto em diversas esferas da sociedade.

Em 2002, nas eleições presidenciais, Anthony Garotinho, que havia se convertido ao evangelicalismo, obteve 10% dos votos, evidenciando o crescente fortalecimento político do setor evangélico (Beraba; Melo, 2002). Em 2014, a candidatura do pastor Everaldo à presidência pelo PSC marcou um ponto de inflexão na política brasileira, refletindo a crescente influência desse grupo. No ano seguinte, o pastor Marcos Feliciano, também do PSC, foi escolhido para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados, evidenciando a presença evangélica em importantes espaços decisórios. A eleição de Eduardo Cunha, membro da Assembleia de Deus e filiado ao PMDB, para a presidência da Câmara dos Deputados consolidou ainda mais essa tendência. Em 2019, o PRB, vinculado à Igreja Universal, passou a se chamar Republicanos, buscando ampliar seu alcance político (Veja, 2019). Percebe-se que os evangélicos exercem forte influência política ao combinar a fé das pessoas em Deus com os projetos de poder de seus líderes (Normose, 2021).

No capítulo seis, ao delinear um guia para a escolha do candidato mais adequado à IURD, Edir Macedo sugere que é essencial transformar o político em mito. Essa estratégia visa criar uma imagem poderosa e inspiradora do candidato, que ressoe com os valores e aspirações dos fiéis, potencializando sua conexão emocional e aumentando o apoio popular.

O mito é uma chancela. No caso da política, sua potencialidade deve ser bem explorada para que a pessoa seja o ator principal de um partido; porém, sua imagem deve ser resguardada para os momentos verdadeiramente relevantes, evitando assim seu desgaste e desconstrução. Às vezes, dependendo de sua vultuosidade, o mito se torna uma marca, um produto à parte, independentemente de sigla partidária. Tanto que seu reconhecimento e expressividade extrapolam o seu meio de correligionários. Moisés foi uma escolha do próprio Deus, não que Ele dependesse de Moisés para elaborar Seu projeto, mas sim porque estrategicamente era o que mais convinha (Macedo; Oliveira, 2008, p. 73-74).

Essa estratégia se assemelha à história recente do Brasil, particularmente à construção da figura de Jair Bolsonaro como mito. Sua ascensão política foi marcada por um processo de mitificação cuidadosamente alimentado por setores religiosos e midiáticos, que o posicionaram como um messias moderno, um escolhido por Deus para conduzir a nação em meio ao caos moral e político. Essa construção simbólica o dissocia de um projeto político-partidário tradicional e o eleva à condição de arquétipo do "salvador da pátria", alguém cuja autoridade

transcende a institucionalidade e cuja imagem se transforma em um totem de proteção espiritual e restauração da ordem. Na teologia do domínio, os mitos desempenham um papel central, representando arquétipos como heróis, iluminados e guardiões, “do messias, do salvador das nacionalidades ameaçadas por forças antagônicas do bem” (Passos, 2021, p. 159). Essas figuras míticas são fundamentais para justificar e direcionar o projeto teocrático e escatológico proposto por essa teologia, oferecendo uma narrativa simbólica que legitima a busca por um governo divino sobre a Terra (Xavier, 2024).

O livro-manifesto exemplifica claramente um modelo que prioriza o Antigo Testamento sobre o Novo Testamento, relegando a figura de Jesus a segundo plano. Essa abordagem destaca a importância dos reis e líderes políticos e militares do Antigo Testamento, com especial ênfase na figura do rei Davi, descrito como um "pecador ungido". Essa reinterpretação tem como objetivo legitimar a fusão entre fé e política, propondo que os valores e as narrativas do Antigo Testamento sejam alinhados com a estratégia política da IURD. Como líder evangélico, Macedo reconhece as vantagens que a presença de "verdadeiros cristãos" na política pode trazer para sua instituição.

A convergência entre religião e política, especialmente no contexto evangélico, tem sido fundamental para redefinir as práticas democráticas e influenciar a sociedade contemporânea. Edir Macedo, por exemplo, reinterpreta conceitos como Estado, democracia e cidadania com o intuito de incentivar a participação política dos evangélicos e justificar a ordem política vigente. No entanto, sua abordagem enfraquece o verdadeiro significado da cidadania, limita a democracia e torna o Estado mais punitivo, ao ignorar os conflitos e interesses políticos diversos. Essa dinâmica revela como a religião pode ser usada para validar e manter a ordem social e política.

Dentro desse panorama, a teologia do domínio, conforme criticada pelo pastor e cientista da religião Hermes Fernandes (2024), está diretamente relacionada a essas tentativas de intervenção política religiosa. Fernandes destaca que, ao aplicar as leis de Moisés no contexto atual, a teologia do domínio busca instaurar uma teocracia, que chamam de "Reino de Deus", em que a Igreja tem a missão de governar a Terra por meio das leis. Essa visão, além de justificar práticas como a escravidão e naturalizar a misoginia, também adota uma postura xenofóbica, considerando os Estados Unidos como o novo Israel e defendendo, em alguns casos, a pena de morte para homossexuais.

2.5 A MULHER NO CRISTIANISMO

O cristianismo, como uma religião abraâmica, fundamenta-se nos escritos da Bíblia e é considerado uma das principais religiões do mundo, sendo que, a interpretação das Escrituras exerce um papel central na constituição das crenças e práticas religiosas, desempenhando uma função significativa na formação da moral e ética de diversas culturas. O discurso religioso pode ser entendido como um mecanismo importante para a formação do sujeito, onde “o homem precisa ocultar a si mesmo o caráter construído da ordem social para que ela possa se reproduzir como ordem, evitando assim a anomia e o caos” (Berger, 1985, p. 7). Dessa forma, a religião surge como uma grande força que torna aceitável as construções sociais da realidade, apagando a precariedade intrínseca destas ordens construídas, incluindo o construído num mundo mais abrangente que legitima as mazelas do cosmo.

As religiões cristãs buscaram trazer as pessoas “para dentro de um espaço de poder e mantê-las dentro de um único comum e supraordenado sistema de sentido” (Berger; Luckmann, 2004, p. 42). Essa perspectiva, atrelada a interpretações literais das Escrituras, pode influenciar a maneira como as relações de gênero são compreendidas e estabelecidas nas comunidades religiosas e na sociedade, com destaque para o papel das grandes narrativas religiosas na construção de ideias de dominação masculina sobre as mulheres. Segundo Bourdieu³⁵ (2011), a Igreja está entre as principais instituições sociais que produzem e perpetuam a dominação masculina, juntamente com a família, o Estado e a escola. Assim, a religião pode ser entendida como uma das responsáveis pela produção e reprodução da hierarquia dos sexos, consagrando papéis socioculturalmente construídos (Souza; Lemos, 2009).

O monopólio dos sistemas de interpretação religiosa da realidade facilitou a implementação e manutenção de modelos, bem como criou programas para executar padrões de ação que buscavam conduzir o indivíduo em todas as esferas. Mediados pelo sagrado, esses sistemas determinavam a relação social de forma hierárquica, baseados em classe e gênero. Nesse sentido, essas grandes narrativas e suas verdades universais designavam, no centro das estruturas sociais e suas instituições, como família, Igreja e Estado, lugares fixos a serem ocupados por homens e mulheres (Pontes; Cavalcanti, 2016).

Muitos religiosos concebem as doutrinas do Antigo Testamento como mais aceitáveis do que as do Novo Testamento, o que sugere um apego ao conservadorismo e não as “boas

³⁵ Embora esta pesquisa se inscreva no materialismo histórico, recorro a Bourdieu devido à sua contribuição para a compreensão dos mecanismos de dominação simbólica, que são fundamentais para analisar o papel da religião na reprodução das desigualdades de gênero. Para essa leitura, utilizo a abordagem de Paula Montero, que revisita as categorias bourdieusianas e também se apoia na teoria da diferenciação das esferas de Max Weber.

novas” da salvação pela graça, sendo perceptível a preferência dos cristãos mais conservadores a mandamentos mais restritivos de liberdade e escolhas. Os discursos conservadores do cristianismo exprimem os valores tradicionais das relações desiguais que justificam a dominação masculina; assim, as traduções e interpretações sexistas dos escritos bíblicos dão origem a moldes identitários que reproduzem papéis de subordinação da mulher.

Gerda Lerner (2019), ao analisar o patriarcado na sociedade hebraica antiga, oferece uma compreensão detalhada das origens desse sistema e de como ele foi consolidado por meio de práticas culturais, sociais e religiosas. Ela destaca o livro de Gênesis como uma narrativa fundadora que carrega a simbologia que legitima a submissão das mulheres. A história de Adão e Eva, por exemplo, não apenas estabelece a mulher como derivada do homem, mas também associa sua sexualidade ao pecado e à desordem, criando uma base ideológica duradoura para o controle masculino. Entende-se que, pela desobediência e curiosidade da mulher, a humanidade perdeu o paraíso e foi fadada a viver a mortalidade e a dor. A culpa, portanto, torna-se estruturante do status quo do Ocidente judeu-cristão e essa culpa é feminina, onde “à mulher caberia a culpa pelas punições do divino impostas à humanidade como um todo. E assim, sempre lhe coube uma dupla punição: a existência limitada e a humanidade limitada” (Buarque, 1997, p. 78).

Desde o princípio, é possível notar a concepção de Eva como uma figura inferior, pois, é Adão, e não Deus, quem confere uma identidade a Eva, o que reforça a ideia de sua posição superior em relação a ela (Rosa, 2011). Dessa maneira, a identidade de Eva é subtraída desde o início, e sua história passa a ser construída a partir de outro ser, superior a ela tanto em corpo quanto em espírito (Gebara, 2016). Em cada detalhe é perceptível a construção da imagem da mulher como inferior e fraca. É ela, e não Adão, quem é escolhida pela serpente, o que sugere que seria mais suscetível à tentação. Como punição, Adão é condenado a trabalhar arduamente para garantir seu sustento e o de sua família; Eva, por sua vez, não só sofre a maldição das dores no parto, como também é subjugada à autoridade e controle de seu marido, conforme descrito em Gênesis 3:16 (Bíblia, 1980): "Multiplicarei grandemente o seu sofrimento na gravidez; com sofrimento você dará à luz filhos. Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará". Essas interpretações foram tão profundamente apropriadas pela Igreja que, quando a medicina moderna desenvolveu métodos para reduzir o sofrimento do parto, uma significativa parte da instituição religiosa se opôs (Colling, 2014).

Eva carrega o estigma do trauma, da falha e do pecado que não apenas a expulsou do paraíso, mas também condenou a humanidade. No entanto, mesmo após essa desordem, foi Eva

quem povoou a Terra, de certa forma se redimindo em seu papel como mãe e esposa; porém, essa expiação não seria suficiente para esquecer o primeiro erro, surgindo a necessidade de se criar um modelo de mãe sem defeitos (Modzelewski, 2020). Ao se opor a Eva, a Virgem Maria emerge como o exemplo ideal a ser seguido, afinal, não haveria como explicar o nascimento de Cristo a partir de um ser considerado tão inferior (Ferreira, 2012). É a partir desse raciocínio que se inicia um movimento de representação e exaltação das características da mãe de Jesus, Maria:

De fato, a figura da mãe de Jesus recebe uma visibilidade maior a partir do século XI e na península ibérica ganha bastante popularidade. Maria é apresentada, geralmente, como advogada da humanidade, intercessora dos pecadores junto ao Seu Filho. Maria é um exemplo de abnegação, de aceitação da palavra divina sem impor restrições, sem hesitações. Deste modo, Maria demonstra ser uma figura essencial para a divulgação de virtudes que recebem cada vez uma maior atenção da Igreja, como a castidade e a obediência. Maria é o modelo de mãe, que concebe imaculada, que sofre por seu filho, acompanhando-o até o fim, mas de forma discreta, sem expor seu sofrimento (Ferreira, 2012, p. 67-68).

Maria, portanto, simboliza o oposto de Eva, servindo como modelo a ser seguido e representando a redenção das mulheres e de sua natureza subestimada. A valorização dessa figura promovida pela Igreja reflete uma estratégia de controle sobre o feminino, enfatizando a necessidade de que as mulheres sejam dóceis e submissas.

Essa intenção se torna ainda mais evidente ao se analisar a figura de Maria Madalena. Embora tenha iniciado sua trajetória como pecadora, sua aceitação dos valores cristãos e transformação em uma pessoa obediente e altruísta demonstram que qualquer indivíduo pode buscar a redenção e a salvação em Cristo. Sua representação, acessível e próxima, permite que as pessoas se identifiquem com ela e acreditem na possibilidade de sua própria salvação. Dessa forma, Maria Madalena incorpora aspectos tanto de Eva quanto de Maria, simbolizando a capacidade de superação e transformação (Pilosu, 1995). Ventorim (2005) entende que a representação da pecadora arrependida simboliza a oportunidade da conversão. Dessa forma, essas três figuras — Eva, Maria e Maria Madalena — exemplificam como a Igreja Católica constrói sua visão sobre a mulher em sua doutrina. A sutileza desse discurso, que até então se restringia ao âmbito da instituição religiosa, disfarça uma postura discriminatória que, ao longo da história, justificou ideologicamente a morte de inúmeras mulheres na Idade Média (Modzelewski, 2020).

A Bíblia Hebraica, também chamada de Velho Testamento, que foi escrita ao longo de muitos séculos, entre 1200 e 165 a.C., contém inúmeras leis que não favorecem as mulheres. Um dos aspectos mais marcantes do judaísmo é a sua tradição de registros sagrados, sendo a primeira religião a colocar suas leis e rituais por escrito, muitos dos quais baseados em mitos e

crenças anteriores. A principal característica que distingue o judaísmo, porém, é a crença de que essas leis tinham um respaldo divino, não se tratando de decisões pessoais como as de Hamurabi, mas de um patriarcado estabelecido por Deus. Os patriarcas centrais da religião judaica foram Abraão, seu filho Isaque, e o neto Jacó, seguidos pela família de Moisés, que, após receber direções no Monte Sinai, transmitiu os Dez Mandamentos. Os acordos de Deus eram quase sempre feitos com homens, reforçando o status das mulheres como propriedade.

Elise Loehnen (2024), jornalista e autora do livro *Bem-comportadas: os sete pecados capitais e o preço que as mulheres pagam para provar seu valor*, revela que a ascensão do monoteísmo levou à centralidade da figura masculina, estabelecendo um Deus único e onipotente, sem espaço para deusas, seja como divindades principais ou consortes. Ela expõe que o Gênesis, relato da criação na Bíblia, é uma adaptação de um mito sumério de 2500 a.C., que originalmente incluía a Mãe Divina, uma árvore e uma serpente. Na versão suméria, a serpente simbolizava a morte que gera nova vida, e não o mal, além de não haver expulsão do paraíso.

No entanto, no Gênesis do Antigo Testamento, que muitos consideram sagrado (e acredita-se que tenha sido escrito entre 950 e 500 a.C.), o Deus Pai substitui a deusa como único criador, e a mulher é retratada como a causadora do pecado e responsável pela queda do homem. Nesse contexto, a serpente, que simboliza a deusa da fertilidade, também associada a Isis – uma figura venerada em templos no Egito e no mundo greco-romano entre 360 a.C. e 536 d.C. – se torna a instigadora da transgressão feminina. Nessa antiga narrativa, que permeia as culturas judaico-cristãs, as mulheres não só são vistas como responsáveis pela queda, mas também espiritualmente corrompidas.

Além disso, como discutido no primeiro capítulo, em 325 d.C., o imperador Constantino, recém-convertido ao cristianismo, convocou o Concílio de Niceia com a intenção de estabelecer um consenso sobre o cânone cristão. Esse concílio teve a missão de definir quais evangelhos seriam considerados "ortodoxos" e quais seriam rejeitados como "heréticos". Naquela época, havia uma vasta circulação de textos, muito além dos quatro evangelhos que compõem o Novo Testamento atual. A decisão tomada no concílio favoreceu uma narrativa específica que estava em consonância com a visão masculina e apostólica predominante. Os evangelhos considerados "autênticos" reforçavam a tradição patriarcal da Igreja e seu papel central, enquanto aqueles que apresentavam uma perspectiva diferente, como o Evangelho de Maria Madalena, que relatava os ensinamentos de Cristo após a ressurreição, foram tachados como heréticos e destruídos. Embora estudiosos reconheçam a contribuição significativa das

mulheres no cristianismo primitivo, como líderes, professoras e seguidoras fervorosas da fé, a Igreja primitiva não apenas minimizou essa participação, mas também condenou as mulheres, associando-as ao pecado e à depravação moral (Loehnen, 2024).

Desse modo, textos sagrados, como a Bíblia, são frequentemente interpretados de maneira a justificar tais estruturas, conforme menciona Ivone Gebara (2000, p. 31), “[...] quando se trata das mulheres, alguns textos da Escritura e muitos textos de comentários teológicos dos padres da Igreja afirmam que os seres femininos não são apenas inferiores aos masculinos, mas sua “malignidade” é maior”. Gebara ainda afirma que a teologia cristã sempre esteve profundamente enraizada em uma compreensão hierárquica e patriarcal de mundo, dominado pela simbologia masculina, sendo a Bíblia repleta de narrativas vinculadas à ação masculina, corroborando com a produção de um discurso universalmente masculino. O homem é visto como a representação normativa da imagem de Deus, enquanto a mulher é relegada a uma posição secundária.

Os corpos religiosos estão prisioneiros ou são prisioneiros voluntários de um sistema que continua legitimando a superioridade de uns em relação aos outros. E este sistema tem sua dose de responsabilidade na manutenção de estereótipos, de formas de socialização e dominação além de permitir que as mulheres sejam ainda consideradas cidadãs de segunda classe. Tudo isso tem consequências que precisam ser avaliadas no presente momento de nossa história (Gebara, 2013, p. 106).

Gerda Lerner (2019), historiadora, professora e escritora que buscou entender a história das mulheres e das relações de gênero, identifica no plano social uma transição histórica da organização matrilinear e matrilocal para estruturas patrilineares e patrilocais. Essa mudança, vista em narrativas bíblicas como a que retrata a relação entre Jacó e Labão³⁶, reduziu progressivamente a autonomia feminina e consolidou o controle masculino sobre o patrimônio familiar. O casamento, antes visto como uma aliança social onde as mulheres possuíam maior agência, tornou-se um sistema que transferia a autoridade sobre elas aos homens. Isso é ilustrado pelos Dez Mandamentos, conforme descrito em Êxodo 20:17 (Bíblia, 1980), onde a “esposa encontra-se elencada entre os bens de um homem, junto com seus servos, boi e jumento” (Lerner, 2019, p. 179), evidenciando a visão das mulheres como bens dentro da lógica emergente de propriedade privada.

A exclusão das mulheres da esfera pública e religiosa foi outro aspecto fundamental no processo de consolidação do patriarcado. No início, as mulheres desempenhavam papéis relevantes nos cultos religiosos, muitas vezes associados a deusas e práticas de fertilidade. Contudo, com o advento do monoteísmo hebraico e a supremacia de um Deus masculino único,

³⁶ A história de Jacó e Labão está registrada no Livro de Gênesis, mais especificamente nos capítulos 29 a 31.

as representações femininas no divino foram eliminadas. A segregação das mulheres nos templos e sua exclusão das práticas formais de culto público reforçaram sua marginalização simbólica. Ainda que mantivessem algum papel na esfera doméstica, como educadoras e participantes de rituais familiares, sua exclusão do culto formal consolidou sua posição subordinada (Lerner, 2019).

Outro elemento central analisado por Lerner (2019) é o controle da sexualidade feminina. A capacidade reprodutiva das mulheres tornou-se alvo de uma intensa regulamentação, vinculada a normas matrimoniais que garantiam o domínio masculino sobre os corpos femininos. A sexualidade que escapava às regras de procriação era associada ao caos e ao mal, enquanto práticas como o casamento patrilocal eliminavam direitos femininos, como o de separação, e restringiam sua autonomia econômica. Esses mecanismos foram indispensáveis para centralizar o controle sobre a linhagem e os bens nas mãos dos homens, fortalecendo o papel do patriarca como guardião do patrimônio e da ordem social.

A consolidação do patriarcado na sociedade hebraica antiga não foi apenas consequência de condições materiais, mas de um sistema ideológico deliberado. Essa legitimação ideológica não apenas reforçou a subordinação das mulheres no contexto hebraico, mas também criou um modelo de patriarcado que seria herdado e reinterpretado por civilizações posteriores. Para Lerner (2019, p. 188):

O fato é que há mais de 2.500 anos o Deus dos hebreus é tratado, representado e interpretado como um Deus-Pai masculino, não importando outros aspectos que possa ter incorporado. Esse foi, do âmbito histórico, o significado dado ao símbolo e, portanto, é ele que carrega autoridade e força. Esse significado passou a ter extrema importância na maneira como homens e mulheres conceituam as mulheres e colocam ambos, homens e mulheres, na ordem divina das coisas e na sociedade humana.

Os papéis atribuídos a cada gênero são construções sociais que envolvem aspectos de dominação subjetiva, evidenciados na chamada “vocação feminina”, na qual as mulheres são levadas a aceitar sua submissão como algo natural, inquestionável e imposto sobre seus corpos e suas vidas. Essa perspectiva se reflete na identidade feminina construída em nome do “amor” à família, em virtude de seu papel como mantenedora e promotora do equilíbrio emocional de todos os membros da família. Essas obrigações são reforçadas, especialmente, pela religião (Bourdieu, 2007). Riane Eisler (2007, p. 151) pontua que:

Conforme se lê no Antigo Testamento, as leis criadas por essa casta masculina dominante definiam as mulheres como propriedade privada dos homens e não como seres humanos livres e independentes. Primeiro pertenciam a seu pai. Depois, pertenciam a seus maridos ou senhores, como também os filhos que gerassem.

Assim, a atribuição de características específicas a cada gênero, sustentada por justificativas sociais, biológicas ou religiosas, serve como uma estratégia retórica eficaz para

moldar os indivíduos conforme os interesses da instituição. Lerner (2019, p. 187) enfatiza que “as poucas mulheres mencionadas como exemplos de papéis respeitados ou heroicos somem entre tantas mulheres descritas em papéis servis, submissos ou subordinados”.

Os lapsos hermenêuticos dos escritos bíblicos a respeito da mulher deveriam ter se mantido apenas na história, no entanto, ainda se fazem presente com força significativa, o que pode ser compreendido enquanto um reflexo de antigos ensinamentos descontextualizados que são assimilados por setores cristãos, em especial evangélicos, que ocupam cada vez mais espaço em todas as esferas. Interpretações de fundamentalistas se alicerçam em passagens bíblicas que sustentam a relação desigual entre homens e mulheres, a exemplo daquelas extraídas nos escritos de Paulo, como em Efésios 5:22-23 (Bíblia, 1980) “vós, mulheres, sujeitai-vos aos vossos maridos, como ao Senhor; porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja”. Determinadas passagens, interpretadas fora de seu contexto histórico, conservam uma estrutura patriarcal e machista de culturas que foram a gênese da tradição bíblica.

A religião, por meio de seus discursos e simbolismos, exerce uma profunda influência na construção das representações sociais, estruturando a forma como o sagrado e o profano são entendidos em relação às diferenças de gênero. Nessa construção, o masculino é tradicionalmente associado ao sagrado, simbolizando autoridade, elevação moral e proximidade com o divino, enquanto o feminino é frequentemente vinculado ao profano, sendo associado à fragilidade, ao pecado e à marginalização. Essa hierarquização reflete e reforça as desigualdades de gênero, posicionando o homem como figura central na mediação entre o humano e o divino, e a mulher como um ser subalterno, cuja proximidade com o ideal espiritual depende de vigilância ou correção.

A ideologia do sacrífico, analisada por Ivone Gebara (2000), ilustra como a religião, ao ser instrumentalizada pela cultura patriarcal, sustenta a subordinação feminina ao poder masculino. Sob o pretexto de obedecer à vontade divina – personificada na figura do “Pai” celestial –, as mulheres são condicionadas a estender essa obediência às figuras masculinas da sociedade, como pais, maridos e líderes religiosos, que são vistos como representantes dessa autoridade divina. Tal dinâmica não apenas naturaliza, mas glorifica a renúncia feminina aos seus desejos e autonomia, convertendo a submissão em uma suposta virtude moral e espiritual. Esse processo educativo molda as mulheres para aceitarem papéis de subserviência, enquanto reforça e perpetua as estruturas de poder que privilegiam os homens nas esferas social e religiosa, legitimando a desigualdade de gênero como um princípio divinamente ordenado.

Do ponto de vista religioso, viver no sacrifício é viver em obediência à vontade do Pai. E viver na obediência ao Pai é viver na obediência a seu filho, representado pela imagem do pai, do marido, dos irmãos e dos homens que detêm certo poder social e religioso. A ideologia do sacrifício, imposta pela cultura patriarcal, desenvolveu entre as mulheres uma educação à renúncia (Gebara, 2000, p. 135).

Através de textos religiosos canonizados, construiu-se uma visão de submissão feminina, que foi moldada tanto por práticas conscientes quanto por padrões inconscientes de leitura e interpretação. Ao considerar certos textos como verdades absolutas e inquestionáveis, criou-se um sistema de pensamento que naturalizou a inferioridade das mulheres. Como Vilhena (2011, p. 80) aponta, a sacralização dessas ideias transformou o conceito de submissão feminina em algo indiscutível, justificando a opressão com o argumento de que, “se é sagrado, é natural e foi Deus quem quis assim; logo, não se discute, não se indaga, não se questiona”.

Cristiane Cardoso, filha de Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), é uma figura conhecida por seus projetos de aconselhamento de relacionamentos, especialmente voltados para o público feminino, como o programa Mulheres e os livros *Namoro Blindado* (2016) e *Casamento Blindado* (2017), que fazem sucesso no Brasil. Ela e o marido, Renato Cardoso, são conhecidos por suas orientações sobre como construir relacionamentos saudáveis baseados em princípios cristãos, muitas vezes com ênfase em papéis tradicionais no casamento e na família. No primeiro capítulo do livro *Namoro Blindado: O Seu Relacionamento à Prova de Coração Partido*, os autores iniciam da seguinte forma:

Cristiane tirou a sorte grande de se casar com o seu primeiro namorado. Não teve o coração partido por ninguém, não passou pelas mãos de ninguém. E eu tirei a sorte grande de me casar com uma mulher que nunca teve outro namorado. Nunca ter de me preocupar se o ex era melhor, não precisar imaginá-la nos braços de outro (Cardoso; Cardoso, 2016, p. 8).

Embora o livro destaque valores como a importância da autoestima, autovalorização, racionalidade e a não idealização de parceiros, ele ainda reproduz interpretações que perpetuam a ideia de submissão feminina. O trecho reflete uma visão desigual de gênero, ao valorizar a ausência de experiências passadas de relacionamento, especialmente para a mulher, como uma qualidade desejável e uma garantia de "pureza" no casamento. A ideia de que a mulher nunca teve outro namorado é vista como "sorte grande", pois, para o autor, isso elimina preocupações relacionadas a comparações com ex-parceiros ou à insegurança sobre o passado afetivo da esposa. Esse raciocínio perpetua uma visão possessiva, em que a mulher é encarada como um objeto a ser "preservado" e sem histórico emocional, enquanto o homem não enfrenta as mesmas expectativas de pureza ou exclusividade, sendo livre para viver suas experiências sem que isso impacte seu valor ou dignidade.

No livro *Casamento Blindado: O Seu Casamento à Prova de Divórcio*, essa dinâmica se torna ainda mais evidente ao retomarem a história de Adão e a culpa historicamente atribuída à mulher, já abordada neste capítulo. Os autores afirmam que a maldição que recaiu sobre a mulher está diretamente ligada à sua constante busca pela aprovação e atenção do marido. Em termos simplificados, enquanto o homem foi condenado a ser escravo do trabalho e da terra, a mulher passou a depender da validação do marido, tornando-se refém da necessidade de ser reconhecida e valorizada por ele. Nesse contexto, ela não só busca satisfação emocional, mas também a realização de seus desejos e aspirações através dele. Essa visão propõe que a mulher estará eternamente desejando algo do marido, enquanto ele se torna seu líder e a principal fonte de validação.

Até aquele momento, homem e mulher não se preocupavam com “quem mandava em quem”. Era uma união harmoniosa, que simplesmente funcionava sem resistência de um nem imposição do outro. Os dois eram um. Mas agora, devido ao erro da mulher, ela foi propositalmente colocada sob os cuidados e a liderança do marido, como que para lembrá-la do erro que cometeu ao induzi-lo ao pecado (Cardoso; Cardoso, 2017, p. 113).

Assim, a dor e a posição subalterna da mulher passaram a ser vistas como parte de uma ordem divina que não deve ser questionada. Esse processo de legitimação religiosa contribui para a perpetuação de um sistema patriarcal que, ao ser legitimado pela fé religiosa, se torna um fato incontestável, dificultando a transformação das estruturas de poder dentro das comunidades cristãs. Para concluir, no capítulo 19, Cristiane diz:

Pouco antes de me casar, muito jovem e inexperiente, minha mãe me instruiu algo sobre sexo que guardei sempre comigo: “Nem sempre você vai ter vontade de fazer amor com o seu marido, mas não vá pelo que você sente. Faça mesmo assim. Depois que começa, você acaba sentindo vontade. Nunca diga não a ele (Cardoso; Cardoso, 2017, p. 201).

Esse trecho reflete uma interpretação perigosa sobre a sexualidade feminina e o papel da mulher no casamento, revelando uma visão que minimiza o consentimento e a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo. A orientação dada pela mãe da autora — de que a mulher não deve levar em consideração seus próprios sentimentos ou desejos, mas sim ceder ao marido, mesmo quando não tem vontade — reforça uma dinâmica de subordinação e submissão sexual. A ideia de que “depois que começa, você acaba sentindo vontade” sugere que a mulher deve ignorar seus próprios limites e desejos, implicando que a satisfação e o desejo sexual da mulher são secundários aos do homem. Esse tipo de ensinamento perpetua a ideia de que o sexo no casamento deve ser realizado para agradar ao parceiro, independentemente do desejo ou conforto da mulher, o que é uma forma de desvalorização da autonomia feminina e de sua

capacidade de decidir sobre seu corpo e sua sexualidade. Algo semelhante era dito por São Tomás de Aquino (Schott, 1996, p. 94):

Quer a esposa exprima desejo sexual ou não, o marido deve cumprir seus deveres sexuais para curá-la como o médico trataria um paciente teimoso. Ao ver de Tomás de Aquino, como a mulher é culpada do pecado de concupiscência, o marido é efetivamente justificado em agir de forma coercitiva para com ela.

Já Santo Agostinho, acreditava que o pecado original, causado pela desobediência, não só levou à perda do paraíso e à vergonha, mas também à maldição do corpo. No homem, essa maldição se manifesta na incapacidade de controlar seu órgão reprodutor, com a desobediência refletindo-se na falta de domínio sobre a alma. Já no caso da mulher, Agostinho julgava que seu corpo é, por natureza, corrompido. Para ele, a relação entre o homem e a mulher deveria ser fundamentada na dominação, refletindo uma hierarquia espiritual entre os gêneros. Ele acreditava que, para a alma do homem alcançar a elevação e o controle sobre seu próprio corpo, era necessário exercer autoridade sobre a mulher, que, em sua visão, representava o corpo corrompido e caído (Schott, 1996).

Assim, para garantir uma repressão sexual eficaz, a Igreja reconheceu a necessidade de focar em um alvo específico: a mulher. Considerada mais libidinosa, fraca e propensa a cair em tentações, ela era vista como mais vulnerável aos impulsos sexuais. Dessa forma, acreditava-se que o sexo seria, para ela, algo inevitável, exigindo, portanto, um controle social mais rigoroso do que o destinado ao homem (Carvalho, 2023). Os reflexos dessa concepção permanecem visíveis na sociedade, evidenciados através da consolidação de uma cultura do estupro³⁷, onde a mulher tem sua autonomia negada ou minimizada. Para a teóloga e feminista Angelica Thomaz (2018, p. 77): “A teologia patriarcal exorciza as mulheres delas mesmas. Definem o que podem e não podem fazer com os corpos”.

A partir da perspectiva materialista-histórica, entende-se que a estruturação da família patriarcal está intimamente ligada à preservação da opressão feminina. A relação entre a família e o Estado, nesse contexto, não só define o destino da mulher, mas também reforça a função do homem como figura de autoridade dentro dessa configuração social. Segundo Saffioti (2015), o patriarcado serve aos interesses da classe dominante, com base na divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres são responsáveis pelos serviços domésticos e sexuais, que são fornecidos gratuitamente a seus companheiros. Ela argumenta que esse processo envolve uma complexa rede de relações sociais interligadas, nas quais o capitalismo e o racismo se entrelaçam diretamente ao patriarcado.

³⁷ O termo cultura do estupro surge nos anos 1970, período da segunda onda feminista, para expressar comportamentos sutis ou explícitos que relativizam a violência sexual contra a mulher (Garcia, 2023).

Silvia Federici (2004), ao analisar o conceito de ideologia, a assimila como um instrumento de controle social que serve para naturalizar as relações de poder no capitalismo. Seguindo essa lógica, as ideologias patriarcais, em particular, buscam justificar as desigualdades de gênero, promovendo a ideia de que o trabalho doméstico e reprodutivo das mulheres trata-se de uma função “natural” e “predestinada”. Essa construção ideológica oculta a exploração econômica das mulheres, especialmente no que concerne ao trabalho não remunerado realizado no espaço doméstico. As ideologias patriarcais e capitalistas sustentam as estruturas de poder e as desigualdades e, nesse sentido, para regimes autoritários e conservadores, a emancipação da mulher representa uma ameaça à moral vigente e aos seus próprios interesses (Santaella, 2023).

Para Simone de Beauvoir (1967), fatores biológicos, culturais e ontológicos são considerados a chave para o estabelecimento da dominação do homem sobre a mulher, a qual se vê restrita ao ambiente doméstico e reprodutivo. Para ela, a constituição de leis e livros sagrados, os quais foram escritos por homens, tornaram-se subsídio para reforçar a inferioridade da mulher. Observa-se um esforço crescente para revalorizar o “valor da feminilidade”, entendido por setores conservadores como um pilar essencial para a preservação de uma configuração familiar cisheteronormativa³⁸ e monogâmica. Essa visão fundamenta e impulsiona uma série de pautas que têm ganhado destaque no cenário político recente, como a oposição à legalização do aborto, a negação de direitos sexuais e reprodutivos e a crítica à "ideologia de gênero".

³⁸ A cisheteronormatividade é um termo composto pela palavra cisgênero que se refere à pessoa em que o gênero corresponde ao seu sexo de nascimento. Heteronormatividade se refere à compreensão de que a heterossexualidade é a única orientação da sexualidade considerada válida, natural e passível de respeito na sociedade (Carrilho et al., 2022, p. 8).

CAPÍTULO 3 - FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO BRASIL

3.1 NOVA DIREITA, BANCADA EVANGÉLICA E A AGENDA MORAL

No campo das interações sociais, o microcosmo não funciona de forma isolada das influências do macrocosmo, embora retenha uma autonomia parcial cuja intensidade pode variar. No âmbito religioso, Pierre Bourdieu (2007) argumenta que essa autonomia é estruturada por meio de um campo organizado, que regula práticas, cumpre funções ideológicas e políticas, e legitima a ordem social vigente. Dentro disso, as hierarquias e relações de poder são estabelecidas entre seus agentes, que buscam defender interesses ajustados às demandas sociais. Apesar de, frequentemente, reforçar a ordem hegemônica, o campo religioso também pode abrigar tensões e conflitos com outras esferas, como a política, dependendo do contexto histórico e das dinâmicas de poder presentes. Essas interações operam em limites imprecisos, que se alteram ao longo do tempo, refletindo a complexidade da complementaridade entre religião e sociedade.

Ao revisitar a noção de campo religioso em Bourdieu, Paula Montero (2016) amplia o entendimento do conceito ao integrar a teoria da diferenciação das esferas de Max Weber. A autora destaca que Bourdieu, ao afastar-se da oposição secular/religioso como referência central, redefine a autonomia do campo religioso. Essa perspectiva não pressupõe que o religioso seja historicamente anterior ou isolado do social e do político, mas o compreende como parte de um sistema interativo que evolui junto às mudanças estruturais da sociedade. Assim, o campo religioso não apenas interage com outras esferas, mas também contribui para a configuração dinâmica e histórica das relações de poder e legitimidade.

No Brasil, a relação entre os campos religioso e político é histórica e marcada por controvérsias, colaborações e concorrências. Tradicionalmente, o campo religioso tem buscado ingressar na esfera política com o intuito de expandir seu poder e se afirmar como uma instituição respeitável na sociedade (Dantas, 2011). Nas primeiras décadas dos anos 2000, os evangélicos ascenderam no cenário político, se consolidando como atores centrais, em um processo marcado pelo fortalecimento do segmento pentecostal, a ocupação massiva de mídias tradicionais e digitais, o crescimento do mercado gospel e a crescente presença nos três poderes do Estado. Paralelamente, emergiu um ativismo político evangélico, que reagiu às transformações socioculturais promovidas por políticas públicas progressistas, especialmente relacionadas ao campo dos direitos humanos e de gênero.

O neoconservadorismo evangélico no Brasil consolidou-se como uma força sociopolítica ao adotar uma estética de modernidade, mas sustentando discursos ancorados na rigidez moral, na defesa da ordem e no controle social. Essa vertente religiosa passou a se articular de forma estratégica com setores da política institucional e da mídia, ganhando legitimidade e influência na esfera pública. Sob a retórica da proteção da família, dos bons costumes e dos valores cristãos tradicionais, lideranças como Silas Malafaia e Marco Feliciano emergiram como representantes de um projeto ideológico que busca frear avanços sociais, especialmente em pautas relacionadas aos direitos das mulheres, da população LGBTQIA+ e à laicidade do Estado. A simbiose entre religião, política e mídia ampliou o alcance do neoconservadorismo, transformando o púlpito em palanque e os meios de comunicação em instrumentos de mobilização moral.

O conservadorismo evangélico ganhou novas formas, com líderes religiosos se apresentando como modernos, mas mantendo discursos de rigidez moral e controle social. Essa abordagem, definida como neoconservadorismo, encontrou apoio entre segmentos políticos e midiáticos, fortalecendo a ideia de um Brasil enraizado em valores cristãos tradicionais. A relação entre religião, política e mídia se intensificou, com líderes como Silas Malafaia e Marco Feliciano ganhando espaço para mobilizar fiéis e promover uma agenda contrária aos avanços sociais.

É importante diferenciar o conservadorismo clássico do neoconservadorismo, que se distinguem significativamente em suas origens e objetivos. O conservadorismo clássico, que surgiu no século XVIII com pensadores como Edmund Burke e Joseph de Maistre, buscava preservar valores e instituições tradicionais, como a monarquia e a religião cristã, consideradas pilares da civilização ocidental. Esse movimento reagia às revoluções liberais, como a americana e a francesa e, no século XIX, opôs-se ao racionalismo, à industrialização e à democracia, defendendo hierarquias sociais e o papel das elites no governo (Almeida, 2018).

Já o neoconservadorismo, que será utilizado como lente de análise, é um fenômeno mais recente, que surgiu no contexto pós Segunda Guerra Mundial, em reação ao Welfare State (Estado de bem-estar social), à contracultura e à esquerda. Para os neoconservadores, a crise do capitalismo nos anos 1960 foi interpretada como uma crise moral, provocada pela ruptura com valores tradicionais em nome de um igualitarismo promovido pelo intervencionismo estatal. Eles argumentavam que as diferenças sociais, de gênero e até raciais eram parte natural da ordem social e que a tentativa de apagá-las resultaria em uma degradação cultural (Brown, 2019).

A principal distinção entre o conservadorismo e o neoconservadorismo é que, ao contrário do conservadorismo, o neoconservadorismo não rejeita todos os aspectos da modernidade. Enquanto os conservadores se opõem a muitas das transformações modernas, os neoconservadores valorizam a industrialização, o fortalecimento das relações de mercado e o crescimento do capitalismo. Eles aceitam as mudanças sociais trazidas pela modernidade, mas rejeitam suas transformações culturais, adotando uma postura seletiva diante do processo moderno (Alencar, 2018). Assim, os intelectuais neoconservadores consideram as mudanças culturais, como a transformação dos valores e o aumento da autonomia individual, como ameaças à ordem social estabelecida.

Para os neoconservadores, pois, moderna e desejável seria toda dinâmica social que nos conduz ao crescimento capitalista e ao progresso técnico e administrativo. Por outro lado, a continuidade mais plena dessas dinâmicas de progresso estaria ameaçada por perigos iminentes desencadeados pelas transformações aceleradas no campo da cultura. Desse modo, os diferentes representantes do neoconservadorismo atacariam a cultura profana moderna, seja denunciando seu caráter subversivo – ‘ela contrasta com a disposição à produtividade e à obediência, da qual dependem funcionalmente uma economia eficiente e uma administração estatal racional’ – sejam defendendo o esgotamento de seus potenciais criativos e a incapacidade de promover a integração social por si mesma (Habermas, 2015, p. 17).

Esse cenário, marcado por mudanças nas dinâmicas de poder e pela crescente complexidade nas relações entre esses dois campos, ganhou novos contornos com a ascensão, de acordo com Pereira, Duarte e Santos (2021), de uma ideologia conhecida como nova direita, que se constitui pela fusão político-econômica entre neoliberalismo e neoconservadorismo, tendo características particulares no contexto latino-americano e se fortalecendo como forma de se opor ao crescimento de governos populares nos últimos anos. De acordo com as autoras:

A nova direita carrega, em seu seio, uma radicalização latente. O neoliberalismo e o neoconservadorismo que a constituem já não podem ser analisados isoladamente. Amalgamados, não são mais duas correntes, essencialmente contrárias, embora tenham historicamente compartilhado convicções centrais, que se uniram em prol da satisfação de seus interesses comuns. Representam a união imanente do que há de mais perverso em cada uma em separado. Assim, na defesa do livre mercado, vem embutida a ode ao *laissez-faire*, à meritocracia e à necropolítica. Na tentativa de resgate dos “bons costumes” e dos valores tradicionais, emergem, no bojo, o racismo, a misoginia, a LGBTfobia. No orgulho patriota, aflora a xenofobia e a islamofobia. Da devoção a Deus, deriva a perseguição a outras expressões religiosas, especialmente as de matriz africana. Em suma, a convergência medular que transforma duas correntes em uma, é a que se direciona para negação – nunca assumida – da democracia (Pereira; Duarte; Santos, 2021, p. 8).

Esse movimento ganha força no final da década de 1970, impulsionado por líderes como Margaret Thatcher e Ronald Reagan, cujos governos foram fundamentais para a difusão dessa ideologia. Nesse período, os partidos conservadores obtiveram uma série de vitórias sucessivas em regiões que, anteriormente, estavam sob a influência de governos social-democratas, como foi o caso do Chile (Harvey, 2008). Essa amálgama resultou em uma combinação de princípios

e, assim, "da influência de duas ideologias conflitantes derivou uma nova prática política, econômica, social e cultural pautada pelo neoliberalismo econômico e o neoconservadorismo social e político (Pereira, 2013, p. 101).

Embora o conceito de nova direita, conforme analisado por Camila Potyara Pereira (2013), seja importante para compreender a reconfiguração das forças políticas conservadoras no Brasil – especialmente no que tange à articulação entre neoliberalismo e moralismo –, neste trabalho opta-se por direcionar o foco à dimensão do neoconservadorismo. Tal escolha se justifica pela centralidade que o discurso moral tem assumido nas disputas contemporâneas em torno dos direitos, da cultura e da vida cotidiana. O neoconservadorismo, mais do que uma expressão da nova direita, opera como um elemento estruturante das ofensivas políticas atuais, sobretudo por meio da retomada de valores tradicionais, da defesa da ordem, da família e da religião como pilares da organização social. Assim, o recorte busca destacar como esses elementos têm sido mobilizados na produção de subjetividades, na restrição de direitos e na legitimação de práticas autoritárias.

Vaggione e Machado (2020) destacam que uma das vantagens analíticas do conceito de neoconservadorismo é que o uso do prefixo "neo" possibilita situar o ativismo religioso em um momento específico, caracterizado pela politização das questões relacionadas à reprodução e à sexualidade. Seguindo essa lógica, pode-se captar a partir das ideias de Pierucci (1989) a formação de uma espécie de "nova direita cristã", que é caracterizada por sua mobilização em defesa dos costumes tradicionais e da moral sexual fundamentada nos valores cristãos. Ele entende que os evangélicos passaram a articular suas ações em torno de pautas morais, alinhando-se estrategicamente à direita política com o objetivo de obter maior visibilidade e influência pública (Quintão, 2017).

Uma característica que surge entre as direitas e é apropriada pela nova direita é a retomada da teoria do "marxismo cultural", que alega existir uma conspiração comunista infiltrada nas esferas culturais e educacionais, e promove uma retórica perigosa que, ao atacar grupos progressistas, acaba legitimando ideias associadas ao nazifascismo, como a degeneração cultural e racial e teorias da conspiração. O alvo principal não é o Estado voltado para a repressão policial ou para a guerra, mas sim o Estado que concede direitos, logo, se o neoliberalismo já enfraqueceu o Estado de bem-estar social, a nova direita busca agora atacar o Estado que garante direitos civis e humanos (Carapanã, 2018).

De acordo com Carapanã (2018), a narrativa do “marxismo cultural” foi reintroduzida ao debate político por dois ideólogos conservadores norte-americanos, Pat Buchanan e William

S. Lind, como parte de uma estratégia para criar um “conservadorismo cultural” voltado para questões de valores, como educação, família e moralidade. Com o fim da Guerra Fria, era necessário para a direita se afastar do debate econômico, que já havia sido dominado pelo liberalismo. Lind acreditava que o foco deveria ser a defesa de valores culturais, propondo que o "marxismo cultural" se manifestava em várias áreas da sociedade, como educação pública, mídia e indústria do entretenimento.

O problema com a popularização dessa teoria da conspiração é que ela carrega consigo outras ideias associadas ao nazifascismo, como teorias da degeneração cultural e racial. Ela alimenta uma perseguição em torno de uma suposta ameaça, constantemente definida por "eles" — uma figura vaga e mutável que pode ser representada por professores, artistas, banqueiros ou até globalistas da ONU, todos descritos como inimigos que estariam destruindo as famílias, a propriedade e os valores tradicionais. O trecho a seguir foi extraído do capítulo 2 do *Mein Kampf*, escrito por Adolf Hitler, que para Carapanã (2018) exemplifica o claro flerte da nova direita com ideias do nazifascismo:

A doutrina [globalista] do marxismo rejeita o princípio aristocrático da natureza e substitui o eterno privilégio do poder e força pela massa de números e seu peso morto. Assim, nega o valor da personalidade no homem, contesta a importância da nacionalidade e da raça, e assim retira da humanidade a premissa de sua existência e sua cultura. Como uma fundação do universo, esta doutrina traria o fim de qualquer ordem intelectualmente concebível para o homem. E como, neste maior de todos os organismos reconhecíveis, o resultado de uma aplicação de tal lei só poderia ser o caos (Hitler, 1925, n.p.).

Essa proximidade com ideologias autoritárias reflete um fenômeno mais amplo, como observou Wendy Brown (2006), em que a desdemocratização resulta de uma combinação entre o neoliberalismo e uma repolitização do campo religioso. A partir das ideias de Michel Foucault, Brown argumenta que o neoconservadorismo religioso possui influência na conformação das subjetividades, ajudando a moldar o Estado neoliberal em uma lógica pastoral de governança. Esse processo promove uma docilidade em relação às desigualdades políticas e sociais, ao mesmo tempo que fomenta a adesão crescente à teologia da prosperidade, que se alinha perfeitamente com as premissas neoliberais.

A articulação entre o fundamentalismo religioso e o neoliberalismo, conforme analisa Wendy Brown (2019), permite compreender como a fé tem sido instrumentalizada para fins políticos e econômicos em contextos contemporâneos marcados pela erosão da democracia. Essa aliança se manifesta em cinco dimensões centrais: a corrosão da esfera pública, a imposição de normas morais punitivas, o reforço das hierarquias sociais, a despolitização da justiça social e a construção de inimigos simbólicos. Esses mecanismos criam um terreno fértil para a ascensão de líderes carismáticos, elevados à condição de figuras messiânicas, que

mobilizam uma retórica religiosa para legitimar projetos de poder autoritários. Assim, determinados líderes religiosos, ao explorarem o imaginário escatológico e as angústias sociais de suas bases, deixam de representar a diversidade do campo evangélico para se tornarem gestores de um capital político-religioso que beneficia sobretudo seus próprios interesses.

A partir desse giro político, lideranças como Silas Malafaia desempenharam papel fundamental ao convencer os evangélicos a se afastarem da esquerda e a canalizarem seus votos para candidatos conservadores, através do uso de discursos oportunistas para consolidar poder, disciplinar suas bases e negociar com o sistema político. A posse de meios de comunicação, como rádios e emissoras de TV, intensifica essa dinâmica, permitindo que líderes religiosos desempenhem o papel de coronéis modernos na política brasileira. Máquinas sociorreligiosas, compostas por grandes denominações e líderes como Edir Macedo (Igreja Universal/Rede Record), Valdemiro Santiago (Igreja Mundial), e Estevam Hernandes (Igreja Renascer), colocaram seus recursos de mídia e influência a serviço de um projeto de poder. Essa articulação foi reforçada pelo ecumenismo político, que superou diferenças denominacionais em torno de uma pauta moral comum.

Amy Erica Smith (2019), cientista política americana, em suas análises acerca da crescente influência dos evangélicos na política brasileira, destaca dois fatores principais: primeiro, ela observa a intensificação da competição entre evangélicos e católicos para expandir suas bases de fiéis e sua influência política. Em segundo lugar, ela aponta que o fortalecimento do poder evangélico é uma resposta às políticas progressistas de FHC a Dilma, especialmente nas questões relacionadas a sexualidade e família, que contrariaram os valores conservadores do movimento evangélico.

A instrumentalização da fé para fins eleitorais se dá quando se afirma que tanto a igreja quanto o plano evangelizador de Deus estão em perigo. Ricardo Mariano (2012) explica que o argumento de que a liberdade religiosa está sendo ameaçada se torna uma ferramenta poderosa para promover candidaturas evangélicas dentro dos cultos. Ele também destaca o ponto de inflexão na postura da representação evangélica no Congresso, que passou a adotar uma abordagem mais ativa a partir desse momento. Durante as eleições gerais de 1986, as primeiras após a redemocratização, um boato circulou durante os trabalhos da Constituinte, sugerindo que a Igreja Católica estaria buscando exercer sua influência para garantir privilégios na elaboração da nova Constituição, o que, conforme os rumores, colocaria em risco a liberdade religiosa. Por conta desse rumor, Mariano (2012, p. 16) diz:

Rapidamente foi organizada uma bancada na Câmara, marcando a emergência pública do ativismo evangélico em um monte crucial da democracia. O lema dos evangélicos,

que até então tinha sido 'crente não se mete em política', passou a ser 'irmão vota em irmão'.

A consolidação da bancada evangélica no Congresso foi uma peça-chave desse processo. Pastores e líderes denominacionais se empenharam em convencer fiéis a votarem em candidatos indicados pelas igrejas, utilizando como motivações a disputa histórica com o catolicismo e a retórica de proteção da moralidade cristã. Em 2002, o Brasil testemunhou a eleição do primeiro senador evangélico, Marcelo Crivela. Nesse mesmo ano, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente, derrotando José Serra no segundo turno; ao mesmo tempo, Anthony Garotinho, que havia se convertido ao evangelicalismo, obteve 10% dos votos, revelando o crescente peso do eleitorado evangélico nas eleições (Beraba; Melo, 2002). Esse cenário evidenciou a capacidade de mobilização política desse grupo, que começava a consolidar sua força no campo eleitoral nacional. Até 2002, os parlamentares evangélicos eram uma minoria no Congresso, mas, a partir de 2003, durante o governo Lula, a bancada começou a se fortalecer. Nesse período, figuras como Magno Malta (com sua atuação na CPI da Pedofilia) e Edir Macedo (com o lançamento do livro *Plano de Poder*) impulsionaram a agenda evangélica, ampliando a presença no Legislativo e fomentando a pauta moral como central para as campanhas eleitorais.

Durante os governos de Lula e Dilma, muitos grupos adotaram uma postura pragmática, negociando apoio em troca de espaço e influência. No entanto, a partir de meados da década de 2010, essa postura começou a mudar. A agenda progressista, com avanços em temas como direitos LGBTQIA+, igualdade racial e justiça de gênero, passou a ser confrontada por lideranças evangélicas, que se posicionaram como defensoras de uma moralidade tradicional (Burity, 2020). Um dos desdobramentos disso se deu em torno da polêmica da cartilha Escola sem Homofobia, um dos eixos do programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004 pelo governo federal, que previa a capacitação de educadores para abordar questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Em 2011, antes de sua implementação, o projeto enfrentou forte oposição de setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional, que o apelidaram pejorativamente de "kit gay" e alegaram que ele "incentivava o homossexualismo"³⁹ e a promiscuidade". Na tentativa de

³⁹ O termo homossexualismo carrega uma carga patologizante, por isso seu uso é considerado inadequado. A terminação "-ismo" remete a uma ideia de doença ou desvio, associando a orientação sexual a um transtorno. Essa concepção esteve presente durante décadas no discurso médico e psiquiátrico, sendo o termo utilizado, por exemplo, na Classificação Internacional de Doenças (CID) até 1990, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais. Desde então, passou-se a adotar o termo homossexualidade, que reconhece a diversidade sexual como uma variação legítima da sexualidade humana, desvinculada de qualquer noção de patologia. Hoje, o termo mais adequado e respeitoso no campo acadêmico,

deslegitimar as ações voltadas para a eliminação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas, políticos neoconservadores afirmaram que a distribuição desse material fazia parte de um projeto esquerdista que visava atacar os valores das famílias brasileiras (Carrilho et al., 2022). Membros da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) protocolaram um requerimento solicitando a análise do material antes de sua distribuição nas escolas. Na ocasião, o líder da bancada, João Campos, justificou a medida como uma forma de preservar valores familiares:

Houve um momento em que o Ministério da Saúde editou uma cartilha para prevenir doenças sexualmente transmissíveis e a cartilha era uma apologia ao sexo livre, uma cartilha inteiramente pornográfica. (...). Em função desses precedentes é que estamos nos prevenindo. Queremos saber quem elaborou o kit, qual foi a rubrica que pagou, quais os dados que o Ministério da Educação tem para editar este material. (...). Estamos requerendo as informações para poder fazer essa avaliação. Primeiro: se o material proposto está dentro de uma visão pedagógica, dentro daquilo que foi anunciado, se é tão somente para prevenir a homofobia ou se vai além disso, fazendo apologia ao homossexualismo, induzindo à prática homossexual (Campos, 2013, n.p.).

No debate sobre os direitos da população LGBTQIA+, a Frente Parlamentar Evangélica destacou-se como uma das principais forças contrárias à aprovação do Projeto de Lei nº 122/06, que visava equiparar a discriminação contra homossexuais ao racismo, classificando-a como crime imprescritível e inafiançável. Além de expressarem sua oposição nas comissões da Câmara, parlamentares evangélicos lançaram uma campanha pública contra o projeto. Essa mobilização incluiu intensas críticas nos meios de comunicação e a realização de um abaixo-assinado que reuniu 1 milhão de assinaturas (Castro, 2011). Magno Malta, senador pertencente à FPE, acreditava que:

O Projeto de Lei 122, que concede vários privilégios aos homossexuais, é uma aberração (...). O tão exclamado preconceito vem da minoria na ostensiva e agressiva luta para mudar os costumes. Tentaram até implantar nas escolas uma cartilha impregnada de apologia ao homossexualismo, que, pela força da Presidente da República, nasceu morta. Agora, o Senado Federal tem o dever de sepultar de vez o Projeto de Lei 122 (...). A defesa da ética, da moral e dos bons costumes virou uma luta que atravessa a fronteira da religião e chega ao coração das famílias brasileiras. Religião é religião, família é família, o debate é maior, trata-se de preservar o que tem de mais importante na sociedade, a chamada instituição universal e sagrada. É dever de todos os homens de bem pensar no futuro do país formado por uma geração forte e saudável (Malta, 2011, n.p.).

Nos governos Dilma (2011-2016), a bancada evangélica se tornou ainda mais articulada. Toda a polêmica em torno de materiais didáticos sobre diversidade e educação sexual intensificou o discurso de proteção à família tradicional. Marco Feliciano assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos, enquanto Damares Alves emergiu como uma liderança

jurídico e social é orientação sexual, que abrange diferentes formas de afeto e desejo, sem implicar anormalidade (Instituto Humanitas, 2018).

significativa ao promover pautas de educação sexual conservadora. Em 2015, a eleição de Eduardo Cunha como presidente da Câmara fortaleceu ainda mais a articulação com outras bancadas conservadoras, consolidando a pauta moral como ponto de convergência política. Tales Ab'sáber (2015, p. 49-50), ao se referir a Eduardo Cunha, diz:

Ele se baseia na força social real da massa de evangélicos, popular e moralista, e expressa para este povo que o sustentou até agora uma espécie pós-moderna de amplo populismo conservador, de fantasia de restauração, meio religiosa, meio moral, meio midiática.

A bancada evangélica teve papel central no golpe que retirou a ex-presidenta Dilma Rousseff do poder, em 2016, se tratando de um golpe patriarcal, midiático, capitalista financista e parlamentar, apoiando a transição para o governo Michel Temer e preparando o terreno para a ascensão de Jair Bolsonaro. A Operação Lava Jato, embora inicialmente tivesse como principal alvo o Partido dos Trabalhadores (PT), acabou por gerar um efeito mais amplo: a criminalização da política como um todo. Para Mariano e Gerardi (2019, p. 68-69):

Contribuíram para tal desfecho a conjuntura de crise econômica, a alta do desemprego, da pobreza e da desigualdade, a escalada de facções criminosas e homicídios, a Operação Lava Jato, o impeachment, a impopularidade do governo Temer (denunciado por corrupção e organização criminosa), o revigoramento da extrema-direita, o descrédito nas instituições políticas, a prisão de Lula e a difusão maciça de fake news, boatos e teorias conspiratórias nas redes sociais. Cada qual colaborou para acirrar a polarização política, recrudescer o antipetismo, ressuscitar velhos ranços e temores anticomunistas, produzir pânicos morais, radicalizar o repúdio à classe política e aos partidos tradicionais, desidratar as candidaturas de centro e centro-direita, tornar a disputa presidencial uma espécie de plebiscito sobre o PT e suas lideranças e ampliar espaços para a extrema-direita arregimentar grande parte dos votos antipetistas, anticorrupção e antissistema político.

Esse quadro abriu caminho para o surgimento de candidatos que se apresentam como figuras disruptivas. Paralelamente, a desvalorização do voto e da política contribuiu para o empobrecimento do debate público, onde prevaleceu uma única visão dominante: a dos bancos e do mercado financeiro. O ser humano, por sua natureza, busca explicações para suas condições e experiências e, quando essas explicações são ausentes ou insuficientes, ele tende a aceitar narrativas distorcidas ou simplistas, como já apontava Max Weber (1992).

É nesse vácuo de compreensão que a nova direita se estabelece. Ela se apropria do descontentamento de pessoas cuja renda e oportunidades foram reduzidas, mas que não compreendem as verdadeiras causas desse empobrecimento. Com a esfera dominante culpando exclusivamente o PT e Dilma Rousseff, essas pessoas ficam sem uma análise estrutural e canalizam sua raiva em alvos equivocados. Reforça-se, então, a narrativa meritocrática, culpando os próprios indivíduos por suas condições, enquanto protege os reais responsáveis — os grandes detentores de capital. Essa estratégia alimenta divisões, incentivando que aqueles que já estão fragilizados direcionem sua frustração contra grupos ainda mais vulneráveis,

perpetuando o racismo, a misoginia, a LGBTfobia e outras formas de opressão. De acordo com Pierucci (1987, p. 30):

Quando o tradicionalismo e o convencionalismo se mesclam de xenofobia e agressividade excludente (de racismo, para dizer numa palavra), não há como não ver nesse engendrar de mentalidade aquilo que Gramsci chamou de *fenomeni morbosi*. Em outras palavras, quando, diante das agressões ao mesmo tempo difusas e brutais que sofre seu estoque cultural, diante das ameaças de destruição de seu mundo, eles passam a procurar, nas camadas que lhes estão mais próximas no trabalho ou são seus novos vizinhos no bairro, os bodes expiatórios em cima dos quais despejar ódios e ressentimentos, é legítimo temer pela destrutividade contida nessa ânsia de conservação das convenções e aparências: as cruzadas morais envenenam os próprios valores que buscam defender, pois ao discurso da defesa se alterna seguidamente e se mistura o discurso da frustração, da impotência, da ambigüidade proveniente da cumplicidade com os mecanismos estruturais diluidores dos velhos valores que se quer preservar.

Em 2018, o voto evangélico foi decisivo para a eleição de Jair Bolsonaro. Líderes evangélicos superaram divisões denominacionais e declararam apoio massivo a Bolsonaro, utilizando materiais polêmicos do MEC como ferramenta contra Fernando Haddad. Essa nova fase é marcada por uma radicalização que, para Burity (2020), se assemelha à do movimento estadunidense conhecido como *Tea Party*⁴⁰, também conhecido como Festa do Chá. No Brasil, a "teapartidização" da política evangélica tem se traduzido em uma tentativa de impor uma visão majoritária cristã como modelo universal, marginalizando outras vozes e grupos sociais.

Durante o governo Bolsonaro, eleito como presidente da República em 2018, a nova direita brasileira consegue consolidar-se com um discurso nacionalista, conservador nos costumes e liberal na economia, tendo uma figura representativa de seus ideais no cargo de presidente e, somado a isso, um número significativo da direita presente no Congresso Nacional. Evangélicos assumiram ministérios estratégicos e cargos de destaque, como a autodeclarada "terrivelmente cristã" Damare Alves (Vivas, 2019), no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, e o ultraliberal Paulo Guedes, no Ministério da Economia, reforçando a ideia de uma "nação cristã". A retórica presidencial, centrada no lema "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", promoveu o conceito de cristianismo cultural, legitimando a presença de uma bancada evangélica influente e defendendo a nomeação de juízes alinhados ao conservadorismo no Supremo Tribunal Federal.

Bolsonaro estreitou laços com a bancada evangélica em 2006, em resposta ao Projeto de Lei 122/06, que buscava criminalizar a homofobia e que enfrentou forte resistência por parte dos deputados evangélicos. Essa aliança foi reafirmada em 2010, durante a controvérsia do "kit

⁴⁰ Movimento político de extrema-direita lançado em 2009, vinculado ao Partido Republicano e que, dentre outras coisas, defende a diminuição da intervenção econômica do Estado, a redução dos programas de bem-estar social, a expulsão de imigrantes sem documentos e opõe-se à reforma do sistema de saúde implementada pela administração de Barack Obama (Avila, 2021).

gay”. Foi nesse contexto que percebeu a oportunidade de expandir seu eleitorado ao adotar um discurso alinhado com as pautas religiosas. Em 2011, durante uma entrevista, apresentou sua opinião sobre a relação entre Igreja e Estado: “O Estado é laico, mas seu povo, não. A religião é fato de união dos povos e não pode ser dissociada da família, dos bons costumes e da moralidade. Acredito em Deus, essa é a minha religião. Sou um católico que, por 10 anos, frequentou a Igreja Batista” (Amado, 2021).

É importante diferenciar as frentes e bancadas no Congresso Nacional, que muitas vezes são assimiladas como fenômenos únicos, mas que desempenham papéis distintos, apesar de complementares. As bancadas são grupos informais e suprapartidários que se articulam para defender interesses específicos, como a da segurança pública e a ruralista. A bancada evangélica, por exemplo, é a mais antiga entre as religiosas, em atividade desde 1986. Já as frentes parlamentares, regulamentadas formalmente em 2005, são associações temáticas que requerem a adesão de ao menos um terço dos parlamentares e têm como objetivo principal o aprimoramento da legislação relacionada a um setor específico.

Diferentemente das bancadas, que possuem um escopo mais amplo de atuação e são organizadas de maneira informal, as frentes seguem um estatuto e apresentam requerimento formal para cada legislatura, podendo ser mistas e composta por deputados e senadores. Apesar da exigência regimental de adesão mínima, muitos parlamentares participam de frentes apenas para facilitar a articulação de pautas futuras ou obter capital político, mesmo sem afinidade com o tema abordado. Um exemplo é a Frente Parlamentar Evangélica, criada em 2005, que conta atualmente com 204 integrantes, dos quais 79 são evangélicos, 75 católicos e 50 de outras religiões ou sem filiação religiosa clara (Religião e Poder, 2024). Seu objetivo é reunir:

Deputados Federais e Senadores preocupados em fiscalizar os programas e as políticas governamentais, voltadas à proteção da família, da vida humana e dos excluídos e acompanhar a execução das mesmas, bem como participar do aperfeiçoamento da legislação brasileira no interesse da sociedade e ainda do debate dos grandes temas nacionais (Brasil, 2015).

Segundo Tatiana Duarte (2012, p. 54), a criação da FPE representou mais do que a formação de uma bancada religiosa no legislativo brasileiro. Ela também marcou a transformação do Congresso em um espaço onde o religioso passou a ser constantemente evocado, levando à sacralização da política. A bancada evangélica, mais informal e de identidade marcadamente evangélica, constitui-se como o núcleo mais ativo dentro dessa frente, desempenhando um papel central na mobilização e na articulação das pautas propostas pelos parlamentares (Religião e Poder, 2024).

Apesar da diversidade de denominações e vertentes religiosas de origem evangélica que integram a FPE, sua atuação em votações relacionadas a temas como gênero e sexualidade tende a se concentrar na defesa de conceitos como “família” e “vida”, posicionando-se contrariamente ao que é interpretado como uma violação dos “valores cristãos”. A bancada evangélica tem desempenhado um papel importante na obstrução de projetos como o PL 122/2006 (que trata da criminalização da homofobia), visto anteriormente como ponto de partida de ascensão desses setores, o PL 612/2011 (que reconhece legalmente a união estável entre pessoas do mesmo sexo) e o PL 5002/2013 (Lei de Identidade de Gênero João Nery).

A FPE se fundamenta no projeto político idealizado pelo bispo Edir Macedo, expresso em sua obra *Plano de Poder*, vista no capítulo anterior, na qual conclama os evangélicos a se envolverem na política como defensores do bem. O artigo 2º, inciso III, do Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica dispõe:

Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus, e conforme Sua Palavra (Brasil, 2016, p. 4).

Percebe-se que a FPE tem por objetivo legislar em nome de Deus. Além da recuperação de sua influência no campo moral, a atuação dentro do Estado desempenha um papel fundamental no fortalecimento e expansão das igrejas. No livro-reportagem *Em nome de quem?: a bancada evangélica e seu projeto de poder*, a jornalista Andrea Dip (2018) destaca que, além das questões morais, os interesses institucionais representam um fator central de união entre os membros dessa bancada. Isso se manifesta em ações como a garantia de concessões para radiodifusão, a manutenção da isenção fiscal das igrejas, a obtenção de terrenos para templos e a classificação de eventos evangélicos como culturais, o que permite o acesso a recursos públicos para incentivos.

Além disso, há o impulsionamento de pautas conservadoras. Entre essas pautas estão a proibição do aborto, mesmo nos casos previstos pela Constituição, a rejeição à discussão sobre gênero, a “prevenção” da homofobia nas escolas, bem como o retrocesso de direitos de grupos vulneráveis, como pessoas trans (Capler, 2021). Para a professora Bruna Dantas (2011), em sua tese *Religião e política: ideologia e ação da ‘Bancada Evangélica’ na Câmara Federal*, a atuação desses setores está mais voltada para a preservação do status quo do que para a elaboração de novas legislações, configurando-se como uma força combativa e reativa, em vez de propositiva.

Os evangélicos, que outrora criticavam a Igreja Católica por buscar privilégios junto ao Estado, agora almejam as mesmas vantagens. A lógica de condenar o mundo não conduz mais o crente ao isolamento, mas o motiva a agir no presente, buscando transformar a sociedade. Nesse contexto, o parlamento assume o papel de arena central para disputas, onde se busca implementar valores morais cristãos. A batalha, antes restrita ao campo místico, adquire uma dimensão concreta com a entrada dos evangélicos na política. Cabe aos representantes religiosos atuar por meio de projetos e articulações políticas, com o objetivo de moldar a sociedade segundo os preceitos cristãos, almejando a construção de uma espécie de paraíso na Terra.

A projeção midiática e a consolidação da trajetória política de Jair Messias Bolsonaro podem ser compreendidas nesse contexto. Militar da reserva e ex-deputado federal com sete mandatos consecutivos, Bolsonaro alcançou o ápice de sua carreira política ao assumir a Presidência da República em 2019, permanecendo no cargo até 2022. Durante seu governo, destacou-se por posições nacionalistas, militaristas e ultraconservadoras, além de manter um discurso fortemente crítico ao comunismo, à esquerda e a movimentos como o negro, feminista e LGBTQIA+. Sua gestão foi marcada por uma abordagem polarizadora, pelo uso estratégico das redes sociais e uma retórica que frequentemente gerou controvérsias nacionais e internacionais (Bulgarelli, 2018). Teixeira (2024) destaca que, ao longo de quatro anos, o Brasil virou notícia por suas posições regressivas, especialmente por sua adesão às pautas pró-vidas e antigênero.

O discurso bolsonarista reforçou também o mito da perseguição cristã, fomentando a crença de que os valores religiosos estariam sob ataque por forças culturais progressistas. Esse excepcionalismo cristão adaptado ao Brasil consolidou a ideia de que o cristianismo está acima das demais religiões, servindo como base moral para orientar políticas públicas em áreas como educação, saúde e direitos humanos. Assim, a nova direita, sobretudo cristã, estabeleceu-se como um fenômeno político-religioso de amplo alcance, com profundas implicações para a democracia brasileira e para a relação entre religião e poder. Para Henrique Vieira (2018, p. 92):

A experiência fundamentalista fabrica um olhar sobre o mundo, e o grande dilema é que tal perspectiva religiosa não se reconhece como um olhar, mas entende-se como a verdade absoluta e universal. É nesse ponto que o olhar crítico para a própria doutrina fica inviabilizado, dificultando ou mesmo impossibilitando a abertura para as diferenças.

Partindo da premissa de que a visão cristã deve prevalecer sobre todas as outras, o fundamentalismo religioso cristão apoia-se na crença de uma verdade absoluta, imutável, eterna e transcendente à história, expressa na Bíblia Sagrada. Sob o preceito do “está escrito”, constrói-

se uma cosmovisão que guia comportamentos e regula as relações sociais. Contudo, embora aparente ser uma abordagem objetiva, essa perspectiva ignora que toda leitura é, inevitavelmente, um ato interpretativo, condicionado pelos contextos históricos e culturais em que se insere (Vieira, 2018).

A agenda conservadora dos evangélicos, marcada por valores familistas, patriarcais, antifeministas, antigênero e antipluralistas, entra em choque direto com qualquer grupo político — seja de esquerda ou liberal — que se proponha a defender os direitos humanos, os direitos de cidadania de minorias e os direitos sexuais e reprodutivos. Para esses religiosos, tais direitos representam uma ameaça à liberdade religiosa e à estrutura familiar, sendo vistos como ofensas aos valores bíblicos e às "leis naturais" da moral sexual e da ordem social. Assim, à medida que feministas e a comunidade LGBTQIA+ conquistaram espaço e reconhecimento público, a esquerda, ao apoiá-los, acabou se tornando, mesmo que não intencionalmente, uma inimiga central daqueles que se consideram representantes da "maioria cristã". O traço mais marcante desse grupo é o sentimento constante de ameaça, que se estende a diversos setores da sociedade, conforme elucidado por Pierucci (1987, p. 26):

Seu tique mais evidente é sentirem-se ameaçados pelos outros. Pelos delinquentes e criminosos, pelas crianças abandonadas, pelos migrantes mais recentes, em especial os nordestinos (às vezes, dependendo do bairro, por certos imigrantes asiáticos também recentes, como é o caso dos coreanos), pelas mulheres liberadas, pelos homossexuais (particularmente os travestis), pela droga, pela indústria da pornografia mas também pela permissividade "geral", pelos jovens, cujo comportamento e estilo de pôrse não estão suficientemente contidos nas convenções nem são conformes com o seu lugar na hierarquia das idades, pela legião de subproletários e mendigos que, tal como a revolução socialista no imaginário de tempos idos, enfrenta-se a eles em cada esquina da metrópole, e assim vai. Eles têm medo. Abandonados e desorientados em meio a uma crise complexa, geral, persistente, que além de econômica e política é cultural, eles se crispam sobre o que resta de sua identidade em perdição, e tudo se passa como se tivessem decidido jogar todos os trunfos na autodefesa. "Legítima defesa" é, assim, um termo-chave em seu vocabulário. Esta autodefesa, que é prima facie a proteção de suas vidas, de suas casas e bens, da vida e da honra de seus filhos (suas filhas!), sua família, é também a defesa de seus valores enquanto defesa de si.

Pierucci já apontava isso no artigo *As bases de uma nova direita* (1987), publicado um ano após a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte e um ano antes da promulgação da Constituição. No texto, ele analisou cerca de 150 entrevistas com simpatizantes de Jânio Quadros e Paulo Maluf, destacando o que chamou de uma "constelação de ideias e valores" políticos da direita no contexto pós-ditadura militar na cidade de São Paulo. Embora o conceito de nova direita, tal como entendido atualmente, não corresponda exatamente ao contexto analisado por Pierucci, sua obra continua fornecendo valiosas ferramentas interpretativas para compreender os caminhos que culminaram na configuração política atual, cujos temas e valores, muitos dos quais ainda geram controvérsia hoje, permanecem em grande parte semelhantes aos

de décadas passadas. O que realmente se transformou ao longo do tempo foi a configuração das legitimidades que dão suporte a essas ideias, refletindo mudanças nas formas de aceitação e no reconhecimento público dessas propostas.

A atual nova direita brasileira não mais hesita em se identificar, ao contrário do período pós-ditadura militar, quando essa denominação era evitada. Hoje, seus adeptos declaram-se abertamente, de forma ostensiva, seja na internet, em protestos de rua ou no ambiente universitário. Assumir-se de direita deixou de ser motivo de vergonha ou demonstração de prudência estratégica, tornando-se, em muitos casos, uma afirmação orgulhosa, frequentemente apresentada como uma cruzada moral em defesa de um Brasil anterior às transformações sociais da década de 1980 (Mariz, 2021).

Em 1987, Pierucci já percebia o crescente papel dos evangélicos na conformação da chamada nova direita brasileira. Observando a expansão das igrejas cristãs renovadas, ele vislumbrou como esses grupos religiosos se tornariam peças-chave na articulação política e ideológica da direita no país. Essa nova direita traduziu as crises nacionais em termos de um colapso cultural, que rapidamente foi ressignificado como uma "crise de valores" e, por fim, uma "crise moral". Essa narrativa, habilmente utilizada, serviu como motor para consolidar o retorno ao poder, não mais pela via do golpe, mas por meio da legitimação democrática nas urnas. A identificação dos evangélicos como agentes centrais nesse processo antecipou com precisão o papel decisivo que viriam a desempenhar no cenário político contemporâneo (Pierucci, 1987), especialmente sob a liderança grupos moralmente conservadores, como batistas e assembleianos, que se apresentavam como uma vanguarda no combate à decadência moral que alegavam ameaçar o país. Para Mariano (2011, p. 250-251):

Os pentecostais abandonaram sua tradicional autoexclusão da política partidária, justificando seu inusitado ativismo político – antes proibitivo, porque tido como mundano e diabólico – com a alegação de que urgia defender seus interesses institucionais e seus valores morais contra seus adversários católicos, homossexuais, “macumbeiros” e feministas na elaboração da carta magna. Para tanto, propuseram-se as tarefas de combater, no Congresso Nacional, a descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, de defender a moral cristã, a família, os bons costumes, a liberdade religiosa e de culto e de demandar concessões de emissoras de rádio e tevê e de recursos públicos para suas organizações religiosas e assistenciais (Pierucci, 1989; Freston, 1993). Os pentecostais, ao mesmo tempo em que faziam referência ao tradicional adversário católico, aludiam a seus adversários laicos, como justificativa para “irmão votar em irmão”, seu novo lema.

Para Marco Antonio Faganello (2015), a orientação política e social da direita brasileira atual resulta da interação de múltiplas forças, que, embora coexistam, seguem direções próprias. Assim, cada um desses fenômenos pode ser entendido como uma onda isolada, mas, no

conjunto, elas configuram uma “maré conservadora” que caracteriza o panorama político mais amplo.

Embora distintas em sua essência e bases sociais, a propagação de um discurso conservador religioso pode ser acolhida por segmentos da população que possuem uma inclinação política autoritária. No campo das ideias, essas duas correntes ideológicas direcionam-se para objetivos específicos: o conservadorismo religioso busca preservar a ordem espiritual no presente, enquanto o autoritarismo justifica a imposição de medidas rigorosas para manter a ordem "mundana" e evitar sua degradação. A forma como os atores políticos, sejam religiosos ou autoritários, se engajam na esfera pública é moldada pela ênfase que cada um coloca em seus respectivos objetivos. Contudo, não há impedimentos – e em muitos casos isso é real – para que o discurso de segurança também se articule com uma visão de ordenação espiritual. Observa-se, com frequência, a argumentação de que a violência é fruto do enfraquecimento dos vínculos entre os homens e Deus. Em certos contextos, o controle autoritário da ordem social ganha um caráter messiânico, onde a luta contra o crime é vista como parte de uma batalha espiritual entre o bem e o mal (Faganello, 2015).

A partir da concepção da teologia do domínio, trabalhada no capítulo anterior, se estabelece a visão de que a vontade divina é que seu povo exerça "domínio" sobre a sociedade. Para alcançar esse ideal, seria necessário que indivíduos comprometidos com elevados padrões de moralidade bíblica ocupassem posições de influência em áreas estratégicas, como governo, artes e mídia. Acredita-se que essa presença não apenas consolidaria uma moralidade conservadora, mas também asseguraria a redução de práticas vistas como negativas, como corrupção, prostituição, mentira e violência, ao mesmo tempo que fomentaria prosperidade, saúde, liberdade e paz (Rosas, 2023).

O fortalecimento da nova direita, embora um fenômeno global que nem sempre possui motivações religiosas, encontra no Brasil uma interseção significativa com a religião. A mobilização religiosa no país ocorre porque a nova direita explora pontos de convergência com a fé, oferecendo e recebendo apoio em pautas conservadoras. Por outro lado, a religião, por sua própria natureza, é também um sistema de poder, responsável pela manutenção de hierarquias, pela estratificação social e pela luta por espaço e status (Woodhead, 2007). Nessa dinâmica, movimentos políticos e religiosos convergem em uma força poderosa para resistir a avanços interpretados como ameaças. Rosas (2023, p. 76) acredita que:

Quando os crentes se alinham a uma política de extrema-direita, eles estão se preocupando com a vida, com a manutenção do tradicionalismo e com a liberdade religiosa, ainda que essa última não tenha estado de fato sob ameaça. No entanto, quando colocamos as lentes sobre sua liderança (de maior ou menor expressão), é que

vemos se tratar de bem mais do que isso, o que nos leva a afirmar que os evangélicos (no caso, seus nomes de mais destaque, em ação conjunta, mas muitas vezes em carreira solo) querem poder, lugar de fala, benefícios políticos, possibilidade de extensão de sua agenda moral, religiosa, conservadora e reguladora a espaços territoriais, simbólicos, políticos e culturais.

Percebe-se que a influência conservadora do cristianismo não se restringe às esferas eclesiais, mas se estende para o campo político, onde os valores e princípios religiosos acabam, por vezes, orientando a formulação de políticas públicas e influenciando os debates sociais. Além disso, igrejas e organizações afiliadas podem participar diretamente do escopo político, para além de uma influência indireta através de sua própria moral, o que se dá através da defesa de determinadas causas junto a legisladores e até mesmo na criação de partidos políticos ancorados em valores religiosos. Os movimentos "pró-vida" e "pró-família", que ganharam força no início do século XXI, especialmente entre os setores evangélicos e na Igreja Católica, podem ser entendidos como uma reação conservadora às transformações sociais e familiares do final do século XX. Ao enfatizarem a preservação de um cosmo sagrado centrado na estabilidade e na segurança, esses movimentos se posicionam contra propostas de ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos, como o reconhecimento das famílias homoparentais e a descriminalização do aborto, vistas como ameaças à família tradicional (Vaggione, 2009). Esse posicionamento reflete uma defesa vigorosa de estruturas desiguais, cujas dinâmicas de poder e hierarquização dos papéis de gênero, que serão abordadas de forma mais aprofundada no próximo capítulo, sustentam a crescente ofensiva antigênero que se consolidou no cenário político e social do país.

3.2 A OFENSIVA ANTIGÊNERO NO BRASIL

No cenário atual do Brasil, assiste-se a um processo de estreitamento progressivo entre as esferas religiosa e política, configurando uma dinâmica de interdependência que permeia diversos aspectos da vida pública. Com o crescimento da influência evangélica no debate público, o processo de secularização tem sido amplamente discutido. No Congresso, há um constante confronto entre os discursos que defendem a primazia do secularismo – entendendo-o como superior à religião e neutro em valores religiosos – e aqueles que argumentam pelo direito de a religião se expressar politicamente. Nessa conjuntura, um dos principais pontos de tensão refere-se aos estudos sobre sexualidade e gênero, nos quais os feminismos e os Estudos

de Gênero⁴¹, frequentemente reduzidos à etiqueta de "ideologia de gênero"⁴², têm sido apropriados e mobilizados de maneira estratégica no cenário político. Segundo Carrilho et al. (2022), a naturalização do termo "ideologia de gênero" contribuiu para a criação de um pânico moral⁴³, uma estratégia de marketing que se revelou extremamente eficaz no contexto da ascensão do neoconservadorismo, tendo como principal instrumento de propagação as *fake news*.

O conceito de gênero, para Joan Scott (1995), se dá como uma categoria de análise fundamental para compreender a constituição das relações de poder decorrentes da realidade social, sendo assim, ele busca dar sentido a essas relações de dominação pautadas em diferenças entre os sexos. Não se trata de uma condição biológica ou natural, mas uma construção histórica e simbólica. Butler (2003), de forma semelhante, argumenta que o gênero não é algo fixo, mas sim uma performance que é constantemente criada e reproduzida através de comportamentos e práticas sociais. Ela propõe que as normas de gênero são estabelecidas por meio de discursos e práticas sociais, e que elas são fluidas, podendo ser subvertidas. Portanto, o gênero, para Butler, é performativo, ou seja, não é algo que as pessoas são, mas algo que elas fazem.

Embora o termo "ideologia de gênero" tenha se popularizado nas últimas décadas, as discussões sobre seu conceito começaram na década de 1990. Nesse período, a Igreja Católica e outros grupos conservadores começaram a se posicionar contra as questões feministas em fóruns da ONU, particularmente nas discussões sobre equidade de gênero e diversidade sexual. Esse momento também coincidiu com a expansão das agendas feministas, que passaram a focar em políticas públicas voltadas para direitos sexuais e reprodutivos.

Sonia Corrêa (2018), ativista feminista e pesquisadora brasileira, destaca que a cruzada antigênero teve início já em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro. Embora temas como aborto e gênero não estivessem formalmente na agenda, a tensão se estabeleceu em torno de questões como o direito ao planejamento familiar e o termo "saúde reprodutiva". A intervenção

⁴¹ Trata-se de um campo de estudos que se dedica à análise crítica das construções sociais e das concepções sobre os papéis de gênero na sociedade (Griffin, 2017).

⁴² A ideologia de gênero é um conceito falacioso, utilizado por defensores de posições neoconservadoras e até fundamentalistas sobre os papéis de gênero, que busca deslegitimar as lutas por igualdade de gênero e combate à violência (Reis; Eggert, 2017).

⁴³ O conceito de pânico moral foi introduzido pelo sociólogo britânico Stanley Cohen em seu livro *Folk Devils and Moral Panics* (1972). O conceito descreve o fenômeno social em que um grupo ou comportamento é percebido pela sociedade como uma ameaça grave e imediata aos valores e normas sociais predominantes, mesmo que essa ameaça seja amplificada ou distorcida pela mídia e outros agentes sociais.

da Santa Sé⁴⁴ nas discussões sobre o crescimento populacional resultou em tentativas de minimizar a pauta feminista. Isso motivou uma articulação entre movimentos feministas para organizar uma agenda mais incisiva, que foi debatida na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD) em 1994, no Cairo. Corrêa (2018, n.p.) pontua que:

Nesse trajeto, por primeira vez, o termo gênero foi gravado num documento intergovernamental, legitimou-se conceito de direitos reprodutivos; o aborto foi reconhecido como grave problema de saúde pública; recomendaram-se políticas universais de educação em sexualidade e afirmaram-se as muitas formas de família. Entretanto, e muito significativamente, em nenhum momento dos árdios embates do Cairo o termo gênero foi objeto de maior controvérsia.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, marcou a consolidação do conceito de gênero na agenda internacional. O evento resultou na adoção da *Declaração e Plataforma de Ação Mundial (PAM)*, um documento aprovado por 189 países membros da ONU. A *PAM* propôs 12 áreas críticas de intervenção, abrangendo questões como pobreza, violência, desigualdade e discriminação em diferentes contextos. Além de consolidar o conceito de gênero no cenário global, a plataforma também enfatizou a importância da integração de uma perspectiva de gênero nas políticas públicas. As diretrizes estabelecidas em Pequim tiveram ampla repercussão, influenciando a legislação de diversos países (Carrilho et al., 2022).

Entretanto, a Igreja Católica reagiu rapidamente ao perceber o potencial do conceito de gênero para desafiar as normas patriarcais e a visão de complementaridade entre os sexos, central na doutrina católica. A Santa Sé mobilizou suas redes diplomáticas e organizações civis aliadas para questionar o conceito, argumentando que ele promovia um afastamento perigoso da ordem natural. Durante as negociações dessas conferências, os representantes do Vaticano passaram a pressionar por definições mais rigorosas do termo, com o objetivo de limitar seu uso à diferença biológica entre os sexos. Esse movimento se intensificou em 1995, em Pequim, quando a Igreja se uniu a delegações de países islâmicos conservadores e outros aliados, como Honduras e Malta, para exigir que o termo fosse colocado "entre colchetes" nos documentos, indicando que não havia consenso sobre sua inclusão (Corrêa, 2018).

Nesse contexto, o Vaticano começou a promover a ideia de que o termo "gênero" estava sendo usado como uma "ideologia" que visava desestabilizar a família, corroer os valores tradicionais e impor a aceitação de novas formas de sexualidade e identidade. Esse discurso foi consolidado em publicações como *Léxico de Termos Ambíguos e Discutidos sobre a Vida Familiar e Ética* (2003), que buscava deslegitimar o uso do termo gênero em contextos políticos

⁴⁴ A Santa Sé é a cúpula do governo da Igreja Católica, sendo a sede da instituição e chefiada pelo Papa.

e acadêmicos. A narrativa sobre a "ideologia de gênero" foi construída com base em deturpações intencionais do termo. Um exemplo significativo foi a distribuição de panfletos por organizações conservadoras, como a Coalizão das Mulheres pela Família, que alegavam falsamente que o conceito de gênero promovia ideias absurdas, como a existência de múltiplos gêneros. Essas distorções buscavam criar um pânico moral, apresentando o feminismo e os movimentos LGBTQIA+ como forças desestabilizadoras. A Igreja Católica estabeleceu alianças com grupos evangélicos e movimentos políticos de direita, criando uma rede transnacional de oposição ao gênero. Na América Latina, essa narrativa encontrou ressonância devido à influência histórica do catolicismo e, mais recentemente, à expansão das igrejas evangélicas (Corrêa, 2018).

No Brasil, uma ofensiva antigênero ganhou força a partir dos anos 2000, com o aumento da representatividade política de grupos evangélicos e sua colaboração com setores católicos. O relatório *Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social* (Abia, 2021), elaborado em conjunto por diversas organizações da sociedade civil⁴⁵, apresenta um balanço dessas ofensivas no país, entre 2019 e 2021, tendo como foco principal as políticas de Estado e as iniciativas legislativas. É realizada uma breve recuperação histórica dessas políticas nas décadas anteriores até o cenário político consolidado com a eleição de Bolsonaro, que expandiu os ataques contra a diversidade de gênero. Para Maracci e Prado (2022):

Esses esforços foram mobilizados inicialmente pelo Vaticano, na década de 1990, como resposta aos conteúdos desenvolvidos em consensos internacionais acerca de pautas feministas, como é o caso da Conferência do Cairo, em 1994, e da IV Conferência Mundial das Mulheres de Pequim, em 1995 (Corrêa, 2018). Desde então, tais esforços reativos passam a condensar-se em um sintagma comum, a suposta "ideologia de gênero", que denotaria o perigo de imposição de assuntos relacionados a gênero e sexualidade para crianças, bem como uma ameaça contrária a "família tradicional" heteronormativa (Junqueira, 2018). Nesta expansão da ofensiva, inúmeros atores se condensam ao ímpeto inicialmente católico, tornando-o mais difuso, complexo e abrangente, ganhando espaço em diferentes localidades do globo.

Em seu trabalho mais recente, nomeado *Quem tem medo do gênero?*, Butler (2024) investiga o que está por trás do pânico moral em torno do gênero, acrescido de uma análise do novo fascismo do século XXI. Ela pontua que em comunidades conservadoras evangélicas e católicas ao redor do mundo, o conceito se apresenta como um código para uma pauta política que busca destruir a família tradicional, sendo que, em países como o Brasil, a partir do governo

⁴⁵ O documento foi elaborado em conjunto pela Ação Educativa, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Conectas, Conselho Latino Americano dos Direitos da Mulher – Brasil, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ da Universidade Federal de Minas Gerais, IPAS e Observatório de Políticas de Sexualidade.

Bolsonaro, o argumento central em torno do gênero é o de que ele “estimula a pedofilia e ensina crianças a se tornarem gays”, colocando em dúvida o caráter natural e normativo da heterossexualidade e dando vasão a uma enxurrada de perversidades sexuais. Dessa maneira:

O combate ao “gênero” como um constructo social demoníaco culmina em políticas que tentam privar as pessoas de seus direitos legais e sociais, ou seja, de uma existência nos termos que elas estabeleceram para si mesmas legitimamente. Retirar direitos das pessoas em nome da moralidade ou da nação ou de um sonho erótico patriarcal faz parte de uma lógica mais abrangente, amplificada pelo nacionalismo autoritário para, digamos, negar a migrantes o direito ao asilo, expulsar indígenas de suas terras, empurrar pessoas negras para um sistema prisional em que os direitos de cidadania são sistematicamente negados e tanto o abuso como a violência são justificados como medidas “legítimas” de segurança (Butler, 2024, p. 21-22).

A partir disso, algumas narrativas sugerem que as feministas não têm como foco apenas a busca pela igualdade de direitos ou a emancipação das mulheres, mas que seu objetivo seria subverter conceitos como a "feminilidade", a "família tradicional" e o cristianismo. Esse tipo de retórica alimenta uma cultura de violência, que se torna um mecanismo de controle dos corpos e das vidas das mulheres. Bairros, Meneghel e Sagot (2009, p. 15) destacam que “a violência é um dos métodos mais efetivos para controlar mulheres, uma das formas mais generalizadas de exercício do poder masculino e o elemento central da dominação de gênero”. Ela pode ser compreendida como uma construção social, sendo que, aquela que é direcionada à mulher, se estabelece como uma forma de controle que busca conservar o status de alteridade. A naturalização dessa violência, que se exprime de maneira coercitiva e simbólica, é legitimada pelas crenças, costumes e valores que determinam o masculino como superior ao feminino, normalizando processos de exploração e discriminação.

Autoras como Davis (2016) argumentam que as normas de gênero são construídas de maneira interligada com outros sistemas de poder, moldando, assim, as experiências de violência. Dessa forma, o ser passa a ser subjetivado a partir de uma lógica da primazia do masculino: hétero, cis, branco e rico, sendo que tudo aquilo que ultrapassa essa lógica, ou seja, o que sobra, torna-se abjeto. Logo, o feminino é o abjeto. Vinculado a outras categorias como raça, classe, sexualidade, territorialidade etc., essas pessoas passam a habitar o cenário do abjeto e, dessa forma, são passíveis de sofrer violência. Enquanto a sociedade estiver ancorada nas normas de gênero, a socialização continua reproduzindo essa lógica que enaltece o masculino e estabelece o lugar do abjeto para o feminino, como teorizado por Butler (2019).

No Brasil, o governo de Dilma Rousseff representou um rompimento, ainda que moderado, das estruturas tradicionais de poder, sendo percebido como uma ameaça pelas hierarquias conservadoras estabelecidas. Dilma, como a primeira mulher a ocupar a presidência, desafiou a dominação masculina no espaço político, ao mesmo tempo em que se

manteve como continuidade do projeto do Partido dos Trabalhadores (PT), focado na redução das desigualdades sociais e na promoção da inclusão, embora sob uma abordagem política marcada pela conciliação.

Durante os governos de Lula e Dilma (2003-2016), foram implementadas políticas públicas que visavam a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida de mulheres e de grupos historicamente marginalizados. O Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida e o Pronatec são exemplos de iniciativas que promoveram avanços substanciais. No caso do Bolsa Família, a mulher foi designada como titular do benefício, o que buscava garantir maior autonomia e protagonismo nas dinâmicas familiares. O Minha Casa, Minha Vida, por sua vez, priorizou a titularidade da moradia para as mulheres, especialmente em contextos de separação, quando, em sua maioria, são elas que assumem a responsabilidade pela guarda dos filhos. O Pronatec ofereceu qualificação profissional e expandiu as possibilidades de inserção no mercado de trabalho para populações periféricas, muitas das quais compostas majoritariamente por mulheres. Além dessas políticas, o acesso à educação superior também foi ampliado, com programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e a ampliação das cotas para negros e indígenas, possibilitando a inclusão de mais mulheres e outros grupos historicamente marginalizados nas universidades públicas (Garcia, 2023).

No campo da segurança e proteção, destaca-se a sanção da Lei Maria da Penha, durante o governo Lula, um marco no enfrentamento da violência de gênero. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que teve seu caráter fortalecido no governo Dilma, resultou em programas como o Mulher Viver sem Violência, que direcionou cerca de \$360 milhões para ações de combate à violência doméstica. A promulgação da Lei do Feminicídio, que tipifica o assassinato de mulheres por questões de gênero como crime hediondo, foi outra importante medida adotada nesse período. No campo da saúde, o governo garantiu acesso universal às mulheres em situações de violência, incluindo a oferta de contracepção de emergência e serviços de aborto conforme a legislação vigente; além disso, a criação da Rede Cegonha garantiu a ampliação do acesso ao acompanhamento pré-natal, beneficiando principalmente as gestantes em situação de vulnerabilidade social. A PEC⁴⁶ das Trabalhadoras, que assegurou direitos trabalhistas às empregadas domésticas, representou uma conquista histórica, especialmente para as mulheres negras que predominam nessa categoria (Rubim; Argolo, 2018).

⁴⁶ Proposta de Emenda à Constituição. Trata-se da iniciativa que tem o poder de transformar a Constituição e que, para entrar em vigor, precisa da aprovação, em dois turnos, da maioria absoluta de senadores e deputados (TV Senado, 2024).

Embora essas políticas tenham promovido avanços significativos, elas não conseguiram reverter de forma substancial a estrutura patriarcal que ainda permeia a sociedade brasileira. A persistência das desigualdades de gênero se manifesta de maneiras variadas, como na violência doméstica, no assédio sexual e na sub-representação das mulheres nos espaços de poder. Embora as políticas públicas tenham buscado mitigar essas disparidades, elas não desafiaram de maneira ampla as relações de poder e as normas culturais que sustentam a subordinação das mulheres. É importante ressaltar que a abordagem ambivalente adotada pelo PT nos primeiros dez anos de governo — que consistia em implementar políticas de gênero e direitos sexuais ao mesmo tempo em que realizava concessões significativas aos atores cristãos, como a assinatura da Concordata com o Vaticano — gerou grande insatisfação entre os pentecostais e neopentecostais. Esses grupos, aos poucos, passaram a se distanciar do governo e a se aproximar ideologicamente dos católicos mais conservadores (Machado, 2020).

Assim, nas eleições de 2010 e 2014, já era possível perceber um ativismo religioso crescente, focado em questões como a defesa da "família cristã", o combate ao aborto, a oposição à educação sexual para crianças e o enfrentamento das sexualidades alternativas. Conforme dito por Simone de Beauvoir (1967, n.p.), “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”, assim, a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, a maior participação feminina nos espaços públicos e a promoção de uma educação mais inclusiva se tornaram pontos de contenda entre os movimentos feministas e os grupos religiosos. Esse confronto se intensificou com a ascensão de figuras políticas alinhadas ao neoconservadorismo religioso, o que gerou um ambiente de polarização política e resistência às políticas de igualdade de gênero, resultando em retrocessos nas conquistas alcançadas.

Durante os governos de Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2022), observou-se um retrocesso significativo nas políticas públicas voltadas para as mulheres. Isso incluiu cortes expressivos de recursos e a adoção de medidas que avançaram na consolidação de uma agenda neodireitista, caracterizada pela destruição de direitos sociais, flexibilização de direitos trabalhistas, privatizações, enfraquecimento da previdência e degradação das universidades públicas (Gomide; Sá e Silva; Leopoldi, 2023). A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, aprofundou ainda mais essa lógica a partir da formação de uma aliança estratégica com líderes evangélicos. Ao adotar discursos em torno de "valores familiares" e uma suposta "moral cristã", a administração de Bolsonaro refletiu um fenômeno mais amplo na América Latina, onde movimentos neofundamentalistas têm ganhado cada vez mais força. Essa parceria com o

governo impulsiona a disseminação de uma narrativa de guerra cultural, que foca no combate ao "marxismo cultural" — conceito já abordado anteriormente — e na defesa de uma agenda contrária aos direitos civis, especialmente no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Sob essas condições, o debate sobre gênero e direitos se configura como uma das principais frentes de confronto ideológico.

Entre 2015 e 2020, o orçamento destinado às políticas para as mulheres caiu 74%, enquanto o número de casos de violência contra a mulher aumentava (Senado, 2021). A reorganização ministerial promovida por Jair Bolsonaro, ao incluir o termo "família" no nome do ministério anteriormente dedicado às políticas para as mulheres, e a escolha de uma pastora evangélica para comandar a nova pasta, refletiram uma tentativa de alinhar as políticas governamentais com uma visão conservadora de família e valores religiosos. Essas mudanças sinalizaram um reposicionamento ideológico do governo em relação às questões de gênero e direitos das mulheres.

Dameres Alves, advogada, pedagoga e pastora evangélica, personificou uma agenda teocrática dentro do governo, com sua gestão sendo marcada por um forte alinhamento com valores religiosos conservadores. Durante sua administração, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos foi criticado pela falta de ações efetivas no campo dos direitos humanos e por declarações polêmicas que alimentaram discursos misóginos e moralistas. Em 2019, Dameres gerou controvérsia ao afirmar que meninos deveriam vestir azul e meninas, rosa, uma declaração que visava combater o que ela chamou de "ideologia de gênero", uma falácia que contribuiu para criar um clima de pânico moral na sociedade (Bitencourt; Oliveira, 2023).

Desde sua nomeação, Dameres se empenhou em reorganizar o ministério com o objetivo de consolidar uma agenda política fundamentada nos valores cristãos. Para isso, escolheu predominantemente pastores, ativistas evangélicos e católicos para compor sua equipe, encarregados de revisar e reformular políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos das mulheres, crianças, indígenas e outros grupos em situação de vulnerabilidade. Sua gestão foi marcada pela tentativa de reverter as políticas de direitos humanos implementadas pelos governos anteriores, especialmente no que tange à saúde sexual e reprodutiva, priorizando o modelo tradicional de família como pilar das políticas públicas, em detrimento do enfoque de gênero como categoria transversal.

Para dar forma a esse projeto, Damares Alves nomeou a advogada católica Ângela Vidal Gandra da Silva Martins⁴⁷ para o cargo de Secretária Nacional da Família. Ela é considerada uma das principais responsáveis pela inserção do Brasil no Consenso de Genebra, um pacto estabelecido em 2020 por Donald Trump e assinado por 36 países, que se opõem à criação de legislações internacionais favoráveis ao aborto (Fonseca, 2025). Essa escolha reflete a mobilização de figuras do campo jurídico e religioso para implementar políticas públicas que favoreçam a família heterossexual cristã. Ângela é filha de Ives Gandra, advogado associado ao Opus Dei⁴⁸, figura amplamente vinculada ao movimento conservador e à defesa de valores "pró-vida" e contra a "ideologia de gênero", uma questão central na oposição conservadora aos avanços feministas. Enquanto o pai se dedica a propagar ideias contrárias à perspectiva feminista nos círculos jurídicos, a filha assume a responsabilidade de estruturar e implementar políticas públicas que reforçavam o modelo tradicional de família, excluindo outras formas de convivência familiar e negligenciando a diversidade de gênero (Machado, 2020; Teixeira, 2024).

O primeiro ano de Damares à frente do ministério também foi marcado por uma série de medidas e propostas que reforçaram seu compromisso com essa agenda. Entre as iniciativas, destacam-se os encontros com lideranças evangélicas para fortalecer vínculos e criar estratégias políticas em conjunto, além da promoção de seminários sobre a abstinência sexual como forma de prevenção à gravidez na adolescência. Damares se alinhou com o movimento Eu Escolhi Esperar, um conceito importado dos Estados Unidos que defende a castidade até o casamento como forma de combater o que considera a "sexualização precoce" da juventude. O movimento, que ganhou expressiva adesão no Brasil, expandiu sua atuação com a criação de uma ONG, estreitando laços com o poder público e aumentando sua presença nas escolas e comunidades evangélicas (Schreiber, 2019).

Em 2020, de acordo com O Globo (2020), o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos utilizou apenas 44% da verba destinada ao combate à violência, o menor valor nos últimos quatro anos. A gestão de Damares também se caracterizou pela extinção de programas como o Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência, que foi substituído por um enfoque mais familista, refletindo uma orientação política centrada na defesa da "família tradicional" e na responsabilização das mulheres. Além disso, Damares Alves

⁴⁷ Em 2025, Ângela Gandra foi nomeada pelo prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, como Secretaria de Relações Internacionais da capital.

⁴⁸ O Opus Dei é uma instituição da Igreja Católica, fundada em 1928 por São Josemaría Escrivá, focada na santificação do trabalho e na vivência de uma espiritualidade conservadora, com forte influência em círculos jurídicos e políticos (Instituto Humanitas, 2023).

demonstrou um compromisso limitado com temas como a igualdade racial e os direitos da comunidade LGBTQIA+, com apenas doze compromissos dedicados à igualdade racial e quatro reuniões com representantes desse grupo, sendo que, 74% dos parlamentares que se reuniram com a ministra eram homens (Bruno et. al., 2022). Essa postura gerou críticas internacionais, como uma reprimenda da ONU, que solicitou detalhes sobre as ações do governo em relação à promoção dos direitos das mulheres. Damares representou simbolicamente o avanço do neoconservadorismo nas políticas públicas, ao alinhar poder político e uma perspectiva religiosa fundamentalista.

Machado (2020) acredita que a nomeação de Damares para liderar o ministério foi uma estratégia para dar visibilidade a uma perspectiva feminina contrária ao aborto e à chamada "ideologia de gênero", com o objetivo de contrapor-se às ativistas dos movimentos feministas. De maneira semelhante, as nomeações de Ricardo Vélez Rodriguez e Abraham Weintraub para o Ministério da Educação também refletiram um alinhamento claro com essa visão. Ambos os ministros demonstraram compromisso com a preservação de valores tradicionais, o que se manifestou em suas políticas e declarações durante o tempo em que ocuparam o cargo. Sob a perspectiva de Machado (2020, p. 282-283):

O primeiro, um teólogo católico conservador, logo que foi indicado para o Ministério afirmou à imprensa “ser contrário ao ensino da ideologia de gênero nas escolas”, pois na sua interpretação “quem define o gênero é a natureza”. No seu discurso de posse também tratou de deixar claro que entrava para a máquina do Estado para defender “valores tradicionais ligados à preservação da família e da moral humanista”. No curto período em que esteve à frente do Ministério (3 meses), propôs a criação de uma comissão especial para analisar o banco de questões do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) com o objetivo de retirar todas as formulações que abordassem temáticas interpretadas como de ideologia de gênero”. Já o economista Abraham Weintraub declarava ter antepassados judeus, mas mantinha estreitas relações com grupos evangélicos. Neste sentido, se apresentava como “um humanista” que tinha a Bíblia (Velho e Novo Testamentos) como referência”.

Machado (2020) afirma que o processo político recente no Brasil revela uma aliança entre extrema direita, ultraneoliberais e militares, com a reação ao gênero sendo um elemento central desde a campanha eleitoral de 2018 até as políticas adotadas em ministérios distintos. O que se observa é um crescimento de organizações, partidos políticos e representantes públicos que utilizam princípios religiosos para influenciar o Estado e a legislação, aproveitando-se dos canais democráticos para implementar uma agenda transnacional antigênero. Tal agenda é impulsionada pela aliança entre setores conservadores da Igreja Católica e das denominações evangélicas que apoiaram Bolsonaro nas eleições de 2018. As autoras pontuam:

[...] em 2018, dezesseis anos depois da primeira vitória de Lula, a agenda moral e o tema da ameaça marxista, identificados por Cowan como centrais no alinhamento ideológico de batistas e assembleianos com o regime militar, justificariam a

participação de evangélicos na coalização neoconservador que elegeu o ex-capitão do Exército brasileiro Jair Bolsonaro. (Machado, 2020, p. 93)

Essa colaboração vai além da afinidade moral, envolvendo também interesses políticos, econômicos e institucionais que, em outros períodos, poderiam gerar tensões entre esses grupos religiosos. No entanto, no governo Bolsonaro, essa aliança serviu como estratégia de ocupação do Estado por neoconservadores, que adotaram políticas regressivas, principalmente em relação aos direitos sexuais e reprodutivos (Machado, 2020). A nomeação de Ernesto Araújo para o Ministério das Relações Exteriores ilustra essa dinâmica, ao impulsionar uma agenda conservadora alinhada aos princípios católicos. Ao orientar a exclusão do termo “gênero” e vetar o uso de “direitos sexuais e reprodutivos” nos acordos internacionais, Araújo reforçou essa postura do governo (Haje, 2019).

Nikolas Ferreira, deputado federal pelo PL e filho do pastor Carlos Ferreira, é um combatente feroz da chamada “ideologia de gênero”, acreditando se tratar de uma ideologia que tem como principal objetivo destruir a obra divina da criação do homem e da mulher. Ele defende que todas as construções humanas relacionadas ao gênero são manipulações do maligno, com o objetivo de destruir as famílias e, por consequência, a humanidade.

Nós, cristãos, não compreendemos gênero como o mundo compreende. O mundo acredita que a atração sexual define quem a pessoa é, mas nós sabemos que quem define quem somos é Cristo. Então, se Deus criou homem e mulher (Gênesis 1.27), há uma finalidade nisso — inclusive biológica. Para quem tem a crença inabalável na Palavra de Deus, a pessoa nasce homem ou mulher, ou seja, ou é macho, ou é fêmea. E não há motivos para o ser humano querer brincar de Deus e recriar a natureza segundo a sua vontade, o seu capricho ou seu prazer (Ferreira, 2022, p. 86).

Em seu livro, Nikolas Ferreira (2022) destaca várias pautas que, para ele, estão associadas ao socialismo, como a negação de Deus e da religião, a destruição da família tradicional – formada por um homem e uma mulher –, a oposição ao capitalismo, o apoio a relacionamentos livres, a naturalização da homossexualidade e a liberação de drogas como os opioides. Ele também critica a influência da Escola de Frankfurt, que, segundo ele, promoveu um ataque aos valores morais da família, considerada uma instituição divina. Para ele, a família é fundamental na formação do caráter, e os ataques a essa estrutura visam destruir os valores cristãos, sendo parte de um projeto socialista para subverter a sociedade.

O deputado já esteve envolvido em diversas polêmicas e é alvo de processos por transfobia, como ocorrido no Dia Internacional da Mulher, quando fez um discurso no plenário da Câmara dos Deputados vestindo peruca e alegando que se sentia uma mulher transsexual, justificando, assim, que teria “lugar de fala”. Ao ser questionado e ter pedidos de cassação protocolados, disse estar sendo alvo de uma retaliação que quer pará-lo e colocar panos quentes no posicionamento conservador (CNN, 2023). Ancorado no discurso da família tradicional,

acredita que essa "guerra" não ocorreu apenas no passado, mas continua sendo travada nos dias atuais. Segundo ele: “a Bíblia diz que, como foi nos dias de Noé, assim será também a vinda do Filho do Homem (Mateus 24.37), ou seja, sempre houve e tem havido uma “depravação moral em alta escala” (Ferreira, 2022, p. 36). A argumentação é de que se opor àquilo que desafia a realidade não deve ser visto como uma questão de construção social ou religiosa, mas sim uma questão de lógica racional. Ele sustenta que, caso os pressupostos da “ideologia de gênero” sejam aceitos por uma espécie, essa espécie estaria em risco de extinção.

Esse tipo de raciocínio tem sido amplamente utilizado no Brasil, onde a ofensiva antigênero tem se consolidado como um dos pilares do movimento neoconservador, causando impactos consideráveis em várias áreas, especialmente na educação. Alimentada por um discurso que associa o conceito de "gênero" à destruição de valores tradicionais, essa agenda promove um pânico moral que questiona o direito de corpos e identidades à plena existência. Dentro desse contexto, o pensamento antifeminista brasileiro, com destaque para as produções de figuras como Ana Caroline Campagnolo, deputada estadual em Santa Catarina, consolida-se como uma ferramenta poderosa para reforçar esses discursos, fortalecendo a crítica aos Estudos de Gênero e contribuindo diretamente para o avanço de agendas religiosas e políticas da nova direita.

Em seu livro *Feminismo: perversão e subversão* (2019), Campagnolo rejeita qualquer compreensão do gênero como construção social, reforçando uma visão essencialista e naturalizada das diferenças entre homens e mulheres. Através de uma interpretação distorcida de autoras como Mary Wollstonecraft até Judith Butler, Campagnolo recorre à modificação inadequada de citações extraídas dos textos originais, alterando o significado e o contexto das ideias apresentadas. Essa narrativa se constrói a partir da noção de que meninos e meninas possuem características inatas que devem ser preservadas, em detrimento de uma educação que valorize a diversidade e a inclusão. Campagnolo apresenta uma visão extremamente simplificada e distorcida do feminismo, definindo-o como um movimento que contribui para o aumento da hostilidade entre os sexos, enfraquece a estrutura familiar, promove a insatisfação constante e a libertinagem sexual (Mariz, 2021). Para ela, o feminismo utiliza “discursos sofistas, pesquisas fajutas e manchetes tendenciosas, geralmente à custa do dinheiro de contribuintes alheios ou contrários a tais objetivos” (Campagnolo, 2019, p. 33).

Ao deslegitimar as teorias feministas e tratar o conceito de gênero como uma ameaça à moral e aos valores cristãos, essa retórica favorece o fortalecimento de líderes evangélicos que exploram essa pauta como uma arma cultural. A construção de um "inimigo comum",

representado pela chamada "ideologia de gênero", serve para mobilizar comunidades religiosas em defesa da família tradicional e consolidar alianças políticas com setores conservadores (Mottin, 2023). Assim, se estabelece uma retórica “antigênero”, que para Carrilho et al. (2022, p. 67):

Posiciona aqueles que se debruçam sobre os estudos de gênero em lados opostos à família tradicional e aos considerados valores brasileiros. A retórica “antigênero” também nega as discriminações e violências contra as mulheres e a população LGBTQIA+, afirmando que os dados oficiais sobre violência contra mulheres e pessoas com orientação sexual e identidade de gênero não normativa, são falsos e fruto dos exageros dos militantes dos movimentos.

Machado (2020) acredita que a disseminação da agenda antigênero é impulsionada por uma série de fatores, como o deslocamento de líderes religiosos entre diferentes países, a criação de redes transnacionais dedicadas à defesa de causas “pró-vida” e “pró-família”, a realização de eventos internacionais que promovem valores cristãos ou visam formar novas lideranças políticas nesse campo, além do impacto das novas tecnologias de comunicação, que ampliam o alcance dessas mensagens.

Sob o governo Bolsonaro, as ofensivas antigênero foram institucionalizadas, tornando-se eixo central da política estatal em diferentes áreas, como educação, saúde e direitos humanos. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), como visto, tornou-se o principal articulador dessas políticas, liderado pela ministra Damares Alves, cuja gestão promoveu um discurso de proteção aos “valores cristãos” e combate à diversidade sexual e de gênero. Entre as ações do governo, destacam-se a exclusão de termos como gênero e feminicídio de documentos oficiais, o desmonte de conselhos participativos, a restrição de recursos para pesquisas acadêmicas sobre diversidade e a censura de materiais educativos que tratavam de equidade de gênero (G1, 2021).

Na educação, as políticas adotadas buscaram impedir o debate sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas, excluindo esses temas do Plano Nacional de Educação (PNE) e de seus desdobramentos estaduais e municipais. Outro campo afetado foi o dos direitos reprodutivos, com políticas que dificultaram o acesso ao aborto legal, mesmo nos casos previstos pela legislação brasileira. Em episódios emblemáticos, como o de uma menina de 10 anos que engravidou após sofrer abuso, autoridades do MMFDH atuaram diretamente para tentar impedir a interrupção da gestação, expondo a estratégia de vincular os direitos reprodutivos a uma suposta destruição de valores familiares. A atuação do ministério demonstrou como o aparelho estatal foi instrumentalizado para consolidar pautas de cunho moralista que estão alinhadas a setores religiosos, reforçando uma agenda que busca limitar direitos e combater avanços progressistas em questões de gênero e sexualidade.

O aborto no Brasil é um tema polêmico e alvo de intensos debates, permeado por aspectos legais, sociais, religiosos e políticos. A trajetória das discussões e propostas legislativas é marcada por avanços limitados e retrocessos, especialmente nos últimos anos. O marco inicial da legislação brasileira sobre o aborto remonta ao Código Penal de 1940, que criminaliza a prática em quase todas as circunstâncias, exceto em dois casos: quando a gravidez representa risco à vida da gestante e quando é resultante de um estupro. Essas exceções foram consideradas progressistas para a época, mas mantiveram o Brasil como um dos países com legislação altamente restritiva (Boechat, 2024).

Durante o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o tema voltou ao centro do debate. Movimentos feministas pressionaram por mudanças legais que ampliassem os direitos reprodutivos das mulheres, enquanto setores conservadores, especialmente religiosos, defenderam a manutenção da criminalização. A Constituição de 1988 garantiu a igualdade de direitos entre homens e mulheres e o direito à vida, mas não avançou em discussões específicas sobre o aborto, mantendo a legislação penal intacta. Nos anos 2000, o tema começou a ganhar mais visibilidade com a ampliação dos debates em conferências de políticas públicas voltadas para mulheres e saúde. Em 2004, o governo federal propôs uma reforma no Código Penal para incluir o aborto nos casos de anencefalia, o que gerou intensos debates. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu descriminalizar o aborto em casos de anencefalia, marcando um importante precedente na flexibilização da legislação. Essa decisão foi considerada uma vitória parcial pelos movimentos feministas, mas provocou forte reação de grupos conservadores (Diniz; Vélez, 2008).

A partir de 2010, o tema do aborto tornou-se ainda mais polarizado com a ascensão de bancadas religiosas no Congresso Nacional, especialmente a bancada evangélica. Entre as propostas apresentadas nesse período estão o PL nº 478/2017, conhecido como Estatuto do Nascituro, que visa reconhecer o direito à vida desde a concepção, dificultando ainda mais qualquer tentativa de ampliação do acesso ao aborto legal. Esse projeto também propôs a criação da "bolsa-estupro", um auxílio financeiro para mulheres que decidissem levar a termo gestações resultantes de violência sexual, o que causou uma grande repercussão negativa. A justificativa para a criação de um estatuto se dá através do argumento de assegurar direitos aos nascituros, considerando que, embora ainda não tenham nascido, possuem expectativas de proteção jurídica.

A proliferação de abusos com seres humanos não nascidos, incluindo a manipulação, o congelamento, o descarte e o comércio de embriões humanos, a condenação de bebês à morte por causa de deficiências físicas ou por causa de crime cometido por seus pais, os planos de que bebês sejam clonados e mortos com o único fim de serem

suas células transplantadas para adultos doentes, tudo isso requer que, a exemplo de outros países como a Itália, seja promulgada uma lei que ponha um “basta” a tamanhas atrocidades (Câmara dos Deputados, 2007, p. 7).

Durante o governo Bolsonaro, a retórica contra o aborto se intensificou, sendo utilizada como bandeira ideológica por figuras políticas e religiosas. Desde o início de seu governo, o Congresso Nacional recebeu ao menos 30 projetos de lei que visam restringir ainda mais o direito ao aborto no Brasil (Severi, 2022). Propostas como a PEC 181/2015, que inicialmente tratava da ampliação da licença-maternidade para mães de prematuros, foram modificadas para incluir emendas que previam o reconhecimento do direito à vida desde a concepção, ameaçando inclusive as exceções previstas no Código Penal. Paralelamente, surgiram tentativas de criminalizar qualquer forma de interrupção da gravidez, inclusive em casos já permitidos por lei, como no episódio de 2020, já mencionado anteriormente, que envolveu uma menina de 10 anos que engravidou após ser vítima de um estupro.

A criança, transferida para Pernambuco para realizar um aborto legal, foi alvo de manifestações em frente ao hospital. Manifestantes, incluindo parlamentares pernambucanas e grupos "pró-vida", assediaram a avó da criança, o médico responsável e a própria menor, chamando-os de "assassinos". Ao mesmo tempo, o promotor Fagner Cristian Andrade Rodrigues, que autorizou o procedimento, foi denunciado à Corregedoria Nacional do Ministério Público pelas deputadas federais Chris Tonietto e Filipe Barros, do PSL. Sob a acusação de "indução e coautoria de aborto", questionaram sua competência jurídica para transferir a menor para outro estado. A representação, que começava com uma citação bíblica, também sugeria que a criança estaria desprotegida e questionava o consentimento para o procedimento. Esse caso ilustra como setores do Estado podem ser mobilizados para reforçar pautas conservadoras e dificultar a aplicação de leis em situações já garantidas legalmente (Lima, 2020).

A declaração de Bolsonaro nas redes sociais, logo após a aprovação da Lei do Aborto no Senado argentino, revela não apenas um posicionamento político, mas também uma estratégia clara para definir o rumo da política brasileira: "Enquanto depender de mim e de meu governo, o aborto nunca será aprovado em nosso território. Sempre lutaremos para proteger a vida dos inocentes" (Mendes, 2020). Sem se preocupar com as implicações diplomáticas, o ex-presidente buscou afirmar sua posição em um contexto internacional. Essa postura foi acompanhada por esforços para estreitar laços com outros governos e organizações de tendência neoconservadora, visando uma atuação conjunta em organismos multilaterais, como a ONU. O objetivo era reforçar a agenda da família tradicional, se opor ao aborto e apoiar bandeiras da

nova direita (Teixeira; Nunes; Oliveira, 2021; Teixeira, 2024). Em consonância com esses valores, o deputado Nikolas Ferreira pontua:

Apesar de haver autorização, ou não, para a prática do aborto, de uma coisa não podemos nos esquecer: Deus é a favor da vida e não aceita, em hipótese alguma, que ela seja tirada de alguém. Inclusive, quem cometer tal ato sofrerá a devida punição, como diz Mateus 5.21: Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; mas qualquer que matar será réu de juízo. O texto em Mateus remete a Êxodo 20.13. No original, a palavra hebraica utilizada é *râsah*, que se traduz por “assassinar, assassinato”. Ou seja, a Escritura é clara: não cometa homicídio deliberadamente, sem uma real e justa causa (Ferreira, 2022, p. 123-124).

Ele critica o movimento feminista ao argumentar que este direciona esforços para apoiar a interrupção da gravidez, mas não dedica a mesma energia à proteção das vidas das crianças inocentes no ventre materno, sugerindo que há uma contradição moral e ética nesse posicionamento; além disso, diz que “o movimento feminista está empenhado em desestimular as mulheres a serem mães”, o que seria uma boa maneira de acabar com a instituição familiar (Ferreira, 2022, p. 131). Para justificar seu posicionamento, conclama os cristãos e recorre à Bíblia como fundamento:

Como nós, cristãos, não estamos nos levantando para combater essa atrocidade? Nas universidades, grita-se aos quatro ventos que o aborto é uma questão de saúde pública. Quem disse que dar o direito de matar uma criança é uma questão de saúde pública? De onde vem essa ideia absurda? Em que parte da Bíblia está escrito que a vida não começa na concepção? (Ferreira, 2022, p. 125).

O discurso de Nikolas e de outros autoproclamados defensores da “vida” desconsidera que o movimento feminista defende o direito das mulheres de decidir sobre interromper ou não uma gestação. Além disso, os feminismos lutam pelos direitos das mulheres grávidas, garantindo acesso a um pré-natal de qualidade, acompanhamento adequado durante a gestação, combate à violência obstétrica e educação sexual, fundamental para a prevenção de gestações indesejadas e para o planejamento familiar. No entanto, setores conservadores frequentemente distorcem essas pautas, reduzindo o debate à questão do aborto para acusar os feminismos de negligenciarem crianças não nascidas. Paradoxalmente, esses mesmos grupos que se dizem defensores da família ignoram os direitos de crianças já nascidas ao apoiar que meninas vítimas de estupro sejam forçadas a manter uma gestação em nome da vida. Para bell hooks (2021, p. 184-185):

A religião patriarcal e fundamentalista foi e ainda é uma barreira impedindo que o pensamento e a prática feministas se espalhem. De fato, nenhum grupo demonizou mais as feministas do que os fundamentalistas religiosos de direita, que pediram e toleraram o assassinato de pensadoras feministas, principalmente aquelas que apoiavam os direitos reprodutivos das mulheres.

Recentemente, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a PEC 164/2012, que busca alterar o artigo 5º da Constituição para garantir a

inviolabilidade do direito à vida "desde a concepção". Essa mudança, se aprovada, pode inviabilizar o aborto no Brasil, inclusive nos casos atualmente permitidos, como risco à vida da gestante, gravidez resultante de estupro e anencefalia fetal, que são protegidos pela legislação e decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) (Câmara dos Deputados, 2024). A PEC, apresentada originalmente pelos ex-deputados Eduardo Cunha e João Campos, enfrentou grande oposição de movimentos sociais e parlamentares contrários à medida. A proposta ainda precisará passar por uma comissão especial antes de seguir para votação no plenário da Câmara. Caso aprovada em todas as etapas, representará um retrocesso significativo para os direitos reprodutivos no Brasil, ampliando as restrições já existentes e ignorando os impactos sociais e de saúde pública. Para Butler (2024, p. 22-23):

Quando os direitos ligados ao aborto são restringidos pelos governos porque as mulheres, dizem, não deveriam poder exercer esse tipo de liberdade, as mulheres estão sendo definidas e privadas de uma liberdade fundamental. Não se trata apenas de definir que as mulheres não devem ter essa liberdade, e sim que o Estado decida os limites da liberdade delas. Sujeitas a tais restrições, as mulheres são definidas como aquelas cuja liberdade deve ser limitada pelo Estado. As pessoas que afirmam saber o lugar que as mulheres devem ocupar na vida social e política aderem a uma teoria de gênero muito específica. Elas não se opõem ao gênero – elas têm em mente uma ordem de gênero rigorosa e desejam impô-la ao mundo. Buscam restaurar e consolidar um sonho patriarcal de binarismos de gênero estabelecidos e hierárquicos, uma ordem que só pode ser alcançada destruindo – ou tentando destruir – a vida de outras pessoas. A destruição se torna, assim, paradoxalmente, condição de possibilidade de uma ordem patriarcal sexual e de gênero que tenta repelir a perspectiva do poder “destrutivo” do gênero. Em vez de evitar a destruição, o movimento contra a ideologia de gênero se dedica a criar um mundo cada vez mais destrutivo.

A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) de 2021, conduzida pela antropóloga e professora da Universidade de Brasília, Débora Diniz, e pelos professores Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro, entrevistou 2 mil mulheres em 125 municípios. Os dados revelam que uma em cada sete mulheres, até os 40 anos, já realizaram ao menos um aborto no Brasil, sendo que 52% das mulheres tinham 19 anos ou menos quando fizeram seu primeiro aborto (Diniz; Medeiros; Madeiro, 2021). O aborto realizado de forma insegura continua sendo uma das principais causas de morte materna no Brasil, com uma mulher morrendo a cada dois dias devido a complicações decorrentes de um aborto. Esse dado destaca as sérias consequências para a saúde das mulheres, resultantes das condições inadequadas em que o aborto é realizado em um contexto de criminalização e falta de acesso a serviços de saúde adequados (Cofen, 2018). bell hooks (2021, p. 64) pontua que:

O movimento antiescolha é fundamentalmente antifeminista. Enquanto é possível que mulheres escolham individualmente jamais fazer um aborto, ser fiel às políticas feministas significa que ainda assim são pró-escolha, que apoiam o direito que as mulheres que precisam abortar tenham direito de escolher se vão ou não fazê-lo.

Vale ressaltar que a criminalização do aborto no Brasil afeta principalmente mulheres negras, pobres e indígenas, tornando-se uma forma de discriminação racial institucionalizada. De acordo com o relatório *Entre a morte e a prisão: quem são as mulheres criminalizadas pela prática do aborto no Rio de Janeiro*, realizado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (2018), as taxas de abortos inseguros são mais altas entre mulheres com menor escolaridade, negras, indígenas e aquelas de regiões mais pobres. Mulheres negras são mais propensas a serem presas por aborto ilegal e representam a maioria das denunciadas por essa prática, o que reflete a desigualdade racial e social associada à criminalização do aborto. Para bell hooks (2021, p. 61), a questão do aborto teve destaque na mídia ao desafiar o pensamento cristão fundamentalista, desafiando a noção de que a razão da existência de uma mulher está atrelada à gestação e chamando a “atenção da nação para o corpo da mulher de uma forma que nenhuma outra questão poderia fazer. Era um desafio direcionado à igreja”.

A questão dos direitos reprodutivos, para bell hooks (2021), precede qualquer outra questão dentro do movimento feminista, pois se as mulheres não têm o direito de escolher o que acontece com o próprio corpo, estão arriscadas a renunciar direitos em outras áreas da vida. A campanha coletiva *Nem Presa, Nem Morta*, criada em 2018 com o objetivo de promover o debate e a reforma das leis sobre o aborto no Brasil, elaborou o *Mapa de Argumentos Defendendo o Direito ao Aborto no Brasil*. A iniciativa sustenta que as mulheres devem ter a autonomia de decidir sobre seus corpos, sem a imposição de restrições legais ou religiosas. Os principais argumentos apresentados por essa campanha se concentram na necessidade de respeitar os direitos das mulheres à liberdade, dignidade e cidadania. A criminalização do aborto, argumentam, viola esses direitos e coloca a vida das mulheres em risco, ao forçá-las a recorrer a procedimentos clandestinos e inseguros (Nem presa, nem morta, 2024).

A campanha também critica a hipocrisia de um discurso "pró-vida" que, ao mesmo tempo, negligencia políticas públicas essenciais, como saúde e educação, e perpetua a violência contra as mulheres, especialmente as negras e periféricas. Para o movimento, o aborto deve ser encarado como uma questão de saúde pública e não de moralidade, uma vez que sua criminalização não impede a prática, mas sim coloca as mulheres em situação de vulnerabilidade. A legalização do aborto é, portanto, vista como um passo necessário para assegurar a saúde e a segurança das mulheres, além de ser uma forma de garantir a liberdade reprodutiva. O movimento também defende a educação sexual nas escolas, como uma medida para garantir que jovens mulheres e meninas possam tomar decisões informadas sobre seus corpos e suas vidas sexuais (Nem presa, nem morta, 2024).

Vale ressaltar a contradição em torno das responsabilidades parentais, especialmente no que diz respeito à cultura de abandono paterno no Brasil. Essa prática, que inclui tanto o abandono literal quanto o afetivo, foi naturalizada, sendo socialmente atribuída à mãe, enquanto geradora, a responsabilidade integral pela criação dos filhos. Não há, contudo, punições efetivas ou criminalização significativa para os homens que abandonam seus filhos, mesmo diante do impacto psicológico e social que isso pode gerar. Dados do Conselho Nacional de Justiça revelam que mais de 5,5 milhões de crianças no Brasil não possuem o nome do pai em suas certidões de nascimento, evidenciando a dimensão estrutural desse problema (Porto, 2020). Paradoxalmente, parlamentares que defendem o embrião como um ser vivo com plenos direitos, baseando-se em normas morais religiosas, ignoram as complexidades sociais e individuais da maternidade (Ruibal, 2014). Em casos de gravidez por estupro, por exemplo, algumas propostas chegam a agravar a vulnerabilidade da mulher ao conceder direitos ao agressor, perpetuando um ciclo de violência e negligência com mães e filhos.

A ausência de políticas inclusivas e o fortalecimento de um discurso moralizador expõem não apenas a fragilidade de um Estado laico no Brasil, mas também a falta de compromisso em garantir direitos fundamentais a todas as pessoas, independentemente de gênero, raça, orientação sexual ou crença. A vitória de Lula nas eleições de 2022 renovou as expectativas políticas, resgatando um compromisso com a transformação social. Durante os governos petistas anteriores, foram estabelecidos espaços de discussão e participação da sociedade civil, além da implementação de “políticas públicas com algum significativo grau de orientação para mudança de condições sociais e alteração dos níveis de desigualdade” (Cepêda, 2018, p. 48). Com sua nova vitória, Lula assumiu a promessa de restabelecer os direitos das mulheres e de grupos historicamente marginalizados, propondo-se a romper com os discursos conservadores que predominaram anteriormente.

As integrantes do Ministério das Mulheres, ao assumirem seus cargos, se depararam com um cenário desolador, caracterizado por uma estrutura fragilizada que comprometeu as políticas de promoção dos direitos das mulheres, que haviam sido consolidadas durante os governos anteriores de Lula e Dilma. Em virtude disso, o Ministério teve que se reestruturar ao longo de 2023 para reconstruir as ações e programas voltados para a igualdade de gênero e a luta contra a violência. Mesmo enfrentando esses desafios, o governo Lula tem avançado em diversas frentes de promoção dos direitos das mulheres. Em 2023, durante as celebrações do Dia Internacional da Mulher, foram anunciadas medidas essenciais, como a proposição de um Projeto de Lei para garantir igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenham a

mesma função. Também foi proposta a ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que busca garantir um ambiente de trabalho livre de assédio e violência, incluindo a de gênero (Costa, 2024).

A retomada das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher também foi uma prioridade no início do governo. O serviço 180, que presta atendimento às mulheres vítimas de violência, foi restaurado, assim como o Pacto de Enfrentamento à Violência. A reconstrução das Casas da Mulher Brasileira começou a ser retomada, com a meta de inaugurar 40 novas unidades até o final do primeiro mandato de Lula. Outra medida significativa foi a implantação da Política Nacional de Cuidados, com a criação de um grupo interministerial dedicado a elaborar políticas voltadas para o cuidado, um tema que impacta principalmente as mulheres negras e pobres, responsáveis em grande parte por essa tarefa no Brasil e no mundo.

No campo da igualdade salarial, o governo avançou com a aprovação do Projeto de Lei da Igualdade Salarial, que visa reduzir as disparidades de salários entre homens e mulheres no mercado de trabalho. O presidente sancionou a lei, e em 2024 as empresas passaram a apresentar relatórios de transparência sobre as diferenças salariais entre os gêneros (Araújo, 2024). Em relação à equidade racial e de gênero nas empresas, foi lançada a 7ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, com foco em empresas com mais de 100 empregados, com o objetivo de promover a inclusão e a igualdade dentro do ambiente de trabalho.

O governo também tem se esforçado para fortalecer a participação social e institucional, buscando ampliar o diálogo com os movimentos sociais e promover uma maior representatividade. Foram instituídos diversos fóruns e, em 2025, está prevista a 5ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres. A Secretaria Nacional de Articulação Institucional também tem se dedicado ao fortalecimento das políticas para as mulheres nos estados e municípios, além de atuar contra a violência política de gênero. Assim, apesar dos desafios imensos, as iniciativas do governo Lula refletem um compromisso renovado com a igualdade de gênero, os direitos das mulheres e a ampliação da participação feminina na política e na sociedade (Costa, 2024).

Apesar da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro também teve motivos para celebrar o resultado das eleições legislativas, especialmente pela expressiva performance de seu partido, o Partido Liberal (PL). Este partido obteve a maior bancada tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, com 99 dos 513 deputados eleitos, marcando um aumento considerável em relação aos números

anteriores. Em termos de composição, a aliança entre o PL e outros partidos conservadores, como o Progressistas (PP) e o Republicanos, garantiu um controle significativo sobre o Legislativo, com cerca de 190 deputados, o que representa uma força considerável no processo de formulação de políticas. No Senado, o PL obteve 13 cadeiras, aumentando sua representatividade e somando um total de 53% de controle sobre a Casa Alta, evidenciando a predominância de uma base conservadora no Congresso (UOL, 2022).

Neste contexto, embora o governo Lula tenha manifestado intenções claras de implementar políticas progressistas, com ênfase na igualdade de gênero, nos direitos das mulheres e na inclusão social, a predominância de uma bancada conservadora nas casas legislativas tem se configurado como um obstáculo substancial à implementação de reformas estruturais. A forte representação de partidos de direita no Congresso tem dificultado avanços em áreas importantes, como a progressividade tributária, com propostas de aumento de impostos para os mais ricos, e a criação de legislações mais favoráveis aos trabalhadores. Isso reflete um impasse entre as intenções governamentais e a resistência política que persiste nas instâncias decisórias do país, evidenciando as dificuldades de concretizar uma agenda reformista em um ambiente legislativo polarizado e conservador.

Diante da realidade política atual, a relação com o público evangélico tornou-se uma questão estratégica para o governo Lula, especialmente devido à sua significativa força política e presença no Congresso. Apesar de manter um diálogo com esses grupos, Lula defende a preservação da liberdade religiosa, buscando evitar que a fé seja utilizada como um instrumento político ou governamental. Apesar do movimento evangélico dentro do Congresso ser predominantemente conservador, é relevante destacar que essa visão conservadora não reflete a totalidade da fé evangélica no Brasil, uma vez que existem segmentos progressistas que têm se posicionado de forma crítica em relação aos discursos moralistas e às agendas antidireitos, propondo novas abordagens teológicas que buscam integrar a espiritualidade a princípios de inclusão, justiça social e igualdade. Essas abordagens, que sinalizam caminhos alternativos no campo religioso, serão analisadas com mais profundidade no próximo capítulo, destacando sua importância para a construção de novas possibilidades no cenário evangélico brasileiro.

3.3 É POSSÍVEL CONCILIAR FÉ E IDEAIS PROGRESSISTAS?

No artigo publicado na Carta Capital, o jornalista Ricardo Alexandre (2014) levanta a questão: "Afinal, quem são os evangélicos?". Buscando formular uma resposta, diz que essa identidade é ampla e imprecisa, sugerindo que "os evangélicos são qualquer pessoa, todo mundo, ou, mais especificamente, ninguém", o que reflete a dificuldade de definir um grupo

tão diverso e fragmentado. No nível local, o cristianismo evangélico desempenha um papel importante no auxílio a pessoas em situações de extrema vulnerabilidade. No entanto, em uma escala nacional, sua influência se aproxima à de grandes corporações multinacionais, com uma rede poderosa de comunicação e organização voltada à formação de representantes políticos e à promoção de valores cristãos dentro das estruturas do Estado.

James Cone (1985) argumenta que a teologia, enquanto discurso sobre Deus, é sempre subjetiva. Para ele, esse discurso revela mais sobre as esperanças e sonhos das pessoas que o produzem do que sobre o próprio Criador dos céus e da Terra. Essa visão nos leva a entender que, embora a teologia se proponha a falar sobre o divino, ela reflete a realidade das relações humanas, sendo moldada pelos contextos históricos, sociais e culturais em que é elaborada. Nesse sentido, parte-se do entendimento de Marx de que as ideias não surgem de maneira isolada, mas são produto das relações materiais presentes em uma sociedade em um dado momento histórico, ou seja, são construídas social e culturalmente. Marx e Engels (2007) afirmam que as ideias dominantes são, na verdade, a expressão ideal das relações materiais dominantes de cada época. Em outras palavras, o que prevalece na sociedade reflete os interesses das classes dominantes, que controlam a produção e disseminação de ideias, impondo-as como universais.

Esse fenômeno também se aplica ao pensamento religioso dominante, que frequentemente reflete os interesses das classes poderosas, através do uso da fé como uma ferramenta para justificar e perpetuar a estrutura social existente. A religião, nesse contexto, torna-se um instrumento de alienação, fazendo com que os oprimidos projetem sua esperança no pós-morte e desconsiderem a necessidade de ação transformadora no presente. A aceitação das estruturas de opressão muitas vezes é alimentada por uma adesão às categorias dominantes da sociedade, como exemplificado pela teologia da prosperidade. Esta doutrina, com seus princípios meritocráticos, consumistas e individualistas, encontra respaldo na ideia de retribuição divina, segundo a qual Deus recompensaria os bons com bençãos materiais.

No contexto da teologia da prosperidade, a ideia de que o sucesso material é um sinal de retidão diante de Deus leva à conclusão de que a pobreza e a miséria são questões de ordem espiritual, não resultado de um modelo econômico desigual e excludente. Aqui, a riqueza se torna uma virtude espiritual, algo que se opõe radicalmente aos ensinamentos de Jesus e à mensagem bíblica. Seja pela promessa de um pós-morte glorioso ou pela busca por enriquecimento material, o pensamento religioso se transforma em um meio de legitimar e

reproduzir a ordem social vigente, sem questionar as injustiças e desigualdades propiciadas por ela.

Atualmente, a população evangélica no Brasil tem experimentado um crescimento significativo, com alguns segmentos mais extremistas adquirindo grande poder político, econômico e midiático, exercendo ampla influência no apoio a governos de extrema-direita. Essa relação entre religião e política ganha contornos ainda mais complexos quando se observa a expansão das igrejas evangélicas, especialmente nas periferias. A fé, nesse contexto, se manifesta de maneira profunda na vida da classe trabalhadora, sendo vivenciada no cotidiano e nas interações sociais, muitas vezes em locais onde o Estado falha em prover o necessário. Jackson Augusto, comunicador evangélico e ativista social, ilustra essa dinâmica no podcast *Fé em Disputa*, do Brasil de Fato (2024):

As pessoas se vinculam à igreja porque ela oferece um suporte que muitas vezes falta em outros espaços. Existe uma lacuna significativa deixada pelo Estado brasileiro, o que é um problema, mas também há uma busca por parte da igreja em oferecer uma experiência de pertencimento e comunidade. No Brasil de hoje, muitas pessoas necessitam de um grupo que as valorize e as humanize, especialmente diante de um Estado que frequentemente as desconsidera. A igreja evangélica, que tem se expandido nos últimos anos, tem optado por estar presente nas periferias, se tornando um local de apoio e identidade para essas comunidades.

Esse movimento religioso, ao se estabelecer nas margens da sociedade, vai além de um simples fenômeno espiritual, refletindo também uma resposta às falhas estruturais do Estado e oferecendo, ao mesmo tempo, uma rede de pertencimento e apoio social. A expansão do movimento evangélico no Brasil está profundamente ligada ao processo de urbanização e ao crescimento das periferias das grandes cidades. À medida que as áreas urbanas se expandiram, a Igreja Católica, com sua estrutura densa, centralizada e burocrática, encontrou dificuldades para se estabelecer nessas novas regiões. Em contraste, as igrejas evangélicas, com uma organização mais fluida, descentralizada e sem a complexidade burocrática da Igreja Católica, conseguiram se adaptar com maior rapidez às necessidades das populações periféricas. Esse modelo de organização facilita a integração das pessoas, especialmente as que vivem em contextos de vulnerabilidade, e as oferece uma experiência de pertencimento e de participação mais acessível e imediata.

Além da flexibilidade organizacional, as igrejas evangélicas também se destacam pela rapidez com que formam novos líderes. Ao contrário da Igreja Católica, onde o processo de formação de sacerdotes é mais longo e formal, as igrejas evangélicas permitem que os fiéis, com maior rapidez, assumam papéis de liderança, tornando-se pastores e líderes de grupos de oração, por exemplo. Isso cria uma relação mais horizontal entre os membros e os líderes religiosos, o que reforça o vínculo comunitário e fortalece a presença das igrejas nas periferias.

Esse modelo de liderança mais acessível tem atraído especialmente a classe trabalhadora, que, por sua vez, têm uma longa tradição de religiosidade e espiritualidade.

Contudo, essa expansão não pode ser vista apenas como um fenômeno religioso; como já mencionado anteriormente, desde os anos 1980, ela também está atrelada a um projeto político de caráter fundamentalista e neoconservador, que utiliza o protestantismo como ferramenta de poder. Esse movimento busca não só expandir a influência religiosa, mas também consolidar um controle ideológico sobre as camadas populares, refletindo-se de forma significativa no processo eleitoral e na implementação de políticas públicas.

A expansão do protestantismo preencheu o vácuo deixado pela perda de força das organizações políticas e trabalhistas, como sindicatos e associações de bairro. Com o avanço do neoliberalismo e o enfraquecimento dessas instituições, as igrejas evangélicas passaram a ocupar esse espaço de organização social e política. Para muitos trabalhadores, as igrejas se tornaram centros de apoio, solidariedade e identidade coletiva. Diante da falta de alternativas políticas, a identidade de classe trabalhadora foi sendo substituída por uma identidade religiosa, com o fiel se enxergando mais como "irmão" na comunidade evangélica do que como parte de um movimento sindical. Esse processo transformou as igrejas em espaços de resistência, mobilização e controle ideológico, moldando o posicionamento e a organização dos trabalhadores em um contexto de polarização política e social (Brasil de Fato, 2024).

Ao refletir sobre a relação entre fé e política, é imprescindível compreender que a dinâmica religiosa e as escolhas políticas dos fiéis são muito mais complexas do que uma simples adesão a uma única linha de pensamento ou ideologia. Embora seja comum a ideia de que os fiéis de uma determinada tradição religiosa votem de maneira homogênea, a realidade é cheia de nuances. As Escrituras oferecem um campo vasto de interpretações, muitas das quais surgem a partir de contextos sociais e históricos distintos. A própria história cristã está repleta de exemplos de como a fé foi vivida e entendida de maneiras diversas, com diferentes ênfases em questões sociais, políticas e econômicas. Com a expansão de uma leitura fundamentalista da Bíblia, têm-se um apagamento de sua dimensão histórica, desconsiderando as tensões, os conflitos e as disputas que a permeiam. Essa leitura transforma a Bíblia em um manual de comportamento conservador, focado na vida após a morte, enquanto negligencia seu impacto social e político. Henrique Vieira (2018), teólogo, deputado federal e pastor da Igreja Batista do Caminho, entende que a Bíblia é uma coletânea de livros escritos em diferentes épocas e contextos históricos, refletindo uma enorme diversidade de gêneros literários, linguagens e visões de mundo. No entanto, essa pluralidade é frequentemente ignorada pelas leituras

fundamentalistas, que se baseiam no “está escrito” e desconsideram os contextos em que os textos foram produzidos.

Quando o texto bíblico é interpretado isoladamente, fora de seu contexto, pode servir de base para práticas desumanas realizadas em nome de Deus. Dentro dessa lógica, questionar a doutrina extraída da literalidade bíblica é visto como uma afronta a Deus, criando um sistema rígido que molda tanto a visão de mundo quanto a intervenção social (Vieira, 2018). Assim, forma-se um ambiente onde a dúvida é vista como sinal de falta de reverência, temor ou fé, em que “perguntar, reler ou abrir-se para o diálogo ecumênico e inter-religioso não se apresentam como possibilidades reais” (Vieira, 2018, p. 92). É importante reconhecer que o fundamentalismo, como qualquer expressão religiosa, não se limita a um conjunto de ideias ou conceitos teóricos; ele molda subjetividades, influencia emoções e sensações, e constrói opiniões sobre o mundo e a vida. Trata-se de uma experiência que atinge camadas profundas da existência humana, abordando questões fundamentais sobre o ser.

À vista disso, o fundamentalismo se caracteriza pela crença em uma verdade absoluta e inquestionável, que não permite qualquer abertura para o diálogo ou a divergência. Essa abordagem rígida e dogmática da religião limita profundamente a convivência respeitosa e impede a aceitação das diferenças, tornando impossível a celebração do encontro entre diversas perspectivas e a troca enriquecedora de ideias. Em vez de buscar o entendimento mútuo e a construção de pontes entre diferentes visões de mundo, o fundamentalismo reforça uma visão estreita e unilateral, sustentada pela repetição de verdades consideradas imutáveis e eternas. Nesse modelo, uma única visão de mundo é preservada como correta, universal e indiscutível, enquanto todas as outras são rotuladas como erradas, desviantes ou até mesmo ameaçadoras.

Em nome de uma suposta fidelidade ao texto bíblico, muitas vezes são cometidas ou aceitas violências, em um paradoxo onde o "texto sagrado" é preservado, enquanto corpos são oprimidos. A figura histórica de Jesus é frequentemente isolada do contexto em que viveu, sendo tratada como a de um mestre religioso cujas palavras não teriam implicações nas estruturas políticas e econômicas de sua época. Essa visão confessional reconhece a divindade de Jesus, mas subtrai sua humanidade, criando uma espiritualidade desvinculada de qualquer compromisso social, como se sua vida histórica fosse irrelevante ou efêmera.

Para Henrique Vieira (2022), uma única frase é suficiente para desafiar a consciência cristã: o cristianismo institucionalizou a escravidão. Nesse contexto, observa-se a estranha harmonia entre a fé em Jesus, a devoção à Bíblia e a opressão do povo negro, tudo isso coexistindo sem qualquer questionamento ou conflito moral, em uma aceitação tácita e sem

crise de consciência. Ronilso Pacheco (2016), pastor e teólogo, ressalta que a história da escravidão, da opressão e do domínio sobre a população negra ao longo do tempo não poderia ter se desenrolado da mesma maneira sem a conivência e o envolvimento da Igreja.

James Cone (1985, p. 49), estudioso da teologia negra, entende que “a teologia cristã é um discurso humano sobre Deus, ela está sempre relacionada com situações históricas, e assim todas as suas asserções são culturalmente limitadas”. Dessa forma, toda leitura envolve uma interpretação, pois os leitores não são receptáculos passivos das palavras que encontram, eles as processam e as ressignificam, e essa interpretação é sempre influenciada pelos contextos históricos em que se inserem. Quantos ambientes, dominados por uma visão fundamentalista, não limitam o pensamento crítico sobre os textos bíblicos? Sob o pretexto de uma alegada fidelidade ao texto bíblico, que é equivocadamente associada à fidelidade a Deus, constantemente cometem-se ou aceitam-se violências. Em nome de preservar a palavra escrita, corpos são oprimidos e marginalizados. Por isso:

A pergunta de Jesus é tão importante, pois não basta citar o texto, mas articulá-lo com a realidade da vida. Jesus identificou que, em muitos momentos, a lei religiosa se tornava instrumento de alienação do próprio sentido de Deus na história. Jesus tinha referência nos textos, mas os interpretava para a vida. E aqui o conceito “vida” não é abstrato ou genérico, mas especialmente materializado, corporificado e encarnado na experiência dos pobres e oprimidos (Vieira, 2022, p. 27).

Essa realidade demonstra uma perda de vitalidade, criatividade e individualidade na prática religiosa, que acaba por apenas repetir verdades imutáveis, baseadas em uma doutrina que se recusa a reconhecer sua dimensão histórica e sua possibilidade de transformação. Ao contrário do que muitos acreditam, não existe uma única versão da história do cristianismo.

Como já visto em capítulos anteriores, o protestantismo surgiu como um movimento popular e combativo, especialmente na Europa do século XVI, com a Reforma Protestante. Movimentos como o liderado por Martinho Lutero nasceram como uma reação contra a Igreja Católica e suas práticas, como a venda de indulgências. Lutero e outros reformadores questionaram a hierarquia religiosa e a centralização do poder nas mãos da Igreja, defendendo uma fé mais acessível e uma relação direta com Deus. Esse espírito de resistência à autoridade e a busca por uma religião mais pessoal e autêntica perdurou ao longo dos séculos, especialmente em contextos de desigualdade social e política.

Lutero acreditava que a Igreja havia se afastado de seus princípios originais, um ponto que ele destacou ao iniciar a Reforma em 1517. Sua principal crítica dizia respeito à prática das indulgências, que a Igreja começara a exigir como pagamento pela salvação. A Igreja incentivava os fiéis a comprarem a redenção de seus pecados, tornando os sacramentos tradicionais, como a confissão e a penitência, insuficientes. Lutero via essa prática não apenas

como uma demonstração de avareza, mas como uma imoralidade, pois acreditava que a fé e a graça divina eram os únicos meios para alcançar a salvação. Além disso, criticava a visão da ganância como uma virtude, como era promovida pela Igreja e pela sociedade da época. Em 1535, ele afirmou que a ganância era tratada como "administração habilidosa" e era vista de forma positiva, embora, na prática, o comércio frequentemente incentivasse comportamentos desonestos, como roubo e fraude, sob a justificativa de ser uma prática respeitável. Para ele, aqueles que se diziam astutos nos negócios, mas se aproveitavam dos outros, estavam, na verdade, cometendo roubo.

Lutero também se opunha à antiga crença de que a riqueza material era um sinal do favorecimento de Deus, enquanto a pobreza seria uma punição justa. Ele fez uma clara distinção entre riqueza espiritual e material, argumentando que a riqueza material tinha pouco a ver com a espiritual e deveria ser compartilhada, não acumulada. Embora acreditasse no valor do trabalho, rejeitava a ideia de que a riqueza fosse um prêmio por mérito ou tivesse algum valor espiritual. Essa visão contrasta com a "teologia da prosperidade", que se popularizou no protestantismo nos anos 1980. Nessa vertente, televangelistas como Edir Macedo, o autor do *Plano de Poder*, pregam que a riqueza e a saúde são recompensas divinas para os fiéis, sugerindo que a ausência dessas bênçãos seja uma falha moral da pessoa (Loehnen, 2024).

No Brasil, o protestantismo, particularmente o movimento evangélico, também tem raízes nas camadas populares, especialmente entre negros, pardos e pessoas de classes sociais mais baixas. Esse movimento tem sido tanto uma forma de resistência às estruturas dominantes quanto uma busca por um espaço próprio no contexto religioso e político. Ao abordar o pentecostalismo, a *Enciclopédia do Protestantismo* (Hollenwerger, 2016) destaca um aspecto singular dessa tradição cristã: sua teologia é a única fundada por um homem negro, o evangelista William James Seymour (1870-1922).

A pastora e teóloga Nancy Cardoso Pereira (2009) afirma que, na América Latina, a Bíblia “é muita coisa ao mesmo tempo”. Ao longo da história, ela foi imposta de maneira autoritária, inserindo-se na pluralidade religiosa e cultural da região de forma conflituosa e repleta de ambiguidade. Por um lado, é essencial reconhecer que a Bíblia inspirou movimentos, comunidades e biografias dedicadas à luta pela liberdade dos oprimidos, pelo respeito à diversidade, pela preservação ambiental e pelo enfrentamento de regimes opressores e ditatoriais. Por outro, não se pode ignorar que a teologia cristã dominante, consolidada ao longo do tempo, sustenta uma estrutura de poder violenta e opressora. Sendo uma religião imposta, o

cristianismo carregou, e ainda carrega, as marcas dessa violência, que foram, e em muitos aspectos continuam sendo, inevitáveis.

De forma semelhante, Henrique Vieira, em seu livro *Jesus da Gente: Uma Leitura da Bíblia para os Nossos Dias* (2022), argumenta que a Bíblia pode, e já foi usada diversas vezes para legitimar sistemas de opressão e justificar múltiplas formas de violência. Todavia, ele também destaca que essa mesma Bíblia tem sido uma fonte de inspiração para práticas de amor, solidariedade e uma entrega genuína à humanidade. Defende-se a necessidade de resgatar essa perspectiva transformadora, propondo uma visão humanizada e libertadora de Jesus, que rompe com a interpretação conservadora e dogmática frequentemente usada para perpetuar opressões e desigualdades.

Vieira (2022) cita a passagem contida em Lucas 10:25-29 (Bíblia, 1980), onde um especialista da lei se aproxima de Jesus com o intuito de testá-lo, e não de engajar-se em um diálogo genuíno. Ele pergunta o que deve fazer para herdar a vida eterna, e Jesus responde com duas perguntas: “O que está escrito na lei? E como você interpreta o que está escrito?”. Para Vieira, não basta saber o que está escrito, é necessário também refletir sobre como a leitura é realizada, qual a abordagem adotada e o processo interpretativo envolvido. Essa simples provocação desmonta a ideia de que o “está escrito” possui autoridade absoluta. Em nome dessa premissa, muitos textos são retirados de seu contexto original e usados para justificar o controle de comportamentos e a perpetuação de mecanismos de opressão. O literalismo bíblico, assim, frequentemente esconde uma violência disfarçada.

James Cone (1985) aponta que a revelação bíblica tem suas raízes nas experiências sociais dos oprimidos, e essa perspectiva é central para entender a história da fé. A narrativa bíblica, segundo Cone, revela um Deus que ouve o sofrimento de um povo oprimido e se coloca ao seu lado para libertá-lo. Esse Deus de solidariedade e ação está presente nas lutas de comunidades marginalizadas, e a mensagem de esperança que Ele traz se concretiza na vida e na missão de Jesus. Ao se revelar, Deus não apenas se fez carne, mas também assumiu a condição dos pobres e oprimidos. A partir disso, toda interpretação bíblica que ignore a centralidade da libertação dos oprimidos perde o cerne da revelação divina. Para Cone, distorcer a Bíblia ao desconsiderar os pobres é uma ideologia, pois isso implica apagar figuras centrais da narrativa bíblica, como os profetas, o Êxodo e, sobretudo, Jesus.

Há uma leitura predominante sobre Jesus que, ao isolar o contexto histórico de sua vida, o reduz a um simples mestre religioso, cujas palavras são vistas como etéreas e sem relação com as estruturas políticas e econômicas de seu tempo. Nessa interpretação, enfatiza-se sua

divindade, mas sua humanidade é quase apagada, o que resulta em uma espiritualidade que se distancia das questões sociais, tratando a dimensão histórica como algo irrelevante ou meramente passageiro. Em muitos círculos teológicos, Jesus é reduzido à figura de um salvador de almas, com a salvação sendo entendida exclusivamente como a garantia de um destino pós-morte, em que o fiel, salvo por Jesus, alcança o céu, evitando o inferno. Essa visão tem sido, ao longo da história, usada para justificar ações violentas, como a colonização brutal das Américas a partir do século XVI ou a perpetuação do capitalismo no contexto moderno, distorcendo a mensagem original do Evangelho.

Jesus não se prendia a regras rígidas ou normas fixas, seu foco estava na plenitude da vida humana. Embora se inspirasse nas Escrituras Sagradas, suas ações estavam sempre voltadas para a realidade concreta, buscando transformar as pessoas em suas totalidades. Jesus não fazia julgamentos prévios nem descartava ninguém, seu coração estava sempre aberto ao encontro e à comunhão, acolhendo todos sem exceção. Sua missão era promover o bem comum, libertando os indivíduos das amarras da culpa, do medo e do ódio. Ele buscava destruir as barreiras que alienavam as pessoas, impedindo sua plena expressão e, em vez de causar medo, as atraía. Jesus não se limitava a palavras de acolhimento, mas também denunciava as estruturas injustas que perpetuavam a exclusão e o sofrimento.

A experiência religiosa tem, por vezes, sido exatamente o oposto disso. Ao contrário de libertar, ela aprisiona o ser humano em regras inflexíveis, subtraindo sua capacidade de questionar e de pensar autonomamente. Em vez de promover transformação, ela elimina a possibilidade de mudança e enfraquece o senso comum. Quando a religião provoca medo, culpa e distancia as pessoas do diálogo, ela se torna um obstáculo ao amor, à aceitação da diversidade e à verdadeira convivência. O que deveria ser leve e inspirador se transforma em uma carga pesada, uma doutrina que se apresenta como uma verdade absoluta, intocável e imutável. Quantas vezes, em nome de Deus, se justificou e até se incentivou a violência, a morte e a destruição? Como aponta Spadaro (2017), para justificar o conflito, as interpretações bíblicas passaram a ser cada vez mais voltadas para leituras descontextualizadas dos textos do Antigo Testamento, especialmente aqueles relacionados à conquista e à defesa da “terra prometida”, em vez de se orientarem pela visão incisiva e amorosa de Jesus nos Evangelhos.

A história está repleta de exemplos dessa distorção: mulheres queimadas na fogueira da Inquisição, a escravização dos negros, a dizimação dos povos indígenas, a perseguição aos praticantes das religiões afro-brasileiras, o apoio a regimes autoritários que promovem tortura e execuções sumárias. Esses são apenas alguns exemplos de como a religião pode ser usada

para legitimar e até incitar ações que ferem a vida e a dignidade humana. Trata-se de uma forma fundamentalista, extremista e fanática de viver a fé, que, no fundo, trai a verdadeira essência do sentimento religioso.

O pastor Henrique Vieira (2022) cita uma passagem reveladora sobre como Jesus entendia a vivência da fé e a prática religiosa. Ele relata o momento em que Jesus entra em uma sinagoga e encontra um homem com uma das mãos atrofiada. Alguns fariseus estavam presentes, não para aprender com Jesus, mas para vigiá-lo, à procura de qualquer falha que pudesse ser usada contra ele. Jesus, percebendo a situação, pede que o homem se levante e fique no meio da sinagoga, criando uma tensão no ambiente. Em seguida, Jesus faz uma pergunta decisiva: "O que é permitido fazer no sábado, o bem ou o mal, salvar ou matar?". O silêncio se instaura, mas a resposta parece óbvia: fazer o bem, salvar a vida, aliviar o sofrimento.

A pergunta de Jesus não traz uma novidade, mas faz um apelo profundo ao que já estava dentro de cada pessoa ali presente, mas que havia sido sufocado pela vivência distorcida da religião. Não se tratava de uma nova revelação, mas de um resgate da verdade essencial que os fariseus haviam perdido de vista. O que Jesus realmente questiona é como pode alguém se tornar tão indiferente diante do sofrimento humano, mesmo estando imerso em uma prática religiosa. Sentindo tristeza pela dureza do coração dos fariseus, Jesus então diz ao homem: "Estenda a mão". E, ao obedecer, a mão do homem foi completamente restaurada (Vieira, 2022).

No entanto, em vez de reconhecer a bondade e o milagre, os fariseus se indignaram com a liberdade de Jesus. Eles haviam guardado o sábado como um preceito rígido, mas sem entender o seu verdadeiro significado e, agora, em nome dessa fidelidade literal ao texto sagrado, tornaram-se cegos à necessidade de curar e de promover a vida. Em vez de acolher a essência do sábado — que é a promoção do bem e da liberdade — eles se tornaram agentes da opressão, usando a letra da lei para justificar a exclusão e o sofrimento. Como resultado, saíram dali com a justificativa que tanto queriam para acusá-lo, unindo-se aos partidários do Império Romano para armar sua prisão. Essa passagem, para Henrique Vieira (2022), revela o ensino fundamental de Jesus: a tradição e as leis religiosas devem ser analisadas à luz do amor e da ética, não da rigidez de uma observância cega. Em outras palavras, Jesus enuncia uma verdade simples, mas poderosa: a fé não pode ser reduzida a uma mera observância de preceitos, mas deve ser vivida através da prática do bem, do cuidado com o próximo e da promoção da vida.

A crítica de Jesus à interpretação literal e opressiva da Lei é um exemplo claro de como ele desafiava as estruturas que, em nome da religiosidade, excluía e marginalizavam pessoas. A leitura bíblica, desprovida de seu contexto histórico, resulta em doutrinas baseadas em regras

morais individualizantes, nas quais se destaca a ênfase na santificação, muitas vezes associada a um conceito restrito de "pureza" sexual, semelhante a imagem ideal representada pela Virgem Maria. Nesse modelo, a sexualidade é tratada sob a ótica do controle do corpo, da repressão dos instintos naturais e da negação da sua complexidade. Ivone Gebara (2020, p. 15), teóloga adepta da teologia feminista da libertação, pontua:

Em nome de Deus Pai, afirmavam a posse de nossos corpos, impedindo-nos de escolher ou decidir sobre eles, estipulando o número de filhos que deveríamos ter, os prazeres permitidos e os proibidos, além dos deveres e obrigações em relação ao serviço aos homens, sempre dentro das formas e tempos aprovados por eles. Por isso, podemos afirmar que as mulheres eram as mais interessadas na revolução sexual, pois eram as principais vítimas do sistema patriarcal repressivo.

O paradigma fundamentalista sobre o corpo, que privilegia o controle sem reflexão, exemplifica o ciclo de culpa e medo característico desse modelo. A doutrina, associada à ideia de dívida e erro, perpetua a culpa como um elemento constante, enquanto o medo surge diante de qualquer confronto com práticas ou visões divergentes da doutrina considerada como a "vontade de Deus". Nesse contexto, o fundamentalismo alimenta a intolerância, pois se recusa a estabelecer pontos de contato e diálogo com outras tradições religiosas, dimensões culturais e perspectivas de mundo. Trata-se de uma concepção religiosa que dificulta a convivência harmoniosa entre as diferenças (Vieira, 2018).

Esse descompasso entre a retórica moralizante e a realidade social das mulheres também se manifesta dentro das igrejas evangélicas, onde a maioria feminina enfrenta o silenciamento e as violações estruturais. A dinâmica dessas instituições, longe de ser apenas um reflexo de tensões internas, também revela como o fundamentalismo influencia comportamentos sociais, especialmente no que tange às mulheres. Embora sejam a maioria na população evangélica brasileira, elas continuam sujeitas a fortes restrições, tanto dentro das igrejas quanto no contexto social mais amplo (Carta Capital, 2020). Contrariando o estereótipo propagado pelas mídias comerciais, o perfil predominante do evangélico brasileiro não é o de um homem branco e exaltado, mas de uma mulher negra, residente das periferias urbanas, como indicado pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2022).

As igrejas e as teologias, mais do que a sociedade civil, enfrentaram grande resistência em reconhecer a "maioridade" religiosa das mulheres, rejeitando a ideia de sua saída dos espaços tradicionalmente reservados a elas. Essa dificuldade em aceitar a capacidade das mulheres de pensar o mundo de forma independente ou mesmo divergente da tradição patriarcal cristã, como aponta Gebara (2020), reflete um desafio mais amplo enfrentado pelas mulheres em contextos religiosos conservadores. Isso ganha contornos ainda mais intensos no Brasil a partir da consolidação da ofensiva antigênero, que busca redefinir o papel do Estado e da

sociedade por meio de uma moral religiosa e conservadora. Esse movimento não é apenas sustentado por lideranças religiosas, mas também por uma base de apoio popular que acredita na preservação dos valores familiares tradicionais. Essa dinâmica cria um paradoxo: enquanto as mulheres são frequentemente convocadas a desempenhar um papel central na defesa da moral cristã, esse papel é, na maioria das vezes, restritivo e submisso, confinando sua autonomia dentro de uma estrutura familiar hierárquica.

No Brasil, o discurso fundamentalista possui um impacto significativo, sustentado por uma estrutura econômica poderosa que se dissemina por meio de rádios, televisões, editoras, redes sociais e pela indústria fonográfica, além de encontrar ressonância em igrejas, incluindo as situadas nas periferias urbanas. Isso perpetua padrões tradicionais que restringem a plena participação das mulheres tanto nas esferas religiosas quanto sociais. Essa combinação de influência conservadora e resistência à mudança cria um ambiente desafiador, onde as mulheres continuam a enfrentar obstáculos para alcançar igualdade e liberdade religiosa e social. A adesão a essa leitura da Bíblia, especialmente nas camadas populares, é amplificada pelas estratégias discursivas utilizadas por líderes religiosos, que integram crenças tradicionais e apelos emocionais para legitimar suas interpretações.

Esse fundamentalismo cria um ambiente hostil nas igrejas, limitando o papel das mulheres na sociedade, embora tente disfarçar essa realidade. Bárbara Aguiar, coordenadora do coletivo Vozes Marias, que promove o estudo e a formação para mulheres evangélicas, trabalha para construir um espaço de acolhimento, diálogo aberto e livre de julgamentos sobre gênero e religião. Sua atuação revela que muitas mulheres evangélicas estão superando a culpa imposta pelo conservadorismo e buscando uma transformação profunda nas igrejas, especialmente por meio de teologias críticas (Vasconcelos, 2022). De maneira semelhante, bell hooks (2021, p. 181) acredita que:

Apesar do sexismo das religiões dominadas pelos homens, as mulheres encontraram em práticas espirituais um lugar de consolo e um santuário. A longo da história da igreja na vida ocidental, mulheres se voltaram para tradições monásticas para encontrar um lugar delas, onde pudessem estar com deus, sem a intervenção do homem, onde elas pudessem servir ao divino sem a dominação do homem.

Odja Barros Santos, uma das principais representantes da teologia feminista e popular da Bíblia, desempenhou um papel fundamental na criação do grupo Flor de Manacá, cujo objetivo era promover uma leitura feminista e acessível das Escrituras, alinhada com as experiências e realidades das mulheres. Para ela, esse movimento foi essencial para que as mulheres evangélicas se libertassem das amarras da cultura patriarcal, que historicamente limitou sua participação plena na religião e na sociedade. Santos (2010) compara a teologia

feminista a "um machado afiado", afirmando que ela tem o poder de destruir as raízes patriarcais que, ao longo dos séculos, dominaram e distorceram a interpretação das Escrituras cristãs. Essa abordagem, segundo ela, permite que as mulheres desafiem as narrativas dominantes e reinterpretem os textos sagrados de maneira a reconhecer seu valor e dignidade dentro do cristianismo, propondo uma visão mais inclusiva e igualitária. Para Leonardo Boff (1996, p. 66):

Na América Latina, nos últimos quinze anos, houve um processo ligado aos cristãos de base e à Tdl que está elaborando e difundindo a Teologia feminista da Libertação. Começou-se a descobrir a mulher como sujeito histórico oprimido e discriminado, dominado pelo machismo, pela cultura patriarcal e também pelo colonialismo capitalista ocidental.

Essa perspectiva de transformação das normas sociais e religiosas também se reflete na posição das mulheres nas primeiras comunidades cristãs. Embora inseridas em uma sociedade patriarcal profundamente desigual, as mulheres desempenharam um papel fundamental na construção e no desenvolvimento dessas comunidades. Apesar das leis da época tratarem as mulheres como propriedade de seus pais ou maridos, tornando-as suscetíveis a negociações ou transferências que as reduziam a estado de coisa (Almeida, 2021), a proposta de Jesus rompeu com algumas dessas estruturas ao incluir mulheres em sua missão e conceder-lhes um espaço de protagonismo inédito para a época. A narrativa bíblica destaca a presença ativa de mulheres na vida e no ministério de Jesus, como as discípulas que o acompanharam e permaneceram fiéis até a sua crucificação e a ressurreição. Essa atitude subversiva desafiava o patriarcalismo vigente e oferecia às mulheres uma possibilidade de dignidade e participação na construção do Reino de Deus. Machado (2016, p. 27) destaca:

Jesus foi muito ousado para o contexto social de sua época, rompendo com um machismo e patriarcalismo tão arraigado, possibilitando que mulheres o seguissem na qualidade de discípulas, enfrentando a cultura machista eminente em toda sociedade. É atitude de quem tem coragem de romper com o estabelecido, propondo novas relações. Essa foi uma constante na prática de Jesus.

Apesar dessas iniciativas transformadoras, o cristianismo primitivo refletia as estruturas da sociedade greco-romana e judaica, preservando hierarquias e práticas que reforçavam o lugar de submissão às mulheres. O relato de João 8:1-11 (Bíblia, 1980), no qual uma mulher é levada até Jesus após ser flagrada em adultério, revela a violência e a hipocrisia de um sistema social e religioso profundamente patriarcal. A mulher é exposta ao julgamento público e ameaçada de apedrejamento, enquanto o homem com quem ela supostamente cometeu o ato de adultério está ausente. Essa cena não é apenas um exemplo de julgamento moral, mas uma demonstração do controle sobre o corpo feminino, um corpo que, para a sociedade da época, era visto como algo sujeito à vigilância e condenação. Os escribas e fariseus, em sua busca por condenar, usam a

mulher como objeto para confrontar Jesus, ignorando as estruturas de opressão que ela representa.

Jesus não segue o caminho da condenação, mas desafia aqueles homens com uma pergunta simples, mas profunda: “Quem de vocês não tiver pecado, que atire a primeira pedra.” Com isso, ele não só questiona a moralidade dos acusadores, mas revela a hipocrisia de um sistema que silencia e submete as mulheres enquanto exalta a autoridade masculina. Sua ação vai além de um simples ato de misericórdia; é uma crítica à lógica patriarcal e à violência institucionalizada que coloca as mulheres em posição de subordinação. Ao mostrar que a condenação não é lugar para quem também carrega falhas, Jesus dismantela a estrutura de controle e expõe a fragilidade da moralidade daqueles que se dizem justos.

O silenciamento do sistema se torna evidente quando os acusadores começam a se retirar, um a um. No final, Jesus e a mulher ficam sozinhos, e ele, ao perguntar se alguém a havia condenado, recebe como única resposta um “não”. Em vez de impor uma relação de dependência ou punição, Jesus a liberta com um simples “vai”, concedendo-lhe a autonomia de seguir seu caminho sem o peso do julgamento. Esse gesto, aparentemente simples, é profundamente libertador, pois Jesus não busca manter o controle sobre ela, mas a convida a seguir sua própria trajetória, livre da marca do pecado ou da culpa imposta pela sociedade (Vieira, 2022).

Apesar de algumas mulheres alcançarem destaque no movimento cristão inicial, como Maria e Júnia, mencionadas em Romanos 16 (Bíblia, 1980), elas ainda enfrentavam barreiras culturais e religiosas que limitavam seu reconhecimento pleno. O protagonismo feminino no cristianismo primitivo coexistia com um sistema que perpetuava a superioridade masculina, e muitos textos bíblicos, como Colossenses 3:18 (Bíblia, 1980), eram interpretados de forma a justificar essa subordinação. Essa dinâmica demonstra que, apesar dos avanços, as mulheres continuaram a lutar contra as estruturas patriarcais, tanto dentro quanto fora das comunidades cristãs. Machado (2016, p. 24) destaca que:

No tempo de Jesus, a mulher era muito discriminada e marginalizada. Esse processo de marginalização é histórico, sendo reforçado ainda mais no pós-exílio. Desde Esdras e Neemias, a tendência oficial é de exclusão da mulher. Muitos fatores contribuíram para isso, porém a lei da pureza foi o que mexeu no mais sagrado, no próprio corpo da mulher. Ela era declarada impura por ser mulher, mãe, esposa e filha (cf. Lv 12,1-6). Tornava-se impura dando à luz. Se desse à luz um menino, ficava impura durante quarenta dias, porém se fosse menina, a impureza se prolongava para oitenta dias.

O versículo de Colossenses 3,18, que instrui as mulheres a se sujeitarem aos seus maridos “como convém no Senhor”, é um dos textos mais debatidos em discussões sobre a relação entre gênero e religião. Esse trecho, inserido em um conjunto de códigos domésticos

que também aborda responsabilidades de maridos, filhos e servos, reflete valores patriarcais profundamente enraizados no contexto cultural greco-romano do primeiro século. Entretanto, a aplicação literal e descontextualizada desse versículo ao longo da história gerou interpretações que legitimaram a opressão às mulheres sob o pretexto de valores sagrados.

Ao analisar criticamente o versículo, Fernando Rocha (2023) entende que, no mundo greco-romano, a estrutura familiar era central para a ordem social, sendo regida por um modelo hierárquico que colocava o homem no topo da autoridade doméstica. Essa dinâmica é evidente na própria formatação dos códigos domésticos presentes em Colossenses, que reforçam a submissão das mulheres e dos subordinados como elementos necessários para a estabilidade da família e, consequentemente, da sociedade. A instrução "sujeitem-se aos seus maridos" é carregada de implicações culturais. O verbo grego utilizado, *hypotassethe*, que se traduz por sujeitar-se, possui um tom impositivo, indicando uma obediência sem condições; já a expressão "como convém no Senhor" insere um elemento religioso à orientação, conectando o comportamento esperado das mulheres à prática de sua fé (Rocha, 2023). Isso pode ser entendido como uma tentativa de justificar as normas sociais do período por meio de uma legitimação espiritual.

Sob essa lógica, o versículo 18 reflete a conformidade com o sistema sociocultural de sua época, não devendo ser replicado no contexto atual sem a devida análise crítica. Embora o contexto histórico justifique a presença desse código doméstico em Colossenses, ele não representa uma vivência harmoniosa para as mulheres, mas sim a continuidade de padrões opressores. É fundamental reconhecer o papel central das mulheres no cristianismo primitivo, pois rejeitar a sujeição que sustenta o autoritarismo patriarcal significa desafiar, de forma legítima, uma estrutura que deve ser transformada. Oz e Oz-Salzberger (2015, p. 84) acreditam que:

Mulheres bíblicas aparecem em todas as idades e formatos, traços físicos e de personalidade. Nem todas são israelitas. Nem todas são socialmente proeminentes. Muitas estão profundamente comprometidas com a família, algumas são altamente empreendedoras. Podem ser irritantemente inovadoras ou profundamente tradicionais, ou as duas coisas ao mesmo tempo. Quase todas as mulheres bíblicas são, de algum modo importante, agentes de continuidade. Mas a própria continuidade muitas vezes requer uma ousada originalidade.

Rocha (2023) argumenta que, o contexto de Colossenses oferece a oportunidade de uma interpretação renovada, que supera os equívocos associados à chamada “hermenêutica da submissão”. Uma leitura literal e descontextualizada tende a perpetuar desigualdades de gênero e violências justificadas em nome do sagrado. Os códigos domésticos presentes na carta refletem as normas culturais de uma sociedade hierarquizada, mas também contêm elementos

que apontam para uma transformação baseada nos valores de Cristo, como a interdependência e a reconciliação comunitária. Para que esses textos estejam alinhados com os ideais de justiça e igualdade do Reino de Deus, é indispensável revisá-los criticamente, reconhecendo suas limitações históricas e rompendo com estruturas que ainda alimentam a desigualdade.

A teologia feminista, por exemplo, não se trata apenas de uma resposta crítica ao patriarcado religioso, mas também de uma ferramenta de transformação que busca resgatar e reafirmar a voz das mulheres na tradição cristã. As interpretações feministas da Bíblia e as críticas teológicas ao sistema patriarcal, diante das experiências de dor e opressão vividas pelos corpos femininos, questionaram profundamente a pretensa universalidade com que esses corpos são tratados nas tradições religiosas. Gebara (2020, p. 6) destaca que:

A busca pela libertação abriu para nós, mulheres teólogas, horizontes inesperados e imprevisíveis. Não se tratava apenas da libertação dos pobres, como diziam os teólogos da libertação, mas da libertação de nossas identidades sexuais, de nossas relações cotidianas e da opressão social, política e religiosa imposta ao nosso gênero pela “natureza patriarcal”. Convocamos e acolhemos os saberes dos nossos corpos; desconstruímos narrativas; desmontamos antigos preceitos e preconceitos; criticamos os absolutos; releemos a história bíblica e a história dos cristianismos em busca dos vestígios de nossa presença oculta, de nossa voz silenciada e de nossos direitos negados. Tentamos resgatar nossas sexualidades, para além dos moralismos e dos controles impostos pelos representantes do poder divino. Confundimo-nos e fomos confundidas, mas sobrevivemos à avalanche de agressões de aqueles que julgam que tudo deve se submeter ao espelho do narcisismo falocrático, imposto como “vontade divina”. Resistimos para não sermos seus “bodes expiatórios” nem a nova massa de manobra para seus desejos de dominação. Apesar do medo, a novidade segue irrompendo por pequenos caminhos que surgem como reações ao caudaloso rio da ordem estabelecida pelo capitalismo contemporâneo, que odeia o pensamento e a ação revolucionária das mulheres.

Esse movimento de ressignificação das Escrituras, que busca inserir as mulheres em uma teologia mais inclusiva e transformadora, encontra eco em diversas vozes críticas dentro do universo evangélico. Uma dessas vozes é a da jornalista Ailce Moreira, que, em entrevista ao podcast do Brasil de Fato (2024), questiona a visão fundamentalista sobre o papel da mulher na religião. Segundo Ailce, essa perspectiva não tem base nem nos textos bíblicos originais nem nas práticas históricas do cristianismo. Ela argumenta que a interpretação literalista das Escrituras é uma construção ideológica que adapta a Bíblia aos interesses de grupos conservadores em busca de poder. A jornalista ressalta que, ao longo da história, as mulheres nunca foram excluídas do Evangelho, e que as leituras mais tradicionais ou fundamentalistas distorcem o verdadeiro significado dos textos sagrados. Essas interpretações, ao desconsiderarem o contexto histórico e as circunstâncias em que os textos foram escritos, tentam impor uma visão rígida e descontextualizada que não corresponde à realidade das mulheres de hoje.

De maneira similar, a teologia da libertação, que nasceu na Igreja Católica e ganhou força na América Latina nos anos 1960, não foi apenas uma corrente teológica, mas uma resposta direta às desigualdades sociais e políticas da época. Ela busca reinterpretar o cristianismo a partir da perspectiva dos pobres e marginalizados, defendendo que a mensagem cristã deve estar voltada para a promoção da justiça social, a erradicação da pobreza e a luta contra as estruturas de opressão (Boff, 1996). Para a teologia da libertação, a situação de pobreza é vista como uma afronta ao espírito do Evangelho e até mesmo como uma ofensa a Deus, dessa forma, ela leva em consideração “a libertação de grupos de explorados e oprimidos como atos essenciais de fé, refletindo devoção à vontade divina. Lutas pelo fim do patriarcado são ordenadas divinamente” (hooks, 2021, p. 184).

Em contraste com a abordagem assistencialista que a Igreja frequentemente adota para "resolver" essa questão, a teologia da libertação vai além, buscando a emancipação das classes, raças e culturas oprimidas. Para alcançar seus objetivos, essa corrente teológica se desdobrou em diversas frentes, como movimentos sociais e até mesmo partidos políticos, que se articulam em busca de transformação social. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que surgiram no mesmo período, foram fundamentais para a mobilização popular, criando espaços de reflexão e ação sobre questões como a reforma agrária e a igualdade racial. Em paralelo, no campo evangélico, movimentos como a *Conferência Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro*, realizada em Recife em 1962, reuniram intelectuais e jovens líderes para discutir as Reformas de Base. Esses movimentos também exemplificam como a juventude evangélica se engajou em causas sociais progressistas (Vieira, 2018)

Para Vieira (2018), a resistência cristã também se reflete em figuras históricas como Martin Luther King, que utilizou a Bíblia como ferramenta de luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, e na maneira como os movimentos afro-americanos, especialmente os que reivindicavam a abolição da escravidão e o fim da segregação racial, se inspiraram no exemplo de um "Jesus Negro de Nazaré". No contexto da Reforma Protestante, destacam-se os anabatistas do século XVI, que, com base na Bíblia, desenvolveram uma proposta radical de reforma agrária, desafiando as estruturas de poder e as desigualdades de sua época. Até mesmo figuras como Francisco de Assis, com sua visão ecológica e espiritual, trouxeram uma leitura alternativa das Escrituras, apontando para um cristianismo mais voltado para a justiça social e a preservação do meio ambiente. Esses exemplos históricos demonstram que a fé cristã nunca foi monolítica e sempre esteve aberta a diferentes leituras e práticas, muitas vezes desafiando as interpretações conservadoras ou fundamentalistas. A ideia de que o cristianismo é

unicamente um campo de dominação e controle ideológico, associado ao poder, é falha e redutora. Na verdade, muitos cristãos ao longo da história se organizaram e resistiram contra regimes autoritários, injustiças sociais e discriminações.

Hoje, essa diversidade continua a se manifestar em movimentos progressistas dentro das igrejas, tanto católicas quanto evangélicas. A Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, o Movimento Negro Evangélico, a Frente de Evangélicas pela Legalização do Aborto, e organizações como o Coletivo Esperançar, entre outras, são exemplos claros de como a religião pode ser uma força transformadora, alinhada com as lutas por direitos civis e justiça social. Muitas igrejas nas favelas e comunidades periféricas desempenham um papel vital ao realizar trabalhos de base, promovendo a inclusão social, a cidadania e o empoderamento dos grupos marginalizados. Esses movimentos não são apenas uma resistência ao conservadorismo, mas uma busca contínua por uma fé que se comprometa com a transformação da sociedade (Vilela, 2024).

As disparidades dentro do universo evangélico são profundas, especialmente quando se comparam as visões literais e fundamentalistas da Bíblia com outras interpretações mais inclusivas e revolucionárias. As leituras conservadoras, que têm sido amplamente utilizadas para justificar a opressão das mulheres, a ascensão da nova direita e a ofensiva antigênero, são particularmente visíveis no contexto político mais recente, especialmente no governo Bolsonaro. Essa dinâmica, que rejeita a pluralidade e prioriza a imposição de uma única verdade, ganha força em ambientes políticos onde valores morais se tornam a base de discursos e decisões.

Por outro lado, o movimento evangélico não é homogêneo e envolve uma interação dinâmica entre identidade, valores pessoais e uma constante adaptação das crenças religiosas às transformações sociais, políticas e culturais. Dentro dessa diversidade, existem interpretações que, ancoradas no Evangelho de Jesus, resgatam a mensagem de amor, justiça e libertação dos oprimidos. Essas visões propõem um cristianismo voltado para a transformação social, em oposição à doutrina excludente defendida por setores fundamentalistas. Não se deve esquecer que:

Jesus foi preso, torturado e executado pelo Império Romano, traído por líderes religiosos aliados a esse poder imperial. Três séculos depois, o movimento iniciado por Jesus se tornou a religião oficial do mesmo Império que o assassinou. Isso é um contrassenso profundo: a mensagem que surgiu das margens, dos oprimidos, passou a ser interpretada pelos ricos e poderosos (Vieira, 2022, p. 9).

Jesus, ao longo de sua jornada, desafiou as autoridades religiosas que viam a verdade de Deus apenas nas leis e textos sagrados interpretados por uma elite religiosa. Ele não se

limitou às regras e doutrinas fixas, mas usou histórias e perguntas para abrir espaço para uma compreensão mais ampla e inclusiva da verdade divina. Sua missão foi um convite à imaginação, à empatia e à ação contra a dor dos que sofriam. Ao se colocar ao lado dos oprimidos, ele questionou os sistemas que reduziam a verdade de Deus a uma doutrina rígida. Sua mensagem de amor incondicional e de busca pela dignidade humana deve servir como o alicerce para uma fé capaz de promover a transformação social, combater as desigualdades e garantir que a verdade de Deus seja sempre acessível a todos, especialmente aos marginalizados e oprimidos. Nesse sentido, a fé cristã pode ser não apenas um refúgio espiritual, mas também uma poderosa ferramenta de resistência e promoção da dignidade humana, alicerçada na recuperação da figura de Jesus como fonte de inspiração para desafiar as interpretações fundamentalistas que buscam excluir e segregar.

CONCLUSÃO

A relação entre religião e política, particularmente no contexto das tradições judaico-cristãs, sempre foi marcada por disputas intensas, onde a fé se apresenta tanto como instrumento de dominação quanto de resistência. Ao longo da história, a interpretação das Escrituras teve uma função central na legitimação de sistemas de poder, muitas vezes opressores, como ocorreu nas Cruzadas, nas Inquisições ou, mais recentemente, em períodos de regimes autoritários. Entretanto, essa mesma fé, quando vivida à luz da experiência dos marginalizados e dos oprimidos, também se transformou em um potente motor de transformação social. Atualmente, esse embate ganha novas proporções com a ascensão de um projeto político-religioso que busca consolidar uma teologia conservadora e autoritária, articulando-se com forças políticas empenhadas em submeter as estruturas sociais aos valores tradicionais, muitas vezes sustentados pela moral cristã e pela preservação do patriarcado.

Nesse contexto, a agenda neoconservadora dos evangélicos latino-americanos surge como um reflexo das trocas entre valores, atores e estratégias que transcendem as fronteiras regionais. A disseminação dessa agenda é impulsionada tanto por influências provenientes do norte global (EUA e Europa) quanto por intercâmbios internos dentro da própria América Latina. Da teologia da prosperidade, que propaga uma visão individualista de fé, às iniciativas mais estruturadas de mobilização política, como as ações do *Capitol Ministries*, que buscam influenciar as políticas locais, o campo evangélico latino-americano se vê cada vez mais alinhado a uma agenda que visa a consolidação de uma ordem social neodireitista.

É nesse cenário que a teologia do domínio ganha relevância, especialmente no Brasil, onde setores da bancada evangélica, alinhados com esses movimentos internacionais, buscam consolidar sua influência política. A teologia do domínio, que propõe a ocupação de espaços institucionais e a imposição de uma visão de mundo baseada em uma leitura literal e fundamentalista da Bíblia, se traduz em um esforço para controlar todos os aspectos da sociedade — família, religião, governo, educação, mídia, arte e economia. Essa teologia visa o estabelecimento do Reino de Deus na Terra, segundo a sua ótica, por meio da afirmação de valores cristãos conservadores que, frequentemente, entram em conflito com os direitos individuais e as conquistas sociais recentes, especialmente no que tange às questões de gênero, sexualidade e direitos das minorias. Gary North, um dos principais teóricos dessa corrente, defendia um movimento em duas etapas. A primeira consistia em garantir a liberdade de culto, expandir o número de fiéis e disseminar a doutrina. A segunda etapa ocorreria quando houvesse

adeptos suficientes para influenciar decisivamente a política. Em 2018, isso se concretizou e, hoje, os evangélicos já não são mais uma minoria.

A declaração de Michelle Bolsonaro em 25 de fevereiro de 2024, embora inconstitucional, representa uma ameaça significativa ao articular de forma mais sutil as posições de direita dominionistas. Sua abordagem estratégica tem sido eficaz em mobilizar pessoas antes distantes da política, especialmente mulheres evangélicas, por meio de viagens e eventos como a iniciativa PL Mulher. Figuras como Damares Alves e outras deputadas conservadoras no Congresso têm desempenhado papéis importantes na construção e fortalecimento dessa rede de apoio, ampliando ainda mais a presença e a influência das mulheres evangélicas no cenário político. Não se trata de uma brincadeira: os evangélicos estão avançando para o momento em que a teologia do domínio buscará alcançar o poder político. Esse fenômeno, no entanto, não é exclusivo do Brasil. Líderes como Donald Trump, Jair Bolsonaro e Javier Milei são frequentemente comparados a "Davis" modernos, figuras imperfeitas, mas vistas como ungidas para o poder. A teologia do domínio confere a esses líderes uma autoridade política quase sagrada, fundamentada na crença de que foram escolhidos por Deus, independentemente de seus defeitos ou comportamentos pessoais.

A bancada evangélica, composta por parlamentares que se identificam com essa teologia do domínio, tem se consolidado como uma das forças políticas mais influentes no país, especialmente no contexto de ascensão da nova direita. Por meio dessa bancada, as igrejas evangélicas passaram a ocupar espaços estratégicos nas esferas de poder, buscando aprovar leis que reforcem suas agendas neoconservadoras. Muitas dessas iniciativas incluem projetos de lei que tentam reverter direitos históricos das mulheres, da população LGBTQIA+, e dos grupos sociais mais vulneráveis. A bancada não só se opõe a avanços como a legalização do aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas também tem buscado enfraquecer políticas públicas voltadas para a educação sexual e a igualdade de gênero. Ao usar a fé como um meio para legitimar um projeto de poder, a bancada evangélica não apenas redefine o papel das igrejas na política, mas também tenta impor uma visão de mundo que exclui, silencia e subordina as vozes dissidentes dentro da sociedade. Em nome da ideia de assegurar que a vontade divina prevaleça no mundo, acabam restringindo tanto o entendimento dessa vontade que, em vez de promoverem liberdade, acabam proibindo, reprimindo e autorizando violências, enquanto deixam de garantir os direitos e a dignidade das pessoas.

Esses grupos utilizam um discurso composto por três elementos centrais: primeiro, há uma estratégia de intimidação da população, vinculando questões de gênero, frequentemente

chamadas de “ideologia de gênero”, ao “marxismo cultural”, considerando essas ideologias como tentativas de infiltração comunista na América Latina; em segundo lugar, buscam desacreditar organizações internacionais, como as da ONU e ONGs que promovem os direitos humanos, disseminando teorias conspiratórias que as associam a um suposto plano para estabelecer um governo global e destruir a família tradicional; por fim, esses grupos se posicionam como defensores da vida – entendida exclusivamente como a proteção do nascituro – e da ordem, acreditando estarem construindo um modelo de sociedade baseado em uma interpretação bíblica da moralidade (Borda, 2020).

Líderes políticos autoritários e populistas têm incorporado a agenda antigênero como uma das principais bandeiras de seus governos, buscando, com isso, reforçar sua identidade e consolidar apoio popular. Embora muitas de suas políticas, como a desregulamentação trabalhista, cortes em áreas essenciais como saúde e educação, e a limitação de direitos sociais, encontrem resistência, a retórica moral serve como um elo de conexão com a população. A ideia de uma família cristã, enquanto símbolo de resistência à “corrupção moral” – englobando desde questões sexuais até a denúncia de práticas ilícitas no âmbito político e empresarial – se torna um componente central na construção dessa narrativa.

Mas a partir do entendimento de que os evangélicos não se tratam de um grupo homogêneo, surge, em contraposição à ofensiva neoconservadora, uma corrente significativa dentro do cristianismo que se opõe à teologia do domínio e ao avanço político da bancada evangélica, contestando o uso político da religião por esses setores. Movimentos como a teologia da libertação, a teologia feminista, a teologia negra, entre outros, desafiam as leituras conservadoras das Escrituras e denunciam as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades sociais, raciais e de gênero. A teologia da libertação, ao enfatizar a solidariedade com os pobres e marginalizados, propõe uma interpretação da Bíblia que coloca a justiça social no centro da fé cristã. De maneira similar, a teologia feminista busca subverter as hierarquias patriarcais dentro das igrejas e promover a igualdade de gênero, questionando as normas tradicionais que limitam o papel das mulheres na religião e na sociedade. A teologia negra, por sua vez, é uma expressão teológica que surge no contexto de uma luta histórica contra a opressão racial e propõe uma leitura das Escrituras que reconhece e combate as injustiças raciais, buscando um cristianismo libertador e inclusivo.

A derrota de Bolsonaro trouxe um alívio e uma renovação nas esperanças de muitos brasileiros, mas o momento exige vigilância e ação contínua, especialmente para os setores progressistas. Embora o governo de Lula tenha se alinhado com valores progressistas, o

Congresso ainda é amplamente dominado por forças conservadoras, e a expressiva votação de Bolsonaro evidencia que muitos cidadãos ainda se identificam com uma agenda que contraria direitos e conquistas fundamentais. À vista disso, é essencial que se construa uma narrativa popular que não apenas dialogue com aqueles que estão diretamente comprometidos com as pautas de justiça social, mas também alcance aqueles que, por diversas razões, não foram seduzidos pela lógica fundamentalista. É necessário atingir especialmente as camadas que estão sendo progressivamente cooptadas por uma narrativa perigosa, frequentemente sustentada por distorções, mentiras e falsas interpretações da moral bíblica. Essa lógica não só desvia as pessoas dos princípios fundamentais de solidariedade, igualdade e direitos humanos, mas também cria um inimigo imaginário, que desvia o foco das verdadeiras questões sociais e perpetua divisões irreais, sem base na realidade. Para combater as falsas narrativas e as *fake news* utilizadas por setores fundamentalistas para manipular e cooptar as pessoas, é preciso construir um canal de diálogo fundamentado na verdade e em ações concretas, por meio de uma linguagem que alcance, de fato, quem realmente precisa ouvir: a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. Editora Hedra: São Paulo, 2015.

ABIA et al. **Ofensivas antigênero no Brasil**: políticas de Estado, legislação, mobilização social. Relatório submetido ao Mandato do Perito Independente da ONU sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero e Direitos Humanos. 2021. Disponível em: <https://generoeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Relato%CC%81rio-ofensivas-final.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2024.

AGNOLIN, Adone. O debate entre história e religião em uma breve história da história das religiões: origens, endereço italiano e perspectivas de investigação. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 37, 2008.

ALENCAR, Gustavo. Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as Interlocuções com a Política. **Teoria e Cult.** 2018. 13(2):101-117. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12428>. Acesso em: 24 nov. 2024.

ALEXANDRE, Ricardo. **Afinal, quem são “os evangélicos”?** 2014. Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/afinal-quem-sao-201cos-evangelicos201d-2053/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

ALMEIDA, Ronaldo. **A universalização do Reino de Deus**. Dissertação. UNICAMP - Mestrado em Antropologia. Campinas, 1996.

ALMEIDA, Ronaldo. **Trânsito religioso no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, vol.15, número 3. São Paulo, jul/set 2001.

ALMEIDA, Rute Salviano. **Vozes femininas no início do cristianismo**: império romano, igreja cristã, perseguição e papel feminino. Viçosa: Ultimato, 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGU, Ester Solano (org.). **O ódio como política**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-32.

ALVES, Schirlei. **O que você precisa saber sobre a ADPF 442, que pede a descriminalização do aborto no Brasil**. 2023. Gênero e Número. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/adpf442-descriminaliza-aborto/>. Acesso em: 07 dez. 2024.

AMADO, Guilherme. Qual a religião de Jair Bolsonaro? 2021. **Metrópoles**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/qual-a-religiao-de-jair-bolsonaro-confusao-o-beneficia-ha-tempos>. Acesso em: 09 out. 2024.

ARAÚJO, Janaína. **Lei da Igualdade Salarial**: projeto amplia fiscalização do cumprimento da norma que completa um ano. 2024. Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/07/04/lei-da-igualdade-salarial-projeto-amplia-fiscalizacao-do-cumprimento-da-norma-que-completa-um-ano>. Acesso em: 05 jan. 2025.

ARAÚJO, Victor. Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). **Notas Técnicas**: Centro de estudos da metrópole, São Paulo, Brasil, 2023.

ARMSTRONG, Karen. **Jerusalém: uma cidade, três religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 46-47.

ARNALDI, Girolamo. Igreja e Papado. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) **Dicionário temático do Ocidente Medieval**, v. 2. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ATWOOD, Margaret. **O conto da aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

AVILA, Arthur Lima de. **Tea Party**. 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/glossary/tea-party/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

BAINTON, Roland H. **Here I stand: a life of Martin Luther**. Nashville, TN: Abingdon Press, 1950.

BAIROS, Fernanda; MENEGHEL, Stela Nazareth; SAGOT, Montserrat. Práticas discursivas, gênero e sofrimento emocional. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). **Rotas Críticas II: ferramentas para trabalhar com a violência de gênero**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2009.

BANDINI, Claudirene. **Um estudo de práticas femininas no interior de igrejas pentecostais**. Tese. UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Carlos, 2008.

BANZOLI, Lucas. **500 anos de Reforma: Como o Protestantismo Revolucionou o Mundo**, Vol. 1: Liberdade, Tolerância e Democracia. Curitiba: Clube de Autores, 2018.

BARBOSA, Evandro; COSTA, Thaís Alves. ILUMINISMO ESCOCÊS: compreendendo as bases filosóficas e conjecturais do pensamento de David Hume e Adam Smith. **Revista Estudos Hum(E)Anos**, Minas Gerais, v. 10, n. 2, p. 7-33, fev. 2022.

BARBOSA, Leocimar Rodrigues. **Procurando o paraíso – uma análise dos movimentos fundamentalistas das religiões monoteístas**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

BAREA, María Elvira Roca. Martinho Lutero como a escola nunca ensinou: antilatino e antissemita. 2017. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/21/cultura/1500642089_505462.html. Acesso em: 16 jul. 2024.

BBC NEWS BRASIL (org.). **A revolução de Aqueenáton, o faraó que acabou com 2 mil deuses e instaurou o monoteísmo no Egito**. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40602931>. Acesso em: 11 jul. 2024.

BBC News. **Negativa de golpe, oração de Michelle e ataques de Malafaia: o protesto de Bolsonaro em SP em 5 pontos**. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51vnn1yq51o>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BEATO, Sofia Cardetas. Maomé e os judeus da Arábia no século VII: a emergência do conflito. **Biblos**, n. 9, p. 163-178, 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo. A experiência vivida (Vol. 2)**. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BERABA, Marcelo; MELO, Murilo Fiuza de. **Garotinho "mira" evangélicos para crescer**. 2002. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2403200210.htm>. Acesso em: 14 dez. 2024.

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, Pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. São Paulo: Vozes, 2004.

BETTENSON, Henry. **Documentos da Igreja Cristã**. 4ª edição. São Paulo: ASTE, 2001.

BIAZOTTO, Thiago do Amaral. CONSTRUINDO A HELENIZAÇÃO: INTERAÇÕES CULTURAIS ENTRE GRECO-MACEDÔNIOS E AUTÓCTONES NAS OBRAS DE DROYSEN, JOUGUET E MOMIGLIANO. **Cadernos de Clio**, Curitiba, n. 4, p. 111-131, 2013.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. **Novo Testamento**. São Paulo: Paulus, 1994.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.

BIROLI, Flávia. **Perversidades e retrocessos na agenda do aborto**. 2024. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2024/06/14/perversidades-e-retrocessos-na-agenda-do-aborto/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BITENCOURT, Leandro de Oliveira; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. ‘Meninos vestem azul e meninas vestem rosa’: Análise do Discurso Crítica sobre a ‘ideologia de gênero’ no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. **Saúde em Debate**, v. 47, n. spe1, p. e90-92, 2023.

BOECHAT, Gabriela. **Aborto no Brasil**: linha do tempo mostra lei praticamente inalterada desde 1940. linha do tempo mostra Lei praticamente inalterada desde 1940. 2024. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/aborto-no-brasil-linha-do-tempo-mostra-lei-praticamente-inalterada-desde-1940/>. Acesso em: 07 dez. 2024.

BOFF, Leonardo. (org.) **Teologia da Libertação**: Balanço e perspectivas. São Paulo: Ática, 1996.

BORDA, Guillermo F. A Construção de uma ‘Nação Cristã’ na América Latina. In: GUADALUPE, José L. P.; CARRANZA, Brenda (org.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 131-153.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhnner. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, p. 27-69, 2007.

BRASHER, Brenda (org.). **Encyclopedia of Fundamentalism**: Religion & Society. Vol. 3. New York: Routledge, 2001.

BRASIL DE FATO. **Fé em disputa**. [podcast]. 14 out. 2024. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/7uVZ7CPYwWrZ9wKtjHEd8r?si=894b223409044255>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica**. 2015. Disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53658-integra.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher – **Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero, construindo políticas públicas**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**, 2006.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

BUARQUE, Cristina. A culpa como matéria de desconstrução do feminismo. **Mandrágora**, Ano 4, nº 4, 1997. São Bernardo do Campo, SP: Metodista.

BULGARELLI, Lucas. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. In: GALLEGO, Ester Solano (org.). **O ódio como política**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 97-102.

BURITY, Joanildo. Onda conservadora e surgimento da nova direita cristã brasileira? a conjuntura pós-impeachment no Brasil. **Ciencias Sociales y Religión**, Porto Alegre, v. 22, 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. São Paulo: N-1 edições; 2019.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **CCJ aprova admissibilidade de proposta que garante direito à vida para fetos e impede aborto legal**. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1114922-ccj-aprova-admissibilidade-de-proposta-que-garante-direito-a-vida-para-fetos-e-impede-aborto-legal>. Acesso em: 7 dez. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 478/2007**. 2007. Disponível para acesso em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>. Acesso em: 08 dez. 2024.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **Feminismo: perversão e subversão**. Campinas: Vide Editorial, 2019.

CAMPOS, Heber Carlos de. **A RELEVÂNCIA DOS CREDOS E CONFISSÕES**. 2018. Disponível em: <https://monergismo.com/a-relevancia-dos-credos-e-confissoes-heber-carlos-de-campos/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

CAMPOS, João. “A bancada evangélica e o conservadorismo da sociedade” [online]. Entrevista concedida a Assis Ribeiro, **Correio Braziliense**, 29 jan. 2013. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-bancada-evangelica-e-o-conservadorismo-da-sociedade>> Acesso em: 3 dez. 2024.

CAMPOS, Leonildo S. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. **Revista USP**, nº 67 (set.-nov. 2005), p. 100-115.

CAMPOS, Leonildo S. **Evangélicos e Mídia no Brasil – Uma História de Acertos e Desacertos**. REVER - Revista de Estudos da Religião, pp. 1-26, setembro de 2008.

CAMPOS, Tiago Soares. **Cativeiro da Babilônia**. 2016. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/hebreus/cativeiro-babilonia.htm>. Acesso em: 22 maio 2024.

CAPLER, Rodolfo. **A bancada evangélica e seu projeto de poder**. 2021. Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/a-bancada-evangelica-e-seu-projeto-de-poder>. Acesso em: 27 nov. 2024.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGGO, Ester Solano (org.). **O ódio como política**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 33-40.

CARDOSO, André; MIRANDA, Fábio. **O crescimento pentecostal e os desafios para o campo popular**. 2020. Tricontinental. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-crescimento-pentecostal-e-os-desafios-para-o-campo-popular/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CARDOSO, Renato; CARDOSO, Cristiane. **Casamento Blindado: o seu casamento à prova de divórcio**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

CARDOSO, Renato; CARDOSO, Cristiane. **Namoro Blindado: o seu relacionamento à prova de coração partido**. Rio de Janeiro: Unipro Editora, 2016.

CARNEIRO, Filipe R. A REFORMA PROTESTANTE: O PENSAMENTO POLÍTICO DOS REFORMADORES. **Revista Contemporânea**, [S. l], v. 4, n. 5, pág. e4460, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4460>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CAROLA, Carlos R. Pandora, Eva e Sofia: a naturalização da desigualdade de gênero na história do pensamento ocidental. In: CASTILHOS, Zuleica C.; LIMA, Maria Helena M. R.; CASTRO, Nuria F. (org.). **Gênero e trabalho infantil na pequena mineração**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral – Cetem/McT, 2006. p. 23-40.

CARRILHO, Anabelle; BASSALO, Lucelia; YANNOULAS, Silvia Cristina; AFONSO, Sophia; BARBOSA, Alexandre. EDUCAÇÃO BÁSICA E GÊNERO: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FALÁCIA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”. In: LIMA, Ana Raquel C. de; NASCIMENTO, Clara C. Cândido de; MARCONDES, Mariana M. (org.). **Dossiê das Desigualdades**. Natal: Sedis-Ufrn, 2022. p. 62-74.

CARTA CAPITAL (org.). **Mulheres negras são maioria entre evangélicos, aponta Datafolha**. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulheres-negras-sao-maioria-entre-evangelicos-aponta-datafolha/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

CARTWRIGHT, Mark. Cruzada das Crianças. **World History Encyclopedia**. 2018. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-17141/cruzada-das-criancas/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

CARVALHO, Livia. A INFLUÊNCIA DO CRISTIANISMO NA REPRESSÃO SEXUAL E SEXUALIZAÇÃO DOS CORPOS DAS MULHERES. **Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 136-149, jun. 2023.

CARVALHO, Vinicius. **Desempenho do PRB nas eleições 2016**. 2016. Disponível em: <https://republicanos10sp.org.br/artigos/desempenho-do-prb-nas-eleicoes-2016/>. Acesso em: 15 out. 2024.

CASTRO, Gabriel. “Religiosos entregam 1 milhão de assinaturas contra projeto que criminaliza homofobia” [online]. **Veja**, 1 jun. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/religiosos-entregam-1-milhao-de-assinaturas-contra-projeto-que-criminaliza-homofobia/>> Acesso em: 3 dez. 2024.

CEPÊDA, Vera A. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Revista Mediações** (UEL), v. 23, p. 40-74, 2018.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni (org.). **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de max weber a bruno latour**. Brasília: Editora Unb, 2014.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª Edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

CLARKSON, Frederico. **The Rise of Dominionism: Remaking America as a Christian Nation**. 2005. Disponível em <https://www.politicalresearch.org/2005/12/05/the-rise-of-dominionismremaking-america-as-a-christian-nation>. Acesso em 21 set. 24.

CNN (org.). **Acusado de transfobia, Nikolas Ferreira diz que “ativismo LGBT é o mais persecutório que existe”**. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/acusado-de-transfobia-nikolas-ferreira-diz-que-ativismo-lgbt-e-o-mais-persecutorio-que-existe/>. Acesso em: 28 dez. 2024.

COFEN - CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (org.). **Uma mulher morre a cada 2 dias por aborto inseguro, diz Ministério da Saúde**. 2018. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-caoa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics**. London: Routledge, 1972.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. 2014. Dourados: Ed. UFGD.

CONE, James H. **Deus dos oprimidos**. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 49.

CORRÊA, Sonia (ed.). **Políticas antigênero na América Latina: resumos dos estudos de casos nacionais**. 2021. Rio de Janeiro.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185301, 2018. <http://doi.org/10.1590/18094449201800530001>

COSTA, Maria Luiza da. **Os avanços e os desafios do governo Lula para a igualdade de gênero**. 2024. Sindipetro. Disponível em: <https://sindipetrosp.org.br/os-avancos-e-os-desafios-do-governo-lula-para-a-igualdade-de-genero/>. Acesso em: 21 dez. 2024.

COUTO, Richard; ALBERTI, Sonia. Moisés e a verdade: retorno à questão da verdade histórica. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 85-102, jun. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S21768912013000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 maio 2024.

CUNHA, Magali do Nascimento. “PELO GOVERNO DE DEUS”: A INSERÇÃO DE NOVOS MOVIMENTOS FUNDAMENTALISTAS ESTADUNIDENSES NA ARENA POLÍTICA DO BRASIL DURANTE O GOVERNO TRUMP. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 23, p. 1-37, 2021.

CUNHA, Magali do Nascimento. Evangélicos e política no Brasil: O avanço dos fundamentalismos e a aliança com o bolsonarismo. **Davar Polissêmica**, v. 17, n. 1, p. 87-105, 2023.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 11, 2016.

CURTIS, A. Kenneth; LANG, J. Stephen; PETERSEN, Randy. **Os 100 acontecimentos mais importantes da história do cristianismo**. São Paulo: Vida, 2003.

DANTAS, Bruna S. do Amaral. **Religião e política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal**. 2011. 350 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DAWSON, Christopher. **The Making of Europe: an introduction to the history of european unity**. Washington, D.C: The Catholic University Of America Press, 2003.

DE ABREU, Helen Teixeira Sousa; CAMPOS, Breno Martins. O Reino de Deus na terra: "Dunamis Movement", religião e política no Brasil contemporâneo. **Estudos de religião**, v. 37, n. 3, p. 133-161, 2023.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Entre a morte e a prisão: quem são as mulheres criminalizadas pela prática do aborto no Rio de Janeiro**. Coordenação de Defesa de Mulher dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/c70b9c7926f145c1ab4cfa7807d4f52b.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2024.

DICTIONARY, **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. Oxford University Press. Oxford. 1990.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. **Pesquisa Nacional de Aborto 2021**. Brasília: Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mDCFKkqkyPbXtHXY9qcpMqD/?lang=en>. Acesso em: 7 dez. 2024.

DINIZ, Debora; VÉLEZ, Ana Cristina Gonzalez. Aborto na Suprema Corte: o caso da anencefalia no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 647-652, 2008.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?: a bancada evangélica e seu projeto de poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DIP, Andrea; LEVY, Clarissa; TERTO, Ricardo. **Teologia do domínio é mais perigosa para democracia que bolsonarismo, diz historiador**. 2024. Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/teologia-do-dominio-e-mais-perigosa-para-democracia-que-bolsonarismo-diz-historiador/>. Acesso em: 28 dez. 2024.

DIP, Andrea; VIANA, Natália. **Os pastores de Trump chegam a Brasília**. El País. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/12/politica/1565621932_778084.html. Acesso em: 28 set. 2024.

DREHER, Martin N. **De Luder a Lutero**. Uma biografia. São Leopoldo: Sinodal, 2014.

DREHER, Martin Norberto. **Para entender o Fundamentalismo**. Editora Sinodal, 2006.

DROLLINGER, Ralph. Is God Judging America Today? **Capitol Ministries**, 21 mar 2020. <https://capmin.org/is-god-judging-america-today/>.

DUARTE, Tatiane dos Santos. “A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UnB, Brasília, 2012 [<http://bd.camara.gov.br>]. EISLER, Riane. **O Cálice e a Espada: nosso passado, nosso futuro**. São Paulo: Palas Athena, 2007.

EISLER, Riane. **O Cálice e a Espada: nosso passado, nosso futuro**. São Paulo: Palas Athena, 2007.

ELTON, Geoffrey Rudolph. **A Europa durante a Reforma**. 1517-1559. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

ENCICLOPÉDIA SIGNIFICADOS. **Torá: o que é e significado do livro sagrado do judaísmo**. o que é e significado do livro sagrado do judaísmo. 2020. Disponível em: <https://www.significados.com.br/tora/#:~:text=A%20Tor%C3%A1%20comp%C3%B5e%20os%205,familiares%2C%20religiosas%2C%20por%20exemplo>. Acesso em: 13 jul. 2024.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENLOW, Johnny. **A profecia das Sete Montanhas**. São José dos Campos: Shofar, 2008

ESCOLA DO DISCÍPULO. **A História do Cristianismo Como Você Nunca Viu**: Episódio 01. YouTube, 03 fev. 2020. 36min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KmpucxGB1jA>. Acesso em: 30 mai. 2024.

ESCOLA DO DISCÍPULO. A Reforma Protestante. **A História do Cristianismo**. Episódio 04. YouTube, 04 mai. 2020. 36min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fx4f1B8kbA0>. Acesso em: 6 jun. 2024.

FAGANELLO, Marco Antonio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 145-161.

FEA, John. **Believe Me: The Evangelical Road to Donald Trump**. Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 2018.

FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario: críticas feministas al marxismo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e a acumulação primitiva**. Autonomedia, 2004.

FERNANDES, Hermes. A babel teológica por trás do apoio de evangélicos aos Estados Unidos e a Israel. Entrevista cedida a Marcelo Menna Barreto. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 2024. Não paginado. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/637399-a-babel-teolo-gica-por-tras-do-apoio-de-evangelicos-aos-estados--unidos-e-a-israel>. Acesso em: 23 dez. 2024.

FERNANDES, Isabela Vince Esgalha. GÊNERO, IGREJA E DOMINAÇÃO. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Gênero e Direito**, Paraíba, v. 8, n. 3, p. 25-40, 2019.

FERREIRA, Letícia Schneider. **Entre Eva e Maria: a construção do feminino e do pecado da luxúria no Libro de Confesiones de Matin Perez**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

FERREIRA, Nikolas. **O Cristão e a Política: Descubra como vencer a guerra cultural**. Editora Vida, 2022.

FIORENZA, Elizabeth Schussler. **In Memory of Her: A Feminist Theological Reconstruction of Christian Origins**. Crossroad, 1983.

FONSECA, Nathallia. **Ativismo antiaborto, relações ultraconservadoras e Opus Dei: quem é Angela Gandra, nova secretária da gestão Nunes em SP**. 2025. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/02/ativismo-antiaborto-relacoes-ultraconservadoras-e-opus-dei-quem-e-angela-gandra-nova-secretaria-da-gestao-nunes-em-sp>. Acesso em: 08 jan. 2025.

FONTES, Virginia M. **O Brasil e o Capital Imperialismo – teoria e história**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ – EPSJV e UFRJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. Tese (Doutorado). 303 f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279821>>. Acesso em 28 set. 2024.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. 1993, 303 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.

FRESTON, Paul. Protestantismo e democracia no Brasil. **Lusotopie**, p. 329-340, 1999.

FREUD, Sigmund. **Moisés e o Monoteísmo** (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, volume XXIII). 1975, Rio de Janeiro: Imago Editora.

G1 (org.). **Pesquisa mostra que 75% dos conselhos e comitês nacionais foram extintos ou esvaziados no governo Bolsonaro**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/25/pesquisa-mostra-que-75percent-dos-conselhos-e-comites-nacionais-foram-extintos-ou-esvaziados-no-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2024.

GARCIA, Isabella Ribeiro. **Ser mulher no Brasil é um fator de risco: cultura do estupro, patriarcado e culpabilização da vítima**. 2023. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

GARROTE, José Girón. Los Balcanes del Congreso de Berlín al nacimiento de Yugoslavia (1878-1918). **Investigaciones Históricas**, España, n. 22, p. 237-256, 2002.

GEBARA, Ivone. A Teologia da Libertação e as mulheres. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, 2020. DOI: 10.5216/sec.v23i.61023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/61023>. Acesso em: 23 dez. 2024.

GEBARA, Ivone. Corpo, novo ponto de partida da teologia. In: Ribeiro, Cláudio (org.). **Rasgando o Verbo – Teologia Feminista em foco**. (2016) São Paulo: Fonte Editorial.

- GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GEBARA, Ivone. Sentir o corpo alheio: primeiro grito. In: **Um grito pela vida, Irmã Eurides Alves de Oliveira** (Org.). Brasília DF: CRB Nacional, 2013.
- GIGLIO, Auro del. **Iniciação ao estudo da Torá**. São Paulo: Editora Sêfer, 2003.
- GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.80-101, 2008.
- GOLDBERG, David Joseph; RAYNER, John D. **The Jewish People: Their History and Religion**. Penguin Books, 1989.
- GOMIDE, Alexandre de Ávila; SÁ E SILVA, Michelle Moraes de; LEOPOLDI, Maria Antonieta. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmontes e reconfigurações. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; SÁ E SILVA, Michelle Moraes de; LEOPOLDI, Maria Antonieta (eds.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016- 2022)**. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. p. 13-42.
- GONÇALVES, Alonso. Evangélicos ou Protestantes? 2022. **Religião e Poder**. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/evangelicos-ou-protestantes/>. Acesso em: 16 jul. 2024.
- GONÇALVES, Rafael B.; PEDRA, Graciele M. O surgimento das denominações evangélicas no Brasil e a presença na política. **Diversidade Religiosa**, v. 7, n. 2, p. 69-100, 2017.
- GONZALES, Justo L. **A Era dos Gigantes**. São Paulo: Editora Vida Nova, 1980.
- GONZALEZ, Justo L. **The Story of Christianity**, Vol. 1. HarperOne, 2010.
- GONZALEZ, Justo L. **A Era dos Reformadores**: uma história ilustrada do cristianismo. Vol. 6. São Paulo: Vida Nova, 1983.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol, V., 2002.
- GRIFFIN, Gabrielle. **A dictionary of gender studies**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- GUADALUPE, José Luis Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século xxi. Rio de Janeiro: Brenda Carranza, 2020. p. 17-112.
- GUADALUPE, José Luis Pérez. **Entre Dios y el César**: el impacto político de los evangélicos en el Perú y América Latina. Lima: Konrad Adenauer Stiftung (KAS); Instituto de Estudios Social Cristianos (IESC), 2017.
- GUERRAS, Maria Sonsoles. O Imperador Teodósio e a cristianização do Imperio. **Classica - Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, [S. l.], p. 155–160, 1992. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/826>. Acesso em: 23 maio. 2024.
- GUTIERREZ, Carlos. **A reflexividade evangélica a partir da produção crítica e construção de projetos de vida na Igreja Universal do Reino de Deus**. Tese. UNICAMP – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Campinas, 2017.
- HABERMAS, Jürgen. **A Nova Obscuridade**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAJE, Lara. **Ministro confirma diretriz da política externa contra conceito de gênero e contra aborto**. 2019. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias>

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HENRIQUE, Layane. **Afinal, o que é o Estatuto do Nascituro?** 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/estatuto-do-nascituro/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

HERBERMANN, Charles George (Ed.). **The Catholic Encyclopedia**. New York: Robert Appleton Company, 1908.

HISTÓRIA EM MEIA HORA: Cristianismo. [Locução de]: Vitor Soares. Angra dos Reis, 2021. **Podcast História em Meia Hora**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5Qb11ZIHlcZLVcVHzYyyV5?si=b87c635430af4449>. Acesso em: 23 mai. 2024.

HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. 1925.

HOLLENWERGER, Walter J. Pentecostalismo. In: GISEL, Pierre. **Enciclopédia do Protestantismo**. São Paulo: Editora Hagnos, 2016.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

INSTITUTO HUMANITAS (org.). **A secularidade do Opus Dei**. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/631254-a-secularidade-do-opus-dei>. Acesso em: 30 dez. 2024.

INSTITUTO HUMANITAS (org.). **De presidente a pregador: a última reencarnação de Jimmy Carter**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2012. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/507773-de-presidente-a-pregador-a-ultima-reencarnacao-de-jimmy-carter>. Acesso em: 12 nov. 2024.

INSTITUTO HUMANITAS (org.). **Manual ensina uso correto de termos vinculados à diversidade sexual**. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/579309-manual-ensina-uso-correto-de-termos-vinculados-a-diversidade-sexual>. Acesso em: 20 dez. 2024.

JÚNIOR, Hilário Franco. **As Cruzadas**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 86, 2010.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUHN, Bruno; ARÉVALO, Raquel. A doutrina Monroe e suas influências: impactos nas Américas. **HIS**, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8848>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LACOSTE, Yves. **A Geografia, isso servem em primeiro lugar para fazer a guerra.** 14 ed. Campinas: Papirus, 2008.

LEITE, Luiza Chuva Ferrari. **O plano de poder da Igreja Universal do Reino de Deus: estratégias territoriais da expansão neopentecostal no Brasil.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal da Bahia, 2019.

LEÓN, Oscar Amat y; GUADALUPE, José Luis Pérez. Os novos ‘grupos de pressão política’ dos evangélicos na América Latina. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda. **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século xxi.** Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 155-170.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Luciana. **CNMP arquiva queixa de deputados contra promotor do caso de menina estuprada.** 2020. Metrópoles. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/justica/cnmp-arquiva-queixa-de-deputados-contra-promotor-do-caso-de-menina-estuprada>. Acesso em: 15 dez. 2024.

LINDBERG, Carter. **As reformas na Europa.** São Leopoldo: Sinodal, 2001.

LINDSAY, D. Michael. Is the National Prayer Breakfast surrounded by a “Christian Mafia”? Religious publicity and secrecy within the corridors of power. **Journal of the American Academy of Religion**, v. 74, n. 2, p. 390-419, 2006.

LOEHNEN, Elise. **Bem-comportadas: os sete pecados capitais e o preço que as mulheres pagam para provar seu valor.** Rio de Janeiro: Sextante, 2024.

LUXEMBURGO, Rosa (1918). A socialização da sociedade. In: LOUREIRO, Isabel M. **Rosa Luxemburgo: Vida e obra.** 3 ed. Traduzido por Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MACEDO, Edir. **Minha biografia – Nada a perder.** Vol. 3. São Paulo, Ed. Planeta, 2014.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de Poder – Deus, os cristãos e a política.** Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MACHADO, Alzira Gomes. Basta de violência contra as mulheres. São Leopoldo, RS: **Centro de Estudos Bíblicos**, 2016.

MACHADO, Maria das Dores C. A vertente evangélica do neoconservadorismo brasileiro. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI.** Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 271-286.

MACHADO, Maria das Dores C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 25 – 54, 2012.

MACHADO, Maria das Dores C. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco (org.). **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia.** São Paulo: Boitempo, 2020. p. 83-133.

MACHADO, Maria das Dores C.; MARIZ, Cecília L.; CARRANZA, Brenda. Articulações político-religiosas entre Brasil-USA: direita e sionismo cristãos. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 23, p. 1-34, 2021.

MACHADO, Rosana Pinheiro; MAIA, Tatiana Vargas. “As Múltiplas faces do conservadorismo brasileiro”. In. **Revista Cult**, n 234, ano 21, maio, 2018.

MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MALTA, Magno. “Senado vai sepultar PL 122” [online]. **Website do senador Magno Malta**, jun. 2011. Disponível em: <<http://magnomalta.com/index.php/pl-122-mainmenu-52/2147-magno-malta-senado-vai-sepultar-pl-122>> Acesso em: 3 dez. 2024.

MARACCI, João Gabriel; PRADO, Marco Aurelio Maximo. Ofensivas Antigênero e a Depuração dos Direitos Humanos como Política de Estado no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 1372–1392, 2022.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, v.18, n.52, p.121-138, 2004.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, vol. 11, nº 2, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9647>> Acesso em: 03 dez. 2024.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: SANTOS, Hermílio. (Org.) **Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 112-138.

MARIANO, Ricardo. Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: Um balanço. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 43, n. 119, p.11-36, abr. 2011.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu A. Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita. In: Guadalupe, José. L. P. Carranza, Brenda. **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 120, p. 61–76, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i120p61-76. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/155531>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MARIZ, Silviana Fernandes. A "nova direita" e a "ideologia de gênero" como arma política no Brasil: The "new right" and "gender ideology" as a political weapon in Brazil. **Revista de História da UEG**, v. 10, n. 02, p. e022105-e022105, 2021.

MARSDEN, George. **Fundamentalism and American Culture**. EUA: Oxford University Press, 2006.

MARSHALL, Peter. **Reforma Protestante: uma breve introdução**. L&PM Pocket, 2018.

MATOS, Alderi Souza de. A reforma Protestante do Século XVI. **Vox Faifae**: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB (Faculdade de Ciências Humanas e Letras Integradas da Fama), v. 3, n. 1, 2011.

MATOS, Alderi Souza de. O movimento pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário. **Fides reformata**. São Paulo, XI, n. 2, p. 23-50, jun./dez. 2006.

MCGRATH, Alister. **A revolução protestante**: uma provocante história do protestantismo contada desde o século 16 até os dias de hoje. Editora Palavra, 2021.

MELAMED, Meir Matzliah. **Torá: a lei de Moisés**. São Paulo: Editora Sêfer, 2000.

MELO, Luana Josephino. **Um intelectual a serviço da fé**: o discurso político e religioso de Edir Macedo no livro Plano de Poder. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciatura no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma, 2018.

MENDES, Adriana. **Bolsonaro: 'No que depender de mim, aborto jamais será aprovado'**. 2020. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-no-que-depender-de-mim-aborto-jamais-sera-aprovado-1-24817815>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MENDES, Eber. **A Teologia Política de João Calvino (1509 – 1564) na Institutas da Religião Cristã (1536)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, UFES. Vitória, 2009.

MENDONÇA, Antônio G.; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência II**: a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL-DF. **Manifestação 3663**, 11 fev 2020. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/acp-coordenador-funai-1>>.

MODZELEWSKI, Alloma. Entre a prostituta e a santa: a composição da trajetória feminina no Racionamento de Pietro Aretino (1534). **Sacrilegens**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 46–68, 2020. DOI: 10.34019/2237-6151.2020.v17.30762. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/30762>. Acesso em: 23 out. 2024.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, p.9-13, 2003.

MONTERO, Paula. “Religiões Públicas” ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. **Religião & Sociedade** [online]. 2016, v. 36, n. 1, pp. 128-150. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0100-85872016v36n1cap06>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MORESCHINI, Cláudio; NORELLI, Enrico. **História da literatura cristã antiga grega e latina**. 2 volumes. São Paulo: Loyola, 1996. p. 185.

MORI, Letícia. **Michelle Bolsonaro**: a trajetória da primeira-dama que promete 'Jesus no governo' em cruzada por Bolsonaro entre evangélicas. A trajetória da primeira-dama que promete 'Jesus no governo' em cruzada por Bolsonaro entre evangélicas. 2022. BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62668831>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MOTTIN, Karina V. O conceito de gênero no pensamento antifeminista brasileiro contemporâneo. **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 32, n. 72, p. 116-129, out./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2023.v32.n72.p116-129>. Acesso em: 06 dez. 2024.

NEM PRESA, NEM MORTA. **Mapa de Argumentos Defendendo o Direito ao Aborto no Brasil**. 2024. Disponível em: https://nempresanemmorta.org/wp-content/uploads/2024/10/NPNM_MapadeArgumentos_2024_versao_web.pdf. Acesso em: 7 dez. 2024.

NICHOLS, Robert H. **História da Igreja Cristã**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1978.

NÓBREGA, Matheus. As Reformas na Europa. **Médium**. 2023. Disponível em: <https://medium.com/@matheusnobrega/a-reforma-protestante-306403c81348>. Acesso em: 6 jun. 2024.

NOLL, Mark a. **The Rise of Evangelicalism: The Age of Edwards, Whitefield and the Wesleys**. Illinois: Intervarsity Press, 2003.

NORMOSE. **Qual plano infalível de dominação política? – PLANO DE PODER**. YouTube, 02 dez. 2021. 13min30s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=THuA5Rllyl8>. Acesso em: 16 out. 2024.

NOVAIS, Tiago de Melo; CAMPOS, Breno M. TEOLOGIAS DO DOMÍNIO: REVISITANDO FONTES E AUTORIAS. **Protestantismo Em Revista**, 47(2), 29-40. 2021. Disponível em: https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/index.php/PR/article/view/2520. Acesso em: 21 set. 2024.

NUNES, José Afonso Moura. **Cristianismo: de seita judaica a religião oficial do Império**. Editora Ramallete, 2023.

OGLOBO, 2020. **Dameres gastou apenas 44% da verba do Ministério dos Direitos Humanos**. 30 dez 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/dameres-gastou-apenas-44-da-verba-do-ministerio-dos-direitos-humanos-em-2020-1-24770270>. Acesso: 12 dez. 2024.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.53, p.53-69, 2003.

ORO, Ari Pedro; TADVALD, Marcelo. A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 36, p. 51-70, 2019.

OZ, Amós; OZ-SALZBERGER, Fania. **Os judeus e as palavras**. Tradução George Schlesinger. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PACHECO, Ronilso. **Ocupar, resistir, subverter: igreja e teologia em tempos de violência, racismo e opressão**. Brasília: Novos Diálogos, 2016.

PASSOS, João. D. **No lugar de Deus. Ensaio (neo)teocráticos**. São Paulo: Paulinas, 2021.

PAULO II, João. Léxicon de termos ambíguos e discutidos sobre a vida familiar e ética. **Vaticano:[sn]**, 2003.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. 2013.

PEREIRA, Camila Potyara; DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento; SANTOS, Liliam dos Reis Souza. Capitalismo dependente, Estado e autoritarismo no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 20, 2021.

PEREIRA, Eliseu. Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do bolsonarismo. **Projeto História**, São Paulo, v. 76, p. 147-173, jan.-abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v76p147-173>.

PEREIRA, Nancy Cardoso. O papel é paciente, a história não é: Cotidiano sagrado, educação e diversidade religiosa no Brasil. In: OLIVEIRA, Lilian; CECCHETTI, Elcio; CESARO, Rosa Assunta (org.). **Cultura e diversidade religiosa na América Latina: Pesquisas e perspectivas pedagógicas**. Blumenau: Edifurb, 2009.

PIERUCCI, Antônio F. As bases da nova direita. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 19, pp. 26-45, dez. 1987.

PIERUCCI, Antônio F. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, p. 104-132, 1989.

PIERUCCI, Antônio F. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p. 43-73, jun. 1998.

PIERUCCI, Antônio F.; MARIANO, Ricardo. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos Cebrap**, 34, 1992, p. 92-106.

PILOSU, Mario. **A mulher, a luxúria e a Igreja na Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

PINTO, Tales dos Santos. Batalha de Poitiers e a invasão islâmica. **Brasil Escola**. 2020. Disponível em: <https://brasilestela.uol.com.br/guerras/batalha-poitiers-invasao-islamica.htm>. Acesso em: 04 de junho de 2024.

POLITIZE (org.). **Religiosidade como direito: do passado ao presente**. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/religiosidade-como-direito/>. Acesso em: 21 maio 2024.

PONTES, Bárbara; CAVALCANTI, Vanessa R. Religiões Judaico-Cristãs e o enfrentamento à violência de gênero: a realidade brasileira. **Mandrágora**, v. 22, nº 2, 2016.

PORTO, Ana Suelen. **Mais de 5,5 milhões de crianças não têm o nome do pai no registro de nascimento**. JusBrasil. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/mais-de-5-5-milhoes-de-criancas-nao-tem-o-nome-do-pai-no-registro-de-nascimento/871949259>. Acesso em: 09 dez. 2024.

PÓVOA, Carlos Alberto; SILVA, Mauro C. de Paula. AS EXTENSÕES GEOGRÁFICO-CULTURAIS DA DIÁSPORA E AS NOVAS COMUNIDADES JUDAICAS. **Espaço e Cultura**, n. 41, p. 70-94, 2017.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. "Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication". **Latin American Research Review**, vol. 44, nº 1, 2009.

PREVIDELLI, Fabio. **A curiosa história dos "Estados Unidos do Brasil"**. 2020. Aventuras na História. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/almanaque/a-curiosa-historia-dos-estados-unidos-do-brasil.phtml>. Acesso em: 24 set. 2024.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, p. 486-522, 2018.

QUINTÃO, Graziela Ferreira. A nova direita cristã: alianças, estratégias e transfiguração do discurso religioso em torno do projeto de cura gay. **Estudos de Sociologia**, v. 22, n. 42, 2017.

RAMOS NETO, João Oliveira. **Fé subversiva: uma análise do conflito sociopolítico da ideologia anabatista com as demais propostas da Reforma Protestante na Europa Central entre os anos de 1525 a 1555**. 2016. 226 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, 2016.

RAMOS NETO, João Oliveira. INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DOS BATISTAS: conteúdo, reflexão e possibilidades teórico-metodológicas. **Pós-Escrito**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 61-77, 2024.

RAMOS NETO, João Oliveira. **A história dos evangélicos para quem tem pressa**. Rio de Janeiro: Valentina, 2023.

READ, Piers Paul. **Os Templários**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

REIS, Toni, EGGERT, Edla. Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 138, jan./mar. 2017, p. 9-26. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2024.

RELIGIÃO E PODER (ed.). **Frentes parlamentares e bancadas de identidade religiosa no Congresso Nacional: qual a diferença?** 2024. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/analise/frentes-e-bancadas/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

RIBEIRO, Adriana. **Sincretismo religioso: a intersecção de culturas e crenças**. a intersecção de culturas e crenças. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sincretismo-religioso/>. Acesso em: 06 set. 2024.

RIBEIRO, Débora. **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/indulgencia/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

ROCHA, Daniel. Da “minoría silenciosa” à Maioria Moral: transformações nas relações entre religião e política no fundamentalismo norte-americano na década de 1970. **Religião & Sociedade**, v. 40, n. 01, p. 91-114, 2020.

ROCHA, Fernando F. Opressão às mulheres em nome do sagrado. Um olhar crítico sobre Colossenses 3,18. **Religare**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 74–93, 2023. DOI: 10.22478/ufpb.1982-6605.2022v19n1.63346. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/63346>. Acesso em: 23 nov. 2024.

ROLDÁN, Alberto F. **Escatología**. Una visión integral desde América Latina. Buenos Aires, Kairós, 2002.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. (Tese, História). Franca: Universidade Estadual Paulista, 2011. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/lilian-ro-rosa.pdf>. Acesso em 23 out. 2024.

ROSAS, Nina. Dominação evangélica no Brasil: o caso do grupo musical Diante do Trono. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCAR**, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 235-258, 2015.

ROSAS, Nina. Notas sobre evangélicos, política e gênero a partir das eleições de 2022. **Debates do NER**, p. 65-82, 2023.

RUBIM, Linda Silva Oliveira; ARGOLO, Fernanda. **O Golpe na Perspectiva de Gênero**. Bahia: Edufba, 2018.

RUETHER, Rosemary Radford. **Sexism and God-Talk: Toward a Feminist Theology**. Beacon Press, 1983.

RUIBAL, Alba. “Feminismo frente à Fundamentalismos Religiosos”. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 14, 2014, pg.111 - 138.

RUSHDOONY, Rousas J. **The Institutes of Biblical Law**. Craig Press, 1973.

SÁ, Vitor. **Caminhos para o “livramento”**: uma relação entre violência e neopentecostalismo na Baixada Fluminense. Anais do 39 Encontro Anual da ANPOCS, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna LTDA, 1988.

SANTAELLA, Lucia. **Flagelos da desinformação**. São Paulo: Duc – Editora da Puc-Sp, 2023.

SANTOS, Alexandre Firmo dos. Impasses entre política e religião: as dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530). **Epígrafe**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 289-314, 2023.

SANTOS, Ana Pinheiro dos. Maria Madalena no cristianismo primitivo: Desafio para reflexões cristãs modernas. **Revista Caminhando**, v. 12, n. 20, p. 29 - 42, jul/dez 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/Caminhando/article/viewFile/1234/1245>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SANTOS, Fernanda. A Companhia de Jesus e o concílio de trento: aspectos pedagógicos da contra-reforma. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 7, n. 12, p. 207–218, 2014. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/revtee/article/view/2964>. Acesso em: 6 jun. 2024.

SANTOS, Odja Barros. **Uma hermenêutica bíblica popular e feminista na perspectiva da mulher nordestina**: um relato de experiência. 2010. 75 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Faculdades EST, São Leopoldo, 2010.

SCHAEFFER, Francis A. **Manifesto Cristão**. Brasília, DF: Refúgio Editora, 1985.

SCHOTT, Robin May. **Eros e os processos cognitivos**: uma crítica da objetividade em filosofia. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

SCHREIBER, Mariana. **Contra gravidez na adolescência, Damares busca inspiração nos EUA para estimular jovens a não fazer sexo**. 2019. BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50682336>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1995.

SENADO, Agência. **Violência contra a mulher aumentou no último ano, revela pesquisa do DataSenado**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 04 jan. 2023

SERRA, Antonio R. C. **Emprezarização do sagrado**: um estudo sobre a estruturação das Igrejas do protestantismo brasileiro. Dissertação. UFSC – Programa de PósGraduação em Administração. Florianópolis: 2005.

SEVERI, Fabiana Cristina et al. **Aborto no Brasil: falhas substantivas e processuais na criminalização de mulheres**. [S. l.]: Clooney Foundation for Justice Initiative, 2022. Disponível em: <https://cfj.org/report/aborto-no-brasil-falhas-substantivas-e-processuais-na-criminalizacao-de-mulheres/>. Acesso em: 07 dez. 2024.

SEVERINO, Marcia Barros. A mulher e a casa nos inícios do cristianismo. Revista Fragmentos de Cultura. Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 21, n. 10/12, p. 667-676, out./dez. 2011. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2237>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SEXTON, Jay. **The Monroe Doctrine**: Empire and Nation in Nineteenth-Century America. New York, Hill and Wang. Strauss and Giroux, 2011.

SHARLET, Jeff. **The Family**: The Secret Fundamentalist at the Heart of American Power. New York: HarperCollins, 2008.

SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo**: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

SILVA, Diego Lopes da. **RESISTÊNCIA CULTURAL NUM ESPAÇO "TRANSMATERIAL": O SIGNIFICADO DO TEMPLO PARA A IDENTIDADE JUDAICA**. 2018. 242 f. Tese (Doutorado) - Ppggea/Unb, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, Fabíola Feitosa da. **Concílio de Nicéia**: transformação e ascensão do Cristianismo no século IV. 2018.

SILVA, Gilvan V. **A condenação dos judaizantes nos concílios eclesiásticos do século IV**. Phoênix, v.14, p. 164-188, 2008.

SILVA, Gilvan V. Diocleciano e Constantino: A Construção do Dominato. In: SILVA, Gilvan V.; MENDES, Norma M (Org). **Repensando o Império Romano**. Rio de Janeiro: Mauad/Edufes, 2006, p. 193-221.

SILVA, Rogerio. **Análise psicodinâmica do trabalho de líderes religiosos**. Dissertação. UNB - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Brasília: 2004.

SMITH, Amy Erica. “Evangelicals in Brazil See Abuse of God’s Earth as a Sin – but Will They Fight to Save the Amazon?” **The Conversation**. 2019. Disponível em: <http://www.theconversation.com/evangelicals-in-brazil-see-abuse-of-gods-earth-as-a-sin-but-will-they-fight-to-save-the-amazon-126098>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SOARES, Lucas. **O IMPACTO DE RUDOLF BULTMANN NA TEOLOGIA CONTEMPORÂNEA**. 2023. Disponível em: https://medium.com/@lucassoares_ds/o-impacto-de-rudolf-bultmann-na-teologia-contempor%C3%A2nea-2740f8466b01. Acesso em: 12 ago. 2024.

SOMMA, Isabelle. **HÁ EXATOS 1220 ANOS, CARLOS MAGNO SE TORNAVA IMPERADOR DE ROMA. Aventuras na História**. 2020. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-quem-foi-carlos-magno.phtml>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SOTO, Berta Erill. **Qual a diferença entre os termos "israelita", "hebreu", "judeu", "sionista", etc.** 2023. Disponível em: https://www.nationalgeographic.pt/historia/israelita-hebreu-judeu-sionista-diferenca-entre-terminos_4367. Acesso em: 22 maio 2024.

SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. **A casa, as mulheres e a igreja**. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

SPADARO, Antonio. **“O ecumenismo do ódio” nos EUA**. Entrevista cedida a Gerard O’Connell. Tradução: Luísa Flores Somavilla. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/569691-o--ecumenismo-do-odio-nos-eua-entrevista-com-an-tonio-spadaro>. Acesso em: 17 nov. 2024.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus: Quem são os evangélicos e por que eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

STROOP, Chrissy. How do evangelical missionaries in Brazil justify risking indigenous lives during a pandemic? In: **Religion Dispatches**, v.6, 2020.

TEIXEIRA, Marlene. Apontamentos sobre a Inserção do Brasil na Ofensiva Neoconservadora Internacional sob Bolsonaro, **Argumentum**, v. 16 n. 1 (2024): Privatização das políticas sociais, avanço do conservadorismo, desafios para o serviço social. DOI: <https://doi.org/10.47456/argumentum.v16i1.41904>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/41904>. Acesso em: 05 jan. 2025.

TEIXEIRA, Marlene; NUNES, Ivna O.; OLIVEIRA, Tibério. A Ofensiva Neoconservadora Contra Mulheres e Sexualidades Dissidentes no Brasil. In: Evilasio da Silva Salvador; Sandra Oliveira Teixeira; Silvia Cristina Yannoulas; Newton Naciso Gomes Junior (Org.). **Estado, política social e direitos**. 1ed. Embu das Artes: Alexa, 2021, v. 1, p. 191-206.

TEOLOGIA PÉ NO CHÃO. **Minicurso: Como a Teologia do Domínio tomou o poder nos EUA?** YouTube, 14 mai. 2021. 1h43min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rCCayACq9tU>. Acesso em: 24 set. 2024.

THOMAZ, Angelica Tostes. A teologia sem corpo: uma crítica da teopoética feminista. **REFLEXUS**, São Paulo, v. 12, n. 19, p. 73-86, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.20890/reflexus.v12i19.731>.

TRICONTINENTAL. **Os evangélicos e a política no Brasil: um guia sobre a realidade brasileira**. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2022. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2022/02/20220202_Evang.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

TV Senado (org.). **O que é uma PEC?: tudo o que você precisa saber sobre o senado**. Tudo o que você precisa saber sobre o Senado. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/200-anos-do-parlamento/2024/09/o-que-e-uma-pec-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-senado>. Acesso em: 20 dez. 2024.

UNIVERSAL. **Sobre nós**. Igreja Universal, 2024. Disponível em: <https://www.universal.org.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

UNKNOWN AUTHOR. **The Jewish Expositor, and Friend of Israel**, 1820, Vol. 5: Containing Monthly Communications Respecting the Jews, and the Proceedings of the London Society (Classic Reprint). London: Forgotten Books, 2018.

UOL (org.). **Congresso mais à direita, um freio para Lula ou caminho livre para Bolsonaro?** 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/10/11/congresso-mais-a-direita-um-freio-para-lula-ou-caminho-livre-para-bolsonaro.htm>. Acesso em: 21 dez. 2024.

VAGGIONE, Juan M. **Sexualidad, religión y política en América Latina**. Trabalho apresentado no Diálogo Latino-americano sobre Sexualidade e Geopolítica, Rio de Janeiro, 24-26 ago. 2009.

VAGGIONE, Juan M.; MACHADO, Maria das Dores C. Religious Patterns of Neoconservatism in Latin America. **Politics & Gender**, v. 16, p. 10, 2020.

VALANDRO JUNIOR, Josué. **Voto cristão e seu futuro. Você está preocupado?** 2018. Pleno News. Disponível em: <https://pleno.news/opiniao/josue-valandro-jr/voto-cristao-e-o-seu-futuro-voce-esta-preocupado.html>. Acesso em: 28 set. 2024.

VASCONCELOS, Edjar Dias de. **A ideologia da Teologia do Domínio**. Youtube, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btV6d5sgf4M>. Acesso em: 21 set. 2024.

VASCONCELOS, Júlia. **Vozes Populares**: em PE, coletivo vozes marias defende que é possível ser cristã e feminista. Em PE, coletivo Vozes Marias defende que é possível ser cristã e feminista. 2022. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2022/04/01/vozes-populares-em-pe-coletivo-vozes-marias-defende-que-e-possivel-ser-crista-e-feminista>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VEIGA, Edison. **São Paulo, o santo que fez do cristianismo uma religião**. 2022. BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/curiosidades-60092558>. Acesso em: 12 set. 2024.

VEJA. PRB anuncia mudança para Republicanos e será 8º partido a trocar de nome. **VEJA**, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/prb-anuncia-mudanca-para-republicanos-e-sera-8o-partido-a-trocar-de-nome/>. Acesso em: 15 out. 2024.

VENTORIM, Eliane. Misoginia e Santidade na Baixa Idade Média: os três modelos femininos no Livro das Maravilhas (1289) de Ramon Llull. **Mirabilia**: Revista. Eletrônica de História Antiga e Medieval. Jun-Dez 2005, p.193-211.

VESCHI, Benjamin. **ETIMOLOGIA DE JUDAÍSMO**. 2019. Disponível em: <https://etimologia.com.br/judaismo/>. Acesso em: 22 maio 2024.

VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. In: GALLEGO, Ester Solano (org.). **O ódio como política**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 91-96.

VIEIRA, Henrique. **Jesus da gente**: uma leitura da bíblia para os nossos dias. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2022.

VILAVERDE, Carolina. **As 8 maiores religiões do mundo**. 2023. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/superlistas/as-8-maiores-religoes-do-mundo>. Acesso em: 22 maio 2024.

VILELA, Marlice Pinto. **Quem são as evangélicas que defendem a legalização do aborto.** 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/quem-sao-evangelicas-defendem-legalizacao-do-aborto/>. Acesso em: 05 jan. 2025.

VILHENA, Valéria. **Uma Igreja sem voz:** análise de gênero da violência doméstica entre mulheres evangélicas. São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo V. L. **Religião e política:** uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

VIVAS, Fernanda. 'Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã', diz Damares ao assumir Direitos Humanos. **G1.** Brasília, 2019.

VOGUE, Ariane de. **Suprema Corte dos EUA suspende decisão que garantia direito ao aborto.** 2022. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/suprema-corte-dos-eua-reverte-decisao-que-garantia-direito-ao-aborto/>. Acesso em: 22 out. 2024.

WACHHOLZ, Wilhelm. A REFORMA, LUTERO E OS ANABATISTAS: INTOLERÂNCIA RELIGIOSA? **Caminhos – Revista de Ciências da Religião.** Goiânia, Brasil, v. 18, n. 2, p. 272-288, 2020. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7749>. Acesso em: 6 jun. 2024.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Sociologia das religiões.** Tradução de Cláudio J. A. Rodrigues. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2015.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais:** metodologia das ciências sociais. Campinas: Cortez/Unicamp, 1992.

WILLIAMS, Daniel K. **God's Own Party: The Making of the Christian Right.** Oxford: Oxford University Press, 2010.

WILLITTS, Joel. Jewish fish (IXΘΥΣ) in post-supersessionist water: Messianic Judaism within a post-supersessionistic paradigm. **Hts Teologiese Studies**, Chicago, 2016. Acesso em: 21 maio 2024.

WOODHEAD, Linda. Gender differences in religious practice and significance. In: BECKFORD, James A.; DEMERATH, N. J. **The Sage Handbook of the Sociology of Religion.** Londres: Sage, 2007.

XAVIER, Donizete. Teologia do domínio: a influência religiosa e o perigo da imagem do caos. **Teocomunicação**, v. 54, n. 1, p. e46944-e46944, 2024.